



Pedro Alvites



Brasão de Armas dos Morais



EL CID BURGOS



O Linho

Escola António Maria da Costa



Cadernos Terras Quentes n.º 20

20 Cadernos Terras Quentes a produzir conhecimento

187 Artigos * 398 Autores/Colaboradores



2024

ϯϥ



τφ



Cadernos

TERRAS QUENTES

N.º 20

Abril 2024

Ficha Técnica

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»
Rua D. Maria Mascarenhas, apartado 110
5340-326 Macedo de Cavaleiros
Tel. 278098548 — 936761011
E-mail: administração@terrasquentes.pt
Site : www.terrasquentes.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redação

Carlos Alberto Santos Mendes
Henrique Costa Ferreira
Manuel Cardoso
Miguel Sanches Baêna
Pedro Gomes Barbosa

Colaboradores deste número

Augusto Ferreira do Amaral
Carlos Alberto Santos Mendes
Daniel Ribeiro Santos Mendes
Frederico Reis Morais
Henrique da Costa Ferreira
Manuel Cardoso
Miguel Sanches Baêna
Miriam Arranz Gozalo

Agradecimentos

Ana Maria Canelas Sanches de Baêna
Maria Belmira Mendes
Maria Lua Sanches de Baêna

Capa

Caderno nº 20 da ATQ
Figura conjectural do Mestre Templário
Monumento a EL Cid na cidade de Burgos
Brasão de Armas dos Morais
O Linho do Cramanchão
Escola António Maria da Costa

Contracapa

Confirmação do início das operações no 25 de abril 1974
Foto Emissora Nacional em 25 de Abril

Design e Composição Gráfica

Carlos Mendes
José Rocha – Graficifra

Impressão e Acabamento

Alêtheia Editores

Depósito Legal

Nº 212756/24

Edição

Caderno Terras Quentes Nº 20, abril 2024

Índice

Editorial.	5
O património escolar e educacional do Concelho de Macedo de Cavaleiros .	9
O Linho (Caramanchão/Cortiços)	45
Rodriguez Díaz de Vivar. Um herói Espanhol, mas, também Português.....	59
Rui Martins de Morais – Nas origens da Linhagem dos Morais	109
A vida do Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, Pedro Alvites	137
O 25 de Abril e os Oficiais de Ligação. As Unidades e seus Comandantes	269

Editorial

Uma honra enorme, a de poder escrever o **Editorial do Caderno n.º 20 da Terras Quentes**. A vários títulos. O da grande humildade, perante a notabilidade dos subscritores dos artigos; da coincidência das matérias ser a de uma grande importância na historiografia regional e nacional; do ser um número em que se alcança as duas dezenas de edições, algo notável para uma iniciativa cultural periférica e longe de Lisboa, como é a Terras Quentes; o de ser uma publicação no ano em que se comemora o meio século da revolução que pôs fim ao regime do Estado Novo, de Salazar e de Marcelo Caetano.

A grandeza dum país está na educação e cultura dos seus habitantes e, por isso, o artigo **O património escolar e educacional do Concelho de Macedo de Cavaleiros**, de Henrique da Costa Ferreira, vem iniciar uma reflexão e uma compilação histórica imprescindível do tema em que o nosso concelho poderia ter sido uma vanguarda exemplar, não fosse o Marquês de Pombal ter expulso os Jesuítas e, com isso, ter anulado duma assentada todas as aulas que funcionavam nas aldeias numerosas em que no vale de Macedo se exercia o múnus da Companhia de Jesus, com Casa de Retiros e de residência no Vilar do Monte. Grande erudita e pedagoga nascida no nosso concelho, também Cândida Florinda Ferreira deixou a sua marca com a inauguração duma escola em Talhinhas, sua terra natal, já referida num dos *Cadernos*. E ao artigo de Henrique Ferreira não escapa o valor das sucessivas instituições de ensino que, quer na então vila quer no concelho, se têm sucedido. Na expectativa de que o tema seja recorrente para um próximo número, dada a sua inegável importância.

O Linho (Caramanchão/Cortiços), da nossa Miriam Arranz Gozalo, é um interessante estudo dum produto que durante séculos foi o mais importante para a nossa economia regional e cujo lugar estatístico, até ao século XIX, foi alternando com o vinho, na época moderna e contemporânea. Deveria ser obrigatório nas escolas serem feitos trabalhos com base neste artigo, a par do que sobre o linho também nos conta o saudoso Cónego António Figueiredo no seu livro *Ambiência do Ano*. O facto de haver um lastro histórico com referências bibliográficas, documentos arqueológicos e sobrevivências antropológicas do seu uso e utilidade, deveria merecer uma atenção especialíssima por parte das entidades nacionais e regionais de promoção cultural. Miriam, que bom poder ler estas vivências, afinal intemporais!

Rodrigo Díaz de Vivar. Um herói Espanhol, mas, também Português, de Carlos Alberto Santos Mendes, Miguel Pereira Coutinho Sanches Baêna e Daniel Ribeiro Santos Mendes, é um artigo que faz a nossa ligação não só com uma visão de figuras e factos de importância ibérica, mas também com a nossa juventude e os livros empolgantes em que os heróis eram heróis e os vilões eram vilões. Sabermos que o Campeador não só foi armado cavaleiro em Coimbra, mas percorreu as terras da Beira e terá passado por Trás-os-Montes nas suas deambulações de e para Zamora, dá-nos mais do que um motivo para que, ao atravessarmos a fronteira, possamos convocar memórias antigas de antigos heróis. Oportuno, nos dias de hoje, sabermos da sua gesta e da sua vontade.

Rui Martins de Morais – Nas origens da Linhagem dos Morais, de Augusto Ferreira do Amaral, é mais um artigo que aparece nos Cadernos Terras Quentes a dar importância aos cadernos em vez de vir procurar neles a sua importância. Trasmontano no seu osso e tecedura, Rui Martins de Morais é mais um dos que Ferreira do Amaral vem fazer sobressair da obscuridade em que a historiografia mais corrente o fez imergir. Tantos trasmontanos notáveis ao longo dos séculos e tantos quase apagados das correntes páginas de história, dará que pensar se não existirá uma agenda dalguém que o faz de propósito. De propósito faz muito bem Ferreira do Amaral em nos vir contar sustentadamente quem foi o homem e o valor da sua figura pública. Para orgulho de todos nós, trasmontanos, ou não fôssemos todos – ou quase! – portadores de pelo menos uma costela Morais, uma costela Sarmento, uma façanhuda costela Bragança ou Macedo! Bem-haja, Augusto Ferreira do Amaral!

A vida do Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, Pedro Alvites, de Carlos Alberto Santos Mendes, é mais um artigo da temática templária, indelével apesar da relativamente pequena janela temporal em que existiu como ordem autónoma e característica, inesquecível, e perdurável pela faceta de cripto existência com que ficou a operar sob outro nome. O debate histórico faz-se com documentos, cronologia, hipóteses e interpretação, e nenhum dos elementos desta tetralogia falta no artigo de Carlos Mendes. Pedro Alvites pode vir a ser muito mais do que um caso de estudo e fica-nos a esperança de que novos e cada vez mais importantes desenvolvimentos sejam possíveis nesta temática.

O 25 de Abril e os Oficiais de Ligação. As Unidades e seus Comandantes, de Frederico Carlos Reis Morais, remete-me imediatamente para o amanhecer do dia em que ouvi, muito cedo, o trriimmm do telefone de nossa casa em Macedo de Cavaleiros, o meu Pai ir atender, depois os seus passos a subir as escadas até ao meu quarto e dizer: “Bom dia, filho, a tua irmã Lígia ligou de Lisboa a dizer que há uma revolução, vê lá se apanhas alguma coisa aí no rádio!”. Eu levantei-me imediatamente, sintonizei o rádio e foi logo que captámos a emissão especial. A nossa vida nunca mais seria a mesma, tal como não terá sido a do Coronel Frederico Carlos Reis Morais. Com uma visão factual dos acontecimentos, sem adjectivos nem preconceitos que não sejam os de escrupuloso relatar e respeito da verdade, encerra este número do Caderno 20 da Terras Quentes. Tal como nesse dia se encerrou um capítulo da vida de Portugal. E já passaram 50 anos!

Manuel Cardoso

τφ



O património escolar
e educacional
do Concelho de
Macedo de Cavaleiros

O património escolar e educacional do Concelho de Macedo de Cavaleiros (Notas preliminares)

*Henrique da Costa Ferreira

Resumo

Descreveremos neste artigo, tanto quanto as fontes no-lo permitiram, os elementos do património escolar e educacional, no Concelho de Macedo de Cavaleiros, desde 1800 até à atualidade.

Para os efeitos deste artigo, entenderemos por património escolar: as instituições de ensino e o edificado das escolas e, por património educacional, os resultados escolares, expressos em termos de alfabetização e de conclusão de ciclos de ensino-aprendizagem.

Para a elaboração deste estudo, socorreremo-nos de diversas fontes: relatos orais da população, estatísticas do INE, fundos documentais das diversas instituições estudadas, fundos do Arquivo Distrital de Bragança e estudos já realizados sobre a educação a nível nacional e no Concelho de Macedo de Cavaleiros

Enquadraremos o estudo na contextualização nacional da evolução do Sistema de Ensino.

* Professor Coordenador Aposentado da Área de Ciências da Educação e Comunicação Multimédia, Escola de Educação do Instituto Politécnico de Bragança; – Licenciatura em Filosofia, com início na Faculdade de Filosofia de Braga (1969-1972), e *terminus* na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1977-1980), e interrompida em razão do serviço militar e de docência; – Mestrado em Ciências da Educação – Administração Escolar na Universidade do Minho (1989-1992); – Doutoramento em Educação – Organização e Administração Escolar na Universidade do Minho (2000-2005). Professor convidado (no âmbito do Projeto Erasmus, na Universidade de Rennes II – França, Departamento de Ciências da Educação. Projeto: DSS-COGEF (*Diplôme d'études supérieures spécialisés – conduite et gestion des établissements de formation*)). – Coordenador e Professor do Mestrado em Administração Educacional da Universidade de Lisboa em parceria com a ESE do IP Bragança (1995-2000).

Abstract

We will describe in this article, as far as the sources allow us, the elements of the school and educational heritage in the Municipality of Macedo de Cavaleiros, from 1800 to the present.

For the purposes of this article, we will understand by school heritage: educational institutions and school buildings and, by educational heritage, school results, expressed in terms of literacy and completion of teaching-learning cycles.

To prepare this study, we used several sources: oral reports from the population, INE statistics, documentary funds from the various institutions studied, funds from the Bragança District Archive and studies already carried out on education at national level and in the Municipality of Macedo.

We will frame the study within the national context of the evolution of the Education System.

1. O contexto nacional: a realidade escolar e educacional do país

Sendo Portugal um país de tradição muito centralizada na sua administração pública, a caracterização geral do país ajuda a compreender o estado da educação no início e ao longo do período em estudo (1800-2023).

Com efeito, com exceção do ensino oferecido pelas instituições religiosas – em grandes dificuldades depois da expulsão das suas ordens, em 1834 –, e das escolas particulares, houve muito poucas instituições e serviços do Estado a oferecer os serviços de ensino e educação, até 1900. O Censo de 1900 inventaria pouco mais de 4.550 escolas públicas e pouco mais de 1.500 escolas confessionais e particulares. No caso do Concelho de Macedo de Cavaleiros, haveria cinco salas de aula de ensino primário: Fornos de Ledra, Valdrez, Podence e Morais.

A Reforma do Ensino pelo Marquês de Pombal, em 1773, é o início de um sistema público de educação que, na realidade, nem foi sistemático nem foi cumprido deixando que a escola primária fosse assegurada avulsamente por pessoas não suficientemente preparadas embora autorizadas a ministrar lições. Apesar disso, foi uma iniciativa

promissora que as instabilidades dos governos liberais comprometeram na sua evolução, ao longo do século XIX, pesem embora os esforços, sobretudo nas duas últimas décadas do século, a tentar instituir um verdadeiro sistema de ensino e sua regulamentação.

Porém, a multiplicidade de frentes de investimento a que era necessário acudir e a falta de dinheiro para os investimentos, agravada pelos esforços das frentes de guerra nas colónias e pela dívida externa, sobretudo ao Reino Unido, o que levou Lenine, a afirmar, em 1916, que Portugal só existia como protectorado do Reino Unido, fizeram com que o sistema público de educação fosse muito débil e quase inexistente no início do século XX e o analfabetismo da população se exprimisse em taxas das mais altas do mundo civilizado de então.

Com efeito, uma análise rápida do QUADRO I, indica-nos as seguintes taxas de analfabetismo:

QUADRO I
Taxas de Alfabetização entre 1850 e 1950
(Candeias e Simões, 1999)

	1850 – %	1900 – %	1950 – %
Países Nórdicos, Alemanha 95% Escócia, Holanda aprox. 98% e Suíça aprox. 98%	95	98	98
Inglaterra e País de Gales	70	88	98
França, Bélgica e Irlanda	55	80	98
Áustria e Hungria	35	70	98
Espanha, Itália e Polónia	25	40	80
Rússia	15	25	90
Bulgária, Roménia, Grécia e Jugoslávia	15	25	80
Portugal	15	25	55

No final do século XIX, só em algumas localidades maiores e mais «próximas» dos poderes reinantes, havia escolas construídas. Por isso, até ao início do século XX, o ensino e a educação primários foram essencialmente informais, religiosos ou particulares, oferecidos pela vida informal das comunidades nas suas diferentes manifestações: convívios familiares, reuniões comunitárias e atos religiosos, dentro e fora das igrejas católicas. Algumas famílias economicamente mais prósperas conseguiam dar uma educação letrada aos seus membros, ou através de preceptores ou pela frequência muito rara dos liceus e escolas técnico-comerciais.

O Liceu Nacional de Bragança iniciou a sua atividade em 1853, no antigo Convento de S. Francisco. A Escola Técnica e Comercial de Bragança, foi criada em 1879, mas apenas teve um funcionamento estável a partir de 1919 (Ferreira, 2014).

Eram muito raras as comunidades rurais onde havia escola primária no final do século XIX. A oferta pública de ensino primário começou a estender-se nas últimas três décadas da Monarquia e na I República, sofrendo um grande incremento a partir de 1930 ainda que reduzida a dois ciclos: um de três anos, as 1ª, 2ª e 3ª classes e outro de um, a 4ª classe, até 1956, para rapazes, e 1960, para raparigas. Só em 1960 foi decretada a quarta classe obrigatória para ambos os sexos com efeitos a 1964, no caso das meninas.

Para se ter uma ideia, a Monarquia Constitucional deixou-nos 6.000 escolas primárias construídas, a I República, mais 4.000, e o Estado Novo, mais 12.000; sem contar com os postos escolares, mais pequenos. A III República (>1974) acrescentou algumas escolas rurais e os centros escolares previstos a partir de 2003 e construídos depois de 2007.

O debate educacional dos anos 60 fez com que o Governo de então procurasse estender a escolarização para lá da escola primária, limitada à ideia de que devia haver pouca mobilidade entre cidade e campo e de que as despesas fossem as menores possíveis. A esta ideia opôs-se o Ministro Francisco de Paula Leite Pinto (1956-1961) que pensava que tal prolongamento deveria ser feito em escolas urbanas e em ciclo de estudos autónomo, o segundo ciclo de escolaridade, unificando os dois ciclos até então existentes, o primeiro do ensino liceal e o primeiro do ensino técnico. Salazar não terá gostado desta e de outras iniciativas e substituiu o Ministro em 1961, após a divulgação do Estudo «Ciclo Preparatório do Ensino Secundário – Relatório da Comissão de estudo para a unificação do Ciclo Preparatório do Ensino Liceal e do Ciclo Preparatório do Ensino Técnico (1960)», seguindo as vias de cumprimento do segundo ciclo em escolas primárias através de duas vias.

Tais vias foram a da Telescola e a do Ciclo Complementar do Ensino Primário, esta extinta em 1972 e aquela em 2004, apesar da diminuição progressiva do número de escolas onde a Telescola era ministrada.

A Telescola foi lançada em 6 de janeiro de 1965, através de ensino a distância por meio de aulas ministradas por televisão e complementadas por textos de apoio e fichas de

trabalho com grande qualidade científica e pedagógica, com programação produzida nos estúdios da Radiotelevisão Portuguesa do Monte da Virgem, no Porto. As aulas eram concebidas e ministradas por uma equipa nacional nomeada pelo Ministro da Educação e exploradas localmente por um professor do ensino primário habilitado também com o ciclo complementar dos liceus ou equivalente. Na sua avaliação dos sistemas educativos de 1984, a OCDE considerou a Telescola como uma experiência pedagógica de grande qualidade a exportar para países pobres¹.

O Ciclo Complementar do Ensino Primário, também ministrado nas escolas do ensino primário por professores deste nível de ensino, habilitados com o ciclo complementar dos liceus ou equivalente, teve uma vida mais curta sendo extinto em 1972 pelo Ministro da Educação, José Veiga Simão. pelas razões apontadas por Leite Pinto e como estratégia de atraso da escolha de vias vocacionais futuras pelos alunos. Foi iniciado no ano letivo de 1966/1967 (DL 45810, de 10/7/1966).

Apontava-se a ambas as primeiras vias de escolarização as limitações de não promoverem uma ampla socialização das crianças do mundo rural limitando a sua cultura a um ambiente cultural mais restrito e ainda o défice de formação dos professores do ensino primário no ensino das línguas e das outras especialidades disciplinares. Não há estudos suficientemente objetivos que comprovem estas limitações como não os há sobre as vantagens também invocadas de os professores serem professores do ensino primário com capacidade pedagógica, esta evidenciada mais tarde na terceira via de realização do segundo ciclo, o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, a partir de 1967/68.

Esta terceira forma de oferta escolar do segundo ciclo concretizou-se através das escolas preparatórias cuja rede escolar foi desenvolvida e completada ao longo dos anos 70 sem prejuízo da criação de algumas nos anos finais da década de 60. Tal via de ensino

¹ «Mais de meio milhão de portugueses aprendeu através da Telescola ao longo dos 39 anos que ela durou. As aulas foram transmitidas pela RTP até 1988. A partir desse ano, a Telescola continuou, mas com um outro sistema. A evolução tecnológica levou ao aparecimento de gravadores de vídeo. Essa inovação fez com que o sistema se alterasse: as aulas começaram então a ser gravadas em cassetes de vídeo que eram reproduzidas em massa e enviadas para as centenas de postos da Telescola existentes no país (um sistema que vigorou até 2004, ano em que a Telescola chegou ao fim). O ensino através da televisão, pela Telescola, constituiu uma verdadeira revolução educativa num Portugal que estava muito atrasado em relação à média europeia (em 1970, segundo dados da Pordata, um em cada quatro portugueses não sabia ler nem escrever), sendo um dos fatores que contribuiu para um maior desenvolvimento do país.»

concretizou-se em regime de pluridocência aumentando o número de professores e complicando a adaptação das crianças à escola, ao grupo-turma e aos professores.

Em 1972, o Ministro José Veiga Simão iniciou, em regime experimental, a unificação dos dois ciclos do ensino secundário na sequência dos estudos de 1959-1960 e, desde 1969, para a elaboração e aprovação de nova Lei de Bases do Sistema Educativo que viria a ser aprovada em 25 de Agosto de 1973 (Lei 5/1973).

Esta Lei elevou a escola obrigatória para oito anos, até aos 15 de idade; elevou ainda o ensino básico para oito anos; criou as bases da Educação de Infância e Pré-Escolar; criou a Educação de Adultos e a Educação Permanente; sistematizou a formação profissional; reconcetualizou o ensino particular e cooperativo; criou o ensino especial; previu a avaliação do Sistema Educativo; reformou o ensino superior, criando cinco novas universidades («as universidades novas»), elevadas para sete por Sotto Mayor Cardia, em 1977; e criou os cursos integrados de formação de professores com formação teórica e prática ao longo do mesmo curso. Portugal ficou, finalmente, com um instituto jurídico abrangente e atualizado, ao tempo, do sistema educativo.

Em 1986, uma nova Lei (46/86, de 14/10) melhorou a conceção teórica do Sistema Educativo e ampliou a obrigatoriedade escolar até ao 9º ano de escolaridade. Entretanto, esta Lei foi sendo alterada em alguns aspetos, designadamente na formação de professores, nos graus académicos e nas instituições que passaram a poder lecionar cada um deles ((Lei n.º 115/97, de 19/09, e (Lei n.º 49/2005, de 30/08), na formação em educação especial (Lei n.º 115/97, de 19/09), e na escolaridade obrigatória que passou para 12 anos em 2009 (Lei 85/2009, de 27/8) e no ensino superior (Lei n.º 16/2023, de 10/04).

Foi notável a construção de escolas preparatórias, preparatórias e secundárias e secundárias públicas entre 1970 e 1990. Todos os concelhos foram dotados com pelo menos uma escola. No total, o país ficou dotado de 36.000 escolas, entre primário, preparatório e secundário, reduzidas no seu funcionamento a 900 unidades organizacionais a partir da reforma dos agrupamentos de escolas, em 2004, e a 512, a partir de 2014.

O Ensino Particular e Cooperativo (EPC), essencialmente de tendência religiosa, até 1948, é reformulado e tornado acessível a projetos laicos a partir do estatuto de 1949,

sendo concebido como sujeito ao projeto do Estado, como supletivo da rede pública e como obrigados os seus alunos a prestarem exames finais nas escolas do ensino estatal. Teve um retrocesso a partir da implementação da escola de massas, pública, em 1970, e das lutas igualitárias de entre 1974 e 1980, sendo o seu estatuto reformado em 1980 (DL 553/80), o qual lhe constituiu um revigoreamento sobretudo pela introdução da possibilidade de paralelismo pedagógico e de contrato de associação, permitindo às escolas autoadministrarem os exames finais, com aspetos positivos e negativos.

O estatuto do EPC foi novamente reformulado em 2013 (DL 152, de 4/11) para dar mais liberdade de iniciativa às escolas não-estatais e maior cooperação e permeabilidade entre escolas estatais e não-estatais.

Grande parte das escolas do EPC, na forma de colégios e externatos, autoextinguiu-se a partir de 1968 pela alternativa das vias no ensino público já referidas. Do mesmo modo, os seminários passaram a ter grandes dificuldades de recrutamento de seminaristas a partir de 1970, quer pela secularização da sociedade quer porque os pobres já tinham acesso à escola pública, os «bons» alunos de forma gratuita, desde 1971, e todos os pobres, desde 1974.

O ensino especial existiu desde 1916 na forma de ensino institucionalizado (Ferreira, 1997). Pela Reforma de 1973 foi passando a ensino integrado em escolas regulares sendo os professores destas, apoiados por professores especializados, formados no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, em Lisboa mas mantendo-se muitas instituições especializadas e, a nível distrital, centros de educação especial, vocacionados para a formação profissional e desvirtuados a partir de 2010. A partir de 1984, a formação destes professores especialistas degradou-se passando eles a serem formados em cursos de três meses, modelo que se repetiria no quadro jurídico da formação especializada, a partir de 1997, acrescido apenas de um projeto de intervenção na escola.

O ensino secundário, constituído até 1967, por dois ciclos de estudo na mesma escola, com sete anos de duração total passou a um sistema de estudos unificado no seu curso geral (primeiros três anos), sendo, até 1981, complementado por mais dois anos de curso complementar do ensino secundário, unificado também a partir de 1980 e acrescentado de um novo ano, o 8º, denominado 12º, para lá do ensino complementar, criado como ano de indução à universidade, incorporado no ensino secundário a partir

de 1994, com efeitos a 1996. E assim passando o ensino secundário a um ciclo de três anos.

A lógica da unificação do ensino secundário não vingou porque o ciclo complementar estava estruturado em áreas científicas como porque foram sendo introduzidas disciplinas opcionais nos 8º e 9º anos. Tal lógica de unificação tinha como argumento pretensão tornar os estudos todos iguais em dignidade suprimindo as vias técnicas e manuais. Em 1984, um ministro, José Augusto Seabra, teve a coragem de repor o ensino tecnológico e profissional o qual só viria a reaver a sua dignidade efetiva a partir de 1997, com a divisão do ensino secundário em vias científico-humanísticas e vias técnico-profissionais.

Iniciou-se então um período de maturação e desenvolvimento do ensino tecnológico e profissional que implicou a criação de gabinetes ministeriais distintos para a sua gestão, a criação de escolas artísticas e profissionais e ainda pressão sobre os institutos politécnicos para criarem vias de acesso ao ensino superior dirigidas aos alunos destas vias profissionalizantes, o que veio a concretizar-se a partir de 2000.

A **formação inicial de professores** foi muito diferenciada até 2000 se considerarmos educadores de infância e professores do primeiro ciclo, de um lado, e professores dos restantes níveis de ensino não-superior do outro.

Com efeito, se a educação de infância foi inexistente no ensino estatal até 1974, os professores do 1º ciclo/ensino primário foram os únicos que, desde 1914, tiveram uma formação profissional propriamente dita, com formação teórica e prática integrada num curso de três anos, reduzido para dois em 1932.

Já a formação inicial dos professores dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário não existiu até 1973, candidatando-se os professores interessados na carreira a um estágio de dois anos complementado com formação em Ciências Pedagógicas. A partir de 1973, as «universidades novas»² passaram a ministrar cursos de formação inicial integrada, com a duração de cinco anos, sendo os quatro primeiros de formação teórica e o último de estágio. Este modelo foi exportado para todas as instituições de ensino superior e cursos a partir de 1990.

2 Universidades novas foram as de Minho, Aveiro e Algarve (1973), e Beira Interior, Évora, Trás-os-Montes, Madeira e Açores (1977).

Entretanto, dado que o período 1970-1980 foi de uma enorme entrada de bacharéis e licenciados não habilitados inicialmente no sistema de ensino, foi necessário prover modelos de formação pedagógica para esses agentes de ensino. Tais modelos tiveram o seu auge entre 1980 a 2000, mas estão agora outra vez a ser recuperados dada a necessidade de prover novos profissionais por falta de candidatos a professor e por aposentação de muitos dos profissionais em exercício. Tal formação recebeu o nome de «profissionalização em exercício», entre 1980 e 1986, durante dois anos, nas escolas, consistindo em três componentes: área escola, área sistema educativo e prática pedagógica.

Em 1986, tendo começado a funcionar as escolas superiores de educação, passou esta formação, denominada já de «formação em serviço» para aquelas escolas mantendo-se também nas universidades.

A evolução dos ensinos básico e secundário foi mais rápida do que a **definição da obrigatoriedade escolar**. Estabelecida em cinco anos em 1911, regrediu para três em 1932, subiu para quatro em 1960, para seis em 1968, para 9 em 1986 e para 12 em 2009. O que significa que só as crianças e jovens entrados na escola nesses anos foram obrigados a cada uma das escolaridades. Vemos assim que o atraso português na definição das obrigatoriedades escolares foi de uma média de 100 anos para o ensino primário, de 75 anos para o ensino liceal geral, de 40 anos para o ensino secundário e de 30 anos para o ensino superior em relação aos países mais desenvolvidos do centro da Europa. Registe-se, neste contexto, o aparente sucesso do ensino superior, hoje com taxas de frequência e de conclusão semelhantes às daqueles países na população entre os 18 e os 24 anos, graças às políticas de facilitação de acesso e frequência do ensino superior implementadas a partir de 2000.

Assim, as performances na alfabetização e na escolarização da população, até 2000, refletem aqueles atrasos (Ver QUADRO II) apesar dos progressos e esforços de a partir de 1952.

Uma palavra ainda para os programas **de educação de adultos e educação permanente da população**. Embora tenha sido iniciada de uma forma sistemática a partir da Lei 5/73 (Lei de Bases do Sistema Educativo), o programa de educação de adultos existiu desde a I República através das Escolas Móveis, das Escolas Regimentais e do Plano de

Educação Popular, este de 1952. A partir do início da década de 1960, foram definidos regimes especiais de frequência e avaliação escolar para militares e para estudantes-trabalhadores, programas melhorados com regimes próprios para maiores de 23 anos, a partir de 2000.

No que respeita à educação de base de adultos, logo em 1974, o PNAEBA (Programa Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos) lançou as bases de um trabalho importantíssimo nas comunidades rurais, de natureza escolar e de natureza sócio-profissional, que se prolongou até aos nossos dias, tendo particulares reflexos na formação de adultos em geral e, particularmente, dos agricultores através dos novos programas de formação agrícola, financiados pela Comunidade Europeia e ministrados por associações agrícolas várias, e outras, a partir de 1990.

Para concluir esta secção, refira-se que «Sociedade do Conhecimento» que a WWW Web permitiu criar a partir de 1990, permitiu a constituição de muitas escolas profissionais privadas e centros RVCC (Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), estes a partir de 2007, que contribuíram para a aceleração da formação de adultos e da vertente profissional. Por isso, hoje, existe uma gama enorme de agentes educativos que apenas necessitam de maior regulação e de maior controlo de qualidade.

2. O Património Escolar do Concelho de Macedo de Cavaleiros no século XX

Não há muitos elementos sobre a educação no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Sabe-se que, em 1926, já havia pelo menos uma sala de aulas em todas as freguesias, em espaço alugado ou emprestado ou doado, mas só havia três escolas construídas de raiz: Chacim, Cortiços e a da Zona das Eiras, em Macedo de Cavaleiros.

Henrique Ferreira (2014) mobiliza diversas fontes para nos dizer que, em 1794, a Comarca de Bragança tinha 70 professores em 774 a nível nacional e Trás-os-Montes contribuía com 10% do fundo literário graças aos rendimentos do Vinho do Porto. E acrescenta:

«A Constituição Liberal de 1822, apesar da importância que o debate sobre a instrução pública assumiu nas Cortes Constituintes, para além de consagrar a “liberdade de ensino” – qualquer cidadão podia “abrir aulas para

o ensino público” –, vai limitar-se a referir vagamente que, nos lugares do Reino, haveria “escolas suficientemente dotadas” para ensinar “a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis”; e ainda, que as escolas existentes seriam “novamente reguladas”, criando-se outras “para o ensino das ciências e das artes” (Ferreira, 2014)

Isabel Alves, referida por Henrique Ferreira (2014) informa-nos de que, por 1820, havia em Trás-os-Montes 80 a 90 escolas e que funcionavam escolas de primeiras letras em Quintela e em Salselas e duas cadeiras de gramática latina em Izeda e em Valdrez. E acrescenta:

«Além destas, funcionavam seguramente uma ou outra escola particular – como a que existiu, por exemplo, no recolhimento de Nossa Senhora do Loreto, fundado em 1794, transferida em 1819 para Fornos de Ledra, que se manteve até à República e onde eram instruídas as “meninas pobres, gratuitamente, em educação religiosa e civil” –, o Seminário de Bragança e as escolas regimentais das unidades militares aí instaladas.» (Isabel Alves, cit. Em Henrique Ferreira, 2014)

Em 1836, foi criada em Bragança a primeira escola oficial do Distrito para o sexo feminino e, a partir de 1850, verifica-se um aumento das escolas de primeiras letras tendo sido criadas especificamente as de Izeda, Morais, Ousilhão e Podence.

2.1. O ensino privado confessional

O Seminário dos Padres Marianos da Imaculada Conceição no Convento de Balsamão, freguesia de Chacim (1954-1983)

A Igreja e o Convento de Balsamão situam-se no monte com o mesmo nome, a 4 Km de Chacim, a partir da Estrada Regional 216 (Estrada Nacional 216, até 1986), Km 18,2, que liga Macedo de Cavaleiros a Mogadouro). Hoje são também acessíveis por estrada a partir do Monte de Morais e Sobreda na confluência das localidades de Morais e de Limões, ambas do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

«A Congregação dos Padres Marianos da Imaculada Conceição da Santíssima Virgem Maria (ou, simplesmente, Marianos da Imaculada Conceição) foi

fundada por Santo Estanislau de Jesus Maria Papczyński em 24 de Outubro de 1673 na Polónia.

Instalou-se em Portugal em 1754, sob a direcção do Venerável Servo de Deus Casimiro Wyszynski (Ladislau Mroczek, e Basileu Pires, 2024). Em 1834, foi expulsa devido à extinção das ordens religiosas em Portugal por Decreto de Dom Pedro IV, sob proposta de Joaquim António Aguiar, do governo liberal, mas regressou em 1954.»³, iniciando nesse ano um seminário menor que, entre 1954 e 1960, funcionou no Seminário Diocesano de Vinhais. E, a partir de 1960, em Balsamão embora com funcionamento intermitente em várias localidades, como se verá abaixo.

«Com Maria, ao serviço de Cristo e da Igreja» foi o lema adotado pelos padres marianos de Balsamão, síntese da missão mais extensa decretada pelo Papa Inocêncio XII de «difundir o culto da Imaculada Conceição da Beatíssima Virgem Maria, oferecer sufrágios pelas almas do purgatório e prestar auxílio aos párocos no ensino da catequese e na administração dos sacramentos.»⁴.

Hoje, a missão dos padres marianos de Balsamão inclui a dinamização de evangelização e a realização de atividades para jovens e o seu encaminhamento vocacional, a cargo do Padre Eduardo Novo, estando a administração geral do Convento e a coordenação da ação pastoral nas paróquias a cargo do Padre Basileu Pires.

Como se escreveu antes, as atividades letivas do Seminário, em Balsamão, tiveram início no ano letivo de 1960/61, com 15 alunos (Luís Jerónimo, 2013: 193).

Segundo o autor referido, no ano letivo de 1968/69, com a criação da Telescola, os alunos dos anos correspondentes aos atuais 7º a 11º passaram para Bragança e, no ano letivo de 69/70, para Lisboa, Seminário dos Capuchinhos. A partir de 1972, o Seminário passou a funcionar em Fátima, no Seminário dos Missionários da Consolata e Verbo Divino.

Entre 1968/69 e 70/71, os alunos do Seminário de Balsamão fizeram exame no Liceu de Bragança; de 72 a 78 na Escola Preparatória de Macedo de Cavaleiros; e, a partir de 78

3 https://pt.wikipedia.org/wiki/Congrega%C3%A7%C3%A3o_dos_Padres_Marianos_da_Imaculada_Concei%C3%A7%C3%A3o, 12-11-2023, 19h48

4 <https://www.leiria-fatima.pt/congregacao-dos-marianos-da-imaculada-conceicao/>

até 83, restringidos aos 5º e 6º ano de escolaridade, frequentaram e fizeram exame em regime de Telescola, em Balsamão.

Quanto ao número de alunos, diz Jerónimo:

«Durante estes 22 anos, passaram pelo Seminário de Balsamão 560 alunos, sendo 173 desde o início (1960) até 1968, 272 de 1968 a 1978 e 115 de 1978 a 1982, ano do encerramento.».

Na entrevista que teve a amabilidade de nos conceder, o Padre Basileu Pires interpretou o fecho do seminário «como resposta à ausência de vocações, à laicização geral da sociedade, aos fracos resultados da ação formativa sacerdotal (apenas 2 padres) e à concorrência da Telescola, do Ciclo Preparatório e do Colégio de Chacim na formação dos jovens».

De qualquer forma, regista-se o contributo único do Seminário de Balsamão na formação dos alunos filhos de famílias pobres da região (concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Vimioso, Alfândega da Fé e Mirandela), cujas famílias não tinham dinheiro para pagar os estudos nem no Externato Trindade Coelho, em Macedo de Cavaleiros, nem nas escolas públicas de Mirandela e de Bragança sendo muito poucos os pré-adolescentes, adolescentes e jovens que, até 1974, estudavam nessas escolas públicas.

Assim se fomentava a reprodução das elites económicas, sociais e culturais, apenas combatida, no Estado Novo, pelos seminários, privados também de clientes a partir de 1974, com a generalização do programa de Transportes Escolares e dos apoios sociais e alimentares à frequência escolar, reorganizados, sistematizados, melhorados e entregues às autarquias locais os primeiros em 1979.

O Convento de Balsamão lá está, local de paz, de silêncio, de estudo e de contemplação, refúgio de meditação e de defesa da Fé em Deus e em Maria Imaculada, qual Mont Saint-Michel português entre as montanhas bravias que as gentes locais sacralizaram nos sacrifícios da vida e na crença da redenção por uma vida dura em harmonia com a natureza.

Hoje, o Convento de Balsamão adquiriu também a valência de pousada de peregrinos e hóspedes que procurem momentos em que possam descansar, ouvir o silêncio, o canto das aves, as vozes dos animais, o labor dos Homens e o chamamento de Deus. Esta va-

lência é candidata a uma forte melhoria através de um projeto de requalificação⁵ candidato a fundos comunitários.

Além disso, todos os anos se realizam ali as Jornadas Culturais de Balsamão para estudo da cultura, património e vivência religiosa local e regional.



Monte e edificado atual do Ex-Convento de Nossa Senhora de Balsamão. Foto Google Earth.



O Ex-convento e Monte de Balsamão vistos de Leste.

⁵ Projecto de requalificação do Convento e zona envolvente:
<https://agencia.ecclesia.pt/portal/braganca-jornadas-culturais-de-balsamao-dedicadas-a-memoria-e-ao-futuro/>



Equipa dinamizadora do Ex-Seminário de Balsamão
(<https://www.leiria-fatima.pt/congregacao-dos-marianos-da-imaculada-conceicao/>)

2.2. O Ensino público, de propriedade privada e associativa

2.2.1. Educação de infância

A Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado ofereceu serviço de creche e de animação das crianças em idade pré-escolar, desde os anos 50.

Já depois do 25 de Abril de 1974 elas instituíram Jardim de Infância, reconhecido pelo Estado.

A par deste serviço, recentemente, três outras entidades estabeleceram serviços de creche e de educação de infância. São elas a Escolinha Mágica, a Centro Social Nossa Senhora de Fátima e a Nuclisol, esta do Instituto Jean Piaget.

2.2.2. Ensino Liceal – o Externato Trindade Coelho (1940-1972)

Num tempo em que o Estado não oferecia educação estatal na grande maioria do território, isto é, só a oferecia nas capitais de distrito e concelhos mais populosos, coube

às iniciativas privada associativa e concordatária substituí-lo. Foi o caso do Externato Trindade Coelho, em Macedo de Cavaleiros, extensão do Externato com o mesmo nome, em Mogadouro.

O Externato só oferecia o ensino liceal.

Criado em Mogadouro pelo Padre Aníbal Varizo, no início dos anos 40, entendeu o criador que as gentes de Macedo de Cavaleiros tinham potencialidades para responder às exigências financeiras de tal Externato e o estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Sobretudo o de 1949, criou as condições legais para a extensão.

Os alunos e alunas recebiam as aulas no Externato, em Macedo de Cavaleiros, mas tinham de fazer exames finais de ciclo nas escolas públicas, ou em Mirandela ou em Bragança, porque o Externato não dispunha nem de autonomia nem de paralelismo pedagógico. Isto significa que o plano de estudos e o currículo escolares obedeciam integralmente ao projeto educativo nacional.

Os exames constavam, em cada disciplina, de exame escrito e oral, podendo-se dispensar do segundo desde que a nota do primeiro fosse igual ou superior a 14, numa escala de 0 a 20 valores.

O externato entrou numa relativa decadência a partir do final de meados da década de 60 pela concorrência do ensino público estatal e o seu final foi, apesar de tudo, feliz, graças à integração neste ensino desde 1971/1972.

Identificámos testemunhos sobre o Externato Trindade Coelho em Ramiro Salgado, em António Pires Cabral e José Vieira Pires Garcia. O primeiro foi professor do Externato nas décadas de 40 e de 50 e membro da equipa diretiva na década de 50. Além disso, fundou em Torre de Moncorvo o Colégio Campos Monteiro. O Segundo, aluno na do Externato, em Macedo, década de 50. O terceiro foi professor do Externato na década de 60 transitando para a escola secundária estatal, onde se aposentou.



Fachada do edifício do Externato Trindade Coelho, na Rua Pereira Charula, em frente à Casa Falcão, Macedo de Cavaleiros, em 1970. A fachada foi mantida em parte pelas obras ali efetuadas na década de 1990.

2.2.3. Ensino Básico unificado: o Colégio Ultramarino de Nossa Senhora da Paz, da Congregação das Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado, em Chacim (1979-2016)

A Congregação das Servas Franciscanas de Jesus Sacramentado foi constituída, em Portugal, em 1916, e no Distrito de Bragança, em 1941, na aldeia de Marmelos, Distrito de Bragança, sendo oficialmente reconhecida pelo Bispo D. Abílio Vaz das Neves em 1950, que já havia autorizado a casa de Chacim em 1944, e ali instituiu a respetiva Casa Generalícia em 1957, transferida para Bragança em 2004. Foi reconhecida como Instituto de Direito Pontifício em um Novembro de 1991.

A missão da Congregação é a da evangelização, da meditação, da ajuda na educação e na cultura e da filantropia aos mais desprotegidos, sobretudo crianças e idosos.

Na região, a Congregação tem casas em Pereiro, em Sendim, em Chacim, em Macedo de Cavaleiros, em Chaves e em Bragança. Conta com 148 membros em Portugal, Brasil, Angola e Moçambique.

O Colégio de Chacim é consequência da evolução do ensino em Macedo de Cavaleiros pois, ali, a partir de 1971, o Externato Trindade Coelho vai sendo integrado no ensino oficial do 2º ciclo e no terceiro ciclo, na Escola Preparatória Engenheiro Moura Pegado e, desde 1974, na Escola EB2 e 3 de Macedo de Cavaleiros, a qual passou a EB2,3 e S (Secundária) em 1978/79, sendo extinto em 1977.

Macedo de Cavaleiros tinha assim ficado sem ensino privado e as Irmãs da Congregação entenderam que este vazio devia ser preenchido por um ensino laico ainda que com influência concordatária, até ao 9º ano unificado. E assim, foram autorizadas a ministrar, a partir de 1979, o então Ciclo Preparatório e o Curso Geral Unificado, em regime de autonomia e paralelismo pedagógicos, admitindo alunos em regime de internato e de externato, provindos de todo o Distrito.

Em 1980, as Irmãs obtiveram contrato de associação para o Colégio e os alunos e alunas passaram a fazer exames finais na própria instituição, enquanto que, até aí, tinham de os fazer ou em Mirandela ou em Bragança, em escolas públicas.

Com o regime de associação o Colégio ganhou uma natureza mais democrática, do ponto de vista socioeconómico, porque os alunos mais pobres passaram a poder frequentá-lo pagando uma mensalidade menor dado o financiamento que lhes era garantido pela Ação Social Escolar e pelo contrato de associação uma vez que, graças a este, o Colégio passou a desempenhar funções reconhecidas como iguais às do Estado.

Mas, em 2016, o Estado retirou o contrato de associação às instituições privadas em cuja região houvesse ensino público e o Colégio de Chacim teve de fechar por falta de financiamento já que as famílias se viam impossibilitadas de contribuir com mensalidades bastante altas⁶.

Entre 1979 e 2016, terão passado pelo Colégio de Nossa Senhora da Paz 900 alunos e alunas dando assim o mesmo um elevado contributo para a formação geral no Distrito de Bragança e, particularmente, da população do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

⁶ Em entrevista, a Irmã Emília Seixas, Superiora atual da Congregação referiu-nos que tal mensalidade nunca seria inferior a 400 euros mensais revelando-se um fardo demasiado pesado para a clientela do Colégio.

2.2.4. Ensino superior: A Escola Superior de Educação e a Escola Superior de Enfermagem do Instituto Jean Piaget

Entre 1989 e 2010 funcionaram, em instalações próprias, duas escolas superiores. Lecionaram todos os cursos de Bacharelato e de Licenciatura, em cada uma das áreas referidas, chegando a ser frequentadas por um total de 1950 alunos, no conjunto das duas escolas.

Dado que se tratava de instituições privadas, quando a autossuficiência financeira deixou de ser garantida, em consequência da falta de clientes (alunos) na Escola de Educação, ambas fecharam. E também em consequência das opções políticas da Direção do Instituto orientando-se para investimentos em Angola.

Hoje ministram alguns cursos de formação profissional de nível IV, V e VI.

3. O Ensino Público, de propriedade do Estado

3.1. A educação de infância, de propriedade pública estatal começou a ser oferecida a partir e 1976/77

A educação de infância, de propriedade pública estatal começou a ser oferecida a partir e 1976/77.

Em 1989, o Concelho de Macedo de Cavaleiros era o concelho do Distrito com mais jardins de infância, num total de 12⁷.

Em 2023/2024, funcionam apenas quatro jardins de infância, dois dos quais em Macedo de Cavaleiros.

3.2. Ensino básico

O 1º CEB (ex-ensino primário) funcionou, pelo menos desde 1900, e até à década de 50, em salas doadas ou emprestadas ou alugadas, com exceção das três escolas construídas de raiz no início do século XX (Chacim, Cortiços e da Zona das Eiras, em Macedo de

⁷ Recolha da Educadora Maria das Dores Gonçalves, ESE do IPB, 1989.

Cavaleiros. A partir do início da década de 50, começaram a ser construídas as restantes escolas, cuja construção se prolongou até meados da década de 70. Foram construídas 50 escolas levando o ensino em sala própria a todas as comunidades rurais e ao resto da vila de Macedo.

Como já foi referido antes, o segundo ciclo do ensino básico funcionou, desde 1965/66 através dos postos de Telescola e através do Ciclo Complementar do Ensino Primário, ambos em escolas primárias. Não foi objeto de recolha no âmbito deste trabalho.

O sistema da Telescola funcionou até 2004 e o do ciclo complementar do ensino primário até 1972, sendo substituído, a partir de 1972/73, pelo Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que funcionou, até 1982, nas instalações do Externato Trindade Coelho, mudando-se a partir de então para o atual edifício.

O terceiro ciclo do ensino básico funcionou, desde 1974/75 até 1984, como escola básica – 3º ciclo e escola secundária de Macedo de Cavaleiros, na antiga prisão, atual sede da GNR, até 1983/84.

A partir de 2007, o currículo do 3º ciclo diversificou-se em função de públicos escolares diferenciados sendo criados currículos alternativos – o do Plano Individual de Educação e Formação e o do Curso de Educação e Formação, ambos para alunos sem um percurso escolar normal e orientados para a formação profissional com acesso direto a cursos profissionais no 10º ano.

3.3. O Ensino Secundário

Iniciado em 77/78, o ensino secundário teve escola própria a partir de 1985. Ao tempo, a procura social escolar ainda ultrapassava os 4500 alunos (1200 nos três anos do ensino Secundário). Hoje, ronda os 200 alunos, divididos em apenas três áreas científicas: ramo humanístico, ramo científico-natural e ramo sócio-económico.

Por seu lado, o agrupamento só consegue oferecer duas áreas de ensino técnico-profissional no ensino secundário: ramo de restauração e hotelaria e ramo de proteção civil.

O Agrupamento tem assim a sua sobrevivência ameaçada.

O edificado das escolas

O Concelho de Macedo de Cavaleiros dispõe, aos dias de hoje, em termos de ensino estatal, de educação de infância, de ensino básico e de ensino secundário. Dispôs ainda de ensino superior, a nível de estabelecimento público privado, na área da educação, entre 1989 e 2010.

Importa dizer que a oferta escolar ao nível do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário não é universal. Ao nível do 3º ciclo, depende das características da população escolar. Ao nível do ensino secundário, também não é universal, dependendo das áreas de estudo atribuídas à escola secundária pelos responsáveis pela rede escolar nacional e regional. O que significa que os alunos do Concelho ficam sempre limitados às opções oferecidas pela escola a menos que os respetivos pais estejam disponíveis para demandar outras escolas e outras localidades.

O ensino primário (atual 1º ciclo do ensino básico) terá sido oferecido pelo Estado pelo menos desde a I República, em função da disponibilidade de professores e de instalações, pelo menos em todas as freguesias do Concelho. Fomentou-se a abertura de escolas onde houvesse a oferta de instalação (sala) e até se permitiu que quem oferecesse a instalação escolar pudesse propor a nomeação de um ou mais professores (conforme as salas oferecidas), desde que com a habilitação equivalente ao atual 9º ano ou mediante sucesso numa prova pública, aberta aos diplomados com o ensino primário, requisito que foi sendo tornado mais exigente até ao fim do recrutamento destes professores sem habilitação inicial, chamados «regentes escolares», fim que ocorreu apenas em 1973.

Embora o Estado Português prosseguisse a construção de escolas, com objetivos de universalidade de acesso, desde as duas últimas décadas^{8 9} do século XIX¹⁰, a aceleração

8 É de referir, neste período, a construção das escolas do tipo «Conde Ferreira», o cognome de Joaquim Ferreira dos Santos, primeiro Conde de Ferreira, financiador do Hospital Psiquiátrico Conde Ferreira, no Porto, e de mais 140 escolas espalhadas pelo país, de que no espaço do Distrito de Bragança só conhecemos as de Mogadouro e de Vimioso.

9 Existiu ainda uma em Bragança, no local atual do Tribunal de Comarca para cuja construção destruíram a escola. Na altura, não existia ainda a Declaração de Roma (1970) para proteção do edificado histórico, mas, mesmo perante a sua existência, vários elementos arquitetónicos da transformação do Museu Abade de Baçal, em Bragança, entre 1994 e 1996, foram também adulterados sob a alegação pelo IPAAR de que a Declaração não se aplica a museus, o que é falso.

10 É de realçar aqui a construção das Escolas Conde Ferreira.

da construção ocorreu principalmente a partir de 1911¹¹ e, sobretudo de 1930. Ocorreu também, a partir de 1947, com o incremento da formação dos professores, graças à criação das escolas do magistério primário, em todos os distritos. E, ainda, de 1952, graças ao decreto¹² da obrigatoriedade escolar impondo multas aos pais que não deixassem ir os filhos à escola. Registe-se, em qualquer dos casos, que o programa de construção de escolas primárias só foi fechado na década de 1970 quando muitas escolas já estavam a ser suspensas, por falta de alunos, sobretudo a partir de 1980, observando-se assim uma clara falta de planeamento das construções face ao público escolar alvo¹³.

Apesar de haver escola na sede das freguesias, é estranho que só três construções escolares do Concelho sejam anteriores a 1910 sendo uma, a de Chacim, de 1904, a de Cortiços, provavelmente de 1908, e a da Praça das Eiras, em Macedo de Cavaleiros, provavelmente de 1910. As restantes escolas têm construção pós Plano dos Centenários, de 1940 (Lei 1985, de 27-12-1940), tendo sido construídas, as que foram construídas ao abrigo deste Plano, nas décadas de 1950 e de 1960 (Gomes e Machado, 2021). As restantes escolas primárias foram sendo construídas segundo um plano mais simples, adaptado do Plano dos Centenários, ao longo das décadas de 1960 e 70, e sob a responsabilidade das autarquias locais.

As escolas **Adães Bermudes**, o nome do Arquiteto que as desenhou e planificou, tinham, regra geral, duas salas, no rés-do-chão, embora as haja com quatro salas como a de Freixo de Espada à Cinta. Ao meio, entre as salas, tinham o átrio de entrada, os vestiários para cada sala, uma cozinha e uma casa-de-banho. Em cima do hall e da cozinha, tinham duas pequenas casas, uma para cada um dos professores. Se comparamos a sua construção, verificamos que as de Chacim e Macedo são tipos puros Adães Bermudes enquanto a de Cortiços tem a mesma disposição, mas não tem as sinetas ao cimo de cada sala de aula, uma para meninas e outra para meninos. Por outro lado, a de Cortiços homenageia materiais da região como o tijolo compacto vermelho a coroar as janelas.

11 Com efeito, a Monarquia deixou-nos, até 1854, 1199 escolas e, até 1899, 4495 escolas (Helena Araújo (1996), a I República, 6.000, e o Estado Novo as restantes 12.000, num total de 36.000 salas. O Estado Novo apostou essencialmente no ensino primário até 1965, só começando então a generalizar o ensino preparatório e, a partir de 1972, o secundário.

12 Decreto-lei 38968, e Decreto-Lei 38968, de 27 de Outubro de 1952.

13 Esta falta de planeamento foi longitudinal ao período de expansão da oferta de instalações escolares. Mesmo na década de 90, a Escola EB2 e 3 de Izeda, a Escola EB 2 e 3 de Rebordelo, a Escola EB2 e 3 de Lebução, a Escola EB2 e 3 de Torre de Dona Chama foram inauguradas com pouquíssimos alunos, o que anunciava a sua precoce suspensão.



Escola Primária com duas salas tipo Adães Bermudes, denominada Escola António Maria da Costa, Chacim, nome homenageando este seu mecenas (1904).

Pela sua originalidade, transcrevemos uma nota da Direção da Fundação **António Maria da Costa** (<https://famcc.pt/historia.htm>)

Nota da Direção da Fundação António Maria da Costa

António Maria da Costa, natural de Chacim, Macedo de Cavaleiros, filho de Francisca Rita Silva, partiu para o Brasil em 1868 com quinze anos de idade, conforme consta no seu passaporte de 27 de maio de 1868. Nesse outro mundo onde tantos seus conterrâneos prosperaram ou não, terra de sonhos e promessas, consta que fez fortuna. Segundo relatam os mais antigos um dia viu-se perdido e prometeu-se a nossa Senhora de Balsemão (protetora de chacinenses e de todos os que a ela recorrem com fé). Generosamente prometeu ajudar a sua terra, principalmente os mais pobres e desfavorecidos. Promessa felizmente concretizada!

Deve-se a ele a construção do edifício da antiga e agora bem restaurada Escola Primária, o magnífico edifício da casa de Santo António onde a par do convento das irmãs Servas Franciscanas, funcionou durante muitos anos a “Creche”, um serviço para apoiar e educar as crianças da localidade.

Doou terrenos com oliveiras e lameiros de pastagem tendo iniciado a exploração de minas de água na serra, efetuando - se a respetiva canalização, com marcos de água espalhados pela aldeia para abastecimento desse bem essencial a toda a população.

Em sua homenagem e num agradecimento que se prolongará no tempo, a Fundação António Maria da Costa procura fazer o bem como ele assim almejou, administrando os seus bens com o objetivo de desenvolvê-los, inovando.».

(<https://famcc.pt/historia.htm> , 20-12-2023)

O Plano dos Centenários(1940), assim chamado por se pretender comemorar os três centenários (1140, 1640 e 1940), a propósito e em homenagem à Exposição Universal do Mundo Português, foi planificado em 1941 (Despacho Presidência do Conselho de Ministros, Diário do Governo nº 174) permitiu uma adaptação regional das construções, podendo-se utilizar materiais de cada região (predominando em Trás-os-Montes o xisto e o granito), utilizando-se uns belos elementos de granito (ex., Podence), noutras de madeira de castanho, respeitando todas porém, a volumetria, as características de orientação à luz solar, o arejamento e os recursos de aquecimento exigidos pelo plano nacional dos centenários (Evangelina Silva, 2004; João Silva, 2013).

O tamanho regulamentar das salas era de 36 metros quadrados para um máximo de 36 crianças que, por vezes, chegavam às 60¹⁴, sendo o espaço iluminado por três janelas com quatro metros quadrados de luz cada uma a incidir do lado esquerdo das crianças. O soalho era em madeira, para não ser tão frio no inverno, mas arejado por baixo para não apodrecer. Junto ao teto havia também saídas de arejamento e renovação do ar. E todas as salas tinham chaminé ainda que a de muitas escolas não extraísse bem o fumo o que impossibilitava a utilização.

Os projetos estiveram a cargo dos arquitetos Raul Lino e Rogério de Azevedo sendo revistos regionalmente pelos arquitetos Manuel Fernandes de Sá, Joaquim Areal, Eduardo Moreira dos Santos e Alberto Braga de Sousa. O modelo das salas e os seus arranjos interiores eram uniformes para todo o país, mas os materiais e a configuração podiam variar. Foram desenhados dois modelos fundamentais: um, urbano, com a entrada em arco e com porta e janelas de madeira trabalhada, com várias salas, e um modelo rural com uma entrada em portão de grade aberta e janelas menos nobres. No Distrito de Bragança, o Despacho de 1941 previa 249 escolas e 303 salas e, para o Concelho de Macedo de Cavaleiros, 29 escolas e 33 salas (Evangelina, Silva, 2004). Na realidade, os planos seguintes alterando o inicial, elevaram a contabilidade do Concelho para 42 escolas ao abrigo do Plano.

14 O número máximo oficial de crianças por sala, desde a I República, nunca foi superior a 44 e foi baixando até aos nossos dias estando hoje estabelecido em 25, podendo ainda baixar para 18 em caso de integração de crianças com necessidades educativas especiais. O Estado Novo baixou-o até 32, ao longo da década de 60. Porém, na realidade, o número de crianças por sala variava em função da procura social, sendo, muitas vezes, um fator de abandono da escola, por ausência de condições de higiene e bem-estar. Se não havia mais salas, o número de crianças subia: O Professor Joaquim Dória relata as condições de ensino com 84 crianças e outros professores justificam o uso da violência física para manter a disciplina face ao número demasiado elevado de crianças. Há relatos de professores do ensino primário que registaram 84 alunos na sala.

Também os equipamentos foram definidos a nível nacional: a secretária do professor, as carteiras dos alunos, o estrado e as suas dimensões, o armário dos equipamentos pedagógicos, os mapas e os instrumentos de peso, de medidas e de quantidades, o quadro negro, o giz e as lousas para os alunos, elementos que foram melhorando ao longo dos anos, sobretudo depois do 25 de Abril de 1974. Note-se que até a própria régua (denominada na gíria por Santa Luzia e outros nomes) para castigo dos alunos foi aprovada em 1930 para ser usada com «temperança e bom senso», sendo proibida nos anos 60, mas mantendo-se informalmente, mesmo depois do 25 de Abril de 1974.



Escola exemplar do Plano dos Centenários, em Carrapatas, Macedo de Cavaleiros.

As restantes escolas já têm características de construção mais versátil embora mantendo as características internas antes referidas.

Sintetizando, o Concelho de Macedo de Cavaleiros tem os seguintes edifícios:

- Três escolas Adões Bermudes (Cortiços, provavelmente 1908, Chacim (1904) e Praça das Eiras, em Macedo de Cavaleiros (provavelmente, 1912);
- Plano dos Centenários urbano (Projetos de 1940 a 1944, construção das décadas de 50 e 60, 12 escolas e 26 salas.
 - 1 sala: Arcas, Olmos, Vale Benfeito, Lamas, Grijó, Ala, Lagoa, Carrapatas;
 - 2 salas: Toural – Macedo de Cavaleiros;

- 3 salas: Talhas, Bornes;
- 4 salas: Morais e Trinta – Macedo de Cavaleiros.
- Plano dos Centenários rural, projetos da década de 60 (27 escolas), 44 salas:
 - 1 sala, 13 escolas: Soutelo Mourisco, Sesulfe, Soutelo Mourisco, Talhinhas, Sobreda, Valdrez, Meles, Gradíssimo, Espadanedo, Corujas, Burga, Castro Roupal, Cernadela;
 - 2 salas, 14 escolas: Fornos de Ledra, Lamalonga, Salselas, Vale da Porca, Peredo, Murçós, Salselas, Limãos, Castelãos, Vale de Prados, Brinço, Bagueixe, Vilarinho de Agrochão, Ferreira;
 - 3 salas: Podence.
- Projetos locais, 3 salas:
 - uma sala, 3 escolas: Meles (1966), Vilar do Monte, Vila Nova da Rainha.
- Projetos locais, incomuns, 2 salas:
 - 2 salas: 2 escolas: Travanca, Santa Combinha.



Escola Plano dos Centenários, com duas salas, em Macedo de Cavaleiros (Tipo urbano), conhecida como Escola do Toural. Sede do Museu Martim Gonçalves de Macedo ou Museu da Batalha de Aljubarrota, da Associação Terras Quentes e da Câmara Municipal.



Escola Plano dos Centenários, com quatro salas, em Morais (Tipo urbano).



Escola Plano dos Centenários, com quatro salas, em Macedo de Cavaleiros (Tipo urbano).
Conhecida por Escola do Trinta, foi reconstruída, após um incêndio, em 1973.
Sede do Museu de Arqueologia Albino Castro Lopo, da Associação Terras Quentes e Câmara Municipal.



Escola, adaptação do Plano dos Centenários, em Podence (Tipo Rural), com três salas.



Escola do Plano dos Centenários (Tipo Rural, década de 60), em Peredo, com duas salas.

Ensino Básico e Secundário: Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros

O Agrupamento foi constituído em 2007/2008, na sequência da reorganização administrativa das escolas do Concelho, ao abrigo do Decreto-Lei nº 7/2003 e da Carta Educativa Municipal, aprovada em Assembleia Municipal em 27 de junho de 2006, conforme proposta da Câmara Municipal, de 29 de maio de 2006, e homologada pelo Ministério da Educação em outubro de 2006 ¹⁵.



Perspetiva parcial da sede administrativa do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros.

Segundo o Projeto Educativo do Agrupamento, para 2021-2024¹⁶, este abrange todas as estruturas escolares em funcionamento (Jardins-de-infância, Escolas E.B.1 e ainda a Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros), todas do ensino público estatal, num total de oito, conforme segue:

- Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros localizada na cidade de Macedo de Cavaleiros, que engloba o 1º Ciclo (3.º e 4.º anos) e 2º ciclos (polo 2) e 3.º ciclo e o ensino secundário (polo 3).
- Escola Básica de Macedo de Cavaleiros, também situada na cidade de Macedo de Cavaleiros, compreende o ensino pré-escolar e as turmas de 1º e 2º anos do 1º ciclo.

¹⁵ <https://www.aemc.pt/portal/wp-content/uploads/2022/11/Projeto-Educativo-Aprovado-2021.pdf>

¹⁶ https://www.google.com/search?q=carta+educativa+do+Concelho+de+Macedo+de+Cavaleiros&rlz=1C1SQJL_enPT886PT886&oq=carta+educativa&gs

- Escola Básica do 1º Ciclo / Jardim de Infância de Chacim.
- Escola Básica do 1º Ciclo / Jardim de Infância de Morais.
- Jardim de Infância de Travanca.».

O agrupamento é constituído por uma população escolar que abrange todos os níveis de educação e escolaridade obrigatória, incluindo oferta formativa de dupla certificação ainda que só ofereça algumas áreas vocacionais do 3º CEB e do ensino secundário conforme distribuição da entidade que superintende na rede escolar regional e local.

O número de alunos regrediu de 4.240 em 1984¹⁷ para 2.768 em 1998/99 (Carta Educativa, 2006), e para 1.554 em 2023¹⁸.

Enquanto os antigos edifícios das escolas primárias/1º CEB têm construção a partir de 1950 até 1975 (com exceção das três escolas tipo Adões Bermudes), embora a ministração das aulas tenha data mais antiga, o edifício da escola básica (antigo Ciclo Preparatório) tem construção de 1980, com financiamento parcial do Banco Mundial, ainda que a escola tenha funcionado, desde 1972/1973, nas antigas instalações do ex-Externato Trindade Coelho, até 1980¹⁹, transferindo-se então para as atuais instalações. O então Ciclo Preparatório funcionou ainda, entre 1972 e 1974 como extensão da Escola Preparatória Augusto Moreno, de Bragança.

O edifício mais recente da escola primária/1ºCEB (Pólo 2) tem construção de 2012, num estilo caixote articulado em que o espaço pedagógico, a luz e os logradouros parecem ter sido pouco pensados para uma instituição de educação e, sobretudo, para crianças em Educação na Infância e no 1º CEB.

Já o edifício da escola secundária tem construção de 1984, com financiamento do Banco Europeu de Investimento, tendo a escola sido criada em 1974/75 e funcionado nas antigas instalações da prisão de Macedo de Cavaleiros, hoje sede da secção da GNR no Município, transferindo-se (a escola) em 1985 para as atuais instalações.

17 Este número resulta da consulta das matrículas neste ano letivo.

18 Números fornecidos pela Direção do Agrupamento.

19 Pelo menos em 1979, o edifício ainda é requisitado pela Direção Geral do Ensino Básico à Sociedade proprietária do Externato.



Pólo II do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros (Educação de Infância e 1º CEB).

4. O património educacional no Concelho de Macedo de Cavaleiros

Para efeitos deste trabalho, vamos entender por património educacional o conjunto de habilitações adquiridas pela população do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Excluímos assim do conceito, a cultura informal adquirida nas convivências sociais e nas estruturas sociais existentes, sobretudo, as da Igreja Católica, dos partidos políticos, dos sindicatos e de outras associações.

O censo de 1864 diz-nos que, em todo o Distrito de Bragança, só havia 107 escolas primárias, 96 para rapazes e 11 para raparigas, num total de 3484 alunos (3.133 rapazes e 351 raparigas). O Censo de 1878 informa-nos de uma evolução: entre 1864 e 1878, em que o número de escolas no Distrito aumentou de 107 para 195, E reforça que não só houve esta diferença no total de escolas femininas e masculinas como na aproximação do número de femininas às masculinas: 96 masculinas e 11 femininas em 1864 e 150 masculinas e 45 femininas em 1878.

A evolução do património educacional é muito lenta entre 1850 e 1970, tanto em termos de alfabetização da população como em termos de habilitações adquiridas. Conta-se por dezenas o número de pessoas habilitadas com a escola primária até 1910; por centenas, até 1930. E por poucos milhares, até 1950. Este panorama desolador repercute-se na pessoas habilitadas com ensino secundário, em 1950, década em que quase não ultrapassa o meio milhar. Muito menos com ensino superior, onde não chegamos às 100 pessoas.

Tudo isto iria mudar a partir de 1952 a um ritmo acelerado para o ensino primário, duplicando a frequência escolar nas escolas e atingindo-se 90% de escolarização de crianças até aos anos 1970, mas a um ritmo lento para o ensino secundário, acelerando na década de 1970 e na década de 90 para o ensino superior, constituindo o Programa PRODEP um fator de aceleração na formação da população.

Em 2020, o Concelho de Macedo de Cavaleiros já só tem 1333 pessoas sem ensino primário completo embora ainda 832 delas analfabetas. Mas já tem 18% da sua população habilitada com ensino secundário e 14% habilitada com ensino superior (QUADRO II).

QUADRO II
Evolução da Formação da População do Concelho de Macedo de Cavaleiros
(1864-2020)

	Analfabetos %	1º CEB	2º CEB	3º CEB	12º ano	Secundário	Médio	Superior
1864	88%							
1878	85%							
1890	83%							
1900	81%							
1911	79%							
1920	75%							
1930	68%							
1940	58%							
1950 ¹	53%	2372				127		61
1960	42%	5773				230 ²		71 ³
1970	35%							
1981	27% ⁴	38	7,7	3,9	1,2		1,1	0,8
1991	21							
2001	16	33,9	12,9	12	8,0		0,3	5,0
2011	11,4	34,5	10,6	15,5	11,2		0,7	10,4
2021	6,1 ⁵	32,3	12,6	15	18,2		0,6	14,0

¹ Dados de 1950 e 1960 expressos em número de alunos que concluíram o grau.
² Havia ainda 401 a frequentar.
³ Havia ainda 15 a frequentar.
⁴ <https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-721>.
⁵ <https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-721>.

Fontes: Censos do INE e Pordata

REFERÊNCIAS

- Agrupamento de Escolas de Torre de Moncorvo (sd). Breve biografia do Dr. Ramiro Salgado Patrono da Escola. <https://www.aetmoncorvo.com/pdfs/patrono.pdf>
- Alves, Maria Isabel, 1999 – *A Escola Trasmontana – Tempos, Modos e Ritmos de Desenvolvimento, 1759-1835*. Bragança: Bringráfica, p. 254-255.
- Beja, Filomena (1990). Muitos anos de Escola – Vol. I – Edifícios para o Ensino Infantil e Primário (até 1941). Lisboa: ME-DGAE.
- Beja, Filomena (1996). Muitos Anos de Escola – Vol. II – Anos 40 a anos 70. Lisboa: ME, DGRE. Editorial do Ministério da Educação. Edição financiada pelo Montepio Geral.
- Cabral, António M P (2020). “Enquanto Tiver Vida e Saúde Espero Não Deixar de Escrever, Espero Morrer com a Caneta na Mão”. <https://www.jornalnordeste.com/noticia/enquanto-tiver-vida-e-saude-espero-nao-deixar-de-escrever-espero-morrer-com-caneta-na-mao>
- Candeias, António e Eduarda Simões (1999). Alfabetização e Escola em Portugal no século XX. Censos Nacionais e Estudos de caso. *Análise Psicológica*, (1999), 1 (XVII): 163-194.
- Conselho Local de Acção Social de Macedo de Cavaleiros (1991). Diagnóstico Social do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal. https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/uploads/document/file/2052/Diagn_stico_Social_do_Concelho_de_Macedo_de_Cavaleiros.pdf
- Distrito de Bragança. Evolução entre 1864 e 2011. <https://populacaodistritodebraganca.jimdofree.com/macedo-de-cavaleiros-1/o-concelho/>
- Ferreira, Henrique C A dimensão do Problema Educacional. Em *Amigos de Bragança*, 10ª Série. Nº 6, Outubro de 2004. PP. 40-41.
- Ferreira, Henrique C. (1992). *A Administração da Educação Primária entre 1926 e 1986*. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado).
- Ferreira, Henrique C. (2007). *Teoria Política, Educação e Participação dos Professores*. Lisboa, FPCE: Ed. EDUCA.
- Ferreira, Henrique C. (2014). *Educação e Cultura em Bragança (1820-2012)*. Em SOUSA, Fernando (Coordenador, 2014). *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, Vol. I, pp. 379-445. Porto: CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) e Câmara Municipal de Bragança.
- Ferreira, Maria da Conceição Duque (2003). *A Construção da Escola Inclusiva*. Bragança: IPB. Série Estudos, nº 62.
- Garcia, José V C (2010). Memórias e outras Histórias – O Externato Trindade Coelho, em Macedo de Cavaleiros. Macedo de Cavaleiros. Editora desconhecida. Em <https://adriveinmycountry.blogspot.com/2010/06/externato-trindade-coelho-memorias-e.html>
- Gomes, Pedro e Matilde Machado (). A escolarização em Portugal no princípio dos anos 40: uma análise quantitativa. <https://doi.org/10.4000/ler.historia.9349>
- JERÓNIMO, Luís (2013). *Seminário de Balsamão*. Em Padres Marianos da Imaculada Conceição. (2013). *Balsamão, Epicentro de um Território – desde há 400 milhões de anos*. Atas das Jornadas Culturais de Balsamão, em 2013. *Balsamão*: Centro Cultural de Balsamão (2013). Pp. 193-196.
- Lenine, Vladimir I. (1971). *Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Nosso Tempo. Original, 1916. Tradução de Soveral Martins.
- Mroczek, Ladislau (Pre, M.I.C) e Basileu Pires (Pre Mariano). 2024. *História Marianorum Renovatorum in Lusitania (História dos Marianos Renovados em Portugal)*. Convento de Balsamão. (Cortesia, em publicação). Tradução de Francisco José Correia.
- Portugal. Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros. Projeto Educativo (2021). Em <https://www.aemc.pt/portal/wp-content/uploads/2022/11/Projeto-Educativo-Aprovado-2021.pdf>
- Portugal. Câmara Municipal de Bragança (2006). Carta Educativa do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Em https://www.google.com/search?q=carta+educativa+do+Concelho+de+Macedo+de+Cavaleiros&rlz=1C1SQJL_enPT886PT886&oq=carta+educativa&gs

Portugal. Congregação dos Padres Marianos. Projeto de requalificação do Convento e zona envolvente em Balsamão: (2022). Em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/braganca-jornadas-culturais-de-balsamao-dedicadas-a-memoria-e-ao-futuro/>

Portugal. INE (16-12-2021) *Resultados provisórios dos Censos 2021*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=526271534&DESTAQUESmodo=2. 16-12-2021. Acedido em 18-12-2021 Documentos excel e pdf

Portugal. INE. *Dados provisórios da população residente no Censo 2021*. https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html- 28 /7/2021. Acedido 30-07-2021. Plataforma interactiva.

Portugal. INE. Maria Joannis Baganha e José Carlos Marques. *Estatísticas históricas Portuguesas*. Lisboa: INE. Coordenação de Nuno Valério. Acedível também em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1960). *10º Recenseamento da População e da Habitação – 1º Volume*. Lisboa. Documento em papel.

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1970). *11º Recenseamento da População – Estimativa a 20% – 1º Volume*. Lisboa. Documento em papel.

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1981). *12º Recenseamento da População – Resultados*. Lisboa. Documento em PDF.

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1996). *13º Recenseamento da População (1991) – Resultados definitivos*. Lisboa. Documento em PDF.

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2002). *14º Recenseamento da População/ IV da Habitação (2001) – Resultados definitivos*. Lisboa. Documento em papel e em PDF.

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2011). *15º Recenseamento da População/ V da Habitação (2001) – Resultados definitivos*. Lisboa. Documento em papel e em PDF. Acedível em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554.

Portugal. Jornal Público (29-07-21). *Dados da população residente no Censo 2021*. Em <https://www.publico.pt/2021/07/29/sociedade/noticia/populacao-concelho-freguesia-subiu-desceu-ultima-decada-1972283> Plataforma interativa dos dados por Concelho e freguesia. Acedido em 29-07-2021.

Portugal. Museu virtual. Plano dos centenários – Tipo urbano e tipo rural. <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/os-edificios-escolares-do-plano-dos-centenarios/as-primeiras-escolas-do-plano-dos-centenarios/> 23-07-2023.

Silva, Evangelina C. (2004). As nossas escolas do 1º ciclo. Em BRIGANTIA, Vol. XXIV, nºs 1 e 2, pp. 175-233. Bragança: Câmara Municipal e Arquivo Distrital de Bragança.

Silva, João Pedro Frazão (2013). O Plano dos centenários - As escolas primárias (1941-1956). Acessível em <http://hdl.handle.net/10362/11341>.

Teixeira, Alfredo A. (OFM), (2004). Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado – 50 anos de vida. Bragança: Edição da Congregação.

τφ



La cultura del lino en el
territorio de los Zoelas

La cultura del lino en el territorio de los Zoelas

* A. Miriam Arranz Gozalo

RESUMO:

A cultura do linho foi, durante séculos, de grande importância no território outrora habitado pelos *Zoelas*, constituindo-se como um elemento diferenciador deste povo face aos seus vizinhos. O seu cultivo e colheita, bem como o seu laborioso e meticuloso processo de transformação (para ser utilizado como tecido), tem sido, em parte, transmitido de geração em geração, no local onde este povo pré-romano se fixou – território esse, mais tarde romanizado, e que, atualmente, ocupa partes de Portugal e Espanha. A História, a Arqueologia e as tradições populares (Etnografia) demonstram a importância da cultura do linho na zona dos *Zoelas*, onde Macedo de Cavaleiros e o seu território, se encontrariam integrados, corroborando a importância desta produção.

RESUMEN:

La cultura del lino ha sido relevante durante siglos en un el territorio que habitaron los zoelas siendo un elemento diferenciador de este pueblo con respecto a sus vecinos. Su cultivo, su recolección, así como su laborioso y minucioso proceso de transformación para ser usado como tejido se ha ido transmitiendo de generación en generación en esa ubicación donde estuvo asentada esta tribu prerromana, posteriormente romanizada, que actualmente ocupa partes de los países de Portugal y España. La Historia, la Arqueología y las tradiciones populares demuestran la importancia de la cultura del lino en la zona de los zoelas que, obviamente, también ha sido corroborada en el territorio que hoy en día ocupa el *Concelho de Macedo de Cavaleiros*.

*Licenciada en Historia y Máster en Patrimonio Cultural por la Universidad de Valladolid.

“Deja que me rodee la bola,
 que ella sola se divierte.
 yo también me divierto
 cuando voy de noche a verte, morena
 Santas y muy buenas noches
 mocitas de ese hiladero,
 que parecéis gallinas
 cuando están nel gallinero, morena”

**(La Ronda de los Hiladeros,
 zona de Sanabria, Zamora)**

Desgraciadamente nuestro folklore está actualmente bastante menospreciado e ignorado por la sociedad. Queda incluida la palabra “nuestro” intencionadamente porque, aunque sin tener constancia real de ello, intuyo que, al igual que sucede en mi tierra de Castilla y León, en la región de *Trás-os-Montes* ocurre lo mismo... Pero es, sin ningún tipo de dudas, una fuente absolutamente valiosa para conocer las tradiciones populares de nuestros territorios y poder tener constancia de cómo eran esas costumbres, creencias, canciones, artesanías, etc.

Haciendo una pequeña búsqueda en el cancionero popular rápidamente se encuentran referencias al hilado y al lino, como queda plasmado en el fragmento del inicio de este texto, lo cual demuestra la importancia que ha tenido hasta el siglo XX la tradición de cultivar, recoger e hilar el lino en un territorio muy concreto que se encuentra dentro de la zona que ocupó el pueblo de los zoelas en la Península Ibérica.

Remontándonos en el tiempo, es un hecho probado que el ser humano lleva miles de años usando fibras vegetales para elaborar telas o cuerdas y, en lo que respecta al lino, muchos estudios señalan que sus fibras son las más antiguas que se conocen y su uso se remonta a tiempos prehistóricos. En la cueva *Dzudzuana*, ubicada en el Cáucaso, se hallaron fibras de lino de hace 34000 años y, según las investigaciones, procedían de lino silvestre que crecía en las proximidad de este lugar. Por su parte, en localizaciones como Turquía y Egipto se ha comprobado que el lino se utilizaba para fabricar ropajes desde los siglos VII y V a.C. respectivamente, siendo un material de vestimenta idóneo para climas cálidos por su capacidad de absorción y su rápido secado. Como dato referente a este Antiguo Egipto, sus momias solían envolverse usando la fibra de lino. Se considera que

los fenicios expandieron el uso de este material el cual, además de para elaborar tejidos, se utilizaba para otros fines como velas, lienzos, fabricación de papel, elaboración de aceites... *La Biblia* también recoge la relevancia que tuvo la cultura del lino en la antigüedad: “los espejos, el lino fino, las gasas y los tocados” (Isaías 3:23); “Y les harás calzoncillos de lino para cubrir su desnudez” (Éxodo 28:42); “Y el sacerdote se pondrá su vestidura de lino” (Lévico 6:10); o “Y David iba vestido de lino fino, y también todos los levitas que llevaban el arca, y asimismo los cantores, y Quenanías era maestro de canto entre los cantores. Llevaba también David sobre sí un efod de lino” (Crónicas 15:27). La religión cristiana también considera que la sábana con la que fue envuelto el cuerpo de Jesús estaba elaborada con lino, esta reliquia está expuesta en la Capilla Real del de la Catedral de San Juan Bautista de Turin (Italia).

Volviendo a la Península Ibérica, los zoelas, en latín *zoelae*, fueron uno de los veintidós *populi* perteneciente al convento de los Ástures referida en la división de la provincia Citerior de la Hispania romana. Su ubicación estaba localizada en un territorio entre el oeste de Zamora y el noreste de Portugal (tierras de *Miranda, Trás-os-Montes y Bragança*) marcando así el límite suroeste del *conventus asturum* con los galaicos y los vetones.

No obstante, la adscripción de una *gens* (agrupación civil o sistema social en la Antigua Roma) a un territorio es una cuestión que habitualmente produce cierta discusión y en el caso de los zoelas, como suele acontecer, se ha producido un debate en torno a dónde se ubicaría exactamente la mancha geográfica de esta población. Lejos de profundizar en estos debates, es mejor aludir a que no hay dudas sobre que esta tribu prerromana y, posteriormente romanizada, habitó en un territorio que abarcaría lo que hoy es parte del *Concelho de Macedo de Cavaleiros*.

Todo apunta a que su capital era *Curunda*, del Pacto de los Zoelas, donde se ubicaba el *ordo Zoelarum*. Existen diferentes opiniones sobre cuál sería la ubicación exacta de este núcleo poblacional que se localizaba en algún lugar entre la provincia de Zamora y la zona de Bragança entre las cuales están; el Castro de Avelãs (Portugal), el territorio del Rabanal (Zamora) y, con bastantes evidencias después de las excavaciones desarrolladas por la Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaaleiros “Terras Quentes”, el propio Concelho de Macedo de Cavaleiros (Portugal).

La *Civitas Zoelarum* surgió como consecuencia de la reorganización del territorio una vez acometida y consolidada la conquista romana y conviene destacar que algunos autores no dudan en afirmar que los Zoelas fueron una de las etnias más antiguas de toda la Península Ibérica.

Las excavaciones arqueológicas desarrolladas sobre esta tribu han concluido que su economía estaría basada en la ocupación de territorios idóneos para el cultivo del lino y de una agricultura mayormente de subsistencia, a lo que sumarían el aprovechamiento de recursos cinegéticos y cierta ganadería. En este sentido es importante destacar que precisamente esa vinculación con el lino les hacía diferenciarse con el resto de pueblos vecinos y, como ya se ha mencionado, la relevancia de ese material en este territorio ha permanecido intacto hasta el siglo pasado.



Reproducción de herramientas utilizadas por los zoelas en el proceso de convertir el lino en tejidos.
<https://arionatura.blogspot.com/2011/05/ciclo-do-linho.htm>

Plinio El Viejo en su “Historia Natural” mencionó la importancia del lino en este pueblo: “La Hispania Citerior tiene también un lino de una blancura extraordinaria, por la calidad de las aguas del torrente que baña Tarragona, en el que se lustra; su finura es maravillosa y es de allí donde se han descubierto primero los tejidos de cárbaso. De la misma Hispania

y desde hace poco tiempo, ha venido a Italia el lino de los Zoelas, utilísimo para las redes de caza; la civitas Zoela es una de la Gallaecia y está próxima al océano”.

Es necesario precisar que esa parte en la que Plinio liga a los Zoelas con la proximidad del océano ha suscitado diferentes controversias y en el pasado provocó que algunos autores ubicaran su territorio más al norte. Actualmente parece aceptado que esa expresión de Plinio no suponía necesariamente una localización muy próxima al mar.

Este pueblo dejó estelas funerarias con símbolos circulares aludiendo al sol y con diseños de fauna con diferentes animales como el venado o el cerdo. Igualmente, dejaron muchas inscripciones dedicadas a su dios Aernus, aspecto que ha servido para delimitar mejor el espacio donde habitaron ya que era una deidad específica de esta tribu de la cual los pueblos limítrofes carecían. *Bragança* y *Castro Avelãs* cuentan con ejemplos de estos vestigios dedicados a este dios y cabe destacar que, igualmente, se localizó un ara votiva con ex voto a su Aernus junto a la puerta de la capilla del Sr. de Malta, en la localidad de *Malta* perteneciente a la *Freguesía dos Olmos del Conselho de Macedo de Cavaleiros* con la inscripción: “Al Dios Aerno. Lucrécio Valente, por voto”.



Reproducción del ara votiva encontrada en Malta, Freguesía dos Olmos (Museo Municipal de Arqueología Coronel Albino Pereira de Macedo de Cavaleiros).

Al referirse a sus inscripciones no podemos dejar de mencionar que de esta tribu se conserva en el *Staatliche Museen* de Berlín (Alemania) la famosa placa de bronce coronada por un frontón triangular llamada “Tabla de Astorga” (también conocida como “Pacto de los Zoelas”) en la que se renueva un pacto de hospitalidad entre *gentilitates* de esta *gens*.

Volviendo a referirnos al territorio del *Concelho de Macedo de Cavaleiros*, conviene recordar que, curiosamente *cortiço* es un recipiente elaborado de *cortiça* que forma parte de la producción de obtención del lino y, de esta misma manera, también es denominada la zona donde se encuentra ubicado el yacimiento de Cramanchão: *Freguesía dos Cortiços*.

Las campañas arqueológicas desarrolladas en el poblado romanizado de Cramanchão constataron la importancia de la cultura del lino en este núcleo poblacional como bien lo demuestra el gran volumen de material arqueológico hallado relacionado con esta plantación y su consecuente actividad textil.



Pesos de telar y fusayola encontrados en Cramanchão.

Durante las campañas de los años 2005 y 2006 compartí con el *Mestre* Carlos Mendes la dirección de los trabajos arqueológicos desarrollados en Cramanchão y pudimos dar continuidad a la aparición de restos relacionados con esta cultura del lino. Concretamente, en los trabajos llevados a cabo en los sectores A y C, hallamos un total de diecisiete pesos de telar elaborados en piedra, dos pesos de telar fabricados en cerámica y una fusayola también de piedra. (Parte de esos materiales encontrados se pueden visualizar expuestos en las vitrinas del *Museo Municipal de Arqueología Coronel Albino Pereira de Macedo de Cavaleiros*).

Se poseen los restos arqueológicos, pero ¿cómo era el proceso desde que se plantaba el lino hasta que se terminaba su hilado?

Linum Usitatissimum, derivado del *Linum Angustifolium* o *Hispanicum*, parece que es el tipo de lino que se ha cultivado tradicionalmente. El tipo principal de esta planta es propia de los países mediterráneos siendo mejorada por la mano del hombre. El lino es una hierba anual de la que normalmente crece un solo tallo poblado de numerosas hojas estrechas. El fruto que nace de su flor es seco y redondo siendo las semillas que se alojan en las cámaras que lo componen de color castaño. El lino florece más o menos (dependiendo las zonas) desde abril hasta julio siendo la temperatura un factor clave de la calidad de su fibra: en climas más cálidos se desarrolla con más grano y menos fibra, mientras que en climas más fríos se obtiene menos grano y más fibra. Concretamente, para la producción de tejidos hay que recurrir al tallo del lino, del que se extraen sus fibras. Sin embargo, sus semillas servirán para realizar harina y aceite de linaza.

El lino es una planta herbácea y oleífera de la familia de las lináceas que requiere de tierra fértil y de un preciso regadío para su crecimiento, el cual puede oscilar entre los 20 y los 60 centímetros. Posee un tallo en cuyo interior existe un tubo poligonal del que se extrae la fibra textil y una corteza leñosa que debe de ser sometida a un largo proceso para ser eliminada. En los primeros meses del invierno es preciso abonar y arar la tierra en la que se va a sembrar para que el terreno sea oxigenado y aumente su riqueza orgánica. La siembra se realiza realizando surcos entre los meses de abril y mayo procurando que la semilla sea ubicada a poca profundidad y muy junta. Jornadas después se procede a dejar planos los surcos para que la planta germine en menos de diez días.





Recreación de las tareas siembra y recolección del lino en Pobladura del Aliste (Zamora).
Aires de Aliste.

Precisamente, la rapidez de esta planta en germinar ha sido recogida en la tradición popular de las provincias de León y Zamora con el siguiente dicho: “Dice la linaza al centeno: Cállate tontarrón que estás un año bajo el terrón. Y le contesta el centeno: para eso, tú, remejida, que aún no *t’an sembrao* y ya estás ñacida”

La planta del lino precisa de 125 días aproximadamente para desarrollarse momento en el cual se procede a cortar y dejarla a secar. Una vez seca comienzan los trabajos de limpieza y de separación del tallo, los cuáles reciben diferentes nombres según la zona. A continuación, el lino se seguía trabajando hasta dejarlo totalmente seco y se colgaba de forma que la mitad de tronco grueso estuviera opuesta a la fina con el fin de que no quedara muy deshecho. El siguiente paso era llevar estos preparados al río y se colocaban bajo agua tapados con piedras alrededor de 15 días con el fin de que la cáscara quedara blanda y se pudriese presentando un color como la ceniza. Una vez realizada esta fermentación se separaban las fibras filamentosas de la corteza y, cuando eran extraídas del río, se procedía a una segunda pequeña fermentación en los siguientes días. En ese momento, eran colocadas sobre la tierra o acumulados formando figuras parecidas a conos para proceder a su secado. Acto seguido, era el momento de coger una maza para *mazar* con contundencia las manadas obtenidas sobre una piedra lisa y cóncava. De este proceso el lino comenzará a perder las aristas más gruesas.



Recreación de las tareas del lino en el río en Pobladura del Aliste (Zamora). *Aires de Aliste*.

Las denominadas *puntas* y *tascos* servirían para hilar las prendas más finas mientras que el resto se destinarían para lienzos y prendas más gruesas. Ya en la época medieval se introdujo en el proceso en el que se usaba la *fitera*, una viga horizontal sobre la que se colocaba una tabla en posición vertical con el fin de encontrar un apoyo para, colocado en el borde superior, se pueda golpear el manojo con el fin de obtener una fibra ya más suave y depurada a la cual le quedaría el proceso rastrillar para separar, aún más, los diferentes tipos de hilos para ser destinados a un uso u otro de los anteriormente señalados. Lo siguiente ya era proceder a su hilado en la rueca y comenzar a elaborar la prenda ideada. La elasticidad y la suavidad del lino como materia textil ha propiciado que haya permanecido su uso desde la antigüedad hasta nuestros días.

Este proceso de hilar el lino se ha repetido durante siglos siendo una actividad generalmente de las mujeres. Cuando se disponían a hilar, tomaban un cerro de la cesta para ser desplegado sobre el rocambo de su rueca que antes habían humedecido depositando algunas gotas de saliva en la madera para que la materia aglutinante del lino se adhiriera más fácilmente. Cuando la rueca ya estaba enroscada se ponía un aparato parecido a un copete en forma de cono truncado o se fijaban las fibras por medio de un cordel. La hilandera entonces colocaba la rueca en la pretina izquierda de su saya cayendo sobre el mismo brazo. Con su mano izquierda (dedos índice y pulgar) iba *esmesando* las fibras de lino necesarias según iba torciéndolas por medio del huso, manejado con la mano derecha realizando rápidos movimientos de rotación. Con este fin, el huso posee en la parte superior de su varilla una ranura en forma de espiral por la que se hace pasar el hilo a modo de eje para el movimiento del huso. Después del hilado, las madejas resultantes, una vez blanqueadas en un laborioso proceso, se llevaban al telar para ser transformadas en tejidos.

La tarea del hilado produjo una significativa vida comunal en los núcleos de población donde se producía el lino que tenía como epicentro el hogar y esta materia vegetal. Tradicionalmente, una vez guardado el ganado y en la época invernal en la que no había tantas tareas en el campo, las mujeres dedicaban las veladas a hilar siendo las niñas enseñadas en esta tarea desde temprana edad y antes de ser adolescentes ya eran expertas hilanderas.



Recreación de mujeres trabajando con las fibras de lino en el río en Pobladura del Aliste (Zamora).
Aires de Aliste.

Por ejemplo, en la zona trasmontana portuguesa, se consideraba que una buena ama de casa era la que sabía ejecutar con habilidad y buen gusto todo el proceso de convertir el lino en piezas útiles para el buen funcionamiento de la casa familiar.

Igualmente, no podemos obviar que esta especialización de las mujeres en las tareas de hilar el lino y su costumbre de agruparse con este fin también desarrollaron una auténtica tradición entre los hombres jóvenes (*mozos* denominados en mi tierra) de acudir a las proximidades de estas reuniones de féminas con el objetivo de cortejar a alguna de ellas. Igualmente, estas propias veladas solo de mujeres servían para que estas pudieran crear un clima entre ellas de relajación para poder centrarse en tratar temas de sus exclusivos intereses en esos momentos.

En lo referente al *Concelho de Macedo de Cavaleiros* la cultura del lino permaneció siendo muy relevante en la producción familiar, pero en el siglo XIX, la irrupción de las plantaciones del algodón, unido a la despoblación que, sufrida en la zona a lo largo del siglo XX, provocaron que poco a poco se fuera perdiendo la tradición heredada del lino en esta la zona noreste trasmontana.

Ese material había sido cultivado durante siglos por todas las familias que habitaban en las diferentes aldeas repartidas por el *conselho*, sin importar si eran más ricas o más pobres, en todas ellas esta cultura heredada de los zoelas estaba absolutamente implantada. Concretamente, de forma mayoritaria, se plantaban dos tipos de lino: el gallego y el árabe (existe alguna referencia a un tercer tipo denominado *canhamo*). El primero de ellos, el gallego, se sembraba en la primavera en terrenos de regadíos que solían denominarse *chão das hortas*. Por el contrario, el lino árabe, curiosamente se sembraba en otoño, al mismo tiempo que otros cultivos como el trigo o la cebada, en lugares conocidos como *terras de colheita*. Con las fibras del lino se realizaban todo tipo de tejidos para elaborar toallas, pañuelos, colchas, servilletas, sacos, cordones... El ciclo de la producción del lino, como ya hemos señalado anteriormente, requería de un laborioso y minucioso proceso, que en esta zona de Portugal poseía unos pasos denominados de la siguiente manera: *sementeira, curtimento, maçagem y espedelagem*.

Por su parte, en la Comarca de Aliste (provincia de Zamora, España) la plantación del lino ha tenido durante siglos una gran relevancia, hecho que se puede constatar con el dato de que gran parte de la indumentaria y del ajuar existente en sus hogares provenía de esta planta (junto con la lana). En esta zona las personas mayores recuerdan que el lino se sembraba “por San Marcos” (25 de abril) y para ello se destinaban las mejores tierras, ubicaciones que eran conocidas como los pagos “los linares”. En últimos años, en estas tierras de Aliste se están desarrollando diferentes proyectos que buscan dar a conocer esta cultura del lino y recuperar su plantación.

En la zona que hoy ocupa lo que se conoce como la Comarca Sanabresa (provincia de Zamora, España) también permaneció hasta el siglo XX esta cultura del lino heredada de los zoelas con una finalidad principal de autoabastecimiento, ya que no siempre era posible una producción de excedentes que permitiera su venta o trueque debido a hechos como que había una escasez de tierras de cultivo o una climatología excesivamente fría.



Mural "Filandar" de mujeres pintado en Zamora (España) del autor Kike Orduña. Iniciativa de promoción del arte urbano desarrollado por el Ayuntamiento de Zamora.

Sin lugar a dudas, los zoelas dejaron una huella muy significativa en el territorio en el que habitaron a través de su cultura del lino, la cual fue heredada generación tras generación, siglo tras siglo, hasta llegar a nuestros días con sus evidentes modificaciones. Un material natural que unificó una concreta ubicación a través de sus plantaciones y sus rituales de elaboración pero que también dotó de un carácter propio a esta zona concreta que hoy ocupa parte de Portugal y España.

Lino, Linho, hilar, filandar, rodar, rueca, espadelagem, hilandera, cortiço, esmesar, tear, maçagem, linaza... También hemos heredado de esta cultura del lino unos ricos vocablos en ambos países que nos vienen a corroborar la importancia de esta plantación heredada del pueblo prerromano. Al igual que se puede observar esta relevancia en las tradiciones populares, como es el caso concreto de las famosas mascaradas invernales de los *Carochos* o *Filandorros* celebradas en la comarca zamorana de Aliste en las que uno de sus personajes es el *Lino*, el cual representa a un pobre alistano que porta un manajo de esta planta a sus espaldas y en la mano lleva o bien una cachaba de pastor o una antorcha encendida. Tampoco podemos olvidarnos del cancionero popular de estas zonas y sus proximidades en el cual nos han llegado las referencias al lino como bien

podemos escuchar en este cántico de la provincia de León (España): “Derechito al palo ahí está el camino, soy un pobre ciego por dios no lo endilgo, coge rueca en cinta cargada de lino, y vete a enseñarle al ciego el camino”.

Son tantas las referencias y tanto el tiempo en el que ha permanecido en el territorio de los zoelas la cultura del lino que ahora, tal vez, nos encontramos en el momento de preguntarnos si podemos permitirnos la osadía de dejar perder esta antigua tradición. Sinceramente, pienso que no...

BIBLIOGRAFÍA

- Alarcão, J.** (1998) – *O domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Mem Martins. Europa América (Fórum História). 1998.
- Lemos, F. S.** (1993) – *Povoamento romano de Tras-os-Montes Oriental*. Vol. II-III. Universidade do Minho, Braga. 1993.
- Alarcão, J.** (1990) – *A Conquista do Território* In Alarcão, J de Coord. *Portugal das origens á romanização*. Nova Histórica de Portugal, I. Lisboa.
- Guerra, Amílcar** (1995) – *Plinio-o-Velho e a Lusitânia*. Edições Colibri, Lisboa.
- García y Bellido, A.** (1993) – *España y los españoles hace 1000 años según la “Geografía” de Estrabón*. Espasa Calpe.
- Jorge Juan Eiroa** (2000) – *Nociones de Prehistoria general*. Ariel Prehistora.
- Montenegro A., Blázquez J. M^a. y Solana J. M^a.** (1986) – *España Romana*. Editorial Gredos.
- Barandiarán, I., Martí, B., Rincón, M^a A. y Maya, J.L.** (2007) – *La Prehistoria de la Península Ibérica*. Ariel.
- Joaquín Miguel Alonso** (1985) – *El cultivo y el tratamiento tradicional del lino en Sanabria*. Anuario 1985, Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo.
- António Cravo** (2004) – *O linho e a produção familiar*. Cadernos 04, Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes”.
- Kvavadze, Eliso, Ofer Bar-Yosef, Anna Belfer-Cohen, Elisabetta Boaretto, Nino Jakeli, Zinovi Matskevich and Tengiz Meshveliani** – *30,000 Years Old Wild Flax Fibers. Testimony for Fabricating Prehistoric Linen*. Harvard Library, Office for Scholarly Communication.
- Fundación Joaquín Díaz** de la Diputación de Valladolid, fonoteca digital de su página web.
- Asociación Científico-Cultural Zamora Protohistórica**, página web.
- Asociación Cultural de Danzas y Tradiciones “Aires de Aliste”**, página web.

τφ



Rodrigo Díaz de Vivar.
Um herói Espanhol,
mas também Português

Rodrigo Díaz de Vivar. Um herói Espanhol, mas também Português

*Carlos Alberto Santos Mendes

**Miguel Pereira Coutinho Sanches Baêna

***Daniel Ribeiro Santos Mendes

“Quando Portugal, durante c.900 anos da sua história, preserva as suas terras pela ponta da espada, deve personificar esses feitos em heróis que sejam a sùmula das suas heroicidades e que nela reúna todos os ideais acumulados para o País. Resumindo; deve-se exaltar a sua história, os seus feitos, que fizeram com que hoje sejamos o que somos.” – Os signatários

Rodrigo Díaz de Vivar nasceu, não se sabendo ao certo a data, mas supõem-se que aconteceu entre os anos de 1040 e 1050, (muitos historiadores apontam o ano de 1043) numa pequena localidade de nome Vivar, pertencente à municipalidade de Quintanilla del Vivar, actualmente com 340 habitantes, e que se situa a cerca de 7Km da cidade de Burgos, pertencente à Comunidade Autónoma de Castela e Leão.

* ORCID -0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa); – Director dos Cadernos “Terras Quentes”, sócio fundador e Presidente da Direcção da Associação de Defesa do Património “Terras Quentes”.

** Doutoramento em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e investigador e Vice-Presidente da Associação Terras Quentes. Perito em história militar. Membro do Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo” Non, ou A Vã Glória de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990 Braveheart realizado por Mel Gibson, 1995, Linhas de Wellington 2012 produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz. Autor de vasta obra publicada.

*** Doutoramento em Biomecânica, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa. Grau de Consultor/Assistente Graduado de Ortopedia desde 2017, Ortopedista, Hospital Ortopédico do Outão, Coordenador do Serviço de Ortopedia, Hospital da Luz – Setúbal, Coordenador da Unidade de Patologia do Pé e Tornozelo do Serviço de Ortopedia, Hospital Beatriz Ângelo, Coordenador do Cluster Tejo CUF de Patologia do Pé e Tornozelo, Coordenador da Secção de Biomecânica da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia no biénio 2021-2022, Membro da *American Academy of Orthopedic Surgery*; membro da *European Society of Sport traumatology*; Membro da *European Foot and Ankle*; Membro da *Amsterdam foot and Ankle Platform*; Membro da Sociedade Portuguesa de Medicina Desportiva.

Filho de Diego Laínez, de sua mãe conhece-se somente o apelido Rodriuez, mas esta era filha de Rodrigo Álvares proveniente da Alta Nobreza Castelhana. Rodrigo Díaz de Vivar era, então, muito jovem quando ficou órfão de pai; [Josef Quintana p.4] e D. Fernando I “O Magno” Rei de Leão e Castela, por gratidão pelos serviços que Diego Lainez prestou ao reino, acolheu o filho no seu palácio com 10 anos de idade [Cintra p.298] e cuidou da sua educação. Esta educação seria toda militar; e os progressos que fez foram tais que na guerra de Aragão e na batalha de Grados, onde o rei D. Ramiro foi derrotado e morto, não houve guerreiro que superasse Rodrigo.

Por isso, o Rei, para homenageá-lo, nomeia-o alferes das suas tropas, que naqueles tempos era a primeira patente da milícia, tal como o foi mais tarde a dignidade de Condestável.

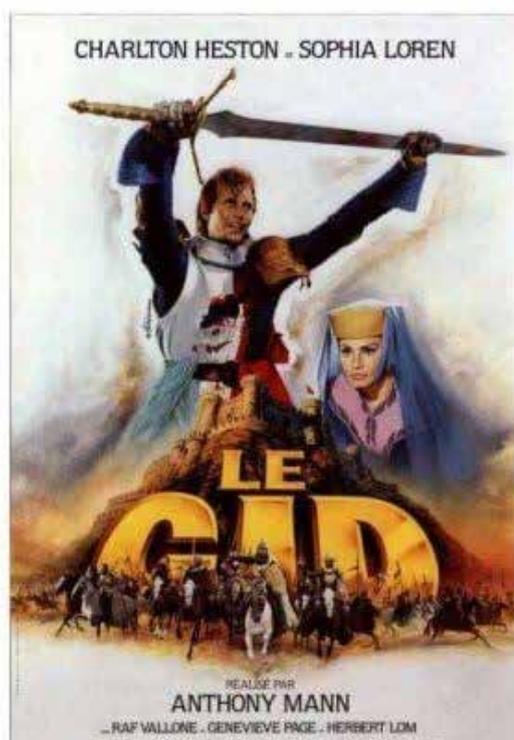
Casou com Jimena Díaz, de quem teve três filhos; Cristina, Diego e Maria.

Desde sempre, Rodrigo Díaz de Vivar, foi reconhecido pelos seus méritos em batalha, como um herói em Espanha, mas pouco dos seus feitos se conhecem por terras Portuguesas. À época já existia o Condado Portucalense 868-1143, mas, nas mãos do Conde D. Henrique de Borgonha, pai do nosso primeiro Rei Afonso Henriques, só a partir do ano 1096, três anos antes da morte de Rodrigo Díaz de Vivar, e pouco se tem falado deste em Portugal.

Como conheceu a claridade da ribalta em Portugal!

Foi no ano de 1961, que o produtor Anthony Mann realizou o filme, que deu a conhecer a Portugal Rodrigo Díaz de Vivar, mas, pelo epíteto “El Cid o Campeador” (Charlton Heston, representando “El Cid” e Sophia Loren no papel de Jimena Díaz, sua mulher). O Filme dá a conhecer as aventuras, dramas e romances pelo que passou El Cid na sua vida, mas sobretudo em terras de Espanha, não se referindo aos seus feitos que desempenhou na defesa contra os Mouros, no território que é hoje Portugal. E, é essa via que queremos percorrer.

Pensamos que o nome do filme “EL CID o Campeador” vai tornar mais familiar este nome, para a maioria das pessoas, que nos possam ler.



[https://pt.wikipedia.org/wiki/El_Cid_\(filme\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/El_Cid_(filme)).

Justificação do apelido que tinha Rodríguez Díaz de Vivar

No início dos seus vinte anos de idade, Rodrigo de Vivar venceu em combate o Alferes de Navarra o que lhe valeu o título de “Campeador” (Campeão). Por outro lado, El Cid em tradução do “Árabe” quer dizer “O Senhor” era assim que Rodrigo Díaz era conhecido pelos Muçulmanos.

Todavia poderemos ler Pidal no Capítulo CDXLV, no parágrafo nº 11 da pág 297 = “*Antre os quaaes foy huu destes, Ruy Díaz o Cide. E este Ruy Díaz nunca quis que lhe chamassem se ão Rodrigo de Vyvar ataa que foi feito cavalleiro, em Coÿbra, asst como a estorya o devysara adyãte*”.

Não deixa de ser curioso que o Rodrigo de Vivar **só quis que lhe chamassem “EL CID”**, depois de ter sido armado Cavaleiro **em Coimbra**, isto é, a partir do ano de 1064.

Pensamos, desvendado o mistério do seu epíteto, ou melhor, como era mais conhecido – “El Cid o Campeador” – .

As forças Muçulmanas e o seu posicionamento militar, durante o século 11, na Península Ibérica

Antecedentes: Como se sabe a Península Ibérica foi invadida durante os anos de 711 e 713, por forças Islâmicas provenientes do Norte de África comandadas pelos generais Berberes “Tárique” “Muça Ibne Nóáir” e “Abdalazize Ibne Muça” que atravessaram o estreito de Gibraltar e derrotaram aquele que viria a ser o último rei Visigodo, “Rodrigo”, na batalha de Guadalete. Rei Rodrigo que tinha substituído os reis Visigodos Egica/Vitiza (pai e filho). Está em Exposição no Museu de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo, uma numisma destes reis recuperada na estação arqueológica do Sobreirinho, no lugar de Comunhas, na freguesia de Ferreira no Concelho de Macedo de Cavaleiros.



Legenda: Anverso e Verso da numisma “Triente”
 (cunhada entre os anos 700/710) proveniente da Necrópole do Sobreirinho, sepultura 6
 – Anverso: INDNMEGICAXREGI – Dois bustos afrontando-se com cruz entre ambos
 – Verso: WITTIAREX REGIS – Local de Cunhagem Gerunda (Gerona/Barcelona)
 Matéria-Prima: Ouro.

A Espanha do século XI apresenta um constante retrocesso do poderio Muçulmano na Península Ibérica. Desde a morte no ano de 1002 do seu grande chefe, o Califa Omíada de Córdova, Almançor (de família Iemenita). Será no ano de 1031 com o desaparecimento do Califa Hixame II, que termina a dinastia Omíada e assim se verifica a decadência deste Califado, até ao seu desaparecimento.

Depois de Almançor, o equilíbrio das forças políticas na Península muda: o século XI apresenta um novo aspecto; O desmembramento do califado dá um novo impulso/ /Ideário ao movimento de libertação que se convencionou chamar a “Reconquista”. O ambiente muçulmano continua a ser muito mais culto; Filósofos, matemáticos e poetas

abundam nele; mas, como diz, [Ballesteros-Beretta pp2 e 3] *“os Estados muçulmanos onde brilham tais homens sábios provarão em mil casos que a sua inferioridade vital em relação aos reinos ignorantes do Norte se tornou irremediável. Esta é a explicação das conquistas de Fernando I o Magno (Rei de Castela, 1035-1065 e 1037-1065 Rei de Leão) e Alfonso VI (Rei de Leão entre 1065-1072 e Rei de Castela 1072-1077) até a chegada dos Almorávidas”*.

Começou, por esta altura, o surgimento das Taifas [em árabe “at-ta’waif” – os reis das facções principados/pequenos reinos Muçulmanos independentes], que iam emergindo provenientes de grandes guerras internas entre as tribos muçulmanas, o que vai levar ao início da “Reconquista”.

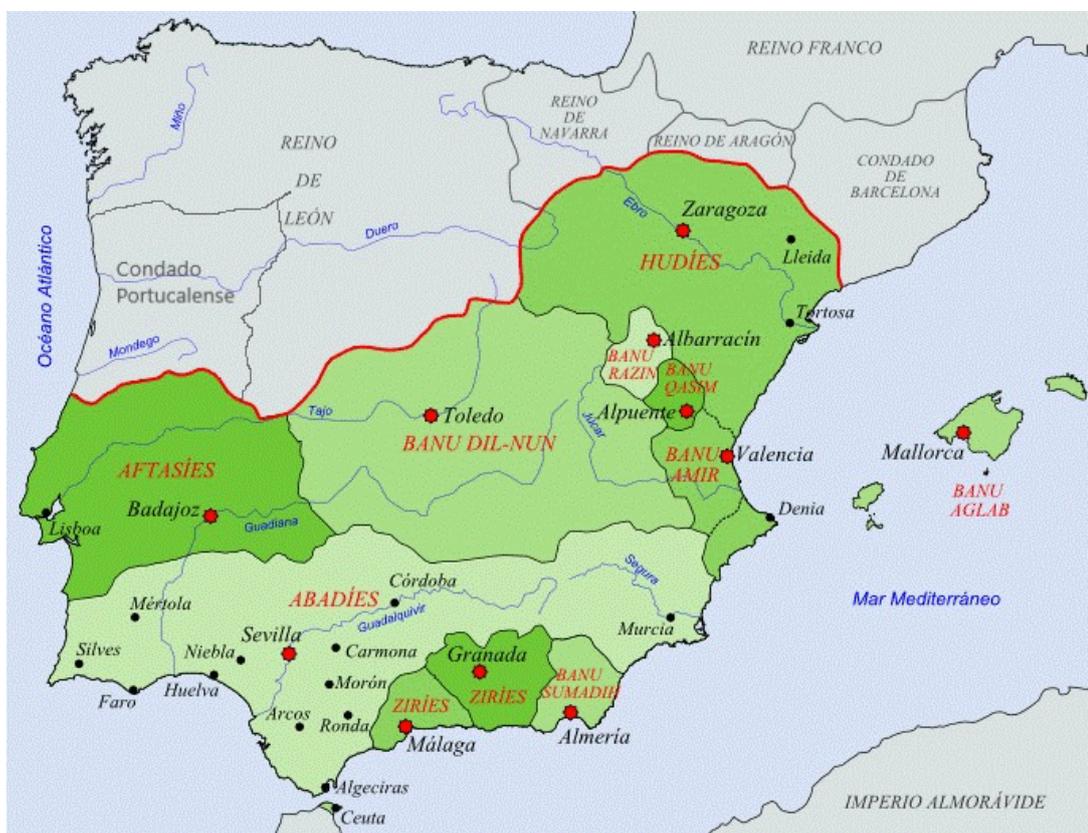
Esta proliferação de pequenos reinos (perto de cinco dezenas) veio enfraquecer o poder militar e estratégico Muçulmano.

Entretanto, provenientes de Marrocos da região do Magrebe, surge ainda no século XI, no ano de 1070, tendo como líder Abu Becre Ibne Omar, o Império Islâmico Almorávida. Esta potência religiosa berbere, que englobava a actual Mauritânia, Saara Ocidental e a metade sul da Península Ibérica, tentou a unificação daqueles pequenos reinos. Em 1086 na batalha de Zalaca, (próximo de Badajoz) vencem a aliança entre os reinos de Castela e Aragão.

Entretanto insatisfeitos com a presença dos Almorávidas em revigorar os estados Muçulmanos na Península, aparece o Califado Almôhada, que se viriam a destacar entre o século XII até meados do século XIII. O Califado Almôhada é um grupo proveniente de Marrocos, (do Alto Atlas) grande potência Berbere que abraça o fundamentalismo islâmico, tendo conquistado o Norte de África até ao Egipto e grande parte do Al-Andalus. A fundação deste movimento deve-se a Ibne Tumarte que viveu entre os anos de c.1080 e 1130.



Mapa da Península Ibérica datado de 1031, quando se dá o início das “Taifas”.



Mapa da geografia no terceiro quartel do século XI, da hoje, Península Ibérica – Condados, Reinos e Taifas; *in* Mapas; Península Ibérica – Wikipédia, a enciclopédia livre.Org (wikipedia.org)

Feita a introdução do ambiente político e militar até ao 2º quarto do século XII, assim, por meados do século XI nasce Rodríguez Díaz de Vivar.

Antes de nos referirmos aos feitos de El Cid, no hoje, território Português, vamos fazer uma pequena resenha de como ele é visto pelos historiadores Espanhóis, sobretudo Menéndez Pidal a recensão à sua obra que lhe faz Ballesteros, e a Crónica Geral de Espanha de 1344, entre muitos outros.

São raros os historiadores que obscurecem a sua imagem, mas com dificuldade encontramos; Assim diz Dozy: *“El Cid era inimigo de seu país, estuprador de igrejas, cruel, perjúrio, um mercenário, uma espécie de condottiero do século XI, ávido por glória e saque”*. As palavras são de Reinhart Peter Ann Dozy, historiador, nascido em Leiden na Holanda mas, que foi de imediato contrariado por Menéndez Pidal, que defende a imagem de El Cid, dizendo; *“Mas, Dozy, ignorou muitos acontecimentos; As suas interpretações arbitrarias falsificaram a figura do líder; não aproveitou adequadamente as fontes; Não conhecia o espírito da época, os motivos e costumes, os deveres e direitos do vassalo; ele altera a cronologia, e El Cid da realidade é, em termos de seus feitos e carácter, tão irreal, tão fascinado e manipulado quanto o Cid dos poetas do final da Idade Média”*.

E continua Pidal, [2011]; *“Rodrigo, foi Alferes-Mor de Castela; Rodrigo, o Campeador; foi importante a sua actuação na guerra dos três Sanchos, (A Guerra dos Três Sanchos, foi um breve conflito militar entre três reinos espanhóis nos anos de 1065-1067. Os reinos eram todos governados por reis da dinastia “Jiménez” que eram primos de primeiro grau: Sancho II de Castela, Sancho IV de Navarra e Sancho Ramírez de Aragão), No momento da morte de Sancho II de Castela, El Cid estava no partido hostil a Afonso VI de Leão, mas, mesmo assim, fez juramento, como vassalo de Afonso VI.*

Doña Jimena, asturiana e sua mulher é presa, Rodrigo de Vivar está em Oviedo, e depara-se com a ascensão na corte de García Ordóñez, (primo em segundo grau do rei Afonso VI de Leão), e seu grande inimigo.

No ano de 1082 a estrela do Cid ficou nublada; Afonso VI humilha os sevilhanos, combate os Saragoçanos, conquista Toledo; Alvar Háñez domina em Valência e o imperialismo de Afonso VI triunfa em toda a Península”.

El Cid perdeu a Espanha; outro Rodrigo irá salvá-la. Esta é a frase “cidiana” (independente e dinâmico, características de um líder) que resume uma política registada por Menéndez Pidal nestas palavras: Rodrigo *“foi quem com rigor crescente fez compreender aos muçulmanos espanhóis que qualquer aliança com os africanos era imperdoável”*. A Península tinha que voltar as costas a África; nasce o nacionalismo europeu contra o islamismo berbere.

O Imperador Afonso VI, cheio de raiva, quer arrebatá-lo o melhor prémio do Cid; Ele aparece diante de Valência, infligindo grande afronta ao extraordinário vassalo. A vingança do Cid não tardará; El Cid devasta a terra do seu teimoso inimigo, o alferes de Castilla, García Ordóñez. Desde então, como diz o autor, o sol imperial: eclipsa.

Copiemos um expressivo parágrafo de Menéndez Pidal: *“Para os dois mundos históricos, o islâmico e o ocidental, com contactos tão complexos entre si, chega agora o momento em que cada um aparece representado por uma personalidade eminente: Yúcufo e o Campeador, o homem do Saara e o castelhano enfrentam-se, concentrando em torno deles todo o interesse do conflito entre ambas as civilizações.”* Yúcufo não cruzaria o estreito; mas os valencianos, confiando na ajuda almorávida, quebraram a capitulação acordada com Rodrigo. Chega o socorro almorávida; El Cid espera com firmeza; Os inimigos não se atrevem a lutar com o Cid [Pidal, p10].

Pouco depois, em 21 de outubro de 1094, o Cid alcançou a retumbante vitória na batalha de Cuarte de Poblet (a poucos Km de Valência) – Contra o império Almorávida – lembrada nos registos, com estas palavras: *“Venerunt illos almorabides ad Valencia, et arravit illos Rodiric Didag et présot tota lur almehalla”*. Traduzindo de forma livre: Esses almorávidas chegaram a Valência, Rodrigo (El Cid) os escravizou e apreendeu toda a sua almehalla (cidade).

Menéndez Pidal, conta-nos o final da história; Essa existência, desgastada numa operação acelerada, consumida no ardor do próprio entusiasmo, combatida pela inveja e pela hostilidade, El Cid morre em 10 de julho de 1099. Mas, Jimena, esgotando os seus recursos, sai da cidade levando consigo o cadáver do Conquistador. Anos mais tarde (1108) as tropas de Afonso VI foram desmanteladas em Uclés, e seu filho Sancho e seu tutor, o inimigo do Cid, e o alferes García Ordóñez, morreram.

Mas, outras centenas de autores no decorrer dos séculos se debruçaram sobre a vida do Rodrigo Díaz de Vivar, como por exemplo; Bello, Andres, Obras Completas, Vol. VII, p. 53 cap. 89; relata-nos as maldades que El Cid fez ao rei de Toledo, assim; *“O rei de Toledo, ao saber do grande dano que havia recebido do Cid, Ruy Diez, ficou muito aborrecido e enviou queixa ao rei D. Alfonso. E então os ricos que queriam muito o Cid, ou se apressaram em procurá-lo com o rei Dom Alfonso, dizendo-lhe: “Senhor, Ruy Diez quebrou a sua fé e jura paz ao rei de Toledo!”. E o Rei ficou muito zangado com El Cid, e ordenou-lhe que deixasse todos os seus reinos dentro de nove dias; de outro modo, ele iria procura-lo. E isso pesou muito para os condes, mas pesou muito para os da terra, comunitariamente, para todos eles”*.

Logo, no capítulo seguinte, (Cap. 90) continua – *“E El Cid mandou chamar todos os seus amigos, seus parentes e seus vassalos, e mostrou-lhes como o rei D. Alfonso de Leão e Castela lhe ordenou que abandonasse a terra, e disse-lhes: «Amigos, quero sabe qual de você quer ir comigo? e aos que estão comigo, boa recompensa da parte de Deus; “E aqueles de vocês que moram aqui, eu quero ser seu pagamento.” E então saiu Don Alvar Fañez, seu primo Cormano: Convosco iremos, Cid, por terrenos baldios e por cidades, e você nunca perecerá enquanto estivermos vivos, convosco deixaremos as mulas, os cavalos e os pássaros. Sempre serviremos você, como amigos e vassalos leais. Foi com isso que todos concordaram, como disse Alvar Fañez; Cid agradeceu muito por tudo que foi discutido ali. E o Cid mudou-se com seus amigos de Vivar, e viu seus palácios deserdados e sem gente”*.

Mikel de Epalza, (p.159 e 258) na sua obra, Etimologia Árabe, sobre a análise da palavra Cid, como zoónimo “O Leão” ou com o Título “O Senhor/Governador” não querendo argumentar negativamente remete-nos para outros factores, como a necessidade de se encontrar para El Cid um título militar correspondente ao de Campeador (Campeão), usado pelas crónicas árabes, mas muito pouco melodioso para um contexto militar e até literário, em Árabe; o valor militar e épico da imagem do leão (síd ou cid, em árabe dialetal) e, sobretudo, a importância da luta entre o Cid e um leão, na Canção, “Mío Cid” que tem um valor simbólico, talvez de base onomástica, baseado na semelhança de uma imagem “leonina”. ainda hoje, num texto popular tunisino, se deseja ao recém-nascido a força e a astúcia do leão, à sua força social, sucesso. Que meu filho seja Leão/Senhor. Que minha filha seja uma Serpente.

Aliás, o poema épico “Mío Cid” (em alguns aspectos comparável aos “Lusíadas” de Luís de Camões), é bastante escalpelizado pelos historiadores Espanhóis, mas também por autores estrangeiros, como o caso de André Michalski Professor na Universidade Californiana de McGill, na sua obra; “Simetria doble y Triple en El Poema de Mío Cid” que nos remete novamente para o episódio do exílio aplicado pelo Rei Afonso VI, a Cid por este ter atacado os domínios do rei de Toledo (na posse muçulmana até ao ano de 1085). Diz, através do poema “Mío Cid” o que depois se passou, ou seja, um comportamento de mercenário/sobrevivência: *“Assim o Cid tem um prazo de nove dias para sair de Castela: quando sai de Burgos já passaram seis e restam três. El Cid chega a Burgos acompanhado de sessenta vassalos. Ao cruzar a fronteira já são trezentos. Ele exige seiscentos marcos para os seus cofres. O encargo oferecido por Martín Antolínez é de trinta marcos, depois de sofrer um cerco de três semanas, El Cid obteve a sua outra vitória em Alcocer: a mítica batalha em que o Cid Campeador (durante o seu exílio) derrotou os mouros tomando uma fortaleza localizada perto de Jalón (província de Alicante) com seiscentos cristãos, trezentos deles armados com lanças contra os reis Fáriz e Galve que comandam um exército de três mil homens. Os mouros mortos são mil e trezentos. Só Minaya mata trinta e quatro. Após a vitória, o Cid envia trinta cavalos de presente ao rei. Deixou aos mouros, primeiro Cástejón e depois Alcocer, recebendo de cada três mil marcos. São três cavaleiros catalães (o conde de Barcelona e dois companheiros) aos quais o Cid restaura a liberdade três dias após a vitória sobre eles. El Cid toma Valência com três mil e seiscentos cavaleiros cristãos”.*

Terminamos esta primeira parte dedicada à vida de Rodrigo Diaz de Vivar em Espanha com o testemunho de [Thuesen, Evelia Ana Romano; na sua obra “Transcripción y edición del Catálogo Real de Castilla, parte I” University of California, pág 119].

Esclarece-nos esta académica sobre a cronologia dos principais e mais antigos testemunhos bibliográficos escritos sobre Rodrigo Díaz de Vivar; *“A figura histórica e lendária de Rodrigo Díaz de Vivar serviu de tema para diversos escritos, tanto históricos como literários. Por enquanto, é interessante notar que o primeiro testemunho das cartas castelhanas, o Poema “Mío Cid”, é anterior a todas as crónicas ou contos que tratam do Campeador, pelo que pode muito bem ser considerado a primeiro como a principal fonte. Apenas uma crónica latina, Gesta Roderici Campidocti, seria anterior ao próprio poema, tendo sido escrita apenas um século após a morte do Campeador. Entre os*

documentos históricos que tratam do Cid, podemos citar: a Crónica Particular do Cid, anteriormente citada por Oviedo, Crónica Geral de Espanha de 1344, Crónica Abreviada e Crónica Cumprida de o Infante Don Juan Manuel, a Crónica ou Tractado e los fechos de Ruy Díaz de 1498. Além do Poema, o Cid é o protagonista da Crónica Rimada ou Lenda da Juventude do Cid e serve de centro para uma parte do General Romancero conhecido como Romancero del Cid”.

Muito haveria para dizer, mas, não é esse o objectivo deste artigo ou seja o percurso sobre a Vida de El Cid na sua Terra Natal, Espanha, com as palavras de Josef Quintana, retiradas da sua obra “Vidas de Españoles Celebres, p.1” .

“O campeão cid, nome que entre nós é sinónimo do esforço incansável de heroísmo e fortuna: igual a qualquer um dos antigos personagens em magnanimidade e patriotismo. Quando os olhos estão fixos nos tempos antigos da nossa história, a vista não percebe nada além de sombras, onde se confundem personagens, personalidades e costumes. A maior sagacidade, a crítica mais diligente, não conseguem passar pelas memórias rudes e discordantes, dos polémicos privilégios e das vagas tradições que nossos avós nos deram como testemunhos de suas ações. Só depois de uma investigação prolixa se acredita ter descoberto a verdade neste ou naquele facto.”

Resumindo; El Cid é o paradoxo da moderação e da violência: cautela, falta de jeito e arrogância; Rodrigo era inábil na captura delicada de legados, tradição e renovação. Nunca, porém, aparece como servo da tradição. A sua obra foi profundamente inovadora; e até mesmo, uma revolução dos usos épico-heroicos. Justiça, não, talvez mais “um fora-da-lei, sem lei”; “El Cid, no limiar de duas épocas, reúne o carácter heroico com o carácter cavalheiresco posterior”. Por fim, o seu lema poderia ter sido a fidelidade e a pátria, embora por vezes muitos de nós, leitores, percebamos um excesso neste aspecto, porque se a lei medieval declarasse lícito o ataque ao senhor que o merecia, em mais de uma ocasião, lamentamos a paciência de El Cid. Menéndez Pidal reitera: El Cid é um herói espanhol que lutou por uma determinada ideia nacional.

Rodríguez Díaz de Vivar, El Cid o Campeador em Terras Lusitanas

Para investigar informação da presença de El Cid em Portugal, iremo-nos servir, entre outras, da obra já citada de Evelis Romano Thuesen; (Transcripción y edición del Catálogo Real de Castilla) assim como passagens da História Geral de Espanha de 1344, escrita pelo historiador português Lindley Cinto, em 4 volumes, dos quais analisámos o volume III e o volume IV.

Mas começemos por aquilo que refere Evelis Thuesen (opus cit; na pag 287) com o título:

“Como o Rei Fernando Magno armou cavaleiro Rodrigo de Vivar, e como Santiago lhe apareceu e lhe deu as chaves de Coimbra.”

E diz;” *Na batalha que derrotou os mouros, Rodrigo de Vivar em Atienza. (a cerca de 90 km a sudeste de Madrid). Enquanto o Rei D. Fernando estava no reino de Leão, dirigiu-se para a Galiza, e os mouros, vendo-o separado de Castela, entraram por terra ... poderosamente. E Ruy Díaz de Vivar com seus parentes e amigos perto de Atienza os alcançou e travou uma batalha com eles, que venceu e matou e capturou muitos deles”.*

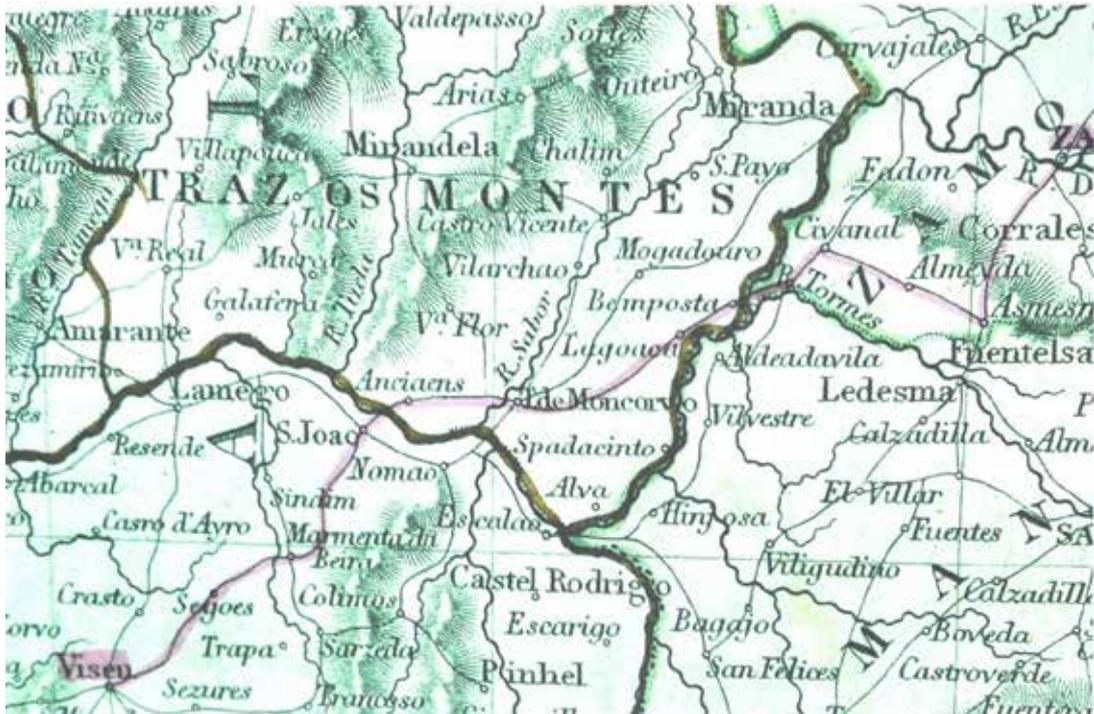
E prossegue a articulista na página 286; *“Quando e como ou porque Rodrigo de Vivar se chamava Çid, etc. Depois do que foi dito, o rei concordou em reconstruir e povoar Çamora, e Ruy Díaz de Vivar estava lá com ele, enviados dos Mouros reis, seus vassalos, vieram até ele com os párias que lhe deviam um grande presente. E querendo beijar-lhe a mão, ajoelhando-se diante dele, disse-lhes: “Beijai as mãos do rei, meu senhor, que está presente, cujas mãos todos nós beijamos”. E eles fizeram o que ele lhes ordenou, e quando o fizeram, ajoelharam-se e disseram-lhe: “Çid, os cinco reis que você capturou, seus vassalos, envie os párias que eles lhe devem e estão obrigados neste presente.” E ele pegou e deu o quinto de tudo ao rei. Mas não quis dispensá-lo, agradecendo-lhe a contenção e ordenou que doravante chamassem o dito Ruy Díaz, Çid Ruy Díaz, porque os mouros o tinham chamado assim. E assim foi feito”.*

Na página 287, diz; *“D. Fernando I (rei de Leão e Castela) tomou Viseu e Coimbra e armou Rodrigo de Vivar como cavaleiro neste cerco a Coimbra. Conta o Burgensis que o apóstolo Santiago apareceu ao referido rei e lhe entregou as chaves de Coimbra [sic]. E no tempo deste rei floresceu Santo Domingo de Silos (Mosteiro Beneditino a sul de Burgos). E depois disto, o dito rei mandou chamar o dito Ruy Díaz e os altos homens dos*

seus reinos, e entrou poderosamente em Portugal e tomou Viseu aos Mouros pela força das armas. E, então, muitos outros lugares foram dados a ele em detrimento do favor que eles tinham. Depois disso, foi para Coimbra, que estava cercado há muito tempo, lugar onde Ruy Díaz de Vivar fez coisas muito notáveis com armas, e ali o rei cavaleiro o armou cavaleiro. Volto a dizer o que já disse, que a minha opinião é que o que aconteceu em Coimbra veio antes do que aconteceu em Calahorra, (Calahorra é um município da Espanha na província e comunidade autónoma de La Rioja à cerca de 130km a sudeste de Burgos), ainda que as histórias o coloquem depois, porque quem é cavaleiro não tem que lutar em campo fechado corpo a corpo, mas com um cavaleiro em perfeitas condições. Voltando à história, digo que foi um antigo costume dos reis da Espanha de que quando os reis da Espanha armavam um cavaleiro de algum grande senhor, assim como ele estava armado, então ele armava um certo número de cavaleiros com a licença do rei. E por esta razão e costume, o rei deu ao dito Ruy Díaz de Vivar a sua espada e disse-lhe que se armasse com novos cavaleiros e que fez mais tarde. Depois de tudo isto, D. Fernando I (de Castela e Leão), conquistou muitas vilas e castelos aos mouros.”

Como é natural, poucos acontecimentos na vida de Rodríguez Díaz de Vivar estão dispostos cronologicamente. Seguindo a opinião de Evelis Thuesen os acontecimentos de Coimbra e Viseu deram-se antes da batalha de Calahorra, (Aragão) esta terá acontecido no ano de 1080, Assim pensamos que a estadia na terra, que é hoje Portugal, Coimbra e Viseu, entre outras, se terá verificado durante a década de setenta do século XI. Em 1070 El Cid já teria c. 27 anos.

Por outro lado, é de admitir que, como diz esta articulista, que El Cid terá partido de Zamora para entrar em “terras, hoje, Portuguesas” logo é crível que tenha entrado pela via romana que saindo de Zamora entra em Trás-os-Montes e segue para Viseu, como nos indica António Rodrigo Colmenero. Portanto, El Cid também, andou por terras Transmontanas.



Mapa indicando as vias romanas “as linhas mais finas” de A. Rodriguez Colmenero. Sai de Zamora, passa por Corrales, a norte de Fuentelsa Civanal e transpõe a fronteira na confluência do Rio Tornos com o rio Douro, passa por Lagoaça, Carraceda de Ansiães, seguindo pela via romana que passa a leste de S. João da Pesqueira seguindo o caminho a Viseu.

Outra alternativa era ter seguido pela “Via da Prata ou Caminho Moçárabe” (o seu nome nada tem a ver com a exploração deste minério, mas provém da palavra Árabe “Bal'latta”. Esta Via Romana ligava Santiago de Compostela no noroeste de Espanha, passando por Zamora (via indicada como mais provável) e Salamanca, (aqui, também podia fletir para Portugal), por Emérita Augusta (Mérida) e terminava em Sevilha, mas seria (pensamos) uma alternativa muito mais extensa.

A cidade de Zamora está intimamente ligada a Portugal, pois foi aí que o nosso primeiro Rei se auto armou cavaleiro (por volta do ano de 1125 – D. Afonso Henriques tem uma estátua na cidade de Zamora) – é comum indicar-se a catedral de Zamora como tendo sido o local onde D. Afonso Henriques se armou cavaleiro, mas esta só iniciou a sua construção no ano de 1140, terá sido, à data, na Sé de Zamora, provavelmente na Igreja de São Pedro e Santo Ildefonso, a maior igreja de Zamora até à construção da nova Catedral e assim, como no ano de 1143, foi assinado o tratado que reconheceu Portugal como País Independente. Zamora é a cidade europeia com maior concentração de exemplos da arquitectura Românica.

A História da presença de El Cid em terras portuguesas relatada na história Geral de Espanha de 1344, por Luís Filipe Lindley Cintra, tem mais pormenores que a transmitida por Evelis Thuesen, por isso iremos somente proceder à transcrição e tradução do Português arcaico (pois é assim que a obra está escrita) para português mais corrente, tentando não desvirtuar o seu conteúdo e prestando alguns esclarecimentos quando disso virmos necessidade.

O relato da “estadia” de El Cid em Portugal, começa no Volume III na página 312 da obra citada no **Capítulo CDLV, que tem por título: Como El Rei Dom Fernando I Rei de Leão e Castela, foi sobre terra de Mouros e dos lugares que cobrou daquela vez.**

E diz: *“Andados dez e sete anos do reinado deste rei Dom Fernando (este Rei – da Dinastia de Jiménez – reinou entre os anos de 1035/1037, como rei de Castela e entre o ano de 1037 e 1065 , como rei de Castela e Leão, portanto teria tomado Coimbra e Viseu no ano de 1064, ou seja, um ano antes de falecer – estando bem seguro do seu reino juntou uma hoste muito grande e foi a terra de mouros, convém a saber: a **Portugal** e a terra de Bitinya, aquela que agora chamam Mérida e a Badalhouce (Badajoz). E assim que entrou em **terra de Portugal** ganhou logo Sea (Seia) e Gouvea (Gouveia) e outros castelos das redondezas, com tal presteza que logo ficaram os Mouros, seus vassalos. E deram-lhes as fortalezas.*

E, depois que tomou estes lugares, foi sobre Viseu (terá sido aqui que El Cid se junto ao exército do Rei D. Fernando) e cercou-a e nesta vila havia muito bons cavaleiros e besteiros e com muito boas bestas que quando disparavam, nenhuma armadura resistia ao tiro das suas bestas. E por esta razão mandou El Rei que pregassem tábuas nos escudos para serem mais fortes, porque as setas os perfuravam. E mandou guardar as portas, para que ninguém saísse para a rua. Estas ordem do Rei era para evitar vinganças pois, foi ali que tinham morto o rei Dom Ramiro III.

E tanto os combateram rijamente que entrou pela força pela cidade e mataram e aprisionaram muitos mouros e tomaram preso o mouro besteiro que matara El Rei. E o Rei D. Fernando mandou-lhe tirar os olhos e cortar-lhe os pés e as mãos”.



Original de escudo final século XII/XIII, pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes.

Provavelmente o escudo a que se refere o Rei D. Fernando de Castela no capítulo CDLV, seria um escudo de Cometa, também conhecido por escudo de Pipa, maior que o modelo que se apresenta. Este escudo pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes, tem 3 cm de espessura de madeira maciça e pesa cerca de 5,1kg, com a altura de 83cm e largura máxima 54cm, reforçando o putativo escudo de cometa que chegaria em altura aos 1,5mt, como o rei D. Fernando de Castela mandou fazer aos seus combatentes deveria ter aumentado o peso do escudo para cerca dos 10kg.

Continuemos no Capítulo CDLV no parágrafo 15; **“E todos estes feitos, foi Rodrigo Díaz de Vivar um dos que mais fizeram”**.

“E depois desta cidade e de outros lugares que também tomaram aos Mouros, foi tomar Lamego, mas esta cidade era muito forte e teve que montar cerco. E tantos Engenhos e castelos de madeira (Bastidas) lhe pôs e tão bravamente a combateu que a tomou pela força, e encontraram nela grandes riquezas e prenderam muitos mouros, e o rei mandou matar uns quantos mouros e mandou reparar as igrejas que foram destruídas depois da cidade ser tomada.

E depois da tomada da cidade de Lamego foi sobre o Castelo de São Martinho que se localiza sobre o rio Malva (este castelo situa-se num contraforte da serra de Leomil, para o vale do Rio Douro, com o nome de castelo de São Martinho dos mouros, hoje, na freguesia de São Martinho de Mouros no Município de Resende, Distrito de Viseu). D. Fernando I de Leão e Castela, depois de tomar este Castelo entregou a sua administração a Sesnando Davides. Depois de tomar este Castelo logo foi cercar Tarouca e o tomou-a”.

Capítulo CDLVI; – Título: **“Como El Rei Dom Fernando I tomou Coimbra e de tempo e coisas que lhe aconteceu, durante o cerco a esta cidade”.**

“Andados XVIII anos do reinado deste Rei D. Fernando I, (quer dizer que já decorria o ano em que veio a falecer em 27 de dezembro de 1065), depois de terem sido tomados os lugares que já referimos, veio-lhe ao coração tomar Coimbra dando conhecimento aos seus ricos homens a sua vontade e eles louvaram-no muito. E Rodrigues Díaz de Vivar disse que se ele a queria que Deus lhe desse aquela cidade, que fosse primeiro em romaria a Santiago e que lhe pedia por mercê que ali o fizesse cavaleiro. E porque El Rei tinha muito gosto em tomar aquela cidade e por entender que El Cid o aconselhava bem, partiu em romaria a Santiago, com grande devoção, fazendo grandes orações e ofertas, rogando a Deus que o tivesse na sua guarda e o ajudasse a cumprir a ganhar Coimbra para o seu serviço.

E depois de feita a romaria juntou a sua hoste, muito grande e foi cercar Coimbra. Coimbra estava em poder dos Mouros e ali perto havia um mosteiro de monges a que chamavam Lorvão os quais viviam do trabalho das suas mãos, tinham muito pão de trigo de centeio e milho e muitos legumes, e como havia já muito tempo de cerco à vila de Coimbra e estava a faltar mantimentos os Monges do Lorvão foram ter com o rei e pediu-lhes que não levantasse o cerco que eles dariam toda a vianda que tinham guardada há muito tempo. E assim foi até que os da vila enfraqueceram pois não tinham que comer.

E os cristãos combatiam muito fortemente com os engenhos e tanto que britaram o muro da vila e os mouros contra a sua vontade vieram a El Rei D. Fernando e deitaram-se a seus pés e pediram por mercê que os deixasse ir só com os seus corpos. E que lhe deixaria a vila e a alcáçova com todos os bens que lá se encontravam. El rei D. Fernando com grande piedade acedeu ao seu pedido e entregaram-lhe a vila, era um domingo”.

Como se disse, O Rei Fernando I “O Magno” faleceu no ano de 1065 e deixou três filhos herdeiros, um dos quais D. Garcia, Rei da Galiza (1040/1090), no capítulo CDLXXXII, p.362, parágrafo 1; com o título *“Como el rey dõ Sancho se partio de Santarem e levou consygo el rey dom Garcia preso”* diz; *“Despois que el rey dom Garcia (um dos filhos do rei de Castela e Leão, D. Fernando I, “O Magno”, falecido no ano de 1065 e que herdou o reino da Galiza), foy preso e metido em ferros, partiosse el-rei D. Sancho II (Rei de Castela e Leão – 1065-1072 e irmão de Afonso VI e também da dinastia de Jiménez, de Santaren pera Coimbra e em Coimbra era primeiro dya de Mayo. E quando chegarõ aaquela fonte em que as moças tomava augua pera as mayas e foron lembrados como era primeiro dia de Mayo, começarõ os Castelãaos de hir cantando as mayas. Mas el rei dom Garcia, que o ouvya, hya chorando...”*

(Mayas é uma festa pagã, de tradição Romana celebrada no dia 1 de Maio em ambientes rurais, ainda hoje, ligada à primavera e aos rituais da agricultura, Mandava a tradição que na noite de 30 de abril para 1 de maio as pessoas enfeitem as portas, janelas com flores e giestas amarelas e, em alguns lugares, também com bonecas de palha enfeitadas. Os nossos antepassados já faziam isto para assinalar o fim do Inverno e para pedir proteção e fertilidade para a terra. Maia era a deusa mãe de Mercúrio, que era mensageiro dos deuses).

O interesse de se sublinhar esta passagem, prende-se com o facto de no século XI e estamos a falar nos anos 70/80 do século XI (lembre-mos que o rei D. Sancho II, rei de Castela e Leão, faleceu no ano de 1072, ter chegado tão a sul do território, hoje, Portugal, pois, quando o conde D. Henrique tomou conta do Condado Portucalense em 1096, já a pressão muçulmana estava abaixo da linha da região de Coimbra.

As Armas, vestuário e estratégias, utilizadas na guerra do século XI

Toda esta temática pouco ou nada se modificou entre o século XI e XIII. A história Geral de Espanha de 1344 é rica nas informações que nos fornece sobre estas matérias. Cintra, no capítulo CDLIII, a pág 310, paragrafo 12 diz: *“E, despois que assi forõ as **aazes postas dhua e da outra parte, aquelle cavaleiros, ayo del rei dom Garcia, **deitou de sy o escudo e a loriga**, e assy entrou pellas **aazes dos Castellãaos**. E ally foy logo morto”***. E, continua no Capítulo D pág 389 com mais informação sobre a mesma matéria, assim nos parágrafos 1

e 2, diz: “Despois que el rey foy morto, como já avedes ouvydo, o Cid retou os de Çamora por a morte del rei. E responderaõlhe os da vyla que nõ dezia verdade, ca se nõ / fezera per seu consselho nem per seu mãdado nem lhes prazia dello”. (parágrafo 2) “Pero nõ se partio por esto o reto, ca ouveram a lidar per esta guisa: O Cid soo cõ XV cavalleiros dos melhores que estavam em Çamora armados per esta guisa: os VII cavaleiros fossem **armados de lorigas** e os oito fossem **armados de perpontos**”. No capítulo DVII na página 403 nos parágrafos 4, a 8 da mesma obra, relata-nos Cintra, o que se passou num torneio “L’Autrance” (Torneio de Morte) pois também havia torneiros de entretenimento a que se chamavam (Plaisance) que não chegavam à morte do adversário, normalmente para comemorar qualquer festividade em que o armamento era diferente, **mormente o escudo e a ponta da lança.**; e diz; “E Foy logo armado e cavalgou em seu cavalo e o padre deulhe a beeçon e foisse pera o campo. E os fies tomarõnos pellas mãaos e meterõnos dentro. E, desque se sairõn, leixaronsse hyr huu contra ho outro. Dom Diego errou o golpe, mas nõ errou Rodrig’Airas, ca lhe deu tã grande lançada que lhe falssou o escudo e quebroulhe o arçom da sella de diante e fezlhe perder as estribeiras e abraçousse aa coma do cavallo. Mas, como quer que assy fosse mal tragido de golpe, esforçousse muy bem e foi contra elle tam bravamente que lhe deu huu golpe que britou a lança em elle e falssoulhe o **escudo e a loriga** e as **outras armas** e meteoilhe o ferro pela carne. E meterõ logo mão aas **spadas** e devãsse muy grandes golpes. E Rodrig’Airas e feryuho tam fortemente que lhe cortou ho **elmo** e o Almofre e a metade **do esto** da cabeça. Rodrig’Áiras, quando se sentio ferido de morte, deu tornada e leixou as rédeas ao cavallo e alçou a espada com amballas mãaos e foy dar huu tal golpe ao cavalo de dõ Diego que lhe partio a meatade da cabeça...”

Como vimos a obra indica-nos vários tipos de armamento que vamos comentar. Começamos pelo escudo: Os tipos de escudos referenciados neste capítulo do armamento, nada têm que ver com o escudo original que mostrámos atrás, modelo que só vamos encontrar no século XII.

Na primeira descrição, acção passada em combate, o cavaleiro utilizava o chamado escudo “cometa” com cerca de 1,5mt da altura máxima, normalmente colocado do lado esquerdo do cavaleiro, quando montado), e lhe cobria o corpo desde o ombro ao pé esquerdo.



Escudo de Cometa, visto na parte traseira, onde se encontram as correias onde o cavaleiro o pendurava ao ombro ou o encaixava o braço.

O outro modelo de escudo utilizado tanto nos torneios L'Autrance (torneio de morte) ou nos torneios de Plaisance (de divertimento) era escudos redondos, tipo caetra, Lusitano.



Escudo Redondo.

As Lanças utilizadas nos torneios L'Autrance, em torneios de Plaisance ou em Combate eram necessariamente diferentes, pois estava em questão matar o adversário num caso e, noutro, somente o divertimento, assim temos:

A ponta da lança utilizada em torneios de morte ou em combate terminavam sempre em ponta, com a finalidade de ferir o adversário;



Ponta de lança, original pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes.

Contrariamente as pontas de lança utilizadas em torneios, não eram letais, apenas pretendiam desmontar da sua montada o adversário.



Réplica de ponta de torneio, pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes.

As espadas utilizadas no século XI, não sofreram nenhuma alteração, de modelo ou tecnicamente diferentes, somente no século XIV, foi introduzido o “ricasso”, que permitia que a espada passasse da sua utilização de talhar para a possibilidade de esgrimir.



Réplica de espada que teria sido usada pelo Rei D. Afonso Henriques, portanto século XII, mas, também o modelo utilizado no século XI. Peça pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes.

Como elemento de protecção da cabeça do combatentes utilizava-se como se retira da obra citada, a Capelina e o Elmo (Capelo de nasal) como os modelos que se seguem:



Modelo de capelina, do espólio da Associação Terras Quentes.

A Capelina, era um chapéu de aba curta, usada principalmente em dias de muito calor.

O modelo de Elmo que refere o texto, deve-se referir ao Capelo de Nasal, conforme o modelo que se apresenta e que existe desde o século XI.



Réplica do capelo de nasal século XI/XIII, pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes.

No século XI ainda não existiam as armaduras completas de ferro o que veio a acontecer, somente nos finais do século XIII. Todavia já se utilizava a malha de ferro, assim como Loriga simples ou com escamas e os Perpontos.

A Loriga de escamas era um tecido normalmente até aos joelhos e coberto de Escamas em ferro, como o exemplo que se mostra:



Fragmento original de loriga de escamas, pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes.

A malha de ferro era colocada por cima do sobretudo, embastado em cabedal ou em tecido acolchoado e por cima desta é que se colocava a cota de malha, como podemos ver a figura de D. João I, no diorama, existente no Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros:



Figura existente no diorama da batalha de Aljubarrota, no Museu Martim Gonçalves de Macedo, em Macedo de Cavaleiros.

Almofre, (ou coifa) era um capuz feito de cota de malha que se usava para protecção da cabeça.



Coifa de malha cravada, pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes.

Por fim e no que respeita à vestimenta, que temos que entender como armamento de defesa pessoal, retira-se do texto as lorigas de perpontos, que eram lorigas, almofadadas sendo que o almofadado era reforçado com tachas cravadas o que dava uma boa resistência às peças de vestuário.

No capítulo CDLVI, com o título - Como El Rey D. Fernando I, o Magno tomou Coymbra e do tempo e cousas que lhe aconteceron em a tendo cercada - da obra de Cintra na p.313, no parágrafo 10 informa-nos; *“E os cristãos combatyã muy fortemente **com os Engenhos**, e tanto que britarom o muro da vila. E os mouros, naao seu grado, veheron a El Rey e deitaronsse a seus pees e pedironlhe por mercee que os leixasse hyr cõ seus corpos, e que leixaria a villa e a alcaçova, com quanto aver em ella avya. E El Rey com grande piedade outorgoulho. Entregaronlhe a vylla a huu domingo – hora de terça – “*

A crónica fala, portanto, na utilização de Engenhos de Guerra/Assalto a Castelos – mas não especifica quais. Tecnicamente pouca evolução sofreram desde o século XI até ao século XV, na maioria dos casos eram fabricados, nas proximidades onde se localizava o castelo a ser assaltado – eis alguns engenhos existentes à época e, pertencentes aos espólio da Associação Terras Quentes:



Calabra ou Perriere (Séc. XI/XV) – Espólio da Associação “Terras Quentes”.

Comentário: Embora a calabra ou “perriere” seja um engenho da mesma família do trabuco, mas de tracção humana, a facilidade da sua manufacturação deve ter levado a ser utilizada em alguns dos assédios. É certo que não tinha a potência de um trabuco, mas compensava a rapidez com que era feita no teatro de operações.



Gata/Ariete (Séc. XI/XV) – Espólio da Associação “Terras Quentes”.

Comentário: A “Gata” mais não era do que um abrigo destinado a proteger as operações exteriores de sapa. Basicamente era um reduto feito por grandes pranchões cobertos por vimes, coiros de boi cru e lama cuja função era evitar que os combatentes fossem atingidos pelos projecteis vindos do alto ou por engenhos incendiários.

Geralmente a gata, era um enorme tronco que terminava numa ponta de ferro destinado a bater insistentemente a base dos muros, operava-se quase sempre debaixo de uma gata. O presente modelo dá-nos uma imagem em escala reduzida de um ariete operando sob uma gata.



Bastida (Séc. XI/XV) – Espólio da Associação “Terras Quentes”.

Comentário: Ninguém melhor que Fernão Lopes descreve o fabrico da Bastida/Torre de Assalto que Fernão Lopes faz aquando o assalto ao Castelo de Melgaço. Assim;

...” Em esto não quedavam de derribar madeira e acarretalla que el Rey mamdava trazer pera fazer duas escallas e hua bastida pera mover todo juntamente e pousar sobre o muro. E como foi lavrada, fizeram as rodas do carro pera a bastida em que avia em grosso per testa dous palmos e de roda a roda do carro em ancho treze covados e ao longo de padiall a padiall que hia per cima delles avia vimte e seis covados e em allto, des

homde se começava per cima dellas, avia vimte e seis covados, e em alto, des homde se começava per çima dos carros avia treze braças e meia. E em ella avia três sobrados pera hirem homes darmas e besteiros, juntos ou apartados, como visem que compria. O qual sobrado primeiro hia madeirado de pomtões bem grosos, estraados de bastos cniços pera amdarem per cima e avia derredor cemto e trimta e seis pomtoees; e a parte de tras ficava a besta em que hiam escadas dalçapaom per que aviam de subir..... E esta bastida levava diamte seis gramdes cniços fforrados de carqueja e XXIII coiros de bois verdes preguados sobre ella por guoarda do ffogno e dos trões E no segundo sobrado quimze trebolhas gramdes cheas de vinagre pera deitar ao fogno se lho lamçarem. Crónica de D. João I, Fernão Lopes, vol. II cap. CXXXIV.

Esta espantosa descrição de Fernão Lopes, permite-nos aperceber com todo o pormenor e rigor como era concebida uma torre de assédio ou bastida, naquela época. Apesar de não se diferenciar em nada das torres de assédio os gregos ou romanos, as bastidas medievais continuaram a ser utilizadas fartamente nas operações de assédio como um dos meios para penetrar no interior das muralhas.

A catapulta ou Mangonela:



Catapulta ou Mangonela (séc. XI/XV) – Espólio da Associação “Terras Quentes”.

Comentário: A catapulta também conhecida por mangonela (de mangano – a máquina em Árabe – ou onagro, na época romana imperial) foi um engenho muito utilizado durante a antiguidade clássica mas abandonado por dois motivos: a sua fraca potência e o facto das cordas de torção se alterarem com a humidade.

Estes factos acabaram por demonstrar ser a catapulta um engenho incapaz de fazer frente às fortíssimas muralhas dos castelos medievais – começou assim a ser posta de lado em favor dos trabucos muito mais potentes e eficazes.

Todavia Fernão Lopes alude-nos nas suas crónicas a uma “cabrita” que em nosso parecer mais não era de que uma pequena catapulta mais destinada a bater aglomerados humanos do que muralhas.



Trabuco (séc. XII/XV), utilizado pela primeira vez no 1º cerco à cidade de Silves em 1189, por D. Sancho I – Espólio da Associação “Terras Quentes”.

Comentário: O trabuco foi uma arma tipicamente medieval. Aparecida nos finais do século XII, acabou por se impor nos combates de cerco pela sua enorme potência. Ao contrário da catapulta que não lançava projecteis com mais de 27kg, o trabuco possuía poder para arremessar pesos com mais de 350kg, a distâncias superiores a 250mts.

Tendo sido usado no primeiro cerco à idade de Silves, pelo Rei Português D. Sancho I, com a ajuda dos cruzados que iam em viagem para a Terra Santa e também bastante durante as operações de cerco levadas a cabo no norte do país durante a crise de 1383-1385, Fernão Lopes narra-nos amiúde a presença destes engenhos em quase todas as fases e dá-nos pormenores curiosíssimos que nos permitem avaliar a enorme potência destas máquinas.

Capazes de rebentar com relativa facilidade qualquer tipo de muralha por mais resistente que fosse.

Curioso é o que se diz [Cintra] no Capítulo CDLXXXI, na página 361 no parágrafo 18: *“Em esto chegaraõ a el rei trezentos cavalleiros que andavaõ fugidos. E Elles estado assi, viron viir o Cide com trezentos cavalleiros e conhecerom a sua signa verde ca elle nõ fora na primeira batalha”*. Como se diz, El Cid usaria um **pendão ou bandeira “Verde”** para se identificar, infelizmente não se sabendo se utilizaria algum símbolo, o que seria natural e interessante de se saber. Aliás a identificação de tropas era rara nesta altura muito menos utilizada em grupos ligado a uma realeza.

Continuando com a descrição da obra História Geral de Espanha de 1344 de Lindley Cinto: Depois de tomada a vila de Coimbra foi tomada toda a terra desde o Mondego até à Guarda, que é perto de Salvaterra, aos Mouros.

Depois do Rei D. Fernando I ter tomado Coimbra deu a sua guarda a Dom Sesnando Davides, um moçárabe, que tendo tido ducado em Córdoba foi companheiro de El Cid, tendo chegado a exercer altas funções na corte de Sevilha. Coimbra foi elevada a sede de Condado tendo sido este Sesnando o seu primeiro Conde.

E continua Cintra, no parágrafo 28 do mesmo capítulo; *“El Rei Fernando, depois de ter entrada na cidade de Coimbra, armou Cavaleiros, Rodrigo Díaz de Vivar “El Cid” na mesquita maior e desta maneira cingiu-lhe a espada e deulhe paz enna boca e nõ lhe deu rostrada”* (não lhe poisou a espada pelos ombros o que lhe permitiu desde logo El Cid armar outros “cavaleiros” o que veio a acontecer). *E desde que foi cavaleiro, ouve nome Roy Díaz. E tomou logo a espada do altar por mandado el rei e fez nove cavaleiros novos. E el Rei fez-lhe muita honra e louvou muito a Deus por lhe fazer tanta mercê em conquistar Coimbra.*

E feitas todas estas coisas que foram ditas, partiu el rei Dom Fernando I de Coimbra e foi em romaria a Santiago e ofereceu ali suas ofertas. E, depois que cumpriu a sua romaria voltou logo ao seu reino e perceber as suas fronteiras e fazer guerra aos mouros e quanto mal lhes podia fazer”.

O que acabámos de relatar em maior pormenor da obra de Lindley Cintra foi confirmado resumidamente o que tínhamos retirado da obra de **Evelis Romano Thuesen**. Ou seja, Rodríguez Díaz de Vivar, que ficou conhecido por “El Cid o Campeador” foi um herói em Espanha, mas também em terras Portuguesas, pois lutou bravamente para expulsar os Muçulmanos tanto na sua terra como em Portugal, o curioso é ele ter sido armado Cavaleiro em Coimbra, por alguma razão teria sido. Pois, só depois desse acontecimento é que passou a admitir chamarem-lhe “**El Cid**” o Campeador. Foi um combatente excepcional, que nunca foi derrotado, nas suas 72 ações de guerra. Não se sabendo como faleceu, só se sabe que morreu dentro das muralhas de Valência, se foi em combate, perdeu o último.

Os restos osteológicos de El Cid “O Campeador”

Mas a história de “El Cid o Campeador” não ficou por aqui, volta à ribalta 807 anos depois, após a sua morte, isto é, entre os anos de 1807 e 1808.

Paul Charles François Adrien Henri Dieudonné Thiébault, foi um general Francês que esteve presente na invasão à Península Ibérica nos início do século XIX. Paul Thiébault, nasce em Berlim, mas a família estabelece-se em França e no ano de 1789 foi incorporado com granadeiro da guarda, sendo depois promovido a sargento. Três anos passados voluntariou-se no 13º batalhão de voluntários de Paris, também conhecido por Batalhão Butte des Moulins. Foi subindo rapidamente na hierarquia militar tendo ocupado vários cargos entre 1801 e 1805 tendo sido transferido em Agosto de 1807 com o cargo de chefe do Estado-Maior de Junot, tendo começado a servir em Espanha tendo estado no ano de 1808 em Portugal, na batalha do Vimeiro.

No ano de 1810, comandou as tropas em três Províncias Bascas, depois a de Burgos (1809) em 1810 torna-se governador de Salamanca e em 1811 é Governador de Castela Velha, Toro, Zamora, Cidade-Rodrigo e Almeida.

Um dos entretenimentos das tropas francesas tanto em Espanha como em Portugal, foi a vandalização dos túmulos dos grandes heróis nacionais, na expectativa de encontrar algum tesouro, que teria sido colocado na sepultura da eminente figura. Como se verificou com o túmulo do Rei Português D. Dinis que durante a invasão Francesa o seu túmulo foi vandalizado. As tropas francesas abriram uma entrada aos pés do sepulcro, na expectativa de encontrarem, talvez, as suas esporas de ouro.

O mesmo aconteceu quando em 1811, Paul Thiébault, foi governador de Castela Velha, com o túmulo de El Cid.

Toda esta informação que se segue e fotos foi retirada de [-https://elrethistorico.com/muerte-cid-tumba-restos](https://elrethistorico.com/muerte-cid-tumba-restos) e da obra de Paul Thiébault indicada na bibliografia:

Os 6 túmulos de El Cid – Onde estão os seus restos mortais?

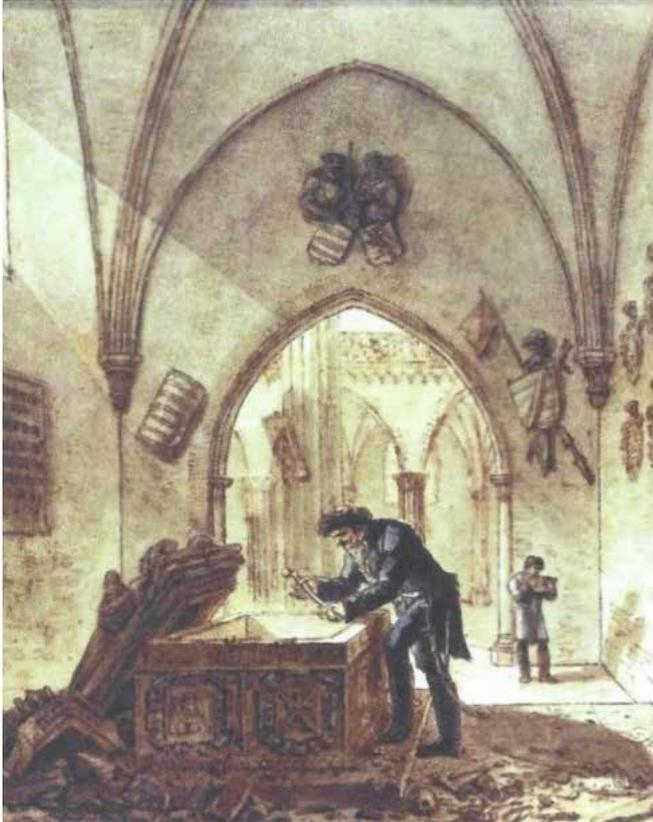
1º Catedral de Valência

*“El Cid tinha sido enterrado na catedral de Valência, mas após o despejo, organizado por Afonso VI e Jimena, seus restos mortais foram levados para o mosteiro **de San Pedro de Cardena**.(perto de Burgos). Eles permaneceriam lá por alguns séculos, até que durante a ocupação francesa (c1808) foram **profanados**. Os franceses, muitas vezes para saquear e às vezes para denegrir os heróis que, como o Grande Capitão, os haviam derrotado nos campos de batalha, costumavam abrir suas sepulturas, roubar seus tesouros e **espalhar seus ossos na rua**.*

*Conta-se que o intelectual francês **Vivant Denon**, que viajava naquela expedição, conseguiu recuperar os ossos e devolvê-los ao mausoléu.*

*Mas o **Barão Paul Thiébault**, um marechal francês que era governador de Castela Velha, quando soube do que tinha acontecido, ordenou que **os restos mortais de El Cid (e sua esposa) fossem recolhidos novamente e levados para outro lugar**, já que o mausoléu havia sido deixado em péssimas condições após o saque.*

Segundo a **lenda popular**, refutada pelo diário do barão, que diz que ele levou os restos osteológicos para casa, , literalmente, **e os colocou debaixo da cama**, ordenando a construção de um monumento fúnebre no Paseo del Espolón em Burgos, às margens do rio Arlanzón, que foi inaugurado em 19 de abril de 1809.



Tumulo da Catedral de Valencia *Vivant Denon* devolvendo os restos mortais de El Cid e Dona Jimena ao túmulo.

2º Mosteiro de Cardeña



Tumulo de El Cid e de sua mulher Jimenez no mosteiro de Cardeña Vandalizado pelas tropas napoleónicas 1808/1809.

3º Tumulo/guarda dos restos mortais de El Cid e de sua mulher Jimenez

Parte dos restos mortais de El Cid e sua esposa, durante esta transferência para o novo mausoléu, foram roubados e mais tarde entregues ao príncipe de Hohenzollern, que os manteve em seu gabinete de curiosidades no castelo de Sigmaringen. Em **1882**, a casa Hohenzollen entregou os restos do féretro que tinha em sua posse. Realizou-se uma grande cerimónia presidida por Afonso XII.



Os restos de El Cid no Castelo de Hohenzollern.

4º Mausoléu do Paseo del Espolón

O Barão, Paul Thiébault quis dar alguma dignidade aos restos osteológicos de El Cid e da mulher e, ordenou a construção de um monumento fúnebre no Paseo del Espolón em Burgos, nas margens do rio Arlanzón, que foi inaugurado em 19 de abril de 1809. Ele plantou árvores e colocou bancos em redor do monumento mas, duraram pouco tempo, pois, quando os espanhóis expulsaram os franceses da área, destruíram o monumento.



Projeto inicial do monumento fúnebrário a El Cid em El Espolón, 1809.

5º Câmara Municipal de Burgos

Em 1824 os restos mortais foram devolvidos ao Mosteiro, até que, após o confisco, em **1826** foram transferidos para a capela da Câmara Municipal de Burgos. Embora não houvesse registro de que grande parte do espólio funerário estivesse desaparecido, a maioria deles de Dom Rodrigo Díaz de Vivar.



Chegada do Cortejo dos restos mortais de El Cid e de sua mulher Jimenes à Câmara Municipal de Burgos.

6ª Catedral de Burgos

Em **1921**, Os restos mortais de El Cid foram finalmente depositados ao lado dos restos mortais de sua esposa Jimena no transepto da Catedral de Burgos. O **epitáfio** do túmulo final, foi escrito em latim por **Ramón Menéndez Pidal**.



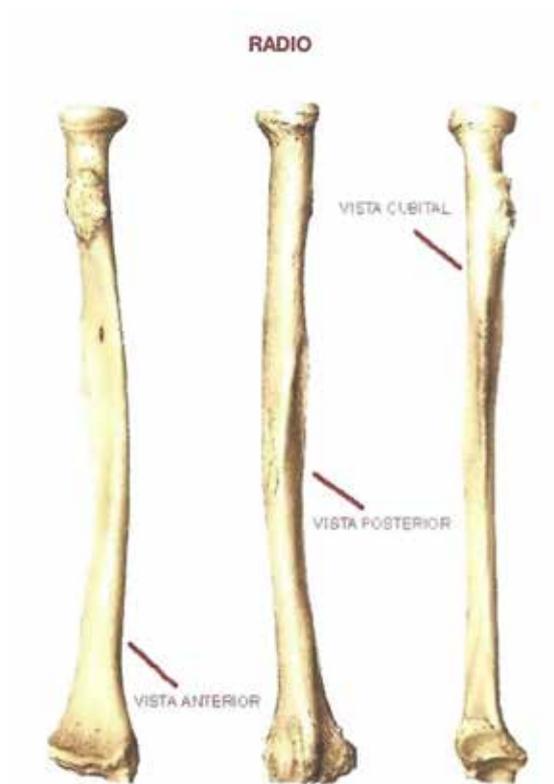
Catedral de Burgos, onde se encontram actualmente alguns restos mortais de El Cid e de sua mulher Jimenez Díaz.

Onde descansam os ossos de El Cid O Campeador e de sua mulher Jiménez Díaz?

Um osso estranho que se terá perdido? como o que apareceu depois quando a lápide tumular 1921 foi colocada em 2021, Portanto... Os restos esqueléticos poderiam ser os de Dom Rodríguez Díaz Vilar o “El Cid” ou não. Em nossa opinião parece, de facto, ser um osso humano. Pode ser um osso de um dos antebraços, o “Rádio”.



Osso "Rádio", atribuído a El Cid, pertencente a uma coleção particular e que agora se encontra na Catedral de Burgos. Notando-se perto do Tubérculo Dorsal (parte final do lado direito da fotografia) escrito o nome de "Del Cid", *in*; <https://buscandomontsalvatge.blogspot.com/2015/04/burgos-puerta-de-sta-m-hueso-del-cid.html>



Legenda; A vista posterior do osso do antebraço Rádio e exactamente a posição em que se encontra na fotografia apresentada anteriormente <https://pt.slideshare.net/dicefalo18/anatoma-humana-general>.

Na fotografia anterior se é, em hipótese, o osso/rádio pertencente a Rodrigo Díaz de Vivar – pois de facto a cabeça ou tacícula é do rádio (se fosse a cabeça do úmero era mais esférico) depois apresenta uma tuberosidade para inserção do bicípede e no terminal à direita da fotografia parece ser a parte que se articula com o punho. A fotografia do osso/rádio atribuído a El Cid” não apresenta nenhuma, aparente, patologia, inclusivamente na tuberosidade bicipital, (como podemos verificar na foto acima, do osso, em “vista cubital” e em “vista anterior”), o que poderá indiciar, um individuo relativamente novo, todavia El Cid morre no dia 10 julho do ano de 1099, presume-se em combate, dentro dos muros da cidade de Valência, portanto, já teria um pouco mais de 55 anos de idade, o que para a época já era considerada uma avançada idade. Como dissemos, o osso rádio que “nuestros hermanos” nos indicam como pertencente a El Cid parece-nos pela fotografia estar em bom estado de conservação, mesmo passados quase 925 após a sua morte, em 1099. Não sabemos se foi ou não, feita alguma análise (C-14) afim de determinar a idade dos materiais carbonáceos ainda existente no osso, o que nos indicaria a idade, (com uma margem de erro de +/- 50 anos) do osso e, portanto, aumentaria as probabilidades de o osso ter pertencido a El Cid, o que seria uma prova “quase” cabal da sua existência física. Não nos podemos esquecer que o General Francês Thiébault, teve o espólio osteológico do El Cid guardado debaixo da sua cama. Portanto a análise C-14 dissiparia as possibilidades de o osso ser datado dos inícios do século XIX.

Aparece-nos ainda um fragmento de crânio com alguns dizeres e identificado com pertencente a Rodrigo Díaz de Vivar, recuperados depois da vandalização ao tumulo em Valência.



Anverso de fragmento de crânio, atribuído a El Cid.

Diz a legenda: **“Os du crâne de Rodrigue Díaz de Vivar pris en 1808 dans son tombeau á la chartreuse prés Burgos (...)”** (Mosteiro de Cardeña)

tradução; “Ossos do crânio de Rodrigo Díaz de Vivar retirados em 1808 do seu túmulo na Catedral, perto de Burgos (...)”

No próprio fragmento lê-se? “Do Hert à Monsieur de Labensky para soussigné – Chevalier Delamardelle. Traduzindo; Do Hert para o Senhor de Labesky pelo abaixo assinado Chevalier Delamardelle. Mais à frente iremos desvendar que era este Senhor Delamardelle.

Não nos vamos pronunciar de que parte do crânio seja tal fragmento, pois o mesmo apresenta-se bastante danificado e incompleto (cortado em dois lados), todavia pela curvatura da sutura lambdóide, do fragmento poderá ser parte do osso occipital. Mas, provavelmente, mesmo com o fragmento de osso na mão, dificilmente poderíamos ter alguma certeza.



Reverso do fragmento de osso do crânio, atribuído a El Cid.

Diz a legenda: **“Os du crâne de Rodrigue Díaz de Vivar pris en 1808 dans son tombeau á la chartreuse prés Burgos (...)”** (Mosteiro de Cardeña)

tradução; “Ossos do crânio de Rodrigue Díaz de Vivar retirados em 1808 em seu túmulo na Catedral, perto de Burgos (Cardeña a cerca de 10km do centro de Burgos) (...)”

Relembremos a história de Los Huessos Viajeros de El Cid, como nos conta na sua obra [González de Roba pp393/413]:

“A invasão francesa foi um duro golpe para o Mosteiro de Cardeña, que estava deserto após os decretos de confiscação. Nos dias que se seguiram à Batalha de Gamonal, um batalhão dos dragões do marechal Ney saqueiam Cardeña, profanando os sepulcros. De acordo com testemunhos da época, especialmente franceses, os ossos estão espalhados pelo mundo, pelo chão”.

Nessa altura viajaram para Burgos, como representantes do Senado Imperial, o príncipe Salm Dyck, o conde de Girardin e o **Chevalier Delamardelle**, provavelmente para felicitar Napoleão pela sua vitória. Eles visitam Cardeña e recolhem alguns ossos de El Cid e de Jimena, sua mulher, que são tidos como uma lembrança fúnebre. Uma escritura datada de Paris em 10 de abril de 1811, e assinado pelos três personagens, atesta o facto. Mais tarde foi Vai? (desconhecemos este personagem) a referir-se à jornada desses ossos.

E continua Gonzalez de Roba; “No início de 1809 chegou a Burgos para se tornar um da Capitania Geral de Castela Velha, o General Thiébauld, que, seja para se relacionar com o povo, seja por causa de sua disposição mais moderada e, respeitosamente, põe fim aos excessos das tropas de ocupação e procura remediar suas consequências. Quando ele visita Cardeña e vê o que aconteceu, decide transferir os restos mortais do herói para Burgos, para colocá-los, não numa igreja, mas num lugar central e frequentado, à vista do povo, para que serva de exemplo”.

Poucos dias antes de fecharmos o artigo recebemos notícias da Real Academia Espanhola da directora do arquivo Real, Doutora Covadonga de Quintana que nos enviou um artigo de sua autoria a contar a história da entrega a Real Academia, onde nos relata toda a história da entrega ao Arquivo Real, que recalca muita informação que atrás já asseveramos todavia, transcrevemos a opinião do exame efectuado por microscopia e através de luz ultravioleta, efectuado pelos professores; Ángel Fuentes Domínguez Professor titular de Arqueologia Universidade Autónoma de Madrid, e Miriam Rodríguez Domínguez, Becaria de la Universidade Carlos III.

Infelizmente não fizeram análise de carbono 14-C o que nos deixa algumas dúvidas quanto a sua datação. Todavia é esta opinião que nos permite ir um pouco mais longe:

Diz a Doutora Covadonga de Quintana na página 5 do artigo:

DESCRICÃO TÉCNICA:

“Fragmento de crânio correspondente à sutura lambdoide do occipital, da qual se conservam dois ramos, pertencente a um indivíduo do sexo masculino que, pela robustez do fragmento, teria cerca de cinquenta anos de idade. Aparentemente, o crânio permaneceu intacto durante a inumação e se desprende do resto do corpo durante a exumação, rompendo-se na sutura craniana. Antes de receber a inscrição, o fragmento foi cortado com serra de dente fino, conferindo-lhe o formato pentágono irregular que observamos. Dois dos lados pertencem à sutura lambdoídea, enquanto os outros três são artificiais, produto do corte com serra do endocrânio ao exocrânio, exceto o mais longo. As incisões são preservadas em perfeitas condições. A observação da peça com luz ultravioleta permitiu detectar vestígios de erosões na tábua óssea do exocrânio que afetam diretamente a superfície do crânio; Eles não são, entretanto, perceptíveis no endocrânio. Usando um microscópio, podemos concluir que a peça estava meio enterrada – observamos a existência de restos de raízes adventícias em sua superfície – circunstância que causou uma diferença de tonalidade no osso: a parte que foi enterrada tem um tom mais claro, e aquele que ficou totalmente exposto, uma cor mais escura. O fragmento está em boas condições. O díploe está completamente preservado e podem ser vistos os orifícios nutricionais, por onde passavam as veias. A superfície do fragmento sofreu impacto e apresenta brilho ou impregnação que poderia ser algum tipo de cola natural cuja finalidade seria proteger a tinta da inscrição assinada pelo tabelião da exumação e do corte do crânio.

DIMENSÃO do fragmento de osso do crânio atribuído a El Cid:

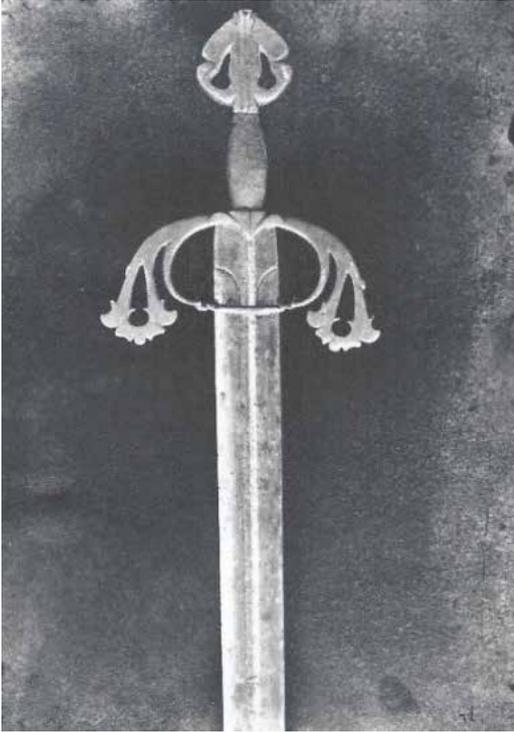
- Comprimento máximo: 69mm
- Largura máxima: 57mm
- Espessura: • Menor: 3 mm • Em sutura: 5 mm • Máximo: 7mm”

Resumindo, mesmo assim mantemos algumas dúvidas quanto aos fragmentos de ossos terem pertencido a Rodrigo Díaz de Vivar o “El Cid” o Campeador. Pois aduzimos à questão dos restos mortais de El Cid, o facto de terem mudado de lugar seis vezes e, numa delas, ter sido vandalizado o túmulo no início do século XIX durante as invasões Francesas, por isso não nos merecem integral crédito atribuir os fragmentos apresentados pertencerem a “El Cid”.

Diz ainda no seu artigo [Covadonga de Quintana] na pág 4 *“Segundo a acta da Comissão para o Estudo do Osso de El Cid, datada de 30 Maio de 1968, Vicente García de Diego realizou algumas negociações privadas perto do prefeito de Burgos para explorar a possibilidade de incorporar a relíquia em os ossos ali depositados, atendendo ao desejo do diretor, mas a Câmara Municipal de Burgos não foi a favor da abertura do túmulo de “El Cid”, assim, pensamos que, com o correr do tempo e com a evolução das ciências forenses seja possível ir mais longe na informação dos restos osteológicos que se encontram na Catedral de Burgos e no Arquivo da Real Academia Espanhola.*

Do jornal “Diário de Burgos, datado de 25 de Janeiro do ano de 2012”, (enviado pela nossa associada Miriam Arranz Gozalo) que, pela pena de Rodrigo Pérez Barredo, chegamos a última notícia sobre as ossadas de El Cid, afirmando; *“A Associação Ego Ruderico anda atrás dos ossos de Rodrigo Díaz de Vivar. Acabam de saber que a sede da Real Academia Espanhola, preserva os restos do crânio do herói Castelhana”* (pensamos que se tratam dos ossos do crânio, que apresentamos nas páginas anteriores) – e acrescenta o articulista Espanhol. *“É provável que não haja ossos mais viajados do que os de El Cid, filhos das vicissitudes aleatórias dos séculos. No ano de 2007 descobriu-se que alguns ossos de El Cid estão em Brionnais, no município de Gènelard, na Borgonha francesa que são de propriedade de um particular. Eles são preservados numa urna, ao lado de uma lenda, que explica sua origem e procedência; os outros são mantidos no palácio Tcheco (hoje Chéquia) de Lazne Kynzvalt... e que durante séculos alguns ossos se encontravam na Alemanha. Sabia-se que aqueles que foram salvos e se puderam reunir, estão na Catedral de Burgos. Também no Salão da Puridade do Arco de Santa Maria se preserva a centelha do nosso cavaleiro mais imortal”.*

Por fim, apresentamos “La Tizona, uma das espadas de El Cid”? fotografada (foto à esquerda) por J. Laurante no final do século XIX. A foto da direita, a espada que se encontra actualmente no museu militar de Burgos. In, <https://es.wikipedia.org/wiki/Tizona>.



Espada (Tizona) atribuída a El Cid o Campeador.

Ego Ruderico

“Ego Ruderico” Assinatura de
El Cid o Campeador [Pidal, 1955]?

El Cid ficaria admirado por lhe dizerem que tal espada lhe teria pertencido! Não estamos de acordo por vários aspectos, que a espada seja do século XI, por análise à fotografia da peça e afirmar-se que, tenha pertencido a El Cid.

- 1ª – Malsinação; O pomo da espada parece ter a cabeça com carrapeta de enroscar. Todas as espadas até aos finais do século XIV, o espigão superior subido da lamina para enfiar a guarda mão a empunhadura e o pomo era batido, não enroscado.
- 2ª – Malsinação; Não se conhece nenhuma espada do século XI/XII que tenha a guarda mão que não seja direita. A que se apresenta nas fotos tem guarda mão com “copos em laço”, o que aconteceu somente a partir dos inícios do século XV.
- 3ª – Malsinação; A espada apresenta ricasso, ou seja, o início da lamina após a guarda mão, não está afiada, como acontecia com todas as espadas do século XI/XII. Portanto tinha que ser uma espada para talhar. As espadas com possibilidade de fazerem estocadas, enfiando o indicador da mão no ricasso aparecem somente no século XV/XVI.
- 4ª – Malsinação; O modelo (do século XV/XVI) desta espada é igual ao modelo de espada que foi encontrada no túmulo de Fernando de Aragão e de sua mulher, Isabel I “a

Católica” que reinou entre 10 dezembro de 1474 e 26 novembro de 1504, e que se encontra na Real Armaria de Madrid.



Espada encontrada no túmulo de Fernando e Isabel a Católica.

Lendo o capítulo DXXXII da História de Espanha de 1344, no parágrafo 21, diz: *“Grãde foy o aver que o Cide e os seus ouverõ em esta batalha. E aqui ouve o Cide a sua spada, a que deziã Collada, ca a tragia o conde dõ Reimõ”*.

Isto é; Sabe-se pela bibliografia que El Cid possuía várias espadas, todas elas batizadas (com nome); refere-se neste capítulo transcrito atrás, à espada “Collada” que capturou (numa batalha travada no ano 1086 ou 1087) ao rei D. Raimundo (Borgonha) da Galiza, casado com a Rainha Urraca I, primo de D. Henrique que viria a ser pai de D. Afonso Henriques e que entrou na Península Ibérica pela primeira vez no ano de 1086.

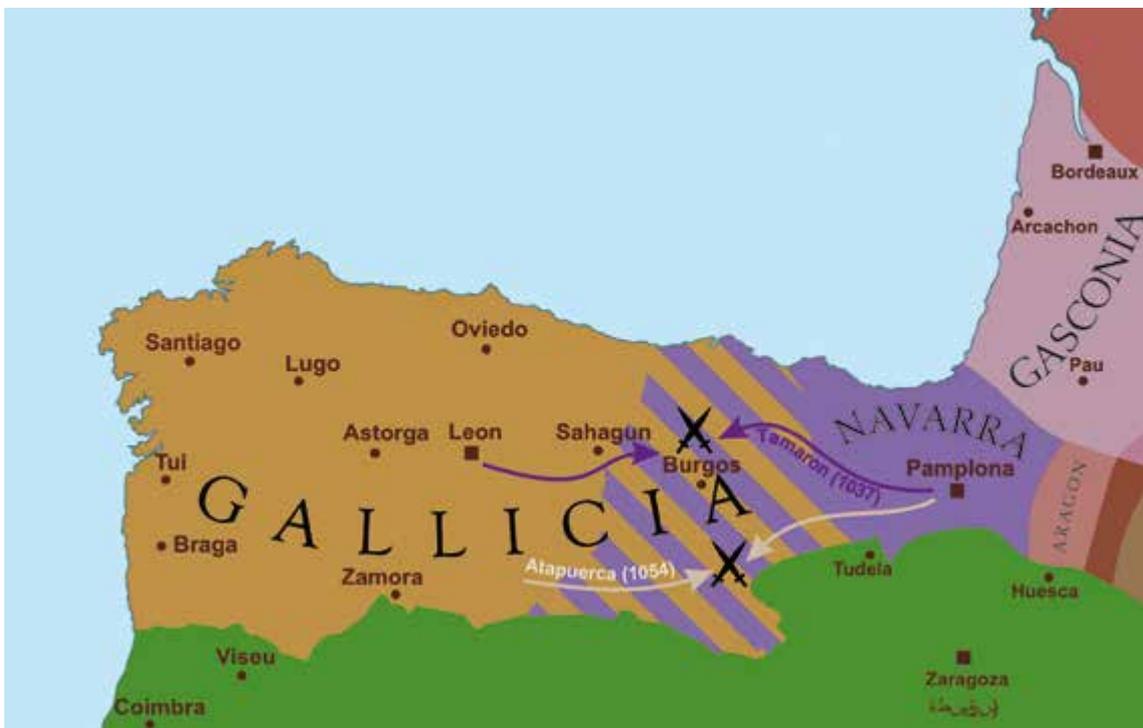
Uma outra, a que nos referimos mais acima chamava-se “Tizona”, Todavia o modelo que esta apresenta é uma espada do século XV/XVI (como já dissemos) e que apresenta uma guarda de “copos de laço” modelo tipicamente desses séculos e não do século XI.

Conclusão

A investigação sobre Rodrigo Díaz de Vivar – o El Cid – provavelmente ficou um pouco aquém do que se pretendia, sobretudo a sua intervenção, como guerreiro em Portugal, a bibliografia disponível para a sua actuação em terras, agora Portuguesas é natural que seja escassa, como aliás, outras matérias que se passam com célebres figuras Portuguesas dos séculos XI/XII.

O século XI, século onde perpassa toda a acção (1043/1099) atinge somente os primeiros três anos do governo do Condado Portucalense pelo Conde D. Henrique (1096-1112) que viria a ser pai do nosso primeiro Rei Afonso Henriques. Desconhece-se se El Cid teve algum relacionamento com o condado ou não.

As crónicas são claras da actuação que El Cid teve em território Português de tal forma que o “seu” Monarca D. Fernando I de Leão e Castela, o armou cavaleiro, justamente, como atrás dissemos, em Coimbra ou seja nos confins sul do Condado Portucalense que ele ajudou a combater e a expulsar as tropas muçulmanas. E, só a partir daí admite ser tratado por “EL CID”



Mapa do início do século XI, Na disputa por Castela, entre os reinos da Galiza e Navarra
<https://fr-academic.com/dic.nsf/frwiki/1457938>

Nada se sabe sobre o porte físico de El Cid apesar de existirem ossos a ele atribuídos, dos quais se poderia tirar muita informação sobre a figura caso fossem estudados e daí resultasse com alguma segurança para que se afirmar que se tratam de restos osteológico do de Vivar.

Foi á sombra do Rei Fernando I de Leão e Castela “O Magno” a sua actuação em terras Lusitanas, talvez por isso, não ficaram muitos registos, para além de permanecermos com a ideia que El Cid, esteve sempre ao lado do seu Monarca. Monarca que o aceitou quando ficou órfão de Pai que o criou desde então e, sobretudo ministrando-lhe as artes da guerra.

Por tudo isto, os nossos vizinhos Espanhóis, que nos perdoem, mas Rodrigo Diaz de Vivar, também pertence pelos seus feitos militares no então Condado Portucalense, a Portugal, por isso, mais que não seja, que este artigo possa alertar e interessar algum historiador a aprofundar a sua acção em terras Lusitanas.

Somente a biblioteca virtual Miguel Cervantes, assim como o Instituto Fernad Gonzales de Burgos, tem mais de um milhar de entradas bibliográficas sobre El Cid o Campeador, mas quase na sua totalidade, refere-se a acções em terras, hoje, Espanholas.

Questionámos alguns amigos sobre a figura de El Cid o Campeador, os registos de memória que lhes restava, estavam plasmados no filme dos anos 60, de Anthony Mann, o “El Cid” como um grande guerreiro Espanhol. Pensamos que a acção de Fernando I de Leão e Castela e do El Cid, foi preponderante para o primeiro impulso da criação do Condado Portucalense, pois as terras que constituam o condados tinham sido tomadas pelo Omíada “Almançor” no ano de 987, tendo sido reconquistado pelo Rei Fernando I De Leão e Castela com a ajuda do El Cid, em 1064 tendo sido entregue de imediato a Sisnando Davides que governou toda a região do Mondego, até ao ano de 1091, ano do seu falecimento, passaram, nesse ano, a sua administração para Martim Moniz de Ribadouro genro do Alvazil (Juiz, magistrado, governador) Sisnando Davides, até ao ano de 1096, data em que o Condado Portucalense foi restaurado e entregue ao Conde D. Henrique A partir daqui impulsionou-se aquilo a que se convencionou chamar a “Reconquista” que em Portugal demorou até à expulsão definitiva das todas as tropas Muçulmanas com a conquista do Algarve em 1249, no reinado do Rei Português D. Afonso III. Mas, na totalidade, o território da Península Ibérica só emanciparia do poder islâmico no ano de 1492 com a expulsão do Reino Nacérída de Granada/Espanha.

Bibliografia utilizada e/ou consultada:

- Alonso, Julio Puyol y;** Cantar de Gesta de Don Sancho II de Castilla, Victoriano Sudrez, Madrid, 1911.
- Báez, Enrique Moreno;** El Estilo Romanico Y El Cantar del Cid. A sociedade Castellana de fines del X y comienzos del XI, pp.429 a 440, Ed. Gredos, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1961.
- Ballesteros-Beretta,** Recensão critica à obra de Ramón Menéndez Pidal, Lá España del Cid, Aprovada pela Academia de Lá História em sessão de 7 Novembro, Madrid, 1930.
- Bello, Andres Dom,** Obras Completas, Vol. VII, Estudios Filologicos, Poema del Cid y Otros estudios de Literatura Medieval, Fundación La Casa de Bello, Caracas, segunda edición, Caracas, 1986.
- Bello, Andres Dom,** Poema del Cid Volume II Santiago do Chile, 1881.
- Berganza y Arce, Francisco de Abade Geral Benedictino, (Zarzaguda – Burgos);** Antiguidades da Espanha defendidas nas notícias de seus Reis e Condes de Castela Velha, na história apologética de Rodrigo Díaz de Vivar, disse El Cid Campeador e na Corónica do Real Mosteiro de San Pedro de Cardeña, em histórias, crônicas e outros instrumentos manuscritos que até agora não viram a luz do dia. Primera parte, Madrid, Francisco del Hierro, 1719; Segunda parte, Madrid, Francisco del Hierro, 1721.
- Barredo Pérez, Rodrigo;** O enigma dos ossos de El Cid, artigo publicado no “Diário de Burgos”, Burgos, Espanha, em 26 de Fevereiro de 2012.
- Basch, Martín Almagro;** Calamocha y el Poyo del Campo (Teruel) en relación con El Cid Campeador, Estudios dedicados a Menéndez Pidal, Volume 6 Madrid CSIC 1956.
- Basch, Martín Almagro;** Una curiosa lápida em árabe procedente de Albarracín, Gabinete de Antiguedades de la Real Academia de la História, 1954.
- Covadonga de Quintana** (directora do Arquivo da Real Academia Espanhola); Notas sobre a doação à Real Academia Espanhola de um fragmento de crânio atribuído a Cid o Campeador *in*, Arquivo da Real Academia Espanhola Boletín de información lingüística de la RAE · Nº 11 · Madrid 2019 · Pág. 117 a 123
- Chivite, Alberto Millán;** El Suplemento Propio e Indirecto em El Mío Cid, Universidade de Sevilha, pp690 a 700, Sevilla, 1985.
- Cañal, Rafael González,** La trayectoria escénica de António Enrique Gómez, Universidade de Castilla-La Mancha, 2011.
- Cintra, Luís Filipe Lindley** (Direcção Roberto Carneiro); Crónica Geral de Espanha 1344, Volumes III e IV – 2ª edição – Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2009.
- Colmenero, António Rodrigues; Sierra, Santiago Ferrer e Asorey, Rubén D. Álvarez;** Callaecia et Astvriae itinera Romana, Miliários e outras inscrições viárias Romanas do Noroeste Hispânico, Colecção Gran Formato, Sección de Patrimonio Historico, Conselho de Cultura Galega, Gráfico-Lugo, Galiza, 2004.
- Çurita, Geronimo; Anales de La Corona de Aragon,** Tomo I, Impressos en Çaragoça, en el Colegio de S. Vicente Ferrer, 1610..
- Çurita, (ZVRITA) Geronimo; Anales de La Corona de Aragon,** Tomo II, Impressos en Çaragoça, en el Colegio de S. Vicente Ferrer, 1610.
- Çurita, Geronimo;** Los cinco libros Postreros de La Historia del Rey Don Hernando el Católico, Tomo VI, Impressos en Çaragoça, en el Colegio de S. Vicente Ferrer, 1610.
- Çurita, Geronimo; Anales de La Corona de Aragon,** Tomo IV, Impressos en Çaragoça, en el Colegio de S. Vicente Ferrer, 1668.
- Dozy, Reinhart Pieter Anne;** *Histoire des Mussulmans d’Espagne, jusqu’à la conquête de l’Andalousie par les Almoravides, 711-1110 (Leiden, 1861; 2ª edição, ibid., 1881).*
- Dozy, Reinhart Pieter Ann;** *HistoireMuslims en Spain Islamic civilization, Tomos 3 e 4, Leiden 1881.*
- Dyer, Nancy Joe;** Variantes, refundaciones y el “Mio Cid” de las crónicas alfonsinas. Texas A&M University, Texas, 1989.
- Epalza, Mikel de;** El Cid = El León: ¿ Epíteto Árabe del Campeador, Hispanic Review, Philadelphia, 45/1 pp67-75, 1977.
- Epalza, Mikel de;** Etimologia Árabe Del Cid, como Antropónimo (El León) y como Topónimo (El Señor y/o Gobernador Almohade), S.L. 1977.

- Epalza, Mikel de;** *Sharq Al-Andalus, Estudios Árabes; Anales de la Universidade de Alicante, nº 7 Alicanate, 1990.*
- Fernandez, Mercedes Suárez;** *Sintaxis de Los Verbos de Movimiento en Construcción intransitiva en el Poema de Mio Cid. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, s.d.*
- González de Roba, José Luis;** *Los Huesos Viajeros Del Cid, Boletín 217 pp 393 a 413; do Boletín de la Institución Fernán González da Real Academia Academia Burgense de História y Bellas Artes, Burgos, 1998/2.*
- Guzmán y Galo, Juan Pérez de;** *Um código Litúrgico del rito siro-maronita, manuscritos en caracteres siríacos, Boletim de La Real Academia de La História, Madrid, 1921.*
- Hempel, Wido;** *Sobre la técnica de representación de la Muchedumbre en la literatura española (Cantar de Mio Cid, Cervantes, Galdós), Universidad de Tubinga, s.d.*
- Henrique Florez Fr,** *España Sagrada, Tomo III segunda edicion, Madrid, 1754.*
- Henrique Florez Fr,** *España Sagrada, Tomo XXV, Madrid, 1770.*
- Henrique Florez Fr,** *España Sagrada, Tomo XXIX, Madrid, 1775.*
- Henrique Florez Fr,** *España Sagrada, Tomo XIII, segunda edicion, Madrid, 1782.*
- Henrique Florez Fr,** *España Sagrada, Tomo XV, segunda edicion, Madrid, 1787.*
- Henrique Florez Fr,** *España Sagrada, Tomo XXIII, segunda edicion, Madrid, 1799.*
- Huarte, Amalio Echenique;** *La Espada Encantada de Vulcano, BBMP, XXVIII, S.L. 1952.*
- Josef Quintana, Don Manuel;** *Vidas de Españoles Celebres, Imprenta Real, Madrid 1807.*
- Lopez Gisela;** *El Cid, Colección Teatro AETIJ, Madrid, 2001.*
- Manuel Abílio, Rabanal Alonso;** *Enlaces viários romanos entre España (Zamora) y Portugal, Revista Hispania Antiqua nº XVI, Madrid, 1992.*
- Martin, Óscar;** *Sobre Héroes, Tumbas y Reyes: Cardeña, 1512, Lá Publicación de La crónica Particular. Boletín de la biblioteca de Menéndez Pelayo, LXXXIII, 2007, pp49-64.*
- Martínez, H. Salvador;** *La “Najerense”I Losd Cantos Noticieros Cidianos, Nuevos estúdios épicos medievales, Ed Grasdos, Madrid, 1970.*
- Mattoso, José;** *D. Afonso Henriques, 2ª Edição 2011.*
- Mendes, Carlos Alberto Santos;** *Traçado da Via Romana [via XVII – Braga-Astorga] existente no Concelho de Macedo de Cavaleiros, Cadernos Terras Quentes, nº 3, Edições Associação Terras Quentes, pp. 27 a pp39, Macedo de Cavaleiros, 2006.*
- Michalski, André;** *Simetría doble y Triple en El Poema de Mio Cid, McGill University, s.d.*
- Morales, Ángel Luís Ferrando;** *El Cid Fet Música: Absoluta, Aplicada, Òpera, Cançons ... What Else, Centro Instrutivo Musical Apolo d'Alcoi, pp 215 a 224 s.l. e 2007.*
- Oliveira, António Resende de e, Miranda, José Carlos Ribeiro;** *Da História Compostelana à primeira Crónica Portuguesa: O discurso historiográfico sobre a formação do reino de Portugal, actas do congresso internacional, Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2008.*
- Orey, Carlos Edmundo de;** *El Verso 20 Del Cantar de Mio Cid, Una nueva Perspectiva, 545, rue Saint Fuscien, 80, Amiens, France, s.d.*
- Pérez, Magdalena Santo Tomás;** *La Asistencia a Los Enfermos en Castillaa en la Baja Edad Media, Tesis doctoral, Universidad de Valladolid, Valladolid, 2002.*
- Picard Hans Rudolf;** *La reinterpretación de um tema medieval; Mío Cid Capeador (1928) de Vicente Huidobro o la identificación enfática com un mito. Universit*at Konstanz, Alemania, 1928.*
- Pidal, Ramón Menéndez;** *Tradicionalidad de las crónicas Generales de España, a propósito de los trabalhos de L. F. Lindley Cintra, Boletim de la Real Academia de La História, Tomo CXXXVI, cuaderno II, Madrid 1955.*
- Pidal, Ramón Menéndez,** *Lá España del Cid, (cerca de 1043-1099) biblioteca virtual de Cervantes,Alicante, 2011.*
- Pidal, Ramón Menéndez,** *Poema del Cid y outras Gestas Heroicas, Olózaga I, Madrid, 1923.*

Pidal, Ramón Menéndez; Postdata a la España del Cid, Boletim de La Academia de La História, Madrid, s.d.

Pidal, Tamón Menéndez; Cantar de Mio Cid, Texto, Gramática y Vocabulario, Imprenta de Bailly-Baillièrre é Hijos, Madrid, 1908.

Puyol, Julio; El Cid» de Dozy; Extrait de la Revue Hispanique, Tome XXIII, Partis, 1910.

Puyol y Alonso, Julio D.; Las crónicas Anónimas de Sahagum, Nueva Edición conforme à UN MS. Del Siglo XVI, Real Academia de la História, Madrid, 1921.

Rodriguez Timoteo, Riaño y Ala, M^a Del Carmen Gutiérrez; El Cantar de Mío Cid, 1^a parte El Manuscrito del Cantar, Biblioteca Virtual Miguel De Cervantes, 541 pág e 1986.

Rodriguez Timoteo, Riaño y Ala, M^a Del Carmen Gutiérrez; El Cantar de Mío Cid, 2^a parte El Manuscrito del Cantar, Biblioteca Virtual Miguel De Cervantes, 1986.

Río, José Ramírez del; La Descripción del Sayyd Árabe en una Fuente Levantina del Signo XI y El sobrenome Del Cid. Sharq al-andalus, 20 pp 21-40, S.L. 2011-2013.

San Martín, Adolfo Bonilla Y; Gestas del Cid Capeador, Cuaderno III e IV, Tomo LIX Boletim de La Real Academia de Lá História, Madrid, septiembre-Octubre, 1911.

Soriano-Mola, Dolores Thion; Antonio Bergnes de Las Casas, Un editor para todos, de Los primeiros pasos em el Grémio a el Museu de Familias (Índices), Université de Pau et des Pays de L'Adour, Anales, 25, 2013 pp 341-382.

Teixeira, Nuno Severiano (Coord); Monteiro, João Gouveia e Domingues, Francisco Contente; História Militar de Portugal, Esfera dos Livros, 1^a edição, Lisboa, 2017.

Thiébauld, Le Baron (Liutenant-Général); Relation de l'Expédition Du Portugal, faite en 1807 et 1808, Chez Magimel, Anselin et Pochard, Paris, 1817.

Thuesen, Evelia Ana Romano; Transcripción y edición del Catálogo Real de Castilla, parte I University of California, Santa Barbara, 1992.

Tormo, Elías; El caso del Señor Menéndez Pidal, Boletín de La Real Academia de La História, Madrid, 26 de junio 1946.

Tovar, F. de Bustos; Épica y crónica: Contraste en la estruturação del discurso, Universidade Complutense, Madrid, 1960.

Trueba, D. Antonio; Las Hijas del Cid, de las Crónicas de aquel famoso Caballero, D. Miguel Prats, Editor, Madrid, 1859.

Vasques, Luis L. Cortés L.; Ritmo, Color y Paisaje en la Chanson de Roland y en El Poema del Cid. BBMP, XXX, 1954.

Vivanco, Carles Bastons I; Algunos Esterotipos Literarios Y Su Proyección Plurinacional Y Plurilingüe, pp370 a 374 IES Jaume Balmes, Barcelona, s.d.

Vivar, Rodrigo Diaz; Tradiciones Populares de España, El Laberinto, Periódico Universal, nº 36, Tomo II, Madrid, 1845.

Webber, Ruth House; Lenguaje Tradicional: Epopeya y Romancero, University of Chicago, 1973.

Edições eletrónicas:

- https://es.wikipedia.org/wiki/Rodrigo_D%C3%ADaz_de_Vivar (consultada em 12 de Novembro de 2023).
- Mapas; Península Ibérica – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) (consultada em 15 novembro de 2023).
- Irene RUIZ ALBI, «Los códices de la *Historia Roderici* y sus relaciones», *e-Spania* [En ligne], 10 | décembre 2010, mis en ligne le 09 décembre 2010, consulté le 01 décembre 2023. URL: <http://journals.openedition.org/e-spania/20106>; DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.20106>, (consultada em 13 novembro de 2023).
- https://viasromanas.pt/img/mapa_hispania_1847_selina_hall.jpg (consultada em 15 de novembro de 2023).

- <https://elrethohistorico.com/muerte-cid-tumba-restos> (consultada em 25 novembro de 2023).
- <https://pt.todocoleccion.net/postais-comunidade-madrid/madrid-real-armeria-espada-isabel-catolica-sin-escribir~x242370865> (consultada em 30 de novembro de 2023).
- <https://www.thegns.org/thegns-of-mercia-reconstructions-blog/bidford-33-another-6th-century-anglian-shield> (consultado em 14 de Dezembro 2023).
- <https://www.etsy.com/listing/546843259/custom-medieval-kite-shield> – (consultado em 14 de Dezembro 2023).
- <https://fr-academic.com/dic.nsf/frwiki/1457938> - (consultado em 14 de Dezembro 2023).

τφ



Rui Martins de Morais
Nas origens da
linhagem dos Morais

Rui Martins de Moraes

Nas origens da linhagem dos Moraes

*Dr. Augusto Ferreira do Amaral

1 – Os primeiros Moraes

Há uma personagem importante no nordeste transmontano entre a década final do séc. XIII e a primeira do séc. XIV, Rui Martins de Moraes, que tem sido considerado dos mais antigos ascendentes da estirpe *Moraes*. Se não foi ele o fundador deste apelido foi, pelo menos dos primeiros que o usaram.

Disseram genealógicos seiscentistas e posteriores que era filho dum Martim Gonçalves e neto paterno dum Gonçalo Rodrigues de Moraes. E, segundo alguns deles, este Gonçalo Rodrigues proviria de Moral, topónimo da região espanhola de Soria, e seria oriundo da alta estirpe dos Condes de Castela.

Não tenho quaisquer razões para acreditar em tão ilustre entronque.

Admito, sim, que tenha sido ascendente de Rui Martins um Gonçalo Rodrigues *de Moralis* que, com sua mulher (que pela avó materna seria do tronco dos Silvas), em escritura de maio de 1210, desistiu da parte que ela tinha numa quinta de Vila Meã, doada por outros fidalgos ao mosteiro de Castañeda¹.

* Licenciado em Direito pela faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1964. Em 1978/9, Secretário de Estado da Estruturação Agrária no III Governo Constitucional, 1979/1983 Ministro da Qualidade de Vida no VII Governo Constitucional 1981; Deputado da Assembleia da República pela Aliança Democrática 1979/1983; Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados; Vogal do Conselho de Nobreza, Presidente da Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente; Presidente do Círculo de Amizade Portugal-Marrocos; Presidente do Partido Popular Monárquico; Presidente da Causa Real; Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História; Investigador e sócio efectivo do Instituto Português de Heráldica. Vasta obra publicada na área da história e Ciências Históricas.

1 Situa-se em terra leonesa, junto do lago de Senabria, a cerca de 50 quilómetros a norte de Bragança.

A transcrição do trecho da escritura é-nos dada pela mão de José Cardoso Borges, erudito que escreveu as chamadas “*Memórias de Bragança*”, nos anos 20 do séc. XVIII, provavelmente destinadas a fornecer informações para a Academia Real da História Portuguesa².

É nele que posso encontrar os escassíssimos dados susceptíveis de fazerem alguma luz sobre tal estirpe nos tempos anteriores a D. Dinis. Outras fontes, praticamente não subsistem, nem nos arquivos régios nem nos dos mosteiros ou outras instituições eclesiásticas. Para já não falar do silêncio dos nobiliários medievais que, de resto, têm de ser sempre usados com muita atenta cautela e apertada crítica.

Por isso me socorro de José Cardoso Borges.

Aliás é hoje consensual merecerem boa confiança as cópias e informações daquele tipo sobre os documentos que ele compulsou. E, neste caso especialmente, visto que os documentos diziam respeito ao mosteiro de S. Martín de Castañeda. É que este cenóbio possuía importantes bens imóveis no nordeste transmontano, que foram comprados, por junto, pelo mesmo José Cardoso Borges, com sua mulher, em 1706³.

O dito Gonçalo Rodrigues é, com toda a verosimilhança, o mesmo que testemunhou em 1217, num acto escrito relativo ao referido mosteiro⁴.

Segundo Cardoso Borges, foram eles, Gonçalo Rodrigues *de Moralis* e a mulher, quem deu o sítio e a antiga capela de Santa Catarina, em Bragança, à então incipiente Ordem de S. Francisco⁵. Dispunha aquele autor, certamente, de algum fundamento para tê-lo afirmado. Mas a data de tal doação cabe perfeitamente na cronologia dos daqueles doadores.

2 BORGES, José Cardoso, *Descrição topographica da Cid.e de Bragança*, manuscrito, Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, nº 248, ed. por Fernando de SOUSA *et alii*, com o título *Memórias de Bragança*, Câmara Municipal de Bragança, CEPSE, 2012.

3 *Memórias de Bragança*, cit., pp. 21, 27, 29 e 35.

4 RODRÍGUEZ González, Ángel, *El Tumbo del Monasterio de San Martín de Castañeda*, Leon, Centro de Estudios y Investigación “San Isidoro”, 1973, p. 174, e BORGES, Cardoso, locs. cit., fl. 98v e p. 191.

5 BORGES, Cardoso, locs. cit., fl. 98 e p. 191 .

Mais admito que um Martim Gonçalves, cavaleiro, que testemunhou, logo a seguir ao tenente de Bragança e logo antes de três juizes, a outorga do foral de Milhão pelo abade de Castro de Avelãs, em 1 de Dezembro de 1227⁶, fosse filho do referido Gonçalo Rodrigues *de Moralis*, e que também dele descendesse o Rui Martins de Morais em causa.

O que oferece dúvidas é que este Rui Martins fosse filho daquele Martim Gonçalves.

Desde logo pela cronologia, uma vez que terá nascido certamente não antes de 1255 mas, mais provavelmente, cerca de 1260, ou seja mais de 30 anos após a referida intervenção de Martim Gonçalves como testemunha grada ou seja, quando este não teria menos de 55 anos de idade.

As considerações cronológicas suscitam, aqui, uma atenção especial.

2 – Rodrigo ou Rui Martins

Com vista ao esclarecimento do problema, procuremos recolher os vestígios documentais de homens que naqueles tempos e lugares, se chamassem *Rodrigo Martins* ou *Rui Martins*.

1 – Rodrigo Martins

Era de S. Julião, no concelho actual de Bragança. Testemunhou uma venda em julho de 1243⁷.

2 – Ruy Martinez

Era de Bragança e aí testemunhou uma doação em fevereiro 1256⁸.

3 – Rodrigo Martins, cavaleiro

Era juiz de Bragança em 1258, quando prestou o seu depoimento nas Inquirições⁹.

6 ALVES (Abade de BAÇAL), Francisco Manuel, “Castro de Avellãs”, *O Instituto*, revista do Instituto de Coimbra, nº 56 (1909), pp. 205-206.

7 ALVES (Abade de BAÇAL), Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança, reedição do Museu do Abade de Baçal, tomo III, 1982, p. 269.

8 ALFONSO ANTÓN, Isabel, *La colonización cisterciense en la Meseta de Duero: el dominio de Moreruela (siglos XII-XIV)*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos “Florian del Campo” (C.S.I.C.), 1986, pp. 451-453.

9 *Inquisitiones ... etc. cit.*, II, p. 1289b, e BAÇAL, Abade de, *Memorias ... etc. cit.*, tomo III, p. 312.

4 – Rodrigo Martins, cavaleiro

Antes de 1258 comprou uma herdade foreira na freguesia de Espinhoso (concelho de Vinhais), não pagava foro, e impedia uma mulher foreira de o pagar¹⁰.

5 – Rodrigo Martins, cavaleiro

Com outros cavaleiros, filharam pela força a igreja de Santo André de Ousilhão (concelho actual de Vinhais) em 1258 ou pouco antes¹¹.

6 – Rodrigo Martins, cavaleiro

Comprou um casal foreiro em Ousilhão e fez dele honra, mas o casal veio a ser devasso¹².

7 – Rui Martins, sobrinho de, ou associado a, Rui Fernandes de Castro Roupal

Adiante se procurará identificar este Rui Fernandes de Castro Roupal.

Nas Inquirições de 1288 a 1291, provou-se que aquele e este, ganharam vinte e seis casais e meio na vila de S. Miguel de Talhas (Macedo de Cavaleiros), casais que vieram a ser devassos e ficaram sujeitos aos direitos do rei¹³; que os mesmos e outros traziam metade do Prado Redondo por honra, mas este foi também todo devasso¹⁴; e que possuía então duas quintãs em Morais (Santo André) que continuaram honradas¹⁵. Na aldeia de Lagoa pertenciam-lhe certamente alguns dos cinquenta casais que fidalgos e clérigos aí fizeram e foram devassos¹⁶.

Só no primeiro destes registos se diz explicitamente que um é sobrinho e o outro, tio. Mas dos restantes se percebe que se trata das mesmas personagens.

8 – Rui Martins, cavaleiro

Com sua mulher, Sancha Fernandes, fez uma troca com o rei D. Dinis exarada em carta régia de 9 de maio de 1300. O rei ficou com a aldeia de Caçarelhos e metade do padroado da igreja de S. João de Angueira¹⁷. Rui Martins ficou com Sanseriz, com todos os direitos que o rei aí tinha.

10 *Inquisitiones ... etc. cit.*, p. 1342a, e ALVES (Abade de BAÇAL), Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança, reedição do Museu do Abade de Baçal, tomo IV, 1983, p. 46.

11 *Inquisitiones ... etc. cit.*, II, p. 1322b, e BAÇAL, Abade de, *Memórias ... etc. cit.*, tomo III, p. 331.

12 *Inquisitiones, Nova Série, vol. IV/2 ... etc. cit.*, pp. 252, 253 e 254, e BAÇAL, Abade de, *Memórias ... etc. cit.*, p. 325.

13 *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Inquisitiones vol. IV/2, – Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, ed. por José Augusto de Sottomayor PIZARRO, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2015, p. 270, e BAÇAL, Abade de, *Memórias ... etc. cit.*, p. 381.

14 *Inquisitiones vol. IV/2 ... etc. cit.*, p. 271, e BAÇAL, Abade do, *Memórias ... etc. cit.*, p. 332.

15 *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, vol. IV/2 ... etc. cit.*, p. 272, e BAÇAL, Abade do, *Memórias ... etc. cit.*, p. 333.

16 *Inquisitiones, Nova Série, vol. IV/2 ... etc. cit.*, p. 273, e BAÇAL, Abade de, *Memórias ... etc. cit.*, pp. 333 e 334.

17 Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, livro 3, fls. 10 e 10v.

9 – Rui Martins

Foi alcaide de Bragança, procurador e povoador do rei. Em 22 de setembro de 1303, deu a povoar o vilar de Pombares; em 29 de maio de 1304 fez carta de foro a 12 povoadores de Arufe; e em 4 de setembro de 1304, a 40 do lugar de Beduído¹⁸. Todas as cartas foram confirmadas por outras tantas do rei, emitidas em 12 de abril de 1308 e publicadas como anexo de um estudo de José Marques¹⁹.

10 – Rui Martins, cavaleiro de Morais

Foi mandatado em 24 de abril de 1305, pelo concelho, pelos juizes e pelos cavaleiros de Bragança para representá-los num pleito com o rei D. Dinis, que terminou com uma transação confirmada pelo rei por carta de 19 de maio seguinte²⁰.

11 – Rui Martins

Era alcaide de Bragança quando, em 8 de fevereiro de 1315, deu uma sentença sobre os limites de Moncorvo e de Moz²¹.

Quais destes varões correspondem à mesma pessoa?

Penso poder identificar:

- Um Rodrigo Martins, morador em Bragança, que aí foi juiz, tudo antes de 1258. Não terá nascido depois do primeiro quartel do séc. XIII, correspondendo aos nºs 1, 2 e 3.
- Um Rodrigo Martins, morador na região de Vinhais, tido como perturbador da ordem estabelecida, correspondendo aos nºs 4, 5 e 6. Não terá nascido depois de 1235. Não excluo a hipótese – mas acho-a pouco plausível – de que fosse o mesmo que a personagem anterior.
- Um Rui Martins de Morais, correspondendo aos nºs 7, 8, 9, 10 e 11. Não terá nascido antes de 1255, pois ainda exercia as funções de alcaide de Bragança e juiz em 1315.

18 Essas acções de povoamento foram aprovadas por D. Dinis, por cartas de 12 de abril de 1308, como se vê em BAÇAL, Abade do, *Memórias ... etc. cit.*, p. 302.

19 MARQUES, José, “Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português”, comunicação apresentada ao III Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos, Leningrado, de 13 a 15 de junho de 1988, disponível *on line* em ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6441.pdf, consultado em 2023/11/30, pp. 15 e 31-34 e BAÇAL, Abade do, *Memórias ... etc. cit.*, tomo IV, pp. 468-469.

20 Chancelaria de D. Dinis, livro 3, fls. 42v-43, por mim publicada em *Macedos. Subsídios Genealógicos*, Óbidos, 2014, pp. 13-139.

21 ALVES (Abade de BAÇAL), Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Bragança, reedição do Museu do Abade de Baçal, tomo I, 1982, p. 300.

Este é que era claramente diferente dos restantes.

Trata-se, portanto, do Rui Martins de Moraes, sobrinho de Rui Fernandes de Castro Roupal.

3 – Rui Fernandes de Castro Roupal

E tal tio, quem era?

Em 1258 Rui Fernandes tinha o múnus eclesiástico de *prelado* da igreja de Castro Roupal, no perímetro do actual concelho de Macedo de Cavaleiros. Dessa igreja, segundo declarou, eram sufragâneas as de Vinhas e de Bagueixe, também na área do mesmo concelho. Na dita qualidade de prelado depôs nas Inquirições de D. Afonso III²².

Em 8 de janeiro de 1270 outorgou, como *quase comissário*, certamente do arcebispo de Braga (*Rodyricus ferdinandi de castro roupall quasy comysarius*) e acompanhando o abade do mosteiro de Castro de Avelãs, o foral de Paço do Outeiro²³.

Com o dito arcebispo e identificado como D. Rodrigo Fernandes abade da igreja de Castro-Roupal, cónego (... *proesentibus ... Domno Rodrico Fernandi Abbate Ecclesiae de Castro-Roupal, Canonicis Bracarensibus ...*), subscreveu, em 5 de dezembro de 1287, uma composição com o mosteiro de Castro de Avelãs acerca dos direitos sobre diversas aldeias²⁴.

Desde 1284 até a sua morte, foi cónego da Sé de Braga²⁵.

Ao tempo das Inquirições de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291, possuía uma quintã, pela qual não pagava foro ao rei nem ao concelho de Bragança. Foi consentido que continuasse²⁶.

22 *Inquisitiones ... etc. cit.*, II, p. 1308b, e BAÇAL, Abade de, *Memorias ... etc. cit.*, tomo III, p. 351.

23 BAÇAL, Abade de, *Memorias ... etc. cit.*, p.72.

24 *Ibidem*, pp. 57 a 62.

25 RODRIGUES, Ana Maria S. A., RIBEIRO, João Carlos Taveira, COSTA, Maria Antonieta Moreira da, e MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro, *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374). Notícias Biográficas*, Lisboa, Universidade Católica de Lisboa, 2005, pp. 198-199 e 205-206 notas 950 a 960.

26 *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série. Inquisitiones – Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, ed. por José Augusto de Sottomayor PIZARRO, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, vol. IV/2, 2015, p. 267, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., p. 330.

Com seu *sobrinho* Rui Martins de Morais possuía vinte e seis casais e meio na vila de S. Miguel de Talhas (Macedo de Cavaleiros), que foram devassos e ficaram sujeitos aos direitos do rei²⁷.

No mesmo tempo ele, o dito sobrinho e outros traziam metade do Prado Redondo por honra, mas este foi também todo devasso²⁸.

Possuía então uma quintã em Morais (Santo André) que era e continuou honrada²⁹.

Na aldeia de Lagoa pertenciam-lhe certamente alguns dos cinquenta casais que fidalgos e clérigos aí fizeram e foram devassos³⁰.

E na aldeia de Vinhas possuía nessa altura um casal, que igualmente veio a ser devasso³¹.

Decerto era também seu o padroado da igreja de Vinhas, que ficava junto de Castro Roupal. Possivelmente herdou-o o sobrinho pois, segundo Cardoso Borges, tal padroado foi parar aos Távoras, pelo casamento de Alda Gonçalves de Morais, neta paterna do mesmo Rui Martins de Morais, com Lourenço Pires de Távora, antepassados estes dos Condes de S. João³².

Foi cónego da Sé de Braga entre 1284 e 1299, ano em que morreu.

4 – Os de Dornelas

O cónego Rui Fernandes era filho de Fernão Fernandes e duma D. Teresa, e irmão de Pedro Fernandes, cavaleiro de Dornelas, de Fernão Fernandes, cavaleiro, e de Maria Fernandes, casada com Pedro Lourenço, cavaleiro do Rego.

27 *Nova Série, Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 270, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., p. 331.

28 *Nova Série. Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 271, e BAÇAL, Abade se, ob. cit., p. 332.

29 *Nova Série. Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 272, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., p. 333.

30 *Nova Série. Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 273, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., pp. 333 e 334.

31 *Nova Série. Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 275, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., p. 335.

32 BORGES, Cardoso, ob. cit., fl. 101; note-se que ainda em 1648, um ilustrado membro duma estirpe da alta nobreza como os Távoras, ignorava, aparentemente que a sua antepassada Alda Gonçalves, mulher de Lourenço Pires de Távora, tinha o apelido *Morais* (TÁVORA, Rui Lourenço de, *Historia de Varoens Illustres do Appellido Tavora*, Paris, 1648, p. 3).

Em 1288, na quintã da Bouça, freguesia de S. Pedro de Maximinos, de Braga, reuniu-se o cónego com seus referidos irmãos para outorgarem uma hipoteca³³.

As Inquirições de 1288-91 trouxeram à luz mais informação sobre esta família e os seus bens imóveis.

O dito Fernão Fernandes (provavelmente o irmão, mas não é de excluir que fosse o pai) era dono de uma quintã dentro do couto de Moure³⁴. Possuiu também uma quintã chamada de Arnadais, na freguesia de Dornelas, a qual a testemunha sempre vira honrada³⁵. Na mesma freguesia adquiriu Rui Fernandes uma casa e dela fez honra, mas foi declarada devassa³⁶. Este mesmo tinha uma quintã em Vila Cova, perto de Braga a qual era honrada desde o tempo de D. Afonso Henriques³⁷ e, ele e os seus irmãos, uma quintã designada como Bouça, na freguesia de Maximinos, em Braga, que as testemunhas sempre tinham visto honrada³⁸. Possuía na freguesia da Palmeira, junto a Braga, dois casais, uma quintã chamada Serviçaria, e vários casais no Souto de Pocas, do que tudo fizera honra, mas só lhe foi reconhecida nas casas da Serviçaria³⁹. E seu cunhado Pedro do Rego tinha uma quintã no julgado de Rossas, perto de Vieira de Minho, que era honrada e assim foi declarada enquanto fosse de filhos de algo⁴⁰.

Rui Fernandes era, portanto, proprietário de imóveis vários deles isentos. Na família destacava-se justamente como o maior possidente, embora, ao que parece, fraco em liquidez, pois era devedor, a seus irmãos e a terceiros, de somas importantes quando morreu. Mas pai, irmãos e cunhados eram todos considerados filhos de algo e localizavam-se em Dornelas. As suas propriedades espalhavam-se até junto das terras de Basto.

33 RODRIGUES, Ana Maria S. A., RIBEIRO, João Carlos Taveira, COSTA, Maria Antonieta Moreira da, e MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro, loc. cit.

34 *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Inquisitiones – Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 Execuções de 1291*, vol. IV/1, ed. por José Augusto de Sottomayor Pizarro, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2012, p. 320.

35 *ibidem*, pp. 405-406.

36 *ibidem*, pp. 405-407.

37 *ibidem*, p. 419.

38 *ibidem*, pp. 431-432.

39 *ibidem*, pp. 438 e 440.

40 *ibidem*, p. 656.

Há várias povoações chamadas *Dornelas*, mencionadas nas Inquirições acima referidas, portanto na 2ª metade do séc. XIII, a saber:

- freguesia, orago de S. Salvador, no concelho actual de Amares;
- freguesia, orago de S. Pedro, no concelho actual de Boticas;
- no concelho actual de Aguiar da Beira;
- no sítio de Silva Escura, no concelho actual de Sever do Vouga;
- na freguesia da Sé, no concelho de Viseu.

Mas é manifesto, pelo próprio texto das Inquirições, que a freguesia onde se situavam as honras daqueles Fernandes correspondia à primeira daquele elenco de povoações.

Era um tanto longínqua de Macedo de Cavaleiros, onde se localizava Castro Roupal.

E também não pode haver dúvida, pelos documentos acima referidos, de que este Rodrigo Fernandes, cónego, era o mesmo Rui Fernandes de Castro Roupal, abade, tio de Rui Martins de Morais.

5 – Acerto onomástico

Põe-se, no entanto, um problema.

Se Rui Fernandes de Castro Roupal fosse tio direito de Rui Martins, o pai deste último só poderia chamar-se *Martim Gonçalves* se o dito Rui Fernandes de Castro Roupal fosse seu cunhado.

Rui era *Fernandes*, assim como seus irmãos de Dornelas.

Ora, se o de Castro Roupal era irmão inteiro ou consanguíneo do pai de Rui Martins de Morais, então o pai deste não podia chamar-se *Martim Gonçalves*. Chamar-se-ia, sim, *Martim Fernandes*. *Martim* porque pai de *Martins*; e *Fernandes* porque filho de *Fernando*.

Nas Inquirições de 1258⁴¹, não há menção de algum *Martim Fernandes* que pudesse corresponder ao pai de Rui Martins. Mas nas de 1288-90-91 surge um cavaleiro com esse nome, que adquirira cinco casais em Serapicos (concelho de Bragança)⁴², um em Castro Roupal (concelho de Macedo de Cavaleiros)⁴³, e mais três em Vinhas (neste último concelho)⁴⁴. Há, além dele, um clérigo com o mesmo nome, comprador de um casal em Banrezes (também concelho de Macedo de Cavaleiros), que honrou mas veio a ser devasso⁴⁵. Porém este, apesar de se situar na mesma zona, não parece que se identifique com o cavaleiro, justamente por ser qualificado apenas como clérigo.

No entanto, quanto a *Martim Fernandes* cavaleiro, nada aparenta, à primeira vista, contrariar a hipótese de que fosse irmão do abade Rui Fernandes de Castro Roupal e pai de Rui Martins de Morais.

Será que era mesmo?

Se este *Martim Fernandes* era irmão do acima referido cónego Rui Fernandes, ficará por explicar por que razão não figura na hipoteca acima mencionada em que intervieram os outros irmãos deste, em 1288, pois também devia ser copossuidor da herdade hipotecada⁴⁶.

Por outro lado, pôr-se-á assim em causa o nome que os genealógicos atribuíram ao pai de Rui Martins de Morais – *Martim Gonçalves de Morais*.

E o pai daquele *Martim Fernandes* (e pai também do cónego Rui Fernandes de Castro Roupal) não poderia ser o mencionado *Gonçalo Rodrigues de Moralis*, mas sim um *Fernando*.

A hipótese de Rui Martins de Morais ser sobrinho direito paterno do cónego enfrenta, pois, dificuldades. Exige que *Martim Fernandes* fosse filho dos mesmos *Fernão Fernandes*

41 Repare-se que o documento em que acima aceitei que o interveniente lá referido fosse *Martim Gonçalves* ascendente de Rui Martins de Morais, foi datado de 1227.

42 *Nova Série. Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 269, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., p. 331.

43 *Nova Série. Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 274, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., p. 334.

44 *Nova Série. Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 275, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., p. 335, 334 e 335.

45 *Nova Série. Inquisitiones*, vol. IV/2 ... etc. cit., p. 277, e BAÇAL, Abade de, ob. cit., p. 336.

46 RODRIGUES, Ana Maria, e outros, ob. cit., p. 198.

e Teresa que foram pais do dito cónego, dos cavaleiros Pedro Fernandes, de Dornelas e Fernão Fernandes, e de Maria Fernandes, mulher de Pedro Lourenço, cavaleiro do Rego – o que não encontra apoio directo em qualquer documento que seja do meu conhecimento.

Apesar do estatuto social destacado que teriam esses pais (ambos referidos com “*Dom*” em documento de Braga), esta família não está tratada nem entroncada⁴⁷, que eu saiba, no universo nobiliárquico do séc. XIII, nem em Portugal nem nas regiões fronteiras da Galiza e de León.

Tentemos testar, então, uma alternativa.

O termo *sobrinho* era na época também usado para designar o filho do primo/ /prima coirmã/o⁴⁸.

Rui Martins de Moraes poderia ser, embora não necessariamente, neto dum irmão ou irmã do mencionado Fernão Fernandes (pai do cónego de Castro Roupal). E, se assim fosse – o que não passa duma consideração muito hipotética – o pai de Rui Martins chamar-se-ia obviamente *Martim*, mas poderia ter um qualquer patronímico, incluindo o *Gonçalves* aquele a que acima aludi.

Neste ponto, é de atentar na cronologia. Não há notícia deste Rui Martins de Moraes nas Inquirições de 1258. Podia ser então já nascido, mas, se o fosse, não teria mais de três anos. Com acima disse, não é plausível que haja sido dado à luz antes de 1255, pois casou 2ª vez já iniciado o séc. XIV e as três filhas que teve do 2º matrimónio terão nascido ao longo da 1ª década desse século. Por outro lado, em 1315 ainda exercia activamente funções jurisdicionais de alcaide de Bragança, o que inculca como improvável que tivesse então mais de 60 anos.

O Rui Fernandes de Castro Roupal era pároco em 1258 ou mesmo antes, o que faz supor que teria nascido não depois de 1235. Tal data é compatível com o ano da sua morte,

47 Nem figura como tal, não obstante algumas notícias dispersas por outras linhagens, nas monumentais *Linhagens...* etc., de PIZARRO, Sotto Mayor.

48 VENTURA, Leontina, “A família: o léxico”, in dir. José MATTOSO e coord. Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*, Círculo dos Leitores, 2010, p. 106. Ver também TORRES Sevilla, Margarita, *Linajes nobiliarios de León y Castilla Siglos IX-XIII*, Junta de Castilla y León, 1999, p. 34.

que foi 1299. Assim, a diferença de idades entre ele e o seu sobrinho Rui Martins de Moraes, não andaria muito longe dos 20 anos, perfeitamente aceitável tratando-se da diferença de uma geração.

Mas a hipótese de que o parentesco fosse de primo-sobrinho é de afastar por outras razões. Por exemplo: seria difícil explicar como é que o cónego se associou e beneficiou tanto um seu primo-sobrinho, como manifestamente o fez no nordeste transmontano, quando tinha irmãos e sobrinhos diretos, em Dornelas, que eram parentes bem mais próximos e mesmo um hipotético irmão perto de Castro Roupal.

Ora, com tudo isto, o mais provável parece ser que o Martim Fernandes, cavaleiro que comprou cinco casais em Serapicos, três em Vinhas e um em Castro Roupal, fosse irmão de Rui Fernandes de Castro Roupal e pai de Rui Martins de Moraes.

6 – Ascendência de Rui Martins de Moraes

A tentativa para enquadrar genealógicamente Rui Martins de Moraes esbarra, à partida, com uma dificuldade: nenhum nobiliário medieval o faz.

O *Livro Velho* omite-o⁴⁹, o que não espanta, não só porque foi redigido num tempo em que aquele ainda não lograra a notabilidade regional para tanto, mas também porque este nobiliário se restringiu, praticamente, às grandes linhagens e seus parentes e afins.

O *Livro do Deão*, igualmente o omite⁵⁰, talvez sobretudo porque ele não se incluía na área geográfica e social em que o seu autor trabalhou.

Mas o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, apesar de mencionar Rui Martins de Moraes por 6 vezes⁵¹, nunca deu qualquer indicação sobre a sua ascendência: tão só o referiu a propósito do seu 2º casamento e das alianças matrimoniais de descendentes seus.

49 Ver “Livro Velho de Linhagens”, in *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série*, volume I, ed. Joseph PIEL e José MATTOSO, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

50 Ver “Livro de Linhagens do Deão”, in *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série*, volume I, ed. Joseph PIEL e José MATTOSO, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980.

51 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, in *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série*, volume II, ed. José MATTOSO, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, 1, pp. 298 e 329, e 2, pp. 48, 70, 133 e 134.

Bastante mais tarde, o *Livro de Linhagens de Damião de Góis* ainda passa em silêncio a personagem, não obstante se referir, no título de Távoras, a uma descendente sua⁵².

O mesmo se passou com o autor desconhecido do *Livro de Linhagens do séc. XVI*⁵³, e com o de D. António de Lima Pereira⁵⁴.

Em 1647, no seu nobiliário, frei Francisco do Santíssimo Sacramento, ainda não considerava os Morais como estirpe a tratar por si.

Foi preciso chegar-se ao último quartel do séc. XVII para que emergisse uma séria preocupação dos genealógicos em tratarem especialmente as origens desta linhagem, nebulosa aos olhos deles. Surgiu então e na obra de um dos mais notáveis – Cristóvão Alão de Morais - *et pour cause*, pois usava o apelido...

Nessa onda navegaram, já no séc. XVIII, desde o início, Ascenso de Siqueira Freire, o erudito de Bragança José Cardoso Borges, Jacinto Manso de Lima, Diogo Rangel de Macedo, Manuel de Carvalho e Ataíde, Diogo de Sant'Ana, Belchior de Andrade Leitão.

O mesmo continuou a passar-se para finais do séc. XVIII, com Manuel Felgueiras Gayo.

Ao mesmo tempo, decerto com o contributo decisivo de memórias genealógicas particulares, existentes em algumas famílias antigas transmontanas, tinham-se multiplicado as cartas de brasão de armas em que a genealogia dos Morais aparecia, nalguns casos, até, muito profunda e desenvolvida. É o caso, entre todas, por exemplo, das de António de Morais Silva, de 1628-01-03 (ou 06 ou 12)⁵⁵, morador em Tânger, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de André Soares de Madureira, de 1755-07-09⁵⁶.

52 GÓIS, Damião de *Livro de Linhagens de Portugal*, ed. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, p. 517.

53 *Livro de Linhagens do século XVI*, ed. por António Machado de FARIA, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956, p. 247.

54 Segundo a cópia intitulada *Livro das Gerações deste Raino*, feita e acrescentada em 1670 por frei Agostinho do Rosario, manuscrito (*mih*), vol. I, fls. 168-170.

55 BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, *Cartas de Brasão de Armas, Colectânea*, Lisboa, Guarda-Mor, 2003, p. 59, e *Cartas de Brasão de Armas, II*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2004, pp. 69-71.

56 BAENA, Visconde de Sanches de; *Archivo Heraldico-Genealogico*, vol. I, pp. 19-21, e BORREGO, Nuno, *Colectânea...* etc. cit. pp. 28-30.

Contudo, tanto os nobiliários como as genealogias constantes das cartas de armas, continham numerosos erros, mormente, nas gerações mais antigas, que desvirtuam a verdade sobre as origens desta estirpe.

Faz-se mister, por isso, tentar um apuramento mais criterioso, porque baseado em documentos.

Para tanto, voltemos a Rui Martins de Morais.

Este não era, como vimos, filho nem neto paterno de Martim Gonçalves. Assim se afasta um dos erros que afectam a versão das origens dos Morais. Seu pai era provavelmente um Martim Fernandes, dos de Dornelas.

Mas a mãe daquele Rui, mulher deste último, poderia ser filha deste Martim Gonçalves e, portanto, neta de Gonçalo Rodrigues de Moralis.

É verosímil que assim fosse.

A favor, aponte-se a ligação ao lugar de Morais e mesmo a propriedade de bens de avoenga aí situados, e a frequência com que surgem os nomes *Gonçalo* e *Gonçalves* na descendência de Rui Martins de Morais.

Rui Martins podia, alternativamente a esta hipótese, ser sobrinho materno do cónego Rui Fernandes de Castro Roupal, por sua mãe, uma irmã desconhecida deste último.

E, se assim fosse, deixaria de valer a objecção onomástica acima suscitada a que Rui Martins de Morais pudesse ser simultaneamente neto paterno de Gonçalo Rodrigues de Morais e sobrinho direito deste cónego.

Pelo nome, Martim Gonçalves de Morais, o filho de Gonçalo Rodrigues de Moralis, poderia nesse caso ser seu pai.

Há, porém, uma grande objecção a tal hipótese: ela tropeça na cronologia. Se Rui Martins foi dado à luz cerca de 1260, não é provável que seu pai houvesse nascido no início do

séc. XIII. Ora Martim Gonçalves nasceu certamente nesse início, ou mesmo ainda no século anterior, pois, como acima referido, confirmou a outorga de um foral em 1227.

Neste ponto, importa ainda considerar o seguinte.

Rui Martins de Moraes era um homem da região de Bragança, dos mais notáveis da cidade e possuidor de importantes imóveis, honrados, na área de Macedo de Cavaleiros. E o seu uso de tal apelido não provinha apenas de ser natural daquela pequena povoação de Moraes. Era indicativo claro da posse de bens honrados na sua área (Moraes e Vinhas). O que implica que fosse filho de algo. E tanto assim que tal apelido foi transmitido à sua descendência e viria a ser, até, dos mais usados na província transmontana. Definia-o, portanto, no seu *status* e na localização do seu solar.

A sua importância afere-se também do facto de ter vindo a ser alcaide de Bragança, dignidade que não era atribuída a um qualquer *quidam* nem, provavelmente, naquelas circunstâncias, a um arrivista. E o papel que desempenhou em toda essa região define-se bem pelos vários factos que o relacionam com o rei D. Dinis, como adiante se dirá.

Por outro lado, ficámos a saber que o tio dele, Rui Fernandes de Castro Roupal, era cónego da Sé de Braga, e se integrava numa família nobre, definida pela posse de solar em Dornelas, que veio a ligar-se por aliança matrimonial com uma senhora Vasconcelos, da nobreza média alta do Minho, possuidora, tal como esta, de uma torre em pleno séc. XIII⁵⁷.

Entretanto sabe-se também que existiu um Rodrigo Martins, de uma geração acima da de Rui Martins, que igualmente fazia parte da gente grada na região de Bragança, tendo aí exercido o alto cargo de juiz. E que, com toda a probabilidade, era filho de Martim Gonçalves e, por este, neto de um filho de algo da área brigantina, Gonçalo de Moraes, que deixou documentado o seu destaque na segunda década do séc. XIII.

Como não ler, portanto, no *praenomen* e no apelido de Rui Martins de Moraes, a forte probabilidade de que fosse sobrinho também daquele Rodrigo Martins?

57 BARROCA, Mário Jorge, "Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares", in *Revista de História*, publicação do Centro de História da Universidade do Porto, INIC, vol. IX, 1989, pp. 9-62.

Alternativas a essa hipótese não são fáceis de encontrar.

Por outro lado, é possível que ele tivesse sido recebido o *praenomen* de Rui em atenção a seu tio, o cónego Rui Fernandes de Castro Roupal (que seria tio paterno). E que recebesse o patronímico de seu pai, Martim Fernandes, irmão desse tio Rui.

Mas também – por que não? - tal *praenomen* poderia ter-lhe sido dado em atenção a Rodrigo Martins, o cavaleiro juiz de Bragança, por este ser eventualmente seu tio (ou ainda, com pouco verosimilhança, avô materno).

Ou mesmo, não será despropositado admitir que a escolha do dito nome próprio tivesse sido devida à dupla coincidência dos referidos nomes próprios.

O parentesco de Rui Martins de Moraes com esse Rodrigo Martins – se o havia – era, com toda a probabilidade (repete-se), de sobrinho e não de neto. A diferença etária entre os dois parece não admitir mais do que uma geração de intervalo.

Feitos todos estes considerandos, a mais lógica solução de todas as dúvidas colocadas afigura-se-me ser a de que Gonçalo Rodrigues de Moraes, senhor de terra honrada em Moraes, terá tido o filho Martim Gonçalves de Moraes, confirmante de um foral em 1227; que deste foi filho Rodrigo Martins, que era juiz em Bragança cerca de 1258, e filha uma senhora cujo *praenomen* se desconhece, que terá casado com o cavaleiro Martim Fernandes, dos de Dornelas, irmão do cónego Rui Fernandes de Castro Roupal; e que desse casamento nasceu Rui Martins de Moraes.

Sublinho, no entanto, que, na solução de enigmas históricos e genealógicos, nem sempre a hipótese mais lógica se apresenta como verdadeira. E reconheço, naquele raciocínio, algo de especulativo. Todavia, nem por isso padece de inverosimilhanças, nem carece de todo de fundamento documental, nem é destituída do razoável conforto do contexto histórico-institucional.

Mas, uma vez que ela se não acha suficientemente provada, entendo que não passa de simples proposta sólida, passível de revisão.

7 – Dados biográficos de Rui Martins de Morais

Nestes pressupostos, encontrado um provisório enquadramento linhagístico de Rui Martins de Morais, passo esboçar a sua biografia, visto que ele, sim, pode e deve ser considerado importante personagem nada e criada em Macedo de Cavaleiros e tronco da linhagem varonil dos Morais portugueses.

Do que acha documentado podem apontar-se os factos seguintes:

- Nasceu cerca de 1260.
- Foi cavaleiro (*miles*) de Morais.
- Possuiu numerosos bens imóveis na região de Bragança e Miranda do Douro.

Com sua 1ª mulher fizeram em 1300-04-23 um câmbio com o rei D. Dinis, pelo qual este lhes deu a vila de Sanceriz e metade do padroado da sua igreja, por troca com o lugar de Caçarelhos e metade do padroado da igreja de S. João de Angueira⁵⁸.

Foi nomeado alcaide de Bragança, cargo que envolvia alguns dos poderes que se incluíam nas antigas tenências.

Em 1303-09-22, no exercício dessa alcaidaria e na qualidade de povoador do rei em terra de Bragança, deu a 15 povoadores o vilar de Pombares, que o rei depois confirmou por carta de foral⁵⁹. Em 1304-05-29, na mesma qualidade, deu a 12 povoadores a póvoa de Arufe, que o rei também confirmou posteriormente⁶⁰. Em 1304-09-04, ainda na mesma qualidade, deu carta de foral a 40 povoadores do lugar de Vidoedo, confirmado posteriormente pelo dito rei⁶¹.

Em maio de 1305, com procuração dos cavaleiros de Bragança, outorgou acordo sobre os direitos desses cavaleiros, em que havia litígio com o rei, conforme carta de contenda dada por este, em 19 desse mês⁶². Já antes, ao que consta, tivera procuração, mas com sinal contrário: emitida pelo rei para tratar com os cavaleiros de Bragança de um litígio semelhante.

58 Chancelaria de D. Dinis, livro 3, fls. 10-10v.

59 MARQUES, José, “Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português”, in *Revista de História*, Universidade do Porto, 1988, pp. 31-32.

60 *Ibidem*, pp. 32-33.

61 *Ibidem*, pp. 33-34.

62 Chancelaria de D. Dinis, livro 3, fls. 42v-43.

8 – Descendência

E quanto à descendência de Rui Martins de Moraes?

Os genealógicos, desde o próprio autor do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, têm divergido enormemente sobre tal descendência.

À sua desorientação não são indiferentes, por um lado, a escassez de fontes documentais do séc. XIV e mesmo do séc. XV, que pudessem conferir alguma segurança às deduções dos seus esquemas genealógicos; mas, por outro, a enorme importância que, posteriormente, vieram a ter, na península Ibérica, as famílias dos Pimentais e dos Távoras.

O próprio José Cardoso Borges, que tanto socorro traz à referida escassez, se deixou embulhar, como autor setecentista que era, pela onda das grandes famílias dominantes, perturbadora do objectivo apuramento da verdade genealógica.

Tentemos, pois, contribuir para esse objectivo apuramento.

Agarremo-nos a um facto indiscutível, por provado em documentos autênticos e oficiais: o senhorio de Sanceriz, pertencente, com direituras régias, a Rui Martins de Moraes, desde 1300.

Esse senhorio foi dado, a ele e a sua mulher Sancha Fernandes, por D. Dinis, em troca de metade de S. João de Angueira. Ora S. João de Angueira fora povoada por um tal Fernando Pais que, pelo seu *praenomen* poderia ser – e era-o provavelmente – o pai da mesma Sancha Fernandes.

Aquele Rui Martins de Moraes veio a ser marido de D. Aldonça Gonçalves Moreira. Era, com toda a evidência, a mesma pessoa. Deve ter sido, pois, o seu 2º casamento.

Já não posso ser tão assertivo quanto a um terceiro casamento, desta vez com Urraca Gonçalves de Leiria.

Do 1º casamento terá nascido uma filha, que não encontrei documentada, mas tenho bons fundamentos para crer, que veio a casar com um Fernando Esteves, cavaleiro de Bragança, que possuía fartos bens imóveis, honrados, em Macedo de Cavaleiros, razão por que os seus três filhos conhecidos terão sido chamados *de Macedo*, sendo eles o tronco da linhagem com tal apelido. Só assim consegue explicar-se por que o senhorio de Sanceriz seguiu por sucessão por alguns desses Macedos, até que Henrique de Macedo, neto paterno da Martim Gonçalves de Macedo, o herói de Aljubarrota, o vendeu, em 1479.

9 – Ligação aos Pimentéis, condes de Benavente, em Castela

Do 2º casamento nasceram três filhas⁶³:

- D. Inês Rodrigues de Morais, que casou com Rodrigo Afonso Pimentel e não tiveram geração;
- D. Constança Rodrigues de Morais, que casou com João Afonso Pimentel, e deles falaremos a seguir; e
- D. Guiomar Rodrigues de Morais, que casou com João Vasques da Granja, um fidalgo de pouca proeminência, com geração.

Verifica-se assim que houve uma dupla aliança matrimonial entre Pimentéis e Morais. Rodrigo Afonso e João Afonso eram dois irmãos, filhos varões de Afonso Vasques Pimentel e de D. Sancha Fernandes Pintalho. sendo este Afonso Vasques Pimentel o filho 2º do 1º casamento de D. Vasco Martins Pimentel, que foi meirinho-mor de D. Afonso III e de D. Dinis, até se exilar por divergências com este último rei. D. Vasco Martins Pimentel sucedera nesse cargo a D. Nuno Martins de Chacim, essa figura central da Idade Média na região de Bragança, que foi chave na execução da centralização dos poderes na monarquia.

A mulher de Afonso Vasques, mãe dos dois referidos irmãos – D. Sancha Fernandes Pintalho – era neta materna do mesmo D. Nuno Martins de Chacim.

Dois irmãos casam com duas irmãs, e estas eram filhas do alcaide-mor de Bragança. Como não ver aqui uma estratégia matrimonial que pressupunha ainda uma forte

63 Conforme se vê em *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro ... etc. cit.*, II/2, p. 48.

influência e um papel relevante dos poderes no nordeste transmontano na organização dessas regiões do reino, muito tempo já depois de ter sido completada a reconquista? Lisboa ainda não era o centro exclusivo das decisões políticas importantes.

O grande professor medievalista Bernardo Vasconcelos e Sousa bem o notou, quando chamou a atenção, no seu consagrado livro sobre a história dos Pimentéis, para este caso flagrante dos fenómenos sociais chamados *casamentos duplos*, uma prática frequente na nobreza da época⁶⁴.

E se Rodrigo Afonso não terá obtido grande vantagem do casamento com uma filha de Rui Martins de Morais, sem terem tido filhos, o certo é que o outro dos irmãos, João Afonso Pimentel, em 1357, ano em que já havia muito casara com D. Constança Rodrigues de Morais, era nomeado pelo rei D. Pedro I alcaide de Bragança, cargo que muito veio a influir no destino futuro destes Pimentéis⁶⁵.

João Afonso Pimentel e sua mulher D. Constança Rodrigues de Morais tiveram um filho, Rodrigo Afonso Pimentel, que foi rico-homem, senhor dum vasto património, entre o qual em Vinhas, Morais e Lagoa, herdades que lhe tinham vindo pela mãe. Casou com uma D. Lourença da Fonseca, duma estirpe em grande ascensão na zona da Beira Alta, e foram os pais do 1º Conde de Benavente em Castela, D. João Afonso Pimentel

Este D. João Afonso Pimentel matrimoniou-se com uma irmã da rainha D. Leonor Teles, e que combateu, na crise sucessória de D. Fernando, contra o D. João Mestre de Avis, cujo exército o cercou em Bragança.

Capitulou então, pelo que o castelo passou para a posse de D. Nuno Álvares Pereira, mas ele, próprio, ainda permaneceu em boas relações com o novo rei D. João I. Só que mais tarde, tendo sua filha Beatriz sido morta pelo marido, um Melo, ao que parece injustamente, achou que não foi feita a devida justiça régia por esse homicídio por D. João I, pelo que em meados da última década do séc. XIV passou a Castela, ao serviço do respectivo rei, que o fez Conde de Benavente e beneficiou com valiosas mercês. Tornou-se, ao longo de muitos séculos, uma das mais prestigiadas casas da aristocracia

64 SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 220.

65 *Chancelarias Portuguesas. Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, ed. por A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, INIC, 1984, p. 8.

do país vizinho. Actualmente é Condessa-Duquesa de Benavente a Duquesa de Osuna, que possui mais de uma dezena de títulos de nobreza, seis dos quais com grandeza de Espanha.

Um sobrinho-neto do 1º Conde de Benavente, por nome Gil Afonso Pimentel, veio a viver em Portugal, em fuga da perseguição de D. Álvaro de Luna. Aqui veio a casar com sua parente D. Leonor de Morais que, segundo vários autores, seria então a herdeira da chefia do nome e armas dos Morais, e desse conúbio provieram os Morais Pimentel transmontanos, família aí de grande destaque.

10 – Ligações aos Távoras

Os Távoras foram uma das linhagens primordiais da alta nobreza portuguesa, desde o início da 2ª dinastia, e como tal continuam a ser considerados, mesmo depois da sua pretendida aniquilação injusta pelo Marquês de Pombal, no reinado de D. José.

As suas origens são, porém, ainda hoje obscuras. Apesar de ter surgido, no seu apogeu, como sempre sucede em casos análogos, uma tentativa de engrandecê-la, incluindo uma origem régia, a verdade é que muito pouco se sabe hoje de onde e por que razões emergiram do conto anónimo os mais antigos ascendentes da família.

Ora a ampliação do conhecimento quanto às origens dos Morais, pode contribuir para a reconstrução da senda progressiva tomada pelos Távoras quando ia chegando o crepúsculo da 1ª dinastia.

Com efeito, há não menos que três alianças matrimoniais entre uma e outra estirpe.

Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (que, neste particular, não oferece grande motivo de suspeição, pois não está a lidar com ascendência de Pereiras, nem de Sousas, nem de Maias, e trata duma geração contemporânea do autor), uma tal Guiomar Rodrigues, filha de um Rui Pais de Agares (ou Aguiares) e de Mor Esteves, entroncada em Fonecas e ligada ao couto de Leomil, casou com um Lourenço Pires de Távora e desse casamento nasceram dois filhos, ambos chamados Lourenço Pires de Távora e uma filha, chamada Lourença Pires de Távora. Todos teriam casado, mas o nobiliário já não foi a

tempo de saber com quem e muito menos qual a descendência que houvessem tido, deixando o assunto em aberto⁶⁶.

Conforme um dos genealógicos mais esclarecidos e seguros do séc. XVII, Cristóvão Alão de Morais, um dos dois irmãos com o mesmo nome não casou nem deixou prole.

Mas o outro casou com uma Morais – D. Alda Gonçalves.

E a irmã (Lourença Pires de Távora) casou igualmente com um Morais – Martim Gonçalves de Morais.

Estamos, pois, provavelmente, perante um novo *casamento duplo* ou, se se quiser, *a troco*.

José Cardoso Borges, sem embargo de hesitações e erros que comete ao desfiar a genealogia dos Morais, escrevendo com manifesta seriedade e bom critério, confirma esse casamento duplo⁶⁷.

Martim Gonçalves de Morais e sua irmã Alda seriam filhos de Gonçalo Rodrigues de Morais, que seria filho do nosso já bem conhecido Rui Martins de Morais e de sua 3ª mulher Urraca Gonçalves de Leiria. Tenho dúvidas, como disse já, de que tivesse havido este 3º casamento. Mas tenho-as menos, de que aqueles irmãos Morais fossem netos paternos do dito Rui Martins de Morais.

Ora Cardoso Borges ainda acrescenta mais uma ligação entre Morais e Távoras: Rodrigo de Morais, que seria neto paterno daquele Martim Gonçalves de Morais, veio a casar com D. Leonor de Morais de Távora, bisneta, por sua mãe, de Pedro Lourenço de Távora, reposteiro-mor de D. João I⁶⁸.

Parece evidente que esta estreita ligação, em finais de 1ª dinastia, entre Morais e Távoras, ajudou esta última estirpe, nos seus inícios conhecidos, a subir no poderio económico e mesmo na escala social. É ela que explica que os Távoras tenham herdado

66 *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro ... etc. cit.*, II/2, pp. 148-149.

67 *Memórias de Bragança ... etc. cit.*, pp. 193-194.

68 *Ibidem*, p. 194.

parte do patronato da igreja de S. Francisco em Bragança, como acima referi. E que, possivelmente, haja contribuído para a obtenção de bens em S. João da Pesqueira e para a passagem para norte do Douro feita pelos Távoras, até serem senhores de Mogadouro e de Mirandela.

Uma observação curiosa: se os Morais primitivos, da zona de Macedo de Cavaleiros são, como está amplamente provado, influentes ascendentes dos Távoras quinhentistas, bem poderá concluir-se que deles descende toda a aristocracia portuguesa do séc. XVIII – os “Grandes” como lhes chamou o notável historiador Nuno Monteiro.

11 – Ligações a outras famílias

Os Morais ligaram-se ainda às mais importantes e mais genuínas famílias transmontanas, juntando mesmo o seu nome ao destas.

Assim, apontem-se os Morais Pimentais, os Morais Sarmentos, os Morais de Vinhais, os Morais Valcáceres, os Morais Madureiras, os Macedos Morais, os Morais e Castros, os Morais Leites, os Pintos de Morais, os Colmieiros de Morais, os Ferreiras Sarmentos, os Morais Cogominhos, os Supicos de Morais e tantos outros.

E como essas famílias, crescendo e multiplicando-se, se espalharam por todo o País e mesmo pelo Mundo, bem poderá dizer-se que o sangue nordestino daqueles primitivos Morais alastrou em veias que povoam os cinco continentes.

12 – Síntese final

Quem foi, portanto, e em síntese, Rui Martins de Morais?

Um transmontano macedense.

O senhor de vários bens imóveis na área de Macedo de Cavaleiros e noutras zonas da região brigantina.

Um importante prócere do rei D. Dinis, que o incumbiu de povoar alguns lugares do leste transmontano.

Um fiel do mesmo rei *Lavrador*, a quem representou em pleitos importantes emergentes da cavalgada centralizadora deste monarca.

O parceiro que com ele fez um câmbio de terras de considerável relevância estratégica da fronteira nortenha com Castela, no âmbito da fixação decisiva de limites de território levada a cabo na época do tratado de Alcañices.

Um destacado líder daquele território, que o mesmo rei investiu nas altas funções de alcaide de Bragança, dignidade regionalmente das mais elevadas e que mais tarde veio a ser concedida a personagens tão notáveis como João Afonso Pimentel, futuro conde de Benavente, e o bastardo real de D. João I, fundador de uma posterior dinastia portuguesa, D. Afonso, o 1º duque de Bragança.

Um fundador, aquele que, com segurança, pode afirmar-se ter sido o original, da linhagem dos Moraes, notavelmente prolífica por todo o País e mesmo pelo estrangeiro.

O tronco, dos mais relevantes, nomeadamente a partir do núcleo patrimonial originário, donde frutificaram, até a idade contemporânea, notáveis famílias da aristocracia portuguesa e castelhana.

Foi e veio a ser alguém. Não só em Trás-os-Montes, mas também em Portugal e, até, no mundo.

Bem poderá afirmar-se: é figura destacada do património histórico e orgulho legítimo do seu concelho natal – Macedo de Cavaleiros.

Esquema genealógico das origens dos Moraes

O solar

I – RODRIGO

Filho:

II – GONÇALO RODRIGUES DE MORAIS

Foi possuidor do solar de Moraes, e de imóveis em Lagoa, no concelho actual de Macedo de Cavaleiros.

Em 1210 outorgou com sua mulher uma escritura pela qual desistiu de uma acção em que reivindicara parte da Quinta de Vila Meã, no termo de Bragança, a qual estava então doada por fidalgos ao mosteiro de S. Martín de Castanheda. A escritura foi datada de maio da era de 1248 (era de César). Dela consta que sua mulher se chamava Constança Soares e ser filha de Soeiro Dias e de D. Sancha Pires. Casou, como se vê na referida escritura, com CONSTANÇA SOARES, filha de SOEIRO DIAS e de D. SANCHA PIRES, que seria próxima parente dos Silvas primitivos.

Filho:

III – MARTIM GONÇALVES DE MORAIS

Casou, segundo Cardoso Borges, com ELVIRA PIRES.

Filha:

IV – *Fulana MARTINS

Terá casado com MARTIM FERNANDES, irmão de Rui Fernandes de Castro Roupal, como se dirá adiante. Com geração.

A varonia

I – FERNÃO FERNANDES

Possuiu uma quintã honrada chamada de Arnadais, na freguesia de Dornelas, onde existia uma torre.

Casou com D. TERESA ANES DE VASCONCELOS, filha de JOÃO PIRES DE VASCONCELOS, o “Tenreiro”, senhor da torre de Vasconcelos.

Filhos:

1(II) – PEDRO FERNANDES

Foi cavaleiro de Dornelas.

Há um PEDRO FERNANDES que sucedeu na quinta de Dornelas, mas que cronologicamente, não pode ser aquele. Talvez seja filho de Fernão Fernandes, irmão ou filho daquele.

Este Pedro casou com ESTEVAINHA, filha de DOMINGOS ANES, de Guimarães.

Filho:

III – JOÃO DORNELAS

Por este terá vindo o direito de um homónimo, provavelmente seu descendente, que tinha ração no mosteiro do Souto, em 1367, com três filhos, casado com D. MARIA PIRES.

2(II) – RUI FERNANDES DE CASTRO ROUPAL

Teve propriedades em S. Pedro de Maximinos, Braga, a quintã de Vila Cova e trazia emprazados dois casais e uma quintã em Palmeira e dois casais no lugar de Quintela

Em fins de 1287 era clérigo, cónego da Sé de Braga e abade da igreja de Vinhas. Foi cónego da dita sé entre 1284 e 1299, ano em que morreu.

3(II) – FERNÃO FERNANDES

Foi cavaleiro.

4(II) – MARIA FERNANDES

Casou com PEDRO LOURENÇO. cavaleiro do Rego, que possuía uma quintã no lugar de Rossas, junto a Vieira do Minho.

?5(II) – MARTIM FERNANDRES

Casou com fulana MARTINS, talvez filha de MARTIM GONÇALVES DE MORAIS, como acima disse.

Filho:

III – RUI MARTINS DE MORAIS

Nasceu cerca de 1260. Foi cavaleiro de Moraes. Possuiu numerosos bens imóveis na região de Bragança e Miranda do Douro. Com sua 1ª mulher fizeram em 1300-04-23 um câmbio com o rei D. Dinis, pelo qual este lhes deu a vila de Sanceriz e metade do padroado da sua igreja, por troca com o lugar de Caçarelhos e metade do padroado da igreja de S. João de Angueira.

Foi alcaide de Bragança e povoador do rei em terra de Bragança, tendo procedido ao povoamento do vilar de Pombares, em 1303, da póvoa de Arufe em 1304, e do lugar de Vidoedo, também em 1304.

Em maio de 1305, com procuração dos cavaleiros de Bragança, outorgou acordo sobre os direitos desses cavaleiros, litigados com o rei.

Casou, pelo menos duas vezes: a 1ª com SANCHIA FERNANDES, possivelmente filha de FERNANDO PAIS, cavaleiro, que, com seu irmão Rui Pais, povoara S. João de Angueira; a 2ª com ALDONÇA GONÇALVES MOREIRA. Mas Alão de

Morais, que desdobra erradamente Rui Martins de Moraes em duas pessoas diferentes (avô e neto paterno), di-lo casado com URRACA GONÇALVES, de Leiria. E segue-o Felgueiras Gaio, segundo quem, Rui Martins de Moraes terá casado uma outra vez com URRACA GONÇALVES DE LEIRIA.

Filha do 1º casamento:

?1(IV) – * RODRIGUES

Casou com FERNANDO ESTEVES DE MACEDO. Com geração, que veio a ter o senhorio de Sanceriz, o qual foi vendido por Henrique de Macedo, com todos os seus direitos, em 1479.

Filhas do 2º casamento:

2(IV) – D. INÊS RODRIGUES DE MORAIS, que casou com RODRIGO AFONSO PIMENTEL, sem geração.

3(IV) – D. CONSTANÇA RODRIGUES DE MORAIS, que casou com JOÃO AFONSO PIMENTEL, irmão de seu cunhado, com geração, na qual se incluem os condes de Benavente, em Espanha.

4(IV) – D. GUIOMAR RODRIGUES DE MORAIS, que casou com JOÃO VASQUES DA GRANJA, com geração.

Filho do 3º casamento:

5(IV) – GONÇALO RODRIGUES DE MORAIS

Casou com ESTEVAINHA SOARES.

Filhos:

1(V) – MARTIM GONÇALVES DE MORAIS

Casou com D. LOURENÇA PIRES DE TÁVORA, com geração.

2(V) – D. ALDA GONÇALVES DE MORAIS

Casou com LOURENÇO PIRES DE TÁVORA, irmão de sua cunhada, com geração.

τφ



**A vida do Mestre da
Ordem dos Templários
em Portugal,
Pedro Alvites**

A vida do Mestre da Ordem dos Templários em Portugal, Pedro Alvites

*Carlos Santos Mendes

Toda a cautela é pouca, com imaginações sempre prontas a voar para a região dos sonhos dourados

Júlio Dantas

Para o historiador existe um tal abismo entre as fantasias às quais escritores históricos de todos os matizes se entregaram sem moderação, e os documentos autênticos e materiais precisos que os nossos arquivos e bibliotecas guardam em abundância, que seria difícil acreditar neles. Esta contradição não se manifesta de forma tão visível e óbvia!?

George Bordonove

Introdução:

Este artigo teve por finalidade arrolar o máximo de informação sobre um homem que a documentação histórica, assim como a totalidade dos historiadores o indica como tendo sido Mestre da Ordem dos Templários (primeiro dos três Reinos, Portugal, Leão e Castela). Pedro Alvites? (compreendendo o período entre 1212/1234?). E, logo aqui, com o seu verdadeiro nome não faltam dúvidas. Mas, também, outras dúvidas ou desconhecimentos se colocam; onde teria nascido? Em que data teria morrido? Em que data iniciou o seu mandato de Mestre da Ordem? Em que data o terminou? Qual a abrangência desse mandato, teria exercido somente em Portugal ou teria sido mestre dos três reinos, Portugal, Castela e Leão? Ou Portugal, Galiza e Leão?

* ORCID -0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa); – Director dos Cadernos Terras Quentes, sócio fundador e Presidente da Direcção da Associação de Defesa do Património “Terras Quentes”.

Mas porquê dedicar meses de trabalho a este Mestre da Ordem do Templo e não a outro? A resposta para esta questão para nós é simples – Nas acasas disputas sobre a herança do rei D. Sancho I, verificadas entre os seus filhos; o Rei Afonso II e as suas Irmãs, Infantas Teresa e Sancha (sobretudo), o Papa Inocêncio III, emitindo uma “Breve” (decorria o mês de Maio do ano 1213), [Mendes, Baêna e Barbosa; p.21], entregou à Ordem dos Templários, as terras de Ledra e de Lampaças (que hoje representam a quase totalidade do Concelho de Macedo de Cavaleiros) assim como o castelo de Balsemão, hoje englobado na freguesia de Chacim no mesmo concelho. Era à data Mestre da Ordem dos Templários, D. Pedro Alvites.

Não temos grandes certezas a não ser aquelas que vertem da documentação histórica, (isto, por causa da nossa capacidade interpretativa – também, não podemos esquecer, que a história na grande maioria das vezes foi escrita pelo lado do vencedor), assim como temos que nos basear nas teses de grande número de trabalhos apresentados por enorme número de Historiadores, Portugueses, Espanhóis e outros. Com diz; [Pernoud, na contracapa da sua obra]” *Junto a una abundante literatura hagiográfica e hipótesis ilamativas, totalmente torpes, los documentos se imponen com máximo rigor.*

Una vez más, es apenas creíble compara com un mínimo rigor la literatura que han suscitado los templários (no ya hagiográfica, sino claramente demencial en alguns casos)”. Portanto, como diria Aristóteles “Amicus Plato sed magis amica Veritas”. (Platão é meu amigo, mas a verdade é uma amiga melhor.) – (Frases atribuída a Aristóteles y citada por Amónio de Hérnia (cristão), na sua obra “A vida de Aristóteles”)

A Ordem do Templo apesar de ter sido extinta há cerca de 700 anos, em Portugal, e ter sido “escambada” pela Ordem de Cristo, ocupa no imaginário, dos interessados pela história, um lugar especial pelos mistérios e misticismo que ainda encerra. Muito já se escreveu (como o próprio articulista) sobre o tema e é difícil, aqui e ali, não nos repetirmos. Os Cavaleiros da Ordem dos Templários por mais que o rei Filipe IV “O Belo” e o “Papa Clemente V” (Este Papa retrata-se no pergaminho de Chinon, perdoando as falsas heresias e maldades com que acusou a Ordem dos Templários) se tenham esforçado, e conseguido a sua extinção, o que nos fica é a probidade a Deus ao seu filho Jesus de Nazaré e a Maria, da Ordem dos Templários, apesar que, para a mentalidade da época, ser quase, à luz do cristianismo, uma heresia! – como é que um simples cristão,

ter imbuído em si a bondade, a paz e os mistérios da Fé, afinal tudo o que Cristo pregou, e andar de espada na mão a matar o seu semelhante.

Qual a razão deste comportamento “desviante” do Cavaleiro Templário, do Cavaleiro do Hospital e de outras ordens coevas? Verificou-se talvez, pela razão de darem acompanhamento e protecção aos peregrinos que se dirigiam à Terra Santa. No ano de 313, Constantino declarou o fim da perseguição dos cristãos, no Édito de Milão.

Sabe-se que há 17 séculos atrás no século IV d.C., em 313, o Imperador Romano Constantino declarou o fim à perseguição dos Cristãos tendo sido realizado em Niceia no ano de 325 o primeiro Concílio Ecuménico da história Cristã. Assim, torna-se rotineiro as peregrinações à Terras Santa. A Bibliografia dá-nos conta, por exemplo, da peregrinação feita por Egéria, da Galiza “Gallaecia” a Jerusalém, [Oliveira, p.2] que para além das agruras da viagem mais nada de violento se passou, eram viagens para a purificação e salvação da almas e do espírito para quem realizasse essa peregrinação. [Oliveira p.2].

No século VI (571 d.C) nasce em Meca o último profeta de Deus, Maóme (Abu al-Qasim Muhammad ibn ‘Abd Muttalib ibn Hashim). Maóme (também conhecido por Muhammad). Foi líder religioso, mercador e pastor, que recebe a revelação já no século VII (610 d.C), através do Anjo Gabriel que lhe ordenou que recitasse os versos enviados por Deus (Alá), começando a partir dessa data a pregar o islamismo, baseado nessa revelação, levada à letra no – Al-Corão – “O livro”. Morre no ano de 632, logo após são compilados no “livro” essas revelações.

A partir do século VII (nos anos quarenta desse século) as peregrinações a Jerusalém (Terra Santa) começam a ficar cada vez mais perigosas para os seguidores de Cristo.

Diz o Al-Corão, (em tradução de Dar-Al-Maarifah, efectuada versículo a versículo) – na Parte 1 Surata II. Versículos 190 a 193 “Baqara” (A Vaca), versículos, que são dos mais importantes (para o objectivo que se pretende) do Al-Corão no que concerne à “Jihad” (guerra santa) Dizem “Ipsis verbis”;

-190. “Lute pela causa de Allah contra aqueles que lutam contra você, mas não transgrida os limites: pois Allah não ama os transgressores”.

-191. *“E mate-os onde quer que você os encontre, e expulse-os de onde eles o expulsaram; pois o tumulto e a opressão são piores que a matança; mas não lute contra eles na Mesquita Sagrada, a menos que eles (primeiro) lutem contra você lá; mas se eles lutarem contra você, mate-os. Tal é a recompensa daqueles que suprimem a fé”.*

-192. *“Mas se cessarem, Allah é muitas vezes Indulgente e Misericordioso”.*

-193. *“E lute contra eles até que não haja mais tumulto ou opressão, e prevaleça a justiça e a fé em Allah; mas se cessarem, que não haja hostilidade, exceto para aqueles que praticam a opressão”.* In; Tajweed Qur’na – With meaning translation in English by Abdillah Yusuf Ali & Transliteration by Dr. Eng Subhi Taha - Dar- Al- Maarifah – Damascus-Syria – 2012.

Robert Spencer, faz uma também compilação/interpretação dos mesmos versículos:

“Os pecados mais graves são a infidelidade (kufr) e o politeísmo (shirk), os quais consistem em rebeliões contra Alá, O Criador. Para erradicar esses pecadores, aos muçulmanos é exigido fazer guerra até que não exista nem infidelidade, nem politeísmo no mundo e que a única religião seja a de Alá. Este conflito seria essencialmente defensivo, contra as agressões da infidelidade: se para os muçulmanos a guerra é um imperativo até que a infidelidade seja extinta, a sua mera presença constitui agressão suficiente para permitir o início de hostilidades. Este é um dos fundamentos para o conceito supremacionista segundo o qual os muçulmanos devem travar guerra contra os infiéis até que eles se convertam ao islão, ou sejam subjugados sob o domínio da lei islâmica. Se os infiéis vos combatem, não tardarão em fugir, e não encontrarão nem protector nem socorro”. Corão, Surata II. Versículo 190 a 194. In; <https://corao.comentado.Br.Com>.

Todavia, Bernardo de Claraval ao pregar à segunda cruzada, (que se iniciou em 1147) ia pelo mesmo caminho e dizia o seguinte: *“Quem mata um muçulmano, ou qualquer inimigo da Igreja, não comete um homicídio, mas sim um “malecídio”* [Barbosa, 2007, p.698.- Na nota 4] da mesma página, Barbosa diz; *“Em 1095 o chefe da Cristandade, Urbano II, tinha lançado em Clermont Ferrand o grito da “guerra Santa”, mais de quatro séculos e meio depois do fundador da religião islâmica, Muhammad, ter chamado os seus seguidores à sua Guerra Santa, a Jihad.*

O Mundo Cristão tinha confiado na palavra da pregação e na protecção divina, enquanto que o Islão tinha resolvido que deveria confiar na protecção divina, mas também na espada”.

1 – Ofício de fé do Cavaleiro Templário

Mas o Cavaleiro Templário, antes de o ser, era ajuramentado. Juramento do Mestre:

Em **Bordonove Georges**; (La vida cotidiana de los Templários en el siglo XIII p.143

JURAMENTO DE LOS MAESTRES DE LA PROVINCIA DE PORTUGAL, siglos XII y XIII)
“O caballero de la orden del Temple y elegido una vez más maestro de los caballeros que están en Portugal, prometo a Jesucristo mi señor y a su vicario... el Soberano Pontífice y a sus sucesores, obediencia y fidelidad perpetua; y juro que no sólo defenderé de palabra sino también con la fuerza de las armas y la vida, los Misterios de la Fe, los Siete Sacramentos, los catorce artículos de la Fe, el Símbolo de la Fe y el de San Atanasio, los Libros tanto del Antiguo como del Nuevo Testamento con los comentarios de los santos Padres que fueron recibidos por la Iglesia, la Unidad de Dios y la pluralidad de personas de la Santísima Trinidad: que María, hija de Joaquín y de Ana, de la tribu de Judá y de la estirpe de David siempre permaneció Virgen, antes del parto, en el parto y después del parto. Y Prometo ser sumiso y obediente al Maestro general de la Orden, de acuerdo con los estatutos que nos fueron prescritos por nuestro padre San Bernardo. Que todas las veces que haga falta atravesaré los mares para ir a combatir, que prestaré mi socorro contra los reyes y príncipes infieles, que jamás permaneceré sin armas ni caballo; que no huiré ante tres enemigos y que les haré frente si también ellos son infieles, que no venderé los bienes de la Orden ni consentiré que sean vendidos o alienados y que guardaré perpetua castidad. Que seré fiel al rey de Portugal. Que no entregaré a los enemigos las ciudades y plazas que pertenecen a la orden y que no negaré a las personas religiosas, principalmente a los religiosos del Císter y a sus abades —ya que son nuestros hermanos y compañeros— ningún socorro, ya sea de palabra, ya sea con obras pías e incluso con las armas. Y para que conste por mi propia voluntad, juro que observaré todas estas cosas. Que Dios y sus Santos Evangelios me ayuden”.

Tradução livre:

JURAMENTO DOS MESTRES DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL (séculos XII e XIII). O cavaleiro da ordem do Templo e eleito acompanhado de um mestre da Ordem que está em Portugal. Diz: “Prometo a Jesus Cristo meu senhor e seu vigário, ao Sumo Pontífice e seus sucessores, obediência e fidelidade perpétua; e juro que não defenderei apenas com palavras, mas também com a força das armas e da vida, os Mistérios da Fé, os Sete Sacramentos, os catorze artigos da Fé, o Símbolo da Fé e o de Santo Atanásio, os Livros tanto o Antigo como o Novo Testamento com os comentários dos Santos Padres que foram recebidos pela Igreja, a Unidade de Deus e a pluralidade da Santíssima Trindade: que Maria, filha de Joaquim e Ana, da tribo de Judá e da linhagem de David ela sempre permaneceu Virgem, antes do parto, no parto e depois do parto. E prometo ser submisso e obediente ao Mestre Geral da Ordem, de acordo com os estatutos que nos foram prescritos pelo nosso pai São Bernardo. Que sempre que for necessário cruzarei os mares para ir à batalha, que prestarei minha ajuda contra os reis e príncipes infiéis, que nunca ficarei sem armas ou cavalo; que não fugirei diante de três inimigos e que os enfrentarei se também forem infiéis, que não venderei os bens da Ordem nem consentirei que sejam vendidos ou alienados e que mantereí a castidade perpétua. Que serei fiel ao rei de Portugal. Que não entregarei aos inimigos as cidades e praças que pertencem à ordem e que não negarei aos religiosos, principalmente aos religiosos cistercienses e aos seus abades - já que são nossos irmãos e companheiros - qualquer ajuda, seja por palavra, seja com obras piedosas e até com armas. E para registro de minha própria vontade, juro que observarei todas essas coisas. Que Deus e seus Santos Evangelhos me ajudem”.

Mas, todo esse juramento tinha que ser vertido e consubstanciado no dia a dia de cada mestre, de cada cavaleiro da Ordem dos Templários.

Por exemplo o selo de lacre utilizado pelo Mestre Pedro Alvites, representava o Cordeiro de Deus “Agnus Dei”.

Que tinha (tem) para os cristãos um significado fortíssimo: Provém:

“De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.” (Gênesis 2. 16-17)”.



Selo(sinete) rodado do Mestre da Ordem dos Templários Pedro Alvites. "Agnus Dei" ao centro.

Mas, reparemos, no sinete oval (original, séc. XIII, que faz parte do espólio da Associação Terras Quentes, recuperado nos arredores de Silves). Este sinete representa uma das imagens mais fortes do cristianismo – Significando a parábola cristã do Pelicano a dar de comer aos filhotes das suas próprias vísceras.



Legenda: Sinete igual ao encontrado em França por Pierre Pellilier. Pelicano bicando o seu peito para alimentar os filhos. "Exemplar do espólio da Associação Terras Quentes".

*"O pelicano é o símbolo do sacrifício e da doação. Assim, São Jerônimo, num comentário do Salmo 102, disse: "Sou como um pelicano do deserto, que fustiga o peito e alimenta com o próprio sangue os seus filhos". Assim, torna-se um símbolo da **Paixão de Cristo** e da Eucaristia"; in; o significado do Pelicano Eucarístico (a12.com).*

Porém, em nossa opinião, a Ordem Templária era sobremaneira Mariana, apontava fortemente, também, pelo amor à Virgem Maria, Mãe de Jesus Cristo.

Assim entendemos, pelo facto, por se terem encontrado duas peças alusivas à Virgem Maria em ambiente sagrado Templário.

Uma primeira imagem foi encontrada no Castelo Templário da Cardiga (Golegã-Portugal), onde se veem lágrimas a escorre na face da Virgem Maria.



Legenda: Imagem da Virgem Maria.
Espólio da Associação “Terras Quentes”.

A outra imagem da Virgem Maria, Mãe de Jesus Cristo, foi encontrada no castelo Templário “Di Pavone” que chegou a pertencer à família do S. Dr. Rui Sommer de Andrade (Sócio de mérito da Associação Terras Quentes), imagem com uma cronologia atribuída ao século XII/XIII, fabricada em pedra calcária. Trata-se da imagem de Nossa Senhora Branca com o menino ao colo.

Síntese histórica: Foi o concílio de Éfeso em 431 d.C que deu o impulso decisivo ao culto de Maria, Mãe de Jesus. Depressa apareceu na liturgia Romana a primeira festa Mariana que agora se celebra a 1 de Janeiro (maternidade divina), para além desta data celebra-se, entre nós no dia 8 de Dezembro dia da Imaculada Conceição é nesta data que o Rei D. João IV após a restauração de Portugal no ano de 1640 coroa-a como Rainha de Portugal. Celebra-se ainda a Virgem Maria no dia 15 de Agosto dia da “Assunção”. Mas, a Virgem Maria é celebrada provavelmente em milhares de locais sagrados, exemplos; Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora de Balsemão, em Balsemão (Chacim, Macedo de Cavaleiros) etc. Isto é, as invocações Marianas variam, segundo os locais, a piedade popular ou os dogmas que nos revelam o Seu mistério e, por isso, assumem uma importância de máximo valor, mas a Senhora é sempre a mesma. A imagem aqui apresentada que se encontrava no Castelo Templário “Di Pavone” Localizado em Pavone, Canavese, na região de Piemonte, Itália. Imagem que, mais tarde, foi doada ao Castelo da Cardiga, local pertencente ao concelho da Golegã único

castelo Templário privado em Portugal, onde um dos proprietários o Dr. Rui Sommer de Andrade. não tem registo da existência, nesse espaço sagrado Templário, de uma cruz com o desenho normal da cruz cristã, ou seja, com a haste vertical maior do que a haste horizontal, somente apareceram cruzes templárias e da Ordem de Cristo. A Imagem era conhecida no castelo Templário “Di Pavone”, como a “Virgem Maria Branca”, mais tarde tomaria o nome de Virgem Maria “a Branca” por fim, ficou também conhecida por “Virgem Maria das Neves” Por exemplo, local bem conhecido no concelho de Alfândega da Fé – “Nossa Senhora das Neves”. De outro modo, podemos verificar, que os Cavaleiros Templários também juravam obediência e fidelidade perpétua à Virgem Maria no juramento que prestavam para ascenderem à categoria de cavaleiro como atrás citámos nos termos do juramento. In, <https://www.vatican.va/content/>



Nossa Senhora a Branca ou Nossa Senhora das Neves proveniente do castelo Templário de “Di Pavone”.

Terá sido no Salmo, 113-B que os Cavaleiros da Ordem dos Templários? Foram procurar inspiração para criarem o seu “brado” para se empolgarem para o combate” o salmo diz assim, na sua totalidade e adâmico. 14

Texto total do salmo 113-B do antigo testamento

Não a nós, Senhor

Não a nós

Mas ao Teu nome dá glória

– Por amor da Tua misericórdia e da Tua fidelidade
Por que perguntas às nações, onde está o nosso Deus
No céu, está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada

Não a nós, Senhor

Não a nós

Mas ao Teu nome dá glória

– Por amor da Tua misericórdia e da Tua fidelidade
Por que confiam as nações em ouro, prata riquezas e se afastam do Senhor,
que é fonte de todas as bênçãos

Não a nós, Senhor

Não a nós

Mas ao Teu nome dá glória

– Por amor da Tua misericórdia e da Tua fidelidade

Que se resumia no campo da batalha a: **Não a nós, Senhor, não a nós, mas ao vosso nome dai glória** – em Latim: ***Non nobis, domine, non nobis, sed nomini tuo ad gloriam.***

Terminavam, antes de iniciarem a carga a cavalo para a batalha e investir contra o infiel (sempre pela voz do Mestre) com o – **Hip; Hip; Hurra;** (ou seja) **Hierosolyma Est Perdita; Hierosolyma Est Perdita; Hurra** (Esta palavra “Hurra”, por sua vez é derivada do eslavo “hu-raj”, que quer dizer – ao (hu) paraíso) (raj”).

Traduzindo para português; **Jerusalém está perdida; Jerusalém esta Perdida, Vamos a caminho do Paraíso.** (Tese sem confirmação bibliográfica coeva).

2 – As promessas dos “infiéis “para contrariar os cristãos, (neste particular, ida para o paraíso) que emergem do Al-Corão

No livro sagrado Al-Corão, que foi revelado por Allah (através do Anjo Gabriel) em Árabe ao Profeta Muhammad (texto que nunca sofreu qualquer “alteração”, segundo afirmam) diz: na surata 56, entre os versículos 12 a 39, o profeta Maomé/Muhammad, vai mais longe e objetivado no clamor para empolgamento dos seus guerreiros para a batalha, prometendo um Paraíso idílico:

“Nos Jardins da Delícia. Uma multidão dos primeiros (profetas e povos que os seguiram). E um pouco dos derradeiros (os seguidores do profeta Maomé). Estarão sobre, em leitos de tecidos ricamente bordados, neles reclinados, frente a frente (...) e haverá húrís (virgens) de belos e grandes olhos, iguais a pérolas, resguardadas, em recompensa pelo que faziam”

“E cada vez que nós dormimos com uma húri (virgem) nós a encontramos virgem. Além disso, o pénis dos Eleitos nunca amolece. A ereção é eterna; a sensação que você sente a cada vez que faz amor é muito deliciosa e de fora desse mundo, se tentar experimentar isso, neste mundo vai falhar. Cada muçulmano escolhido irá casar com setenta e duas virgens, além das mulheres que ele casou na terra, e elas terão todos os seus” “órgãos eternamente saudáveis”. [Hayek] e -[https:// veja. abril. com.br/ coluna/duvidas -universais /as -72-virgens -do -paraíso -islâmico -estão-sempre-virgens/](https://veja.abril.com.br/coluna/duvidas-universais/as-72-virgens-do-paraíso-islâmico-estão-sempre-virgens/).

Todavia a história das “72 virgens” aparece-nos pela primeira vez numa edição do Alcorão do autor; **[At-Tirmidhi, Jāmi’]**; tradução, Abdul Malik Majahid, obra escrita no início do século VIII, (menos de 100 anos após a morte (ano 632) do profeta Maomé): Assim, no volume 4, Capítulo 23, diz-nos o que foi relatado pelo profeta Maomé sobre quais recompensas que existem para os habitantes mais baixos do Paraíso.

Hadith 2562 (Hadith = *registro escrito de comunicações orais, literalmente, “relatos” do profeta do islão, Maomé,*) diz então, no volume 4 no Capítulo 23. O que foi relatado sobre quais as recompensas que existem para os habitantes do Paraíso, AbU Sa’eed Al-Khudri narrou que o Mensageiro de Allah disse: *“O menor do povo do Paraíso tem à disposição oitenta mil servos e setenta e duas Hurís (virgens). Ele terá uma tenda de pérola, peridoto e corindo montada para ele, cujo tamanho é, como aquela que está*

entre Al-Jabiyyah e San”. Esta informação, é narrado pelo Profeta que disse: “Quem morre entre as pessoas destinadas a entrar no Paraíso, jovem ou velho, será trazido de volta ao Paraíso com trinta anos de idade, não aumentará em isso sempre, e da mesma forma o povo do Fogo”. E com esta informação se narra do Profeta o que ele disse: “Há sobre eles coroas, e a menor de suas pérolas iluminaria o que está entre o Oriente e o Ocidente. Tudo no Paraíso seria incomparável e eterno e nada no mundo poderia competir com isso. E todos os residentes do Paraíso gozariam de estima e honra que estariam além da imaginação humana”.

3 – Desde quando a presença da Ordem dos Templários em Portugal?

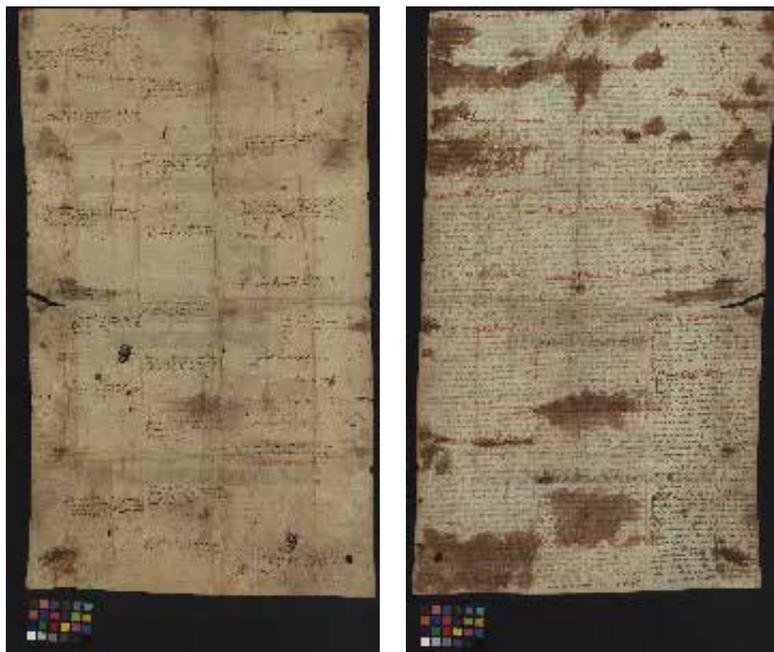
Segundo Lencart p.45, “A fundação da Ordem do Templo data de 1119, em Jerusalém, e terá recebido estatutos em 1128, no Concílio de Troyes; em 1139 data em que passa para a tutela da Santa Sé.”

Como se verificará, antes de estar constituída estatutariamente (1128) e muito antes de receberem a chancela da Santa Sé (1139), já os Cavaleiros da Ordem dos Templo andavam por terras Portuguesas (Condado Portucalense): Assim dizem as doações e compras efectuadas antes dessa data, como veremos já de seguida.

4 – CARTULÁRIO – Antes da tomada de posse como Mestre Templário de Frei D. Pedro Alvites. E mais alguns acontecimentos marcantes – Entre os anos de 1122 a 1212.

-**1122 maio 31** – D. Sicuva Aires e seus filhos vendem uma herdade que tinham na cidade de Braga, por dois morabitanos, a “vobis Iherosolimitani Templi militibus” a Paio Gontemires e Martinho Pais, situada junto de um poço do hospital que os freires tinham. (CTQ nº16 p.54).

- **Entre 1123 e 1147** – Existem várias doações ao Templo- conforme um Instrumento contendo vinte e duas doação de bens à Ordem dos Templários – (ANTT Gav 7 Maço 11 nº 2).



-1123 – maio 5 – *Pero Nunes vende à Ordem do Templo uma herdade em Vilar sob Monte Morgoto, termo de Braga, nas Ribas do rio Aliste, onde se chama Luso.* [Fernandes p232].

-1125 – A Ordem dos Templários posiciona a sua primeira sede em Portugal em Braga onde se mantém até ao ano de 1128 (3 anos) seguindo a sua sede nesse ano para Soure.

-1125 agosto – *Egas Soares vende a “magister domno Ugo et fratres vestros de illo Temple”, uma herdade em Lourosa, sob Monte Souto em direção ao Rio Maior que passa a norte do castelo de Santa Maria da Feira, pelo preço de 23 morabitanos de ouro.* (CTQ nº 16 p.54).

-1127 agosto 21, *Pedro Godinho e Adosinda Pais, sua mulher, vendem a Fr. Pedro Dias e aos “militibus Templi”, uma herdade em Vilar, território de Braga, junto ao Rio Este sob Monte Espinho, pelo preço de 8 soldos.* (CTQ nº 16 p.54).

-1128 março 19 – *No ano de 1128 D. Teresa doa Fonte Arcada (Penafiel) aos “militibus Templi Salomonis* (CTQ nº 16 p.54). e [Costa p, 157 – Doc IV].

-1128 março 29 – A Condessa D. Teresa, mãe dos infantes D. Afonso Henriques, e D. Fernando, conde do Porto e de Coimbra, doa à Ordem do Templo o Castelo de Soure, no termo de Coimbra. [Fernandes p 234]. e [Costa, p.149 doc I].

-1128 – Provavelmente pela doação do Castelo de Soure neste ano de 1128 a Ordem dos Templários muda a sua sede de Braga estabelecendo-se em Soure onde ficam até ao ano de **1147** (19 anos), findo esse período altera a sua sede para a cidade de Santarém.

-**1129 fevereiro** – Traslado da Carta de D. Afonso Henriques pela qual faz doação à Ordem do Templo do castelo de Ceras com seu território e da igreja de Santiago de Santarém [ANTT Gav 7 Maço 7 nº 16].

-**1129** – Doação – Testamento de Godinho Soares pelo qual deixava à Ordem do Templo a terça parte de toda a sua fazenda – [ANTT Gav 7 Mç 9 nº 26 e Gav7 Mç 9 nº 1].

-**1130** – Confirmação da doação do Castelo de Soure, dada pelo “irmão” da Ordem dos Templários, D. Afonso Henriques, (ANTT Gav 7 Maço 13, nº 5) Neste documento lê-se que o nosso primeiro rei “pertencia” (era irmão) à Ordem dos Templários.



Temos grandes suspeitas que todos os reis desde D. Afonso Henriques até ao Rei D. Dinis estavam umbilicalmente ligados à Ordem dos Templários: Se analisarmos toda a numismática cunhadas por estes reis, todos eles usavam na sua moeda, não a cruz igual à qual Cristo foi pregado na Cruz, mas a cruz Pátea da Ordem dos Templários. Com D. Afonso Henriques podemos comprovar a sua ligação à Ordem pela confirmação do Castelo de Soure à Ordem, mas também pela moeda cunhada, fazemos uma análise através das numismas cunhadas nesses reinados em permanência a Ordem dos Templários. O que veio também a acontecer durante o período dos “descobrimentos” em que os Reis utilizavam, na sua grande maioria, a Cruz da Ordem de Cristo nos seus numismas: Vejamos:

Rei D. Afonso Henriques; 16 Julho de 1139, data que se autoproclama Rei dos Portugueses, (e não de Portugal, as fronteiras ainda não estavam consolidadas) morre em 6 Dezembro 1185.

As moedas portuguesas iniciaram-se a cunhar em meados do século XII pela mão do que viria a ser por este nosso primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, não se sabendo ao certo a data (pensamos, pouco tempo depois de Afonso Henriques ter travado a batalha de Ourique em 1139). Até então circulavam moedas Muçulmanas, e dos reinos Cristão da Península Ibérica [Marques, pp36-40), etc. O primeira numisma foi o “Dinheiro” em Bolhão, (Liga metálica feita à base de cobre e prata).

O Museu da Moeda do Banco de Portugal dá-nos conta, (com muitas interrogações do próprio Museu da Moeda sobre a sua existência) do que dizem ser provavelmente a primeira moeda.



Moeda dinheiro de Afonso I em Bolhão 18mm, 0,85grs MCM4234

É estranho apresentar no anverso da moeda uma cruz de cinco pontas “pentagrama”, (símbolo pagão) que, simbolicamente, se presta a diversas interpretações/conotações, desde a necromancia a expressões mais exotéricas associadas ao mal, dependendo do espaço cultural onde se insere, mas também está associado à natureza de Deus ao universo divino, à moralidade, como um sinal de poder, etc. Não iremos correr por este caminho por ser demasiadamente escorregadio – Nunca tivemos esta numisma na mão, por essa razão não sabemos se este pentagrama está na posição correcta, porque se rodarmos a moeda esta cruz de cinco pontas é a representação do diabo.

Por outro lado, não sendo bem perceptível, o reverso apresenta na parte central o que parece ser uma cruz de Cristo. Note-se que os braços, horizontais, da cruz, tem a mesma distância à parte superior da Cruz e a haste vertical parece-nos demasiadamente longa, parecendo-nos que ao centro da moeda há uma separação. Todavia, não achamos nada estranho, se fosse de facto, mesmo uma cruz igual à cruz onde Jesus Cristo foi crucificado.

Na segunda numisma, (supomos, em nossa opinião, ser a primeira) a ser mandada cunhar por D. Afonso Henriques, um dinheiro, em bolhão já a iconografia é totalmente diferente.



Neste dinheiro, em bolhão, que apresentamos, na foto acima, moeda cunhada por D. Afonso Henriques, encontramos no reverso na parte central da moeda a cruz Pátea, cruz usada pela Ordem dos Templários. Era importante sabermos a data do seu cunho para podermos ir mais longe na análise à sua simbólica – Terá sido cunhada antes de 1143, ou mesmo antes data da Bula emitida pelo Papa Alexandre III “Manifestus Probatum est” a 23 de maio de 1179, data do reconhecimento de Portugal como país independente.

D. Sancho I – Morabitino, em ouro, (circulou, sobretudo, dentro da corte) reinou desde 6 dez 1185 – 26 março 1211.



Anverso

Verso

No anverso apresenta a cabeça coroada com barba comprida, sendo que na mão direita, empunhava uma espada e na esquerda um ceptro. Ceptro que na ponta tinha uma cruz (Pátea) Templária.

Os comentários do Museu da Moeda do Banco de Portugal ao morabitino de D. Sancho I, são os seguintes: *“Numa face o Rei surge representado de coroa na cabeça, com barba longa, segurando um ceptro numa mão e uma espada na outra montando num cavalo aparelhado e preparado para a guerra. – Na outra face, o escudo do reino é constituído por um conjunto de cinco escudetes postos em cruz, cada um dos quais carregado com quatro besantes em aspa, formando uma das mais antigas representação do brasão de armas do reino. Os letreiros estão divididos pelas duas faces da peça e correspondem à fórmula da qual se invoca a Santíssima Trindade e se menciona o nome do rei **“Em nome do Pai, do filho e do Espírito Santo, Amén. Sancho, rei de Portugal”**.*

Nosso comentário: No anverso da moeda nota-se que o ceptro de D. Sancho I está colocado na mão esquerda e a espada na mão direita, ou era canhoto ou ambidextro, pois não era usual e, sobretudo, quando expresso numa forma figurativa/iconográfica, usava-se sempre o Ceptro na mão direita, por outro lado nota-se claramente que na ponta do ceptro está colocada uma cruz Pátea, cruz, símbolo da ordem dos templários. No reverso pelo desenho estão colocados em cruz cinco escudos, tipo “cometa” e o Museu da Moeda do Banco de Portugal diz serem besantes, de uma forma mais clara, em nossa opinião, podemos traduzir pela cabeça dos quatro pregos que seguravam as correias em que o guerreiro o sustentava. Conforme se verifica no original do escudo século XIII, pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes.

Rei D. Afonso II; reinou de 26 de Março de 1211 a 25 de Março de 1223.



Anverso



Verso

No reverso do seu Morabitino de Ouro encontramos também a cruz Pátea usada pela Ordem dos Templários.

Comentário retirado do Museu da Moeda do Banco de Portugal:

“O anverso, por sua vez, mostra a imagem do rei montado num cavalo preparado para a guerra, trazendo uma coroa na cabeça e segurando uma espada longa na mão direita. O reverso deste morabitino mostra um escudo formado por cinco escudetes carregados com quatro besantes em aspa. Estes escudetes surgem cantoados por quatro motivos iconográficos: uma cruz de braços equilaterais e três estrelas de sete pontas.” ... “DOMINI ALFONSI / + REGIS PORTVGALENSIVM (“Moeda do senhor Afonso / + rei dos portugueses”). Dizemos que se trata de uma fórmula de caráter autorreferencial uma vez que a moeda se designa a si própria como “moeda” e identifica o indivíduo responsável pela sua produção: D. Afonso II é designado como “senhor”, mas também como “rei dos portugueses”. Estes títulos são característicos de uma época em que o poder do rei está, pelo menos nalguns aspetos, equiparado ao de um senhor que se une aos seus súbditos através da dependência vassálica”.

Nossos comentário: Besante, traduz-se por um ornato arquitetónico característico do estilo românico, todavia em nossa opinião os quatro elementos que se encontram dentro dos cinco escudos de cometa (a que os Ingleses chamavam “Kitshape”) – usuais na época – nada mais traduzem que os pregos que sustentavam as correias de apoio do escudo. Também não estamos de acordo como se define a existência de uma cruz de braços equilaterais e não se lhe chama Cruz Pátea, cruz do modelo que usavam os cavaleiros da Ordem dos Templários. Mas o mais curioso nestes dois morabitinos, um de D. Sancho I e outro de seu filho Afonso II, é que o do pai Sancho I tinha no reverso 4 estrelas de sete pontas e no morabitino de ouro de D. Afonso II, só estão colocadas 3 estrelas de sete pontas, tendo D. Afonso II, tirado da mão do morabitino do pai, o que se diz ser o ceptro real e coloca a cruz Pátea “Templária” no reverso eliminando uma das estrelas de sete pontas. Porquê?

A nossa interpretação é a seguinte: quanto à presença de 3 estrelas de sete pontas, ela querará mostrar a ligação especial do Monarca com as forças superiores, com o divino, todavia, trata-se de uma tese igual a muitas outras de cariz diferente, mas por norma

todas indicando o bem. Como dissemos no comentário do segundo dinheiro de Afonso I, não iremos percorrer este caminho, por ser demasiadamente escorregadio.

Continuemos: ainda no reinado de D. Sancho I, as fronteiras portuguesas ainda não estavam definidas (era um condado/reino) e tínhamos como vizinhos mais três reinos onde existia, já implantada também, a Ordem dos Templários e, que estavam a ser governados por dinastias da alta aristocracia de Borgonha; Portugal; Galiza; Leão e Castela – Todavia no reinado de D. Afonso II, este, conjuntamente, com Afonso IX de Leão (a Galiza estava controlada e englobada no reino de Leão) sendo que, os mestres templários dos três reinos, com a bênção dos respectivos reis, decidem unificar o Mestrado da Ordem dos Templários e entregar o Mestrado dos três reinos a um Português – Mestre Frei D. Pedro Alvites.

Notemos: Reino Ásturo-leonesa – Entregue à Dinastia de Borgonha – Afonso IX, filho de Fernando II de Leão e de Urraca de Portugal inicia o seu reinado no ano de 1188 e finda em 24 de setembro do ano 1230 (perpassa, portanto, os reinados de D. Sancho I e D. Afonso II)

O Reino de Castela-Toledo, estava também entregue à Dinastia de Borgonha, O reinado de Afonso VIII, inicia-se a 31 de agosto de 1158 e termina com a sua morte em outubro de 1214 – Seguiu-se o reinado de Henrique I que durou de 1214 a 6 de junho de 1217. Beringela I, teve um reinado somente de 3 meses de junho ao final de agosto de 1217 enquanto o seu irmão não atingiu a maioridade, ou seja, São Fernando III, (O Santo) que reinou entre 30 de agosto de 1217 até 1252.

O Reino Português – também estava, como sabemos, a ser governado por aristocratas da linhagem de Borgonha.

Foram estes reis, todos eles provenientes da aristocracia de Borgonha, que se aliaram para nomear o primeiro Mestre da Ordem dos Templários dos três reinos. Assim se explica que a estrela de sete pontas, que para o cristianismo tem um valor simbólico extraordinário, pois este heptagrama representava a perfeição de Deus e claro? aqui funcionava também como uma alusão aos reinos em questão – Portugal, Galiza, Leão e Castela durante um período no reinado de D. Sancho I e três reinos, Portugal, Leão e Castela durante o reinado de D. Afonso II.

Rei D. Sancho II – Reinou de 25 de abril do ano de 1223 a 4 de Dezembro de 1247.



Anverso do dinheiro cunhado em Bolhão ocupando toda a circunferência da moeda também encontramos a Cruz Pátea usada pela Ordem dos Templários.

Rei D. Afonso III – Reinou de 4 de Janeiro de 1248 a 16 de Fevereiro de 1279.



Anverso do dinheiro em Bolhão onde no centro da moeda encontramos também a Cruz Templária.

Rei D. Dinis – Reinou desde 16 de fevereiro de 1279 a 1325.



Um dinheiro em Bolhão: D: REXPORTVGL. /II AL GA RB.

Anverso do “Dinheiro em bolhão” como no Dinheiro de Afonso III; nesta numisma, rara, (pertencente ao espólio da Associação Terras Quentes) também encontramos ao centro a cruz Pátea usado pela Ordem dos Templários. O Rei D. Dinis opôs-se (enquanto pode) à deliberação da Bula do Papa Clemente V, para extinguir a Ordem dos Templários no ano de 1312 – (Tinha sido decretado a sua extinção no 1307, dia 13 sexta-feira (daí considerarmos ser um dia de azar) no mês de outubro, pelo Rei Filipe IV o “Belo”), o Rei D. Dinis só extinguiu a Ordem no ano de 1319, (resumidamente) escambando o nome da Ordem dos Templários pela Ordem de Jesus Cristo.

É curioso observar-se que nos reinados seguintes verifica-se que; D. Afonso IV na sua moeda “dinheiro” ainda usa a cruz Pátea – no reinado de D. Pedro a sua moeda o “dinheiro” também usa a cruz Pátea, assim como se vê no “Tornês” de D. Fernando.

Os reis D. João, I e, D. Duarte alteraram a paleta iconográfica das suas numismas, não utilizando em nenhuma das moedas cunhadas nos seus reinados, nenhuma cruz. Mas, assim, que se aproxima o período forte dos descobrimentos encontramos a Cruz da Ordem de Cristo no cruzado de D. Afonso V, no “cruzado” de D. João II, e, no reinado de D. Manuel encontramos, também, a cruz de Cristo no “Bastardo” assim como, na mais notável moeda Portuguesa “o Português de Ouro”, moeda usada internacionalmente para trocas comerciais. “O dólar do século XVI”.



Reverso da numisma de D. Manuel “Português de Ouro” com as seguintes designações; (IN HOC SIGNO VINCES I – Com este sinal vencerás). Espólio da Associação Terras Quentes e em exposição no Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros (*in* caderno Terras Quentes nº 11, p.213 – ver em publicações; www.terrasquentes.pt).

Seguiu-se D. João II que também usou no “Real” a cruz da Ordem de Cristo e paramos no “Engenhoso” de D. Sebastião que, contém também, a cruz da Ordem de Cristo. Assim, não nos custa admitir que na nossas primeira e segunda dinastias os nossos reis tenham utilizado a cruz usada pela Ordem dos Templários na cunhagem das suas moedas, e depois a cruz da Ordem de Cristo. [*in*, caderno terras quentes nº 11 pp193 a 243] e <https://www.museucasadamoceda.pt/collection/26>.

-1129 abril 5 – D. Afonso Henriques dirigindo-se a D. Gualdim Pais, procurador da Ordem do Templo em Portugal, toma sob sua protecção as propriedades, coutos, herdades da Ordem do Templo com seus moradores, ordenando que sejam livres de tributo e serviço, não paguem portagem nem transmissões e que os cavaleiros não possam sofrer penhoras. [Fernandes, p235]

-1129 junho – A Ordem do Templo dá foral à Vila de Redinha. [Fernandes p. 235].

-1135 março 1 – carta de escambo - Carta de escambo feito pela Ordem do Templo com Mendo Nunes e sua mulher Cristina Gonçalves, pelo qual a dita Ordem recebeu a herdade de Escaris e deu a de Holdrianes. – [ANTT Gav7 Mç 9 nº 7].

-1135 maio 28 – Pedro Arnaldes, Mestre da Ordem do Templo, escamba com Mendo Moniz e sua mulher, Cristina, a herdade de Holdrianes (?) recebendo em troca a herdade de Escaris que foi de S. Miguel Paredes. [Fernandes p. 236].

-1139-1143 maio 1 – Latrão – O Papa Inocêncio II, pela Bula “Quantam utilitatem – dirigida aos arcebispos e bispos, defende que os Templários não possam abandonar a Ordem sem o consentimento do Mestre [Fernandes p. 236].

-1139 março 29 – Latrão – O Papa Inocêncio II, pela Bula “Omne datum optimum – dirigida ao Mestre e Cavaleiros do Templo, concede a livre disposição dos despojos dos infiéis, tomando, à sua protecção a ordem e as suas casas e aprova a Regra da Ordem do Templo. [Fernandes p 236].

-1139 agosto – Boa Soares doa à Ordem do Templo a terça parte da herdade da Maçaneira, na vila da Ajuda. [Fernandes. P 236].

-1140 agosto 26 – Vermundo, clérigo, vende à Ordem do Templo uma herdade em Vila Maçada, sobre Monte Castro Recarei, perto de Santa Maria, no termo do Porto. [Fernandes p.237].

-1140 setembro 17 – Doação – Carta de doação, feita por Egas Mendes e seus irmãos, à Ordem do Templo, de uma herdade em Matados 1140-09-17 – [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 17].

-1142 fevereiro – Doação – Carta de doação feita por D. Ega Goda à Ordem do Templo, de um terreno situado no arrabalde de Montemor-o-Velho, na freguesia de S. Miguel que chamam Infesta, freguesia de São Miguel, arrabalde de Montemor – [ANTT Gav7 Mç 10 nº 7].

-1143 Janeiro 9 – Doação - Testamento de Afonso Viegas e sua mulher, Eldara Patrício, pelo qual deixavam à Ordem do Templo uma herdade na vila de Canelas – [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 1].

-1143 – Doação – Carta de doação de uma herdade feita por Mendo Monis e sua mulher à Ordem do Templo – [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 6.].

-1143 outubro – Doação – Carta de doação feita por Mendo Dias e Bona, sua mulher, à Ordem do Templo, da herança que tinham em Azevedo, e da terça de São Lourenço – [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 3].

-1144 – Venda – Martim Teles vende à Ordem do Templo uma herdade no cimo do Porzel, sobre o Monte Pedra escripta, no curso do rio Guandia, em Terra de Santa Maria. [Fernandes p.238].

-1144 janeiro 9 – Latrão – O Papa Celestino II, pela Bula – Milites Templi – concede indulgências aos benfeitores do Templo e permite aos membros da milícia, celebrar officios divinos mesmo em locais interditos à Santa Sé. [Fernandes. P 238].

-1144 maio 15 – Latrão – O Papa Lúcio II, pela Bula Milites Templo, renova os privilégios do Papa Celestino II a Favor dos Templários concedendo indulgências aos benfeitores do Templo. Permite aos membros da Milícia, celebrar officios divinos mesmo em locais interditados pela Santa Sé. [Fernandes p. 239].

-1144 junho – Afonso Peres, por ordem régia, doa à Ordem do Templo a herdade de S. João do Rio Frio, guardando, contudo, o usufruto até ao fim da sua vida. [Fernandes, 239].

-1145-(1153) setembro 3 – Brescia – O Papa Eugénio III, pela Bula – *Milites templi iherosolimitani novi* – dirigida aos prelados ordena que estes incentivem os seus súbditos para que ajudem com esmolos a Ordem do Tempo, concedendo para isso várias graças e privilégios. [Fernandes, p.239].

-1145 março – Mendo Peres e Adosinda Tructusendi, sua mulher, doam à Ordem do Templo, em forma de testamento, uma herança em Ega, Termo de Soure. [Fernandes, p.239].

-1145 março – Salvador Travesso e Maria Paz, sua mulher, em conjunto com outros, vendem à Ordem do Templo certas herdades em Ega, no termo de Soure.

-1145 abril 7 – Castela – O Papa Eugénio III, pela Bula “Militia Dei” dirigida aos arcebispos e bispos concede aos Templários o direito de usar os seus próprios oratórios e de aí se fazerem enterrar. [Fernandes, 240].

-1145 junho – D. Fernão Mendes de Bragança entrega os **Castelos de Penas Róias e Mogadouro**. [Fernandes, p.240].

-1145 junho 10 – Fernão Mendez de Bragança (o Braganção “O Bravo”) e sua mulher a Infanta D. Sancha, filha legítima do conde D. Henrique, (irmã de D. Afonso Henriques) doaram à Ordem do Templo o seu Castelo de Longroiva.... “Et illud Castellum vocatur Langroiva habetque jecentiam in Territorio Bracharensi Metropóli, inter illud Castellum quod vocatur Nomam et aliud dicitur Marialba et Fluvium qui vocatur Coa”. [Elucidário p.548].

Tradução:

*“E essa é Metrópole de Braga tem o **castelo de Longroiva** e tem também no Território, aquele que se chama **Castelo do rio (Côa):** e aquele que se **chama Noma (Numão)**, e o outro se diz ser **Marialva**. (Fernão Mendes de Bragança pertencia à família dos Braganções que era casado com D. Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques)”. – [Elucidário p 548].*

-1145 junho – Doação – Testamento feito por Mem Vermudes pelo qual deixava à Ordem do Templo toda a sua parte na herdade de São Pedro de Sindianes – [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 18].

- **1145 julho** – Exemena Gonçalves vende à Ordem do templo uma herdade na Vila da Ajuda em terras de Santa Maria, termo do Porto. [Fernandes,241].

-1145 agosto – Doação – Carta de doação feita por D. João Peculiar, arcebispo de Braga, à Ordem do Templo, de um hospital que o seu antecessor tinha feito na mesma cidade – [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 41].

-1145 agosto – D. João Peculiar, Arcebispo de Braga, confirma a doação feita pelo seu antecessor, à Ordem do Templo, em que fora feita mercê a esta melícia de umas casas de Braga, [Fernandes, 241].

-1145 agosto Lisboa – D. João Peculiar Arcebispo de Braga e seu cabido, confirmam o consentimento, dado por D. Afonso Henriques pelo anterior arcebispo D. Paio à Ordem do Templo de uma casa de Hospital. D. João Peculiar, Arcebispo de Braga, doa à Ordem do Templo a metade dos dízimos e rendas. [Fernandes, p.241].

-1145 agosto – Confirmação – Carta pela qual o arcebispo de Braga confirmou uma doação do seu antecessor, em que fora feita mercê à Ordem do Templo de umas casas, e

acrescentou mais metade dos dízimos das feiras da mesma cidade de Braga. {ANTT Gav 7 Mç 12 nº 2}.

-1145 agosto – Confirmação – Carta pela qual o arcebispo de Braga confirmou uma doação do seu antecessor, em que fora feita mercê à Ordem do Templo de umas casas, e acrescentou mais metade dos dízimos das feiras da mesma cidade de Braga – [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 2].

-1146 – D. Afonso Henriques confirma à Ordem do Templo a posse do hospital em Braga, doado pelo Arcebispo D. João Peculiar, com outros direitos e rendas. [Fernandes, p. 242] e [Costa, pp 169/170 doc. IX).

-1146 fevereiro – Goesteu Froias e sua mulher Lugundia, vendem à Ordem do Templo a sua terra em Maçaneira, termo do Porto, junto à praia do mar. [Fernandes, 242].

-1146 abril – Doação – Carta de doação feita por Pelágio Fructesindis à Ordem do Templo, da sua parte na herdade de Cadima e da terça de seus bens- [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 25].

-1146 maio 8 – Nuno Mendes venda à Ordem do Templo uma herdade na vila de Azevedo de Soeiro sob o Monte Pedra Curva. [Fernandes, p.242].

-1146 agosto – Ermezenda Viegas e seu filho Pedro Viegas doam à Ordem do Templo uma herança que tinham no termo de Santa Maria e em Pacinho e Gondufe, termo de Viseu. [Fernandes, p. 243].

-1147 Neste ano de 1147 a Ordem dos Templários muda a sua sede para a cidade de Santarém onde se mantém por 12 anos até ao final do ano de **1159** – segue-se Tomar.

- **1147 abril** – D. Afonso Henriques doa o eclesiástico de Santarém (direitos sobre Santa Iria) à Ordem do Templo, no cumprimento do voto feito antes da conquista da mesma vila. [Fernandes p.244], e [Costa, pág 165 documento VI)

- **1147 julho 9** – Paio Vermuice e Boa Soares, sua mulher, doam à Ordem do Templo outra herdade em Vila Maçada, perto da vila de Saanta Maria. [Fernandes, p.243].

-1148 junho – Os árbitros compromissórios aprovados por consentimento das partes sentenciam na questão entre Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, e Godinho Godins, sendo julgada aos Templários a posse da herdade de Bouça Mata acima do Alister. [Fernandes, 243].

-1151 março 14 – Ferenti – O Papa Eugénio III, pela Bula – *Militum templi professio* – dirigida aos arcebispos e bispos, decreta a pena de excomunhão para os cavaleiros que abandonem a Ordem do Templo após terem feito profissão.

-**1152** – D. Afonso Henriques doa a D. Gualdim Pais, mestre dos Templários, umas casas e herdades em Sintra e seu termo. [Fernandes p. 244].

-**1152 novembro 25** – Doação – Carta de doação feita por Guivano e sua mulher, Ermesenda, à Ordem do Templo de metade de uma herdade no termo de Leiria – [ANTT Gav 7 Mç 8 nº10]

-**1154 janeiro** – Testamento de D. Godinha Raimondes pelo qual deixava à Ordem do Templo a terça parte de seus bens. [ANTT Gav 7 Mç 13 nº 20].

-**1154 – (1159) junho 13** – Anagni – O Papa Adriano IV, pela Bula – *Milites templi iherosolimitani novi* – dirigida aos prelados ordena que estes incentivem os seus súbditos para que ajudem com esmolas a Ordem do Templo, concedendo para isso várias graças e privilégios, já concedidos pelo Papa Eugénio III. [Fernandes p. 244].

-**1154 – (1159) junho 18** – Sútrio – O Papa Adriano IV, pela Bula – *Quantum sacra templi militia* – a favor dos Templários, manda proceder contra os que retiverem esmolas feitas a estes freires, ainda antes de a Ordem do Templo ter sido aprovada. [Fernandes, p. 245].

-**1154 – (1159) junho 18** – Sútrio – O Papa Adriano IV, pela Bula – *Militia Dei Quae dicitur* – concede aos Templários a possibilidade de tomar sacerdotes aos seus serviços e edificar oratórios ou igrejas nas suas terras, sem prejuízo do direito paroquial. [Fernandes, p. 245].

-**1154 março** – D. Godinha Raimundes doa à Ordem do Templo a terça parte da sua herança. [Fernandes p. 245]

-**1155 julho** – Doação – Carta de doação feita por Paio Godins à Ordem do Templo de metade de todos os seus bens – [ANTT Gav 7 Mç3 nº 24].

-**1156** – A Ordem do Templo dá carta de foral à vila de Ferreira. [Fernandes p. 246].

-**1157** – “Durante os reinados de Fernando II e Afonso IX, o reino de Leão transformou-se num lar para vários aristocratas portugueses. As suas relações com a nobreza galega e leonesa ajudaram a criar vários laços transfronteiriços e uma forte rede de relações familiares, que tiveram uma grande influência no curso dos principais conflitos políticos deste período. Neste artigo, os autores tentam colocar estas migrações no seu contexto, analisar os seus ciclos, causas e condições favoráveis, descrever cada um destes exílios e avaliar a sua influência sobre a política portuguesa e leonesa.

Ao longo dos últimos anos, os autores deste artigo trabalharam simultaneamente, mas a partir de perspectivas diferentes, sobre a mobilidade aristocrática entre Portugal e Léon durante o período de 1157 a 1230.

Esta guerra levou à emigração de uma parte importante dos apoiantes de Teresa. Em Leão, envolveram-se activamente na crise provocada pela morte do Infante Fernando (1214), filho de Teresa e Afonso IX, e na reivindicação ao trono das suas irmãs Sancha e Dulce, em detrimento da sua metade. irmão, o novo rei de Castela. Esta foi uma das razões pelas quais um grande número de aristocratas portugueses, que já apoiavam a sua mãe, permaneceram em Leão até à morte de Afonso IX em 1230.

Neste contexto, podemos identificar dois ciclos principais de emigração entre a nobreza portuguesa: o primeiro iniciou-se nos últimos anos do reinado de Afonso VII e terminou em 1211, com a morte de Sancho I e a guerra luso-leonesa que iniciado o segundo ciclo durou até os anos finais do reinado de Afonso X. Este pode ser dividido em ciclos menores relacionados com as conquistas andaluzas de Fernando III, a derrubada de Sancho II e os anos críticos do reinado de Afonso.

*Em primeiro lugar, devemos referir que a geografia física desta região foi, por si só, um factor fundamentalmente favorável. Na configuração de Portugal e Leão não existia uma barreira intransponível que dividisse os dois reinos: as cadeias montanhosas centrais portuguesas eram mais obstrutivas à mobilidade interna do que à comunicação com o exterior. Por outro lado, **o sistema viário romano original ainda ligava as principais cidades da antiga Gallaecia, servindo para reforçar a continuidade natural entre a Galiza e Entre-Douro-e-Minho e entre Trás-os-Montes e o planalto leonês (este fenómeno foi enfatizado por Mattoso em texto sobre os Braganções – Mattoso 1995: I, 185).***

*O primeiro destes emigrantes, Mem Fernandes de Bragança II, foi um dos exilados que reuniu todas as condições necessárias para ter uma carreira transfronteiriça de sucesso. **Os Braganções, senhores indiscutíveis da região fronteiriça de Trás-os-Montes, souberam explorar convenientemente a natureza bipolar dos seus domínios e a sua reputação de guerreiros indomáveis.** Mem Fernandes era descendente de uma linhagem que incluía, nomeadamente, o casamento de Fernão Mendes de Bragança I com uma provável filha de Afonso VI, e o do seu pai, Fernão Mendes de Bragança II, com a Infanta Sancha Henriques (irmã do rei D. Afonso Henriques) (Sottomayor- Pizarro, 1999: III, Genealogia 4.3.). **Estes casamentos de prestígio elevaram os Braganções aos escalões superiores da aristocracia do oeste da Península Ibérica e proporcionaram-lhes fácil acesso aos reis de Portugal e de Leão.***

3.1 = 1157-1211. *Em Portugal, Fernão Fernandes exerceu as tenências de Bragança (entre 1191 e 1204, e entre 1217 e 1232), Panóias (entre 1197 e 1202, em 1218, e entre 1226 e 1229), Penaguião (entre 1197 e 1202) e Baião. (em 1197); foi também alferes em 1225 (Rodríguez González, 1973: docs. 91 e 121; Ventura, 1992: II, 992, 998, 1010 e 1012-1014). Em Agosto de 1192, Sancho I deu-lhe as aldeias de Vimioso e Sesulfe, e talvez a de Mascarenhas, que passou ao seu vassalo Estêvão Rodrigues de Mascarenhas (Ventura, 1992: I, 339; Sottomayor-Pizarro, 1999: I, 235-236). A sua mudança de lealdade ocorreu por volta de 1204 e a sua presença em Leão durou até 1222. Portanto, é provável que o Fernão Fernandes que foi tenente leonês da Extremadura, entre 1193 e 1194, Zamora, em 1193 e 1194, Transierra, em 1194, Limia, em 1194, e Benavente, em 1195, era na verdade Fernando Fernandes de Cabrera e não o de Bragança (González, 1944: II, docs. 62, 63, 68, 73, 81, 89 e 90; Rodríguez González, 1973: documento 174; Domínguez Sánchez, 2000: documento 73).*

Em Leão, Fernão Fernandes foi tenente de Villafranca (1204), Villa Fáfila (1204 e 1205), Zamora (1204, 1205 e 1222), Castro Nuevo (1204), Alcañices (1204), Extremadura (entre 1206 e 1211), Transierra (1206, 1208 e 1209), Limia (entre 1211 e 1215), Alba de Aliste (entre 1213 e 1215), Castrotorafe (1214 e 1215), Benavente (entre 1219 e 1222), Sanábria (1214, 1215, e entre 1219 e 1222), Cabrera (entre 1219 e 1221) e Astorga (1221); foi também alferes, em 1211 e 1212, e mordomo real, entre 1219 e 1222 (González, 1944,; documentos. 186, 190, 193, 194, 196, 198, 199, 211, 212, 223, 227, 231, 234, 247, 248, 250, 253, 254, 266, 268, 270, 271, 275, 277, 280-282, 292, 293, 299, 300, 305, 311-314, 316, 319, 325, 326, 329, 369, 372, 375, 376, 381, 382, 384, 390, 392-394, 396, 397, 403, 406, 411-415, 417, 420 e 421). Apesar do seu leal serviço a Afonso IX, Fernão Fernandes esteve ausente da corte leonesa entre 1216 e 1218 para resolver alguns dos seus assuntos portugueses e assuntos pessoais. Esta situação poderá ter favorecido o ataque leones ao castelo de Chaves em 1218. A sua saída de Portugal poderá muito bem ter estado ligada às incompatibilidades dos Braganções com a conduta política régia que colocara os Sousas no topo da aristocracia da corte (por mais informações sobre a rivalidade entre Sousas e os Braganções, ver Sottomayor-Pizarro, 1999: I, 230-231].

*Na corte leonesa, D. Pedro pôde contar com o apoio de Afonso IX, seu primo e ex-cunhado, e partilhar os seus projectos com o grupo de fidalgos portugueses exilados e comprometidos com a causa das suas irmãs. **A guerra que foi gerada pelo testamento de Sancho I começou no inverno de 1211**, quando Afonso II se recusou a confirmar*

o seu senhorio sobre as propriedades que o seu pai lhes havia deixado e começou a substituir os alcaides dos territórios governados pelos seus executores. Esta indignação rapidamente se **transformou num conflito diplomático e resultou numa guerra civil** patrocinada pelos leoneses. Durante as fases iniciais da guerra, as forças de Afonso IX e do seu filho Fernando Afonso, (filho também da Infanta Teresa, irmã do Rei Afonso II) que incluíam o Infante Dom Pedro e Pedro Fernandes de Castro, capturaram rapidamente muitos castelos e vilas ao longo das fronteiras do Minho e de Trás-os-Montes. Entretanto, os exércitos de Afonso II sitiaram os principais redutos das Infantas, Montemor-o-Velho e Alenquer. Perante este perigo iminente, Gonçalo Mendes de Sousa II decidiu abandonar Castrotorafe e juntar-se aos homens de Montemor. Do outro lado estava Martim Fernandes de Riba de Vizela, um rico-homem muito leal que, no final, sofreu uma enorme derrota às mãos dos leoneses liderados por Gonçalo Mendes. A rápida expansão dos exércitos de Leão resultou na perda de Coimbra e na pesada derrota em Portela de Valdevez. **As províncias do centro e norte de Portugal foram violentamente saqueadas pelos leoneses.** Só a pressão diplomática castelhana salvou Afonso II de perder o controlo do seu reino, sendo as tréguas assinadas em Coimbra a 11 de novembro de 1212. Esta primeira presença de D. Pedro em Leão foi breve e ocorreu inteiramente em período de guerra, durante onde conseguiu obter algumas conquistas, como um dos castelos portugueses conquistados por Leão". (Vilar, 2005: 105).

– Conclusões deste autor [Sottomayor-Pizarro]: "As migrações entre os dois reinos foram uma consequência natural da unidade política anterior, que motivou a fixação em Portugal de várias famílias galegas e leonesas, que, apesar do apoio à causa portuguesa, ajudaram a consolidar um tecido social transfronteiriço. Assim, ao ciclo de imigração para Portugal seguiram-se duas fases de emigração para Leão, marcadas pelos conflitos políticos desta época. Pela necessidade de maior consolidação interna de Leão, a desintegração do império de Afonso VII criou as condições que tornariam este reino num porto seguro para os párias portugueses e castelhanos. A chegada destes recursos humanos deu a Fernando II, e principalmente a Afonso IX, a oportunidade de prosseguir uma estratégia de interferência na política interna portuguesa. Esta situação agravou a instabilidade da sua crise interna, aumentando as possibilidades de posse de terras e criando uma mudança na linha de sucessão. A crise de 1211 foi um ponto de convergência entre os objetivos do movimento aristocrático anti centralista português e os interesses leoneses. Este fluxo migratório de Portugal para Leão foi moldado pela ideologia política comum dos seus membros.

Por outro lado, a presença de exilados portugueses nos escalões superiores da corte de Afonso IX deu força e unidade a uma facção leonesa que favorecia uma sucessão através dos filhos de Teresa de Portugal. Para eles, a manutenção da independência de Leão, cada vez mais comprometida durante a década de 1220, era essencial para a sobrevivência da sua causa. A lenta deterioração da facção portuguesa em Leão, que via na manipulação do jovem Sancho II uma nova oportunidade para atingir os seus objectivos em Portugal, coincidiu com o declínio do movimento que favorecia a independência do reino”.

“Os emigrantes portugueses em Leão, antes e depois de 1211, partilhavam várias características fundamentais que garantiram o seu sucesso: a maioria deles eram descendentes de famílias galegas e leonesas; muitos deles estavam relacionados entre si por sangue ou por casamento com famílias galegas e leonesas; eram senhores de propriedades transfronteiriças e gozavam de privilégios que tinham herdado ou adquirido, ou que lhes tinham sido dados pelos seus novos soberanos; alguns deles estavam ligados às instituições eclesiásticas do seu novo reino como seus benfeitores, patronos ou proprietários; e, em alguns casos, tinham parentes que já estavam estabelecidos no novo reino. Todos estes factores, alinhados com as suas necessidades individuais e colectivas e com um clima político que favoreceu a atração de nobres estrangeiros, reforçaram ainda mais os laços criados durante as fases anteriores de unidade política”. In; [Medina] , Beyond the Border The Aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)pp 8-12.

-1157-(1158) abril 5 – D. Afonso Henriques, por imposição do Papa, dá carta de liberdade e imunidade ao procurador Pedro Arnaldes e à Ordem do Templo, a fim de proteger os bens da Ordem. [Fernandes. P,246].

1157 julho – D. Afonso Henriques doa à Ordem do Templo oito moinhos dos açudes de Touvede e do Alviela, ao mesmo tempo que lhes prometia a posse de todos os que a Ordem aí a erguer. [Fernandes, p.246]

-1159-(1181) janeiro 15 – Turim – O Papa Alexandre III, pela Bula – *Justis petentium desideratos* – dirigida à Ordem do Templo confirma a doação feita à Ordem de uma casa para o Hospital em Braga, com outros direitos e rendas, cedidos pelo Arcebispo D. João Peculiar. [Fernandes, p.247].

-1159 fevereiro – Afonso Henriques – Carta de doação feita pelo rei D. Afonso Henriques à Ordem do Templo, do castelo de Cera em lugar das igrejas de Santarém, exceptuando a igreja de Santiago que ficaria pertencendo à mesma Ordem - ANTT Gav 7 Mç3 nº 8.

-1159 – (1162) abril 28 – Ferrera – O Papa Alexandre III, pela Bula – *Milites templi iherosolimitani novi* – dirigida aos prelados ordena que estes incentivem os seus súbditos para que estes incentivem os seus súbditos para que ajudem com esmolas a Ordem do Templo, concedendo para isso várias graças e privilégios, já concedidos pelos Papas Eugénio III e Adriano IV. [Fernandes, p.246].

-1159 junho 12 – Anagni – O Papa Adriano IV, pela Bula – *Justis Petentium desideriiis* – , concede aos Templários o direito de construir igrejas no território de Ceras (Tomar) as quais toma sobre protecção da Sé Apostólica, a quem pagarão o tributo anual de uma libra certa. [Fernandes, p,248].

-1159 junho 15 – O Papa Adriano IV, pela Bula – *Ea que pro bono pacis* – , confirma aos Templários a concórdia feita entre ele e o bispo de Lisboa sobre as igrejas de Santarém e território de Ceras, (Tomar). [Fernandes, p. 249].

-1159 – (1181) julho 15 – Túsculo – O Papa Alexandre, pela Bula – *Audivimus et audientes* – ordena que os Templários gozem o privilégio de não pagarem dízimo das terras que por si ou à sua custa Lavrarem, mesmo depois do estabelecimento no Concílio Lateranense. [Fernandes, p.247].

-1159 – (1181) julho 27 – Venenenti – O Papa Alexandre III, pela Bula – *Justis petentium desideriiis* – dirigida à Ordem do Templo determina que as igrejas edificadas nas terras de Tomar e Ceras sejam imediatas à Sé Apostólica. [Fernandes, p.247].

-1159 setembro 20 a (1181 agosto 30) – Papa Alexandre III – Bula “*Relatum est auribus nostris*” do papa Alexandre III concedida à Ordem do Templo pela qual lhe isentava de toda a jurisdição as igrejas de Pombal, Ega e Redinha e as submetia directamente ao Pontífice e Sé Apostólica - ANTT Gav 3 Mç3 nº 17 e Gav7 Mç 3 nº 35.

-1160 – Será o ano em que a Ordem dos Templários muda a sua sede para a Vila de Tomar onde permanecerá 54 anos, ou seja, até ao ano de 1214. Seguir-se-á, por fim a alteração da sua sede para Castelo Branco onde ficará (até à extinção da Ordem no ano de 1319 ou seja, aí se manteve durante 105 anos. Apontamos esta data pois foi no ano de 1319 que o rei D. Dinis “substituiu” a Ordem dos Templários pela Ordem de Jesus Cristo havendo a transição de todos os bens de uma ordem para a outra.

-1162 janeiro 7 – Turim – O Papa Alexandre III, pela Bula – *Omne datum optimum* – confirma a instituição da Ordem do Templo, concedendo-lhes numerosas graças e privilégios. [Fernandes, [249].

-**1162** – A Ordem do Templo da carta de Foral à Vila de Castelo do Zêzere. [Fernandes, p.249].

-**1162 novembro** – O Mestre dos Templários D. Gualdim Pais e seus freires, dá carta de foral à vila de Tomar. [Fernandes. P.249].

- **1163 abril 13** – Latrão – O Papa Alexandre III, pela Bula – *Relatum est auribus nostris* – concede à Ordem do Templo isenção de toda a jurisdição às Igrejas de Pombal, Ega e Rendinha, submetendo-as directamente ao Pontífice e Sé Apostólica. [ANTT Gaveta VIII mç 3 nº 17 e Fernandes, p.250].

-**1165 janeiro** – D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo, vende ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra as casas que a Ordem possuía nos subúrbios de Coimbra, num terreno dos Crúzios, chamado Almuínha do Rei, junto à igreja de Santa Cruz, por 60 morabitinos. [Fernandes, p. 250].

-**1165 novembro 30** – D. Afonso Henriques doa ao Mestre Gualdim Pais e à Ordem do Templo a terras de Idanha e Monsanto, limitada pelos rios Elga, Tejo e Zêzere, com a condição de esta milícia servir o monarca e o filho. [Fernandes, p.250].

-**1168-1169 junho 27** – O Papa Alexandre III, pela bula – *Justis petentium desideriiis* -, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Tempo, concede o direito de construção de igrejas no território de Ceras (Tomar), declarando-as sujeitas unicamente ao Sumo Pontífice e, fixando um pagamento anual de uma libra certa. [Fernandes, p. 250].

-**1169 setembro** – Doação - Carta de doação feita por D. Afonso Henriques à Ordem do Templo, da terça de tudo o que ganhasse dos mouros no Alentejo 1169-09 –[ANTT Gav 7 Mç 13 nº 6].

-**1169 setembro** Lafões – D. Afonso Henriques faz promessa de doação a Godofredo de Fouchier, procurador do Templo nas terras de aquém-mar, a Garcia Romeu, ministro nos campos e nos castelos, e a Gualdim Pais, procurador do Templo em Portugal, da terça parte de tudo quanto conquistasse na região de além Tejo, com a condição dos proventos serem aplicados ao serviço do monarca. [Fernandes, p, 251].

-**1169** – D. Afonso Henriques – “Na Golegã, a única doação conhecida remonta a outubro de 1169. Trata-se de uma carta em que D. Afonso Henriques doou ao Templo a Quinta da Cardiga (freguesia da Golegã) para que se procedesse ao seu arroteamento e respetivo aproveitamento económico. Em outubro de 1227, Pedro Alvo doa tudo quanto tem no termo da Cardiga (freguesia da Golegã)” – (Nobre. P. 320). [ANTT Gav7 Mç 3 nº 6].

-1169 outubro – Lafões – D. Afonso Henriques doa a Godofredo de Fouchier, procurador do Templo nas terras de Aquém-mar, a Garcia Romeu, ministro nos campos e nos castelos e a Gualdim Pais, procurador do Templo em Portugal, o castelo do Zêzere e o da Cardiga com todas as herdades herdadas desbravadas pela Ordem e de uma vinha junto ao castelo de Zêzere. A carta confirma ainda a doação do castelo de Tomar, com os termos indicados na carta de doação de Cera, feita anteriormente. [Fernandes, p.251 e ANTT Leitura Nova, livro Mestrados fls 55 a 57].

-1169 novembro 30 – Lafões – D. Afonso Henriques doa a D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo e seus freires, Idanha-a-Velha e Monsanto com a condição de que a dita Ordem servisse a si e ao seu filho. [Fernandes. P.252].

-1174 abril – D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo dá carta de foral à Vila de Pombal. [Fernandes, p. 252].

-1174 abril 5 – Lourenço Soares e Sancha Soares vendem a Pero João e sua mulher uma herdade em Roriz, junto ao rio Covo, que mais tarde a doaram à Ordem do Templo. [Fernandes, p.252].

-1176 abril – O bispo de Coimbra e a Ordem do Templo fazem composição sobre a jurisdição e direitos das igrejas de Pombal, Rendinga e Ega, concedendo à Ordem o direito de instituir e destituir os párocos. [Fernandes, p.252].

-1176 junho – D. Urraca Soares de Spanido doa a Frei Fernando Mendes da Ordem do Templo quatro leiras de herdade no termo de Braga e lugares nela declarados. [Fernandes. P, 252].

-1176 junho – Os árbitros nomeados dão sentença no pleito entre o prior da Igreja de Santiago de Santarém e os beneficiados, sobre várias dúvidas, tais como, a repartição das rendas, oblações e aniversários, entre outras. [Fernandes, 253].

-1177 julho – Pero Baragão e sua mulher Sancha Soares vendem à Ordem do Templo a parte que tinham do poço de Salinas em Rio Maior. [Fernandes, p.253].

-1177 agosto – D. Pero Guterres doa ao Mestre da Ordem do Templo e a D. Estevão, D. Pedro Nunes e D. Pedro Peres, freires templários, a herdade de Vide (termo da Covilhã). [Fernandes. P,253].

-1177 agosto – D. Sueiro Fromarigues doa ao Mestre da Ordem do Templo a D. Estevão, D. Pedro Nunes e D. Pedro Pers freires Templários, a herdade de Casegas (Termo da Covilhã). [[[Fernandes, p.253].

-**1177 agosto** – D. Paio Retura doa à Ordem do Templo uma herdade onde nasce o rio de Vide, termo da Covilhã. [Fernandes, p. 254].

-**1178 março** – Pombal. D. Domingo e D. Sancha, sua mulher, vendem a D. Martinho Formarico comendador do Pombal, o olival de Pombal, no termo da vila de Tomar, passando este a fazer parte dos bens da Mesa Mestral. [Fernandes. P, 254].

-**1178 abril** – D. João Domingues, comendador de toda a Ordem em Portugal e Frei Fernando Gonçalves e Frei D. Martinho, Comendadores de Tomar, dão foral a dez povoadores do Carvalhal de Ceras. [Fernandes, p. 254].

-**1178 maio** – O Prior do Convento de Santa Cruz de Coimbra faz composição e concórdia com a Ordem do Templo sobre os caneiros do Zêzere e bocais, engenho e barca. [Fernandes. P,254].

- **1178 agosto** – Doação – Carta de doação feita por D. João Pires de Aboim e sua mulher, D. Marinha Afonso, à Ordem do Templo de uma vinha em Alvisquer, termo de Santarém – [ANTT Gav 7 Mç5 nº3].

-**1178 setembro** – Coimbra – D. Sancho I doa a D. Martim Fernandes e D. Estevinh, sua mulher, a sua Albergaria de Maças de Caminho, no caminho entre Murta e Penela. [Fernandes. P, 255].

-**1179 fevereiro** – Tratado de concórdia – Tratado de concórdia e paz feito entre a Ordem do Templo e a Ordem de São João de Jerusalém tanto no continente como no Ultramar – [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 20].

-**1179 fevereiro** – D. Oiro e sua mulher Toda Mendes doam à Ordem do Templo uma herança que tinham dos moinhos do Prado que haviam sido feitos pela dita Ordem. [Fernandes. P, 255].

-**1179 fevereiro 12** – Jerusalém – O Papa Alexandre III manda a Oddo, mestre da Ordem do Templo e a Roger des Moulins, ministro do Hospital de Jerusalém que façam trato de paz e concórdia sobre queixas que havia entre as duas comunidades e modo de se decidirem as questões, tanto no Continente como no Ultramar. [Fernandes. P,255].

-**1179 abril 12** – Latrão – O Papa Alexandre III, pela Bula – *Dilecti fillis* –, confirma à Ordem do Templo as Igrejas de Pombal, Redinha e Ega. [Fernandes. P,255].

-**1179 maio** – A Ordem do Templo dá foral a Santarém. [Fernandes. P,256].

-**1180 setembro** – Pedro Cativo e seus filhos vendem a D. Martinho Formarico, comendador de Pombal, e a todos os freires que estavam sob o poder de D. Gualdim Pais, uma

casa em Tomar, fora dos muros, na rua da Corredoura, tirando a sexta parte da metade que pertencia ao se enteado. [Fernandes. p,256].

- **1181 – (1185) abril 25** – Velletri – O Papa Lúcio III, pela Bula -*Ad vestram potest notitiam* – dirigida aos bispos e prelados determina que guardem inteiramente os privilégios, liberdades e indulgências concedidas à Ordem do Templo pelos seus antecessores. [Fernandes. P, 256].

- **1181 – (1185) setembro 19** – Velletri – O Papa Lúcio III, pela Bula – *Audivimus et audientes* – confirma aos Templários o privilégio de não pagarem dízimos das terras que por si ou à sua custa lavrarem. [Fernandes. P, 256].

- **1181 – (1185) setembro 22** – Velletri – O Papa Lúcio III, pela Bula – *Apostolice sedis* – dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, confirma as indulgências e privilégios concedidos pelo Papa Alexandre III e seus sucessores aos Templários. [Fernandes. P, 256].

- **1181 – (1185) setembro 22** – Velletri – O Papa Lúcio III, pela Bula – *Hac itaque ratione* – dirigida à Ordem do Templo, confirma os privilégios, liberdades e indulgências concedidas pelos seus sucessores. [Fernandes. P, 257].

- **1182 – (1184)** – O Arcebispo de Braga D. Godinho, e o Bispo do Porto, D. Fernando Martins, como juizes delegados do Papa na causa que opunha os Templários ao bispo de Coimbra, determinam a D. Gualdim Pais, Mestre daquela Ordem e aos seus freires que, se não pagarem os direitos episcopais reclamados, no prazo de vinte dias, incorrem em interdito nas Igrejas de Ega, Redinha e Pombal. [Fernandes. P,257].

- **1182 – (1184)** – O Arcebispo de Braga D. Godinho, e o Bispo do Porto, D. Fernando Martins, como juizes delegados do Papa na causa que opunha os Templários ao bispo de Coimbra, determinam a D. Gualdim Pais, Mestre daquela Ordem e aos seus freires que, se não pagarem os direitos episcopais reclamados, no prazo de vinte dias, incorrem em interdito nas Igrejas de Ega, Redinha e Pombal e excomunhão de todos os paroquianos. [Fernandes. P,257].

- **1182 março 12** – Santarém – Fernão Sanches doa a D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo, metade da Vila Franca da Cardoso (Castelo Branco) e seus termos, com todas as suas igrejas, direitos e pertenças, sendo a outra metade pertença DA Ordem após a sua morte. [Fernandes. P,258].

-**1183 dezembro 16** – Verona – O Papa Lúcio III, pela bula – *Nom absque dolore cordis* –, manda que todos os prelados de Portugal excomungassem todos os que fizessem dano à Ordem do Templo, tanto nos bens como nos cavaleiros. [Fernandes. P, 258].

-1184 dezembro – Carta Aforamento – Carta de aforamento de uma herdade junto de Tomar feita pela Ordem do Templo a Salvador Penício e Pelágio Mouro- [ANTT Gav 7 Mç 9 nº14].

- 1185 – (1187) janeiro 28 – Verona – O Papa Urbano III, pela Bula – *Justis petentium desideris* – dirigida ao Mestre e Cavaleiros da Ordem do Templo, toma sob sua protecção os bens das igrejas construídas pelos Templários no território de Ceras e castelo de Tomar e a capela do Zêzere, noas termos da concessão do Papa Adriano IV. [Fernandes, p,258].

-1185 – (1187) janeiro 30 – Verona – O Papa Urbano III, pela Bula – *Apostolicae sedis* – dirigida confirma aos Templários o privilégio de não pagarem dízimo das terras que por si ou à sua custa lavrarem. [Fernandes, p. 259].

-1185 – (1187) fevereiro 2 – Verona – O Papa Urbano III, pela Bula – *Audivimus et audientes* – dirigida à Ordem do Templo confirma-lhe todos os privilégios, liberdades e indulgências concedidas pelos seus antecessores. [Fernandes, p. 259].

-1185 abril 1 – Sancha Viegas e seus filhos vendem a Pedro Arnaldes, Frei da Ordem do Templo, uma herdade sob o Monte Ferroca e de um casal junto de outro que a Ordem recebera de D. Teresa, tudo no termo de Braga. [Fernandes, p.260]

-1185 – (1187) maio 22 – Verona – O Papa Urbano III, pela Bula – *Cum pro defensione fidei christianae* – dirigida à Ordem do Templo confirma as doações de vilas, lugares e bens, que lhe foram feitas por D. Teresa, D. Afonso Henriques e seus Vassallos. [Fernandes, p. 259].

- 1185 – [1187] maio 25 – Verona. O Papa Urbano III pela bula – *Quanto maiora dilectii* – dirigida aos bispos e prelados manda que estes não cobrem as esmolos deixadas à Ordem do Templo e que consagrem as suas igrejas e oratórios. [Fernandes, p.259]

- 1185 agosto 1 – Verona – O Papa Urbano III, pela Bula – *Omne datum optimum* – confirma a instituição da Ordem do Templo concedendo-lhe protecção e privilégios, a exemplo do Papa Alexandre III. [Fernandes, p. 260]

-1185 novembro 25/1187 outubro 20 – Papa Urbano III - Traslado em pública-forma da Bula do papa Urbano III, pela qual proibia que se levasse portagem ou qualquer tributo aos cavaleiros da Ordem do Templo. [ANTT Gav 7 Mç1 nº 10].

1185 novembro 25/1187 outubro 20 – Papa Urbano III – Executorial da bula “*Religiosos viros*” do papa Urbano III pela qual determinava que os cavaleiros da Ordem do Templo

não pagassem portagem ou outros quaisquer direitos nas coisas que precisassem para comer e vestir. [ANTT Gav 7 Mç1 nº 10].

-1185 dezembro 6 – Morre D. Afonso Henriques.

-1185-1211 – D. Sancho I – O favor extraordinário, de que os Templários continuaram em Portugal a gozar dos monarcas, não deixou, porém, de sofrer alguns reveses. Experimentaram-no com Sancho I, **que se apropriou de tesouros amontoados pela ordem**. E o mesmo fez, **segundo parece Afonso III**, a quem é possível os freires não tenham merecido afeição nos primeiros tempos do governo deste monarca, se com efeito ele os encontrou inclinados no partido de Sancho II.

Em nota: Alexandre Herculano II pag 418 e pag 30 e nota: No codicilo junto ao primeiro testamento é que Sancho I confessa **a expolição de dinheiro, que fez às Ordens do Templo e do Hospital** (Herculano. III, pag 442). **Que Afonso III arrebatou aos Templários os Tesouros que tinham reunido**, di-lo apenas a inquirição citada na obra “Nova Malta”, pág 14 e 200 e em Herculano III pág 31. [Barros 535].

-1186 janeiro 29 – Bula Papa Urbano III - Bula “*Intelleximus ex autêntico*” do papa Urbano III pela qual confirmou à Ordem do Templo as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, e as isentou de toda a jurisdição ordinária. [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 30]

-1186 – (1187) janeiro 30 – Verona – O Papa Urbano III, pela Bula – *Quanto maiora pro defensione* (Cum pro defensione) – dirigida à Ordem do Templo concede-lhe a possibilidade de edificar igrejas nas terras conquistadas e catedrais, ficando directamente sujeitas a Sé Apostólica. [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 29 e Fernandes, p.260].

-1186 – (1187) fevereiro 10 – Verona – O Papa Urbano III, pela Bula – Religiosos viros – dirigida ao arcebispo de Lisboa proibia a cobrança de qualquer portagem ou direito aos cavaleiros da Ordem do Templo, nas coisas que necessitassem para comer e vestir. [Fernandes, p.261].

-1186 abril Lisboa – O Bispo de Coimbra faz composição com o Mestre da Ordem do Templo a respeito da obrigação que este tinha de pagar ao dito bispo de Coimbra, cinquenta cruzados das vilas de Egas, Redinha e Pombal. [Fernandes, p.261].

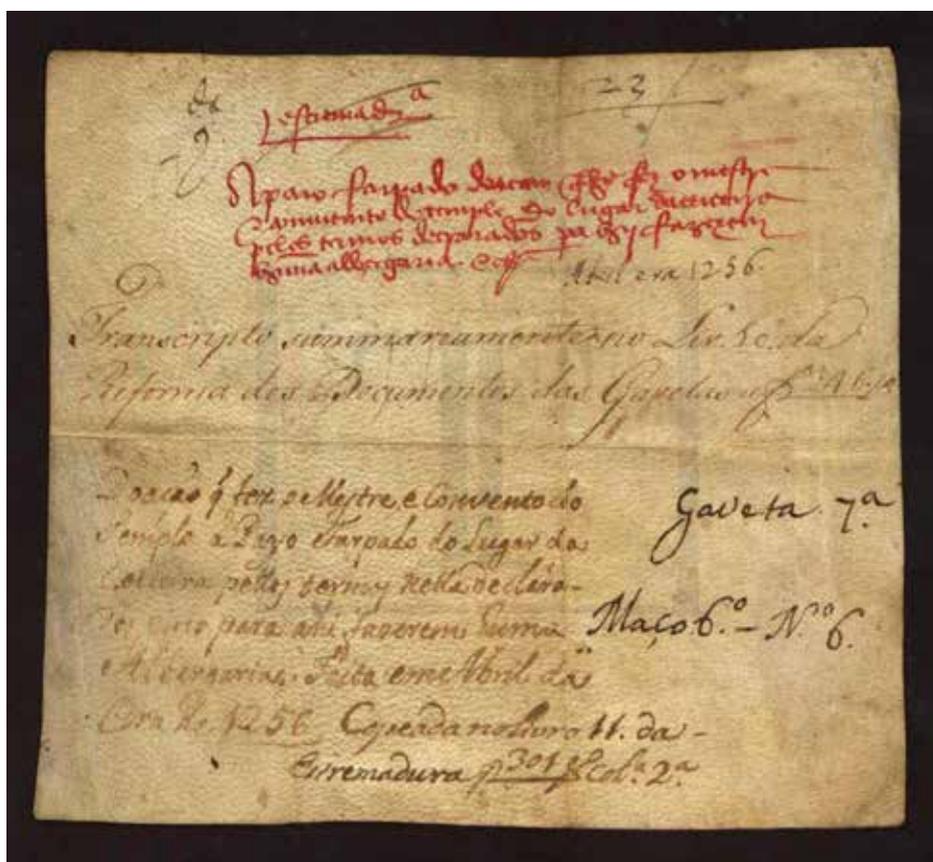
-1186 maio 22 – Verona – O Papa Urbano III, pela Bula – *Cum pro defensione* – confirma à Ordem do Templo todos os seus bens. [Fernandes, 261].

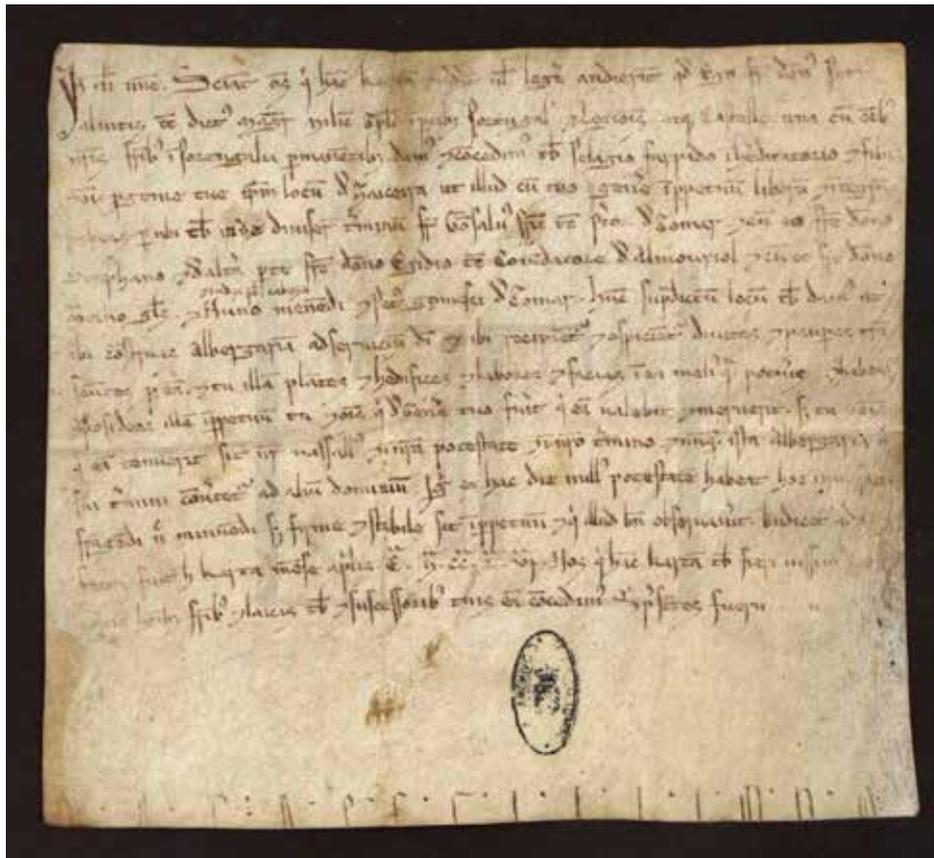
-1187 janeiro – Durão e Domingos Mendes, com sua mulher Elvira vendem a D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo e a D. Lopo, preceptor de Tomar, uma casa fora dos muros de Tomar, no lugar de Balistenis. [Fernandes, p.262].

-1188 – Mestre de três Reinos – Mestres da O. Templo nos três reinos de Portugal, Leão e Castela: Pedro Alvito – **1ª referência 1188-056 nota 510** - In, Fernandes Cristina-; COSTA, História da Ordem Militar de Cristo nº 38 pp240-241; e [AN/TT Gav VII m.6 nº 6] [I.A.N./T.T. Leitura nova, livro 11 da Estremadura, fl. 301].

-1188 abril – D. Pedro Alvito, Mestre da Ordem do Templo nos reinos de Portugal, Leão e Castela, doa a Paio Farpado o lugar de Ceiceira (Asseiceira), com a obrigação de manter para sempre uma albergaria que pudesse agasalhar todos os peregrinos ricos e pobres, e de o dito Paio Farpado e todos os seus sucessores neste lugar serem, para sempre vassallos da Ordem do Templo. [Fernandes, p.262 – citando as seguintes entradas; IANTT, Gav VII Mç 6 nº 6 – IAN/TT Leitura nova livro 11 da Estremadura fl. 301 – IAN/TT, Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Cód. 7, fls 108-109. – IAN/TT Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Cód 234, 2ª parte, fls 81-81v. – B.N.L. Fundo Geral, no 736, fls 146v-147. Publ., COSTA – História da Ordem Militar de Cristo. Nº 38, pp 240-241 (datado de 1178) Sum., As gavetas ..., volIII, nº 1016, p. 446].

Nota da ANTT da Gaveta 7 Maço 6 nº 6: Carta de doação feita pelo Mestre e do Convento do Templo a Paio Farpado, do lugar de Asseiceira para aí ser feita uma albergaria.





Na obra de Frei Bernardo Costa – História da Ordem Militar de Cristo datada de 1771 nas páginas 240/241 no capítulo 38, diz:

Documento XXXXVIII

Uma Escritura em que se institui uma “Alvergaria” – (Albergaria), para o que dá na Asseiceira ao Mestre D. Pedro Alvres e se mostra, que ele foi Mestre em Portugal e juntamente com os Reinos de Castela e Leão:

“In Dei nomine fciant omnes qui hanc Cartam viderint , vel legere audiverint , quod Ego Petrus Alvitris dictus Magifter Militia Templi in partibus Portugaliæ, & Legionis , atque Castellæ; una cum omnibus noftris Fratribus in Portygalia permanentibus. Damus , & concedimus tibi Pelagio Farpado jure hereditario, & Filiis omnis progeniæ tuæ ipfum locum de Zeiceira , ut illud tuo genere in perpetuum liberum , & integrum per ubi tibi inde divifirit terminum Frater Gunfalvus Fra trem Ecclefia Prior de Thomar , & cum eo Fr. D. Eftephano, & de alia Fr. Egidio Ecclefia Comen datore de Almoïrol , & cum eo Fr. D. Martino Gon falvis , & Nuno Menendi , & Petro Gomerci de Tho mar. Hunc fupradictum

locum tibi damus , ut ibi confitutas Alvergariam ad ferviendam Deo , & ibi recipientur , & hospitentur Divites , & Pauperes tranfeunt per eam , & in illam plantes , & edifices , & labores , & facies in ea melius quam potueris , & habeas , & possideas illam in perpetuum , tu & omnis qui de genere tuo fuerit , qui eam valebit , & me ruerit , fed tu , & omnis qui tenuerit fit nofter Vaf falus , & in noftra poteftate , & in noftro terminoj & nunquam ifta Alvergaria , nec fui termini convertentur ad alium Dominum. Igitur ex hac diè nullus poteftatem habeat hoc noftrum factum fran gendi , nec in minuendi , fed firme & ftabile fit in perpetuum , & qui illud bene obcervaverit benedi & tus a Domino. Facta fuit Carta Mençe Aprilis. Era MCCXVI...No que hanc Cartam tibi fieri iuffimus , & omni bus hominibus Fratribus , & Laicis tibi , & fucef foribus tuis eam concedimus. Qui prefentes fuerunt S.U.p. Cmiu: in”

Tradução livre:

“Em nome de Deus, todos os que virem esta Carta, ou a ouvirem ler, digam que eu, Pedro Alvites, chamado o Mestre da Milícia do Templo nas partes de Portugal, de Leão, e de Castela; juntamente com todos os nossos irmãos que permanecem em Portugal. Damos e concedemos a ti, Pelágio Farpado, por direito de herança, e aos filhos de todos os teus descendentes, o mesmo lugar na Asseiceira para que seja para sempre doado para a tua família, e inteiro, pelo qual o território do Irmão Gonçalves, o Irmão Eclesiástico, Prior de Tomar, será dividido com você, e com ele Pe. D. Estephanus, e sobre outro padre. Egidio Ecclesie, como comendador de Almourol e com ele Pe. D. Martino Gonçalves, & Nuno Mendes, & Pedro Gomes de Thomar. Damos-vos este lugar, para que ali edifiquem Albergaria para culto de Deus, e para que, por ele, passem ricos e pobres, e para que nele plantem, e edifiquem, e ali trabalhem, e faça o melhor que você pode, e tenha confiança nele para sempre, você e todos que foram de sua raça, que irão conquistá-la, e me albergar, você me alimentar, e todos que o possuem se tornam falsos, e você irá ter poder em nós, e em nossa determinação e nunca esta Albergaria, e não fui obrigado a recorrer a outro Senhor. Portanto, de hoje em diante ninguém terá o poder de quebrar este nosso feito, nem de diminuí-lo, ele se torna firme e estável para sempre, e quem o observa bem é abençoado pelo Senhor. A Carta de Mercê foi feita em abril. Foi em 1216... Nós, que ordenamos que esta Carta seja feita para você, e a concedemos a todo os

Irmãos, e a você, aos leigos, e a todas as suas portas. Aqueles que foram prefeitos e todos os seus sucessores neste lugar serem, para sempre vassallos da Ordem do Templo.

-1188 – Cartas (Traslado) de doação e privilégio de D. Afonso Henriques e de uma carta de escambo de D. Sancho I, feitas à Ordem do Templo. [ANTT, Mç 3 nº 34].

-1190 – Inscrição do Castelo de Tomar, notificando a sua fundação, o cerco dos Mouros e a defesa dos Templários. [Fernandes, p.262].

-1190 – Coimbra – Notícia sobre a compra de certas casas junto das torres das cercas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. À avaliação desses prédios esteve presente, entre outros, Pedro Guterres, freire da Ordem do Templo. [Fernandes, 262].

1192 agosto – Pero Pires, freire da Ordem do Templo, vende a D. Martinho Pelágio, D. Martinho Formarico e D. Estevão, seus irmãos na mesma ordem, a herdade de Cerzedo, termo de Tomar. [Fernandes, p.263].

-1194 fevereiro – Doação – Carta de doação feita por Maria Mendes à Ordem do Templo, de toda a sua herdade, de uma vinha e todos os bens que tivesse à hora da morte [AN TT Gav 7 Mç 12 nº 22].

-1194 maio 26 – Roma – O Papa Celestino III, pela Bula – *Omne datum optimum* – confirma a instituição da Ordem do Templo, concedendo-lhe protecção e os mesmos privilégios que lhe tinham sido dados pelos Papas Alexandre III e Urbano III. [Fernandes, p.263].

-1196 agosto 8 – Bula – Bula “*Justis petentium desideriis*” do papa Celestino III, pela qual confirmava à Ordem do Templo as igrejas de Pombal, Ega e Redinha e as isentava de toda a jurisdição ordinária, submetendo-as directamente à Sé Apostólica – [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 34.].

-1197 janeiro 23 – Porto do Douro – D. Sancho I confirma a D. Lopo Fernandes, Mestre da Ordem do Templo, a doação, feita por seu pai, de Idanha-a-Velha, como seus termos, em atenção aos bons serviços prestados e à cedência, durante a sua vida, dos castelos de Mogadouro e Penas Róias. [Fernandes, p. 263].

-1197 abril 10 – Latrão – O Papa Celestino III, pela bula – *Cum auctores er factores* – dirigida ao rei de Portugal D. Sancho I, concede a todos os que moverem guerra ao Rei de Leão as indulgências que a Santa Sé costuma outorgar aos que acodem à guerra Santa de

Jerusalém, aos que combatem os infiéis e defendem a cristandade das Espanhas e ainda as terras que o monarca conquistar. [Fernandes, p.263].

-1197 julho – Coimbra – D. João Froila, prior de Santa Cruz de Coimbra com o consentimento dos seus cónegos, estabelece um escambo com D. Lopo Fernandes, Mestre da Ordem do Templo, recebendo deste duas leiras de terra em Monterroio (Coimbra) e ficando em troca com um conchouso e uma adega situados junto de uma vinha de Santa Justa de Coimbra. [Fernandes, p. 265]

-1198 fevereiro 22 - Papa Inocência III – Entronização.

-1198 maio 14 – Roma – O Papa Inocência III, pela bula – *Innotuit nobis* – dirigida ao bispo e prior de Évora, incumbe-os de examinarem a queixa do bispo de Coimbra sobre a cedência de parte de diocese aos Templários e ao mosteiro de Santa Cruz, mandando observar o que fosse justo. [Fernandes, p. 265].

-1198 maio 21 – O Papa Inocência III, pela bula – *Exposuit nobis* – dirigida ao abade e prior de Alcobaça e a Fernando Mendes, Monge de Alcobaça, incumbe-os de resolverem a questão entre o bispo de Coimbra e a Ordem do Templo sobre as igrejas de Ega, (c. Condeixa-a-Nova), Rendinha e Pombal. [Fernandes, p.265].

-1198 julho 7 – Roma – O Papa Inocência III, pela bula – *Quanto dilecti filii* – dirigida aos arcebispos, bispos, arcebispos e deães, para que estes admitam para as igrejas dos Templários os clérigos que a Ordem apresentar e não os excomunguem nem interditem. [Fernandes, p.265].

-1198 julho 9 – Roma – O Papa Inocência III, pela bula – *Dilecti filii nostri* – dirigida às autoridades eclesiásticas para que não obriguem ao juramento de fidelidade e de obediência os capelães das igrejas pertencentes de pleno direito à ordem do Templo, porque estes só estão sujeitos ao Santo Padre. Aos das outras igrejas podem apenas pedir promessas de obediência. [Fernandes, p. 266].

-1198 julho 15 – Roma – O Papa Inocência III, pela bula – *Omne datum optimum* – confirma a instituição da Ordem do Templo, concedendo-lhe protecção apostólica e os mesmos privilégios que lhe tinham sido dados pelos Papas Alexandre III, Urbano III e Celestino III. [Fernandes, p. 266]

-1198 agosto 24 – Espoleto – O Papa Inocência III, pela bula – *Oblata nobis* – dirigida aos deães de Lisboa e Viseu e ao arcebispo de Santarém, incumbe-os de resolverem a queixa do bispo de Coimbra, contra clérigos seculares contratados que celebravam officio

divinos nas igrejas de Ega Redinha e Pombal, interditas pela Igreja de Roma. [Fernandes, p. 266].

-1199 abril 23 – Latrão – O Papa Inocêncio III, pela Bula – *Militia Dei quae dicitur* – concede aos Templários a possibilidade de tomar sacerdotes ao seu serviços e edificar oratórios ou igrejas nas suas terras, sem prejuízo do direito paroquial. [Fernandes, p. 266].

-1199 junho 22 – Latrão O Papa Inocêncio III, pela Bula – *Cum ex susceptae administrationis* – dirigida aos arcebispos, bispos e mais autoridades eclesiásticas para não prejudicarem os privilégios dos Templários nem proibirem os seus capelães de celebrar os ofícios divinos. [Fernandes, p.267].

-1199 julho – Doação – Carta pela qual a Ordem do Templo deu a Pedro Garcia a albergaria de Ourém- [ANTT Gav 7 Mç13 nº 15].

-1199 julho 5 – Covilhã – D. Sancho I dá a D. Lopo Fernandes, Ordem do Templo, Açafa, que é a vila de Rodão, em troca das Igrejas do Mogadouro e Penas Róias. [Fernandes, p.267].

Nota do autor: A grande Herdade de Açafra tinha como fronteira a sudoeste a vila de Rodão, mas estendia-se até à fronteira passando por Castelo Branco, será desta herdade de Açafra que se extrairá a herdade da Cardosa, mais tarde, Castelo Branco e que receberá carta de Foral no ano de 1213 pelas mãos do Mestre da Ordem dos Templários, D. Pedro Alvites.

-1199 julho 13 – Latrão – O Papa Inocêncio III, pela Bula – *Cum a nobis* – dirigida a D. Martinho Pires arcebispo de Braga, confirma a doação que D. Sancha I lhe fez da terça parte dos dízimos que a Ordem do Templo recebia das Igrejas de Mogadouro e de Penas Róias, antes de as permutar com o rei. [Fernandes, p.268].

-1199 outubro 14 – Latrão – O Papa Inocêncio III, pela bula – *Referente venerabili frate* – dirigida a D. Martinho, Arcebispo de Braga, ao prior de Grijó e a Fernandes Mendes, monge de Alcobaça, para julgarem a questão entre o bispo de Coimbra e a Ordem do Templo sobre as igrejas de Ega, Redinha e Pombal e a intromissão dos bispos de Lamego, Lisboa e Viseu na diocese de Coimbra. [Fernandes, p. 268].

-1200 março 31 – Latrão – O Papa Inocêncio III, pela bula – *Cum vos tanquam* – a favor dos templários, manda que se não cumpram as letras apostólicas que vão contra os privilégios da Ordem. [Fernandes p.268].

-1200 agosto – Doação – Carta de doação, feita por Teresa Mendes à Ordem do Templo de uma herdade, em Penafiel – [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 7].

-1200 – Doação – Carta de doação feita por Pedro Gonçalves e D. Godinha, sua mulher, à Ordem do Templo de quanto possuísem à hora da sua morte – [ANTT Gav 7 Mç 10].

-1200 – Coimbra – Notícias sobre as contendas entre o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e a Ordem do Templo a propósito das propriedades que os Crúzios tinham em Soure e dos prédios que os Templários possuíam junto a Santa Cruz. [Fernandes, p.269].

-1201 – Doação – Carta de doação feita por Aires Dias e sua mulher, Maria Mendes, à Ordem do Templo, de Almourol e da terça parte de seus bens – [ANTT Gav 7 Mç 6 nº13].

-1201 junho – Lourenço Gomes e sua mulher Estevaninha vendem a D. Simão Mendes, Comendador de Tomar e aos freires da Ordem do Templo, uma sua herdade em Lousã. [Fernandes, p. 269].

-1201 dezembro 8 – Anagni – O Papa Inocêncio III, pela bula – *Querelam dilectorum* – dirigida ao arcebispo de Braga e seus sufragâneos ordena a defesa dos privilégios da Ordem do Templo. [Fernandes, p. 270].

-1202 – Repartição de bens – Procuração feita por Lopo Rodrigues e Gutier Rodrigues para se poder repartir um chão entre a Ordem do Templo e os frades de Moreirola – [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 5].

-1202 – Doação – Carta de doação feita por D. Urraca e seu filho Soeiro Pires, à Ordem do Templo, de toda a herdade que tinham entre Vouga e Douro. [ANTT Gav 7 Mç 3].

-1202 – Doação – Carta de doação feita por D. Justa à Ordem do Templo de umas casas na vila de Tomar. [ANTT Gav 7 Mç 9 nº 30].

-1202 – Carta de convenção – Entre a Ordem do Templo e Lourenço e sua mulher, D. Elvira, pela qual lhes aprouve que, se morressem sem filhos, ficassem à dita Ordem as duas partes de toda a sua fazenda e se tivessem filhos, apenas um terço. [ANTT Gav7 Mç 9].

-1202 – Carta de Composição – Carta de composição feita entre a Ordem do Templo e Luís Mendes pela qual este deu à dita Ordem umas casas no lugar de “Sisa” e uma almoinha no lugar do Paraíso. [ANTT Gav7 Mç 3 nº 13].

-1202 março – Pero Dias vende à Ordem do Templo uma Herdade na Mata de Casais. [Fernandes, p.270].

-1202 março – Compra efectuada pela Ordem do Templo - Carta de venda feita por Pedro Dias à Ordem do Templo de uma herdade na Mata de Casais. [ANTT Gav 7 Mç3 nº 2].

-1202 – Doação – Carta de doação feita por Pedro Guterres à Ordem do Templo, da terça parte de Castelo Novo e de tudo que tinha aquém e além serra, no termo da Covilhã.

Carta de doação feita por Pedro Guterres à Ordem do Templo, da terça parte de Castelo Novo e de tudo que tinha aquém e além serra, no termo da Covilhã. [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 5].

-**1202 abril** – Testamento/Doação – Testamento de Gonçalo Martins pelo qual deixou à Ordem do Templo a terça parte de seus bens – [ANTT Gav7 Mç 3 nº22].

-**1202 abril** – Doação – Testamento de Mourelino pelo qual deixou à Ordem do Templo todos os seus bens. [ANTT Gav 7 nº 23].

-**1202 abril 1** – O Papa Inocência III, pela bula – *Dilecti filii* – dirigida ao arcebispo de Braga e seus sufragâneos, ordena que não obriguem os Templários a pagar o subsídio para a Igreja Romana. [Fernandes, p.270].

-**1202 abril 8** – Leão – O Papa Inocência III, pela Bula – *Attendentes quae ex Constitutione* – dirigida ao arcebispo de Braga e seus sufragâneos, ordena que não obriguem os Templários a pagar para o subsídio do Imperador. [Fernandes. p.271].

-**1202 maio** – Teresa Mendes, freira da Ordem do Templo, doa a esta milícia uma quinta, um casal e uma vinha em Silvares.

-**1202 junho** – Doação – Doação feita por Teresa Mendes, freira da Ordem do Templo, de uma quinta, um casal e uma vinha, em Silvares, à mesma Ordem. [ANTT Gav7 nº 25].

-**1202** – Covilhã – Pedro Guterres doa à Ordem do Templo a terça parte do Castelo Novo e de tudo quanto tinha aquém e além serra, no termo da Covilhã. [Fernandes, p.272].

-**1203 fevereiro** – Doação – Carta de doação feita por D. Oiro e Toda Mendes, sua mulher, à Ordem do Templo, de uma herdade em Moinhos de Prados. [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 44].

-**1205 janeiro** – Testamento Doação – Testamento de Pedro Guterres pelo qual deixava à Ordem do Templo a terça parte de todos os seus bens, com a terça parte de Castelo Novo. [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 36].

-**1205 maio 25** – Roma – O Papa Inocência III, pela bula – *Cum inter vos* – dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, declara que as cartas apostólicas, que se opõem aos seus privilégios, não tenham valor, se não fizerem expressa menção dos privilégios. [Fernandes, p. 272].

-**1205 maio 25** – Roma – O Papa Inocência III, pela bula – *Sicut venerabilis* – dirigida ao bispo do Porto e ao prior de S. Jorge de Coimbra, ordena que mandem cumprir a sentença de excomunhão contra os Templários [Fernandes, p. 273].

-**1205 maio 25** – Roma – O Papa Inocência III, pela bula – *Cum inter vos* – dirigida, dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, declara que as cartas apostólicas, que

se opõem aos seus privilégios, não tenham valor, se não fizerem expressa menção dos privilégios. [Fernandes, p. 273].

-1205 julho 9 – Roma - O Papa Inocêncio III, pela bula – *Venerabilis frater noster* – dirigida ao bispo de Lamego e aos abades de S. João de Tarouca e de Salzedas, determina, depois de lembrar as razões apresentadas pelo arcebispo de Braga D. Martinho Pires contra os párocos das Igrejas dos Hospitalários e Templários que estes obedeçam ao dito arcebispo e lhe paguem os dízimos das suas igrejas. [Fernandes, p. 273].

-1205 novembro – D. Urraca Pires doa à Ordem do Templo seis casais. (não especifica as localidades). [Fernandes, 274].

-1206 janeiro 23 – Coimbra – D. Sancho I doa a D. Fernando Dias e freires da Ordem do Templo Idanha-a-Nova, confirmando a doação de Idanha-a-Velha, feita por seu pai. [Fernandes, p. 274].

-1206 abril – Composição estabelecida com o apoio do rei, entre o bispo de Coimbra e o Mestre da Ordem do Templo, por árbitros delegados, sobre as colheitas nas freguesias de Pombal, Redinha e Ega. Por ela os Templários entregariam 50 áureos anuais ao bispo, na festa de Todos os Santos. Obrigavam-se ainda, a receber o bispo em cada uma dessas vilas, desde que em visitação pessoal, uma vez por ano. Os Templários ficariam com direito de apresentarem naquelas igrejas os clérigos que entendessem, posto que sujeitos à alçada disciplinar do Prelado. [Fernandes, p.264].

-1206 maio – carta composição - Carta de composição feita entre a Ordem do Templo e o prior e convento de Santa Cruz, a respeito dos canais do rio Zêzere, desde Martinchel do Porto de Cabalares até ao peço de Capris. [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 22].

-1207 agosto – Doação - Cartas de doação feitas por Pedro Guterres, Soeiro Fromarigues e Pelágio Rotura com sua mulher, Marina Gonçalves, à Ordem do Templo de várias herdades no termo da Covilhã. [ANTT Gav 7 mç 3 nº 31].

-1208 maio – Carta de doação feita por Maria Martins à Ordem do Templo, de duas partes de todos os seus bens – [ANTT Gav 7 Mç 3 nº 7].

-1208 maio – A Ordem do Templo faz composição com o prior e convento de Santa Cruz de Coimbra, sobre os canais do rio Zêzere em Martinchel. [Fernandes, p. 275].

-1209 Janeiro – Doação - Carta pela qual constava como D. João Domingues, comendador da Ordem do Templo, levava para a dita Ordem um casal situado na Maia, com metade de uma quinta em Vilarinho e outras propriedades. [ANTT Gav7 Mç 13 nº 26].

-1209 março – Latrão – O Papa Inocêncio III, pela bula – *Religiosos viros* – dirigida aos arcebispos, bispos e demais autoridades eclesiásticas para que os prelados apliquem censuras e outras penas aos que pretendem obrigar os Templários a pagar portagens ou outros tributos sobre coisas que sejam necessárias para seu uso e necessidades, e dos quais tinham sido isentados pela Santa Sé. [Fernandes, p. 275/276].

-1209 março – Latrão – O Papa Inocêncio III, pela bula – *Militium templi professio* – dirigida aos arcebispos, bispos e demais autoridades eclesiásticas manda que estes excomunguem os religiosos Templários que tenham SAÍDO DA Ordem sem licença do seu Mestre ou do capítulo, e daqueles que os receberam em igrejas ou mosteiros. [Fernandes, p.276].

-1209 abril – Doação – Carta de doação feita por Pero Galego ao mosteiro de Tomar, da Ordem do Templo, de metade de todos os seus bens – [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 32].

-1209 julho 15 – Anagni – O Papa Inocêncio III, pela Bula – *Cum dilecti filii frates* – dirigida aos arcebispos, bispos e autoridades eclesiásticas, ordena que esta milícia não possa ser excomungada nem suas igrejas interditas por estarem directamente sujeitas à Santa Sé. [Fernandes, 276].

-1210 Julho – Carta de doação feita por Fernando Anes e Godinho Pires à Ordem do Templo da igreja de Vilar de Cide com todo seu couto e pertenças- [Gav 7 Mç 7 nº 20].

-1210 agosto 7 – Latrão – O Papa Inocêncio III, pela bula – *Audivimus et audientes* – dirigida aos arcebispos, bispos e arcebispos e demais autoridades, comunica a confirmação aos Templários da isenção de pagamento dos dízimos das terras que cultivarem. [Fernandes, p.277].

-1210 outubro – Gomes Pais doa à Ordem do Templo quinze casais em Benavela. [Fernandes, p. 277].

-1211 março 3 – Carta de doação feita por Fernando Sanches à Ordem do Templo, de metade de Vila Franca da Cardosa e seus termos com todas as igrejas e direitos – [ANTT Gav7 Mç 14 nº 9].

-1211 – “*As migrações entre os dois reinos foram uma consequência natural da unidade política anterior, que motivou a fixação em Portugal de várias famílias galegas e leonesas, que, apesar do apoio à causa portuguesa, ajudaram a consolidar um tecido social transfronteiriço. Assim, ao ciclo de imigração para Portugal seguiram-se duas fases de emigração para Leão, marcadas pelos conflitos políticos desta época. Pela necessidade*

de maior consolidação interna de Leão, a desintegração do império de Afonso VII criou as condições que tornariam este reino num porto seguro para os párias portugueses e castelhanos. A chegada destes recursos humanos deu a Fernando II, e principalmente a Afonso IX, a oportunidade de prosseguir uma estratégia de interferência na política interna portuguesa. Esta situação agravou a instabilidade da sua crise interna, aumentando as possibilidades de posse de terras e criando uma mudança na linha de sucessão. A crise de 1211 foi um ponto de convergência entre os objetivos do movimento aristocrático anticontralista português e os interesses leoneses. Este fluxo migratório de Portugal para Leão foi moldado pela ideologia política comum dos seus membros.

Por outro lado, a presença de exilados portugueses nos escalões superiores da corte de Afonso IX deu força e unidade a uma facção leonesa que favorecia uma sucessão através das filhas de Teresa de Portugal. Para eles, a manutenção da independência de Leão”. In, [Inés Calderón Medina. pp9-14]

-1212 janeiro – Mendo Martinho Pais, entre outros, vendem a D. Gomes Ramires, mestre da Ordem do Templo, o lugar de Paleão (termo de Soure). [ANTT Gav 7 Maço 3 nº 19].

-1212 março 20 – Soeiro Raimundo e sua mulher Urraca Viegas fazem doação remuneratória a D. Gomes Ramires, Mestre da Ordem do Templo de quatro casais menos uma terça e três menos uma terça, em Gondomar e na Vila de Gear, e um casal no vale de Cornado em Santa Cristina, dando-lhes a Ordem o usufruto da herdade do Couso. [Fernandes, p. 278]. ***Será o último documento, que o autor conhece, onde intervém o Mestre da Ordem dos Templários Gomes Ramires, antecessor do Mestre Frei D. Pedro Alvites.***

No dia 16 de Julho do ano de 1212, dá-se a famosa batalha de Navas de Tolosa, onde nesse dia foi ferido o Mestre da Ordem dos Templários Gomes Ramires, tendo falecido uns dias mais tarde.

5 – O consulado do Mestre Pedro Alvites. A vida e a sua relação com Afonso II

Em 26 de Março de 1211 tinha-se dado o começo do reinado de D. Afonso II “O Gordo?” (Júlio Dantas contesta liminarmente este cognome com que a historiografia nomeou este rei Português). - O reinado de Afonso II é habitualmente encarado como um somatório de desgraças nacionais, em que tem grande responsabilidade o próprio monarca. Cumpre, no entanto, recordar que, quando este assumiu o governo, a situação do País não era de

forma alguma famosa. O seu antecessor (seu Pai) deixara atrás de si (apesar do generoso testamento com que pensava redimir-se) fundas cicatrizes das lutas travadas com os representantes máximos da Igreja e entre a nobreza. A memória do defunto monarca não foi certamente chorada com simpatia e saudade. Por isso, o novo rei não encontrou pacificada à sua volta a fidalguia portuguesa e, para captar as simpatias do clero, houve que servir-se, no início do seu governo, duma prudência e diplomacia notórias.

Morto o seu pai, D. Sancho I – Afonso II esqueceu, de imediato, as cláusulas do testamento referentes a seus irmãos, que, sob juramento, se havia obrigado a cumprir «Et ego rex domnus A(lfonsus) filius supradicti regis domni S(ancii) et regirte domne Dulcie, promitto firmiter in fide Jhesu Christi quod omnia ista compleam et attendam...»

Também o monarca de Leão deveria reivindicar a herança deixada pelo sogro a seus filhos, Fernando, herdeiro do trono leonês, Aldonça e Sancha «...Et magister et fratres Templi tenent in Tomar illos morabitanos [VI mille] quos mando dari filliis meis infanti domno P(etro) et infanti domno F(ernando) et nepoti meo infanti domno F(ernando). Prior et fratres Hospitalis tenent in Belver illos quos mando dari filiabus meis quas habeo de regina domna Dulcia et neptibus meis filiabus filie mee regine domne Th(arasie)...» (D.D.S., doc. 194, p. 299).

Tradução livre: *O mestre e os irmãos do Templo guardam em Tomar aqueles morabitanos [6 mil] que ordeno que sejam entregues às minhas filhas ao infante senhor Pedro e ao infante senhor Fernando e ao meu neto, para o senhor infante Fernando. O prior e os irmãos do Hospital guardam em Belver aqueles que ordeno que sejam entregues às minhas filhas, que tenho da rainha, D. Dulce, e às minhas sobrinhas, filhas da minha filha, a rainha, D. Teresa.*

Entretanto, além das armas, as princesas buscavam apoio legal e moral em Leão. Baseadas na bula de confirmação de 7 de Outubro de 1211, que mandava fulminar com excomunhão e interdito quem ousasse contrariar o que nela estava disposto «...quocirca fraternitati vestre per apostólica scripta mandamus quatinus, si quis predictas nobiles super bonis predictis presumpserit temere molestare, vos illum a presumptione sua per censuram ecclesiasticam, sublato appellationis obstaculo, ratione previa, compescatis...».

Tradução livre: *portanto, ordenamos a sua fraternidade pelos escritos apostólicos que, se alguém tiver a pretensão de incomodar desenfreadamente os mencionados nobres*

por causa dos mencionados bens, você o livra de sua presunção pela censura eclesiástica, tendo removido o obstáculo de apelação, com uma razão prévia.

Conseguiram que o arcebispo de Santiago e os bispos de Zamora e Astorga lançassem “interdito” ao reino de Portugal. Entretanto, Afonso IX (casado entre 1191 e 1204, com a infanta D. Teresa Sanches, irmã de D. Afonso II e com descendência, (mais tarde o Papa anulou o casamento, por serem primos diretos), que exercitava as suas capacidades bélicas não contra o infiel, com o qual havia notícia de bom entendimento.

Sentiram-se então desprotegidas as infantas, até porque, neste, entretanto, Inocêncio III havia nomeado os abades de Espina e Osseira para levantarem o “interdito” ao rei para obterem juramento/anuência do monarca.

No entanto não foi aceite pelo Monarca. Mais uma vez Inocêncio III os enviou a Portugal (21 de Maio de 1213) e, renovando o monarca o juramento que já fizera, ordenou-lhes que levantassem as censuras, que compelissem as partes litigantes, sob pena de excomunhão, a darem tréguas às violências e que fizessem reparar as injúrias e danos mútuos, sobre cuja existência não houvesse dúvida: «...vobis duxerimus committendam, vos ad locum debitum accedentes, cum velletis ad regis et regni absolutionem procedere, dicte regis sorores proposuere per litteras scriptum apostolicum vobis exhibitum, falsitate suggesta et veritate tacita impetratum, et ad hoc probandum locum securum et competentem terminum postularunt...» Tradução livre: (*“Daremos-te a incumbência, quando te aproximares do lugar adequado, quando desejares proceder à absolvição do rei e do reino, de propor às irmãs do referido rei a carta apostólica escrita que te foi apresentada, obtida pela falsidade e pela verdade tácita, e para provar que este era um lugar seguro e competente, eles exigiram”*). Ainda desta vez se não chegou a acordo e as censuras contra o rei e reino só viriam a ser levantadas em Junho de 1214 «...a nobis (...) absolvimus predictum regem et absolutum denuntiamus ab omni vínculo excommunicationis et relaxamus omnes interdicti sententias...» Tradução Livre: (*“De nós (...) absolvemos o referido rei e o declaramos absolvido de todo vínculo de excomunhão e relaxamos todas as sentenças do interdito”*). No entanto, o monarca não se conformou com a ideia de ter que pagar a suas irmãs cento e cinquenta mil morabitinos de indemnização. Apelando uma vez mais para Roma e sujeitando-se a novo interdito. Aliás nenhuma das partes se contentava em perdoar à outra, o mal recebido. Finalmente, **Inocêncio III voltou a anular as censuras e ordenou (7 de Abril de 1216) às infantas que entregassem os castelos, onde passariam a viver, à guarda dos Templários**, de modo que nenhum prejuízo daí adviesse ao rei, evitando este, por sua vez molestá-las.

No entanto, a questão não ficou ainda dirimida. A prova é que, morto Inocêncio III (1216), o seu sucessor Honório III teve ainda que intervir neste assunto. A comprovar esta afirmação, está a bula de 3 de Novembro desse mesmo ano “Cum a nobis petitur”, pela qual coloca sob a protecção da Santa Sé, D. Teresa, filhas e respectivos bens: «... tuam et tuarum filiarum personas cum terra et omnibus aliis bonis que im presentiarum rationabiliter possidetis sub beati Petri et nostra protectione suscipimus...». Tradução Livre: “Colocamos as pessoas de vocês e de suas filhas, juntamente com as terras e todos os outros bens razoavelmente possuídos pelo presente, sob a proteção do bem-aventurado **Pedro (Alvites)** e de nós”.

Apesar de tudo isto, a decisão tomada por Inocêncio III pareciam esquecidas, pois o novo papa vê-se na obrigação de ter que repetir em 8 de Janeiro de 1218, o articulado de 7 de Abril de 1216. Entendemos concluir deste facto que nem as infantas nem os Templários certamente se haviam apressado a cumprir as ordens papais, deixando no esquecimento uma luta de tantos anos e que tantos prejuízos havia causado.

Todavia, D. Afonso II nomeia Fr. D. Pedro Alvites como seu testamenteiro. Tanto no primeiro como no segundo testamento, enquanto mestre da Ordem Templo, nos dois testamentos que produziu, ordenava aos seus filhos, que estivessem em idade de administrar os seus bens, para fazerem entrega à Ordem do Templo de uma porção da sua riqueza. É um facto patente do bom relacionamento que existia entre o Rei D. Afonso II e o Mestre da Ordem do Templo, D. Pedro de Alvites. O que poderá justificar, o desfecho que houve no ano de 1213 da contenda entre as suas irmãs e a entrega das Terras De Ledra e Lapaças e o Castelo de Balsemão entre outros, à Ordem dos Templários.

Assim diz-nos o primeiro Testamento do Rei D. Afonso II, celebrado em 27 de junho do ano de 1214 (no item 26) assinado (foi o nono) também pelo Mestre Pedro Alvites, enquanto Mestre da Ordem dos Templários.



Dia Mundial da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP

5 maio 2020

Transcrição do Testamento de D. Afonso II

Retirada de:

COSTA, Avelino de Jesus da - *Os mais antigos documentos escritos em português : revisão de um problema histórico-linguístico*. Coimbra: Instituto de História económica e social, 1979. - p. 263-340 ; 24 cm. - Separata da Revista Portuguesa de História, t. 17. Exemplar existente na Torre do Tombo, Biblioteca SV 8469.

1214 JUNHO 27, Coimbra — Testamento de D. Afonso II.

A) T. T. — Mitra de Braga, ex. 1, n.º 48, or. car. (Est. VII) *

[1] En' o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, sendo sano e saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios e de me(us) uassalos e de toido meu reino fiz mia mãda p(er) q(ue) de-

[23] lo apostoligo e p(er) si. E rogo e prego meu senior o apostoligo e beigio a t(er)ra ante seus péés q(ue) pela sa santa piadade faza aq(ue)sta mia mãda séér (con)p(ri)da e aguardada, q(ue) nenguu nõ agia poder de uinir (con)t(ra) ela. E ssi a dia de morte meu filio ou mia filia q(ue) no

[24] meu logar ouer a reinar nõ ouer reuora, mãdo aq(ue)les caualeiros q(ue) os castelos téén de mi en' as t(er)ras q(ue) de mi téém os me(us) riquos oméés q(ue) os den a esses meus riquos oméés q(ue) essas t(er)ras teiuerẽ. E os meus riquos oméés den'os a meu filio ou a mia filia q(ue) no

[25] meu logar ouer a reinar q(uan)do ouer reuora, assi como os dariã a mi. E mandei fazer treze cartas cū aq(ues)ta tal una come outra, q(ue) p(er) elas toda mia mãda segia (com)p(ri)da, das quaes ten una o arcebispo d(e) Bragaa, a out(ra) o arcebispo de Santiago, a t(er)ceira o arcebispo

[26] de Toledo, a q(ua)рта o bispo do Portu, a q(ui)nta o de Lixbona, a sexta o de Coĩb(r)ia, a septima o d'Evora, a octaua o de Uiseu, a nouea o maestre do Tēplo, a dezima o p(r)ior do Espital, a undezima o p(r)ior de Santa Cruz, a duodecima o abade d'Alcobaza, a t(er)cia dezima facerª guarda[r] en

[27] mia reposte. E forũ feitas en Coinbria IIII.º dias por andar de junio, E(r)a M.ª CC.ª Lª II.ª

No item 26, consta em nono lugar a assinar como testamenteiro, “o maestro do templo”.

Na obra de Fr. Bernardo da Costa, História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, 1771, página 113 e seguintes relata-nos o teor do segundo testamento do Rei D. Afonso II.

2º Testamento Afonso II – Livro de Óbitos de Santa Cruz – Livro XIII da Monarchia Lusitana. *“Era passado o anno de 1222 & já entrava o de 1223 quando sobreveio a EIRey D. Afonso II a última enfermidade de que morreo”.*

Tinha feito um 2º testamento assinado na Era M.CC.LVIII (q he anno de Christo de 1221). Há autores que afirmam que este testamento foi escrito 17 meses antes da data da sua morte, ou seja, terá falecido durante o mês de Fevereiro/Março de 1223.

No final do documento pode-se ler: *“E mando ao Mosteiro de Alcobaça todas as minhas sortias e anneis que tiver no dia da minha morte. Mas pera que esta manda melhor se possa executar, & cumprir, mando que se façam oito cartas seladas com o meu sello de chumbo, das quais hua terá o Abbade de Alcobaça, a segunda o Prior de S. Cruz, a **terceira ao Mestre do Templo**, a quarta ao Prior do hospital, a quinta ao abbade de S. João de Tarouca a sexta ao Abade de S. Tirso, a sétima o Abbade de Ceiça & a oitava faço resguardar em meu poder. Forão feitas em Santarem no mês de novembro da Era MCCLVIII (q he anno de Christo de 1221)”*.

Parece-me razoável afirmar (por tudo o que já relatámos atrás) que o relacionamento, não só institucional como pessoal, entre o Rei D. Afonso II e o Mestre da Ordem do Templo Fr. Pedro de Alvites seria bom. As dúvidas que existiam são relatadas no item seguinte.

6 – No entanto, a luta com as irmãs arrastar-se-ia ainda por longo tempo e o acordo final deste contencioso, só viria a verificar-se em 23 de Junho de 1223, (já depois da morte de Afonso II, falecido a 25 de Março de 1223), no reinando Sancho II

(Daí se inferir que as terras de Lapaças de Ledra e o Castelo de Balsemão estiveram sob o domínio da Ordem dos Templários pelo menos 10 anos).

Afonso II, foi, pois, durante séculos, acusado de graves defeitos e crimes – circunstância de a sua incapacidade para as armas ser entendida como anormal, nos tempos em que a força física era a bitola pela qual se mediam os grandes chefes”.

[Velo, p200/1-14].

Todavia foi no reinado de Afonso II que foram publicadas as primeiras leis, relacionadas com a propriedade privada. Foram reunidas pela primeira vez as cortes com representantes do clero e da nobreza, foram realizadas as inquirições em 1220 afim de avaliar a situação jurídica das propriedades (não abrangendo o Nordeste português), faz-se cunhagem de moeda, todavia viu-se envolvido com um grande contencioso que o levou à guerra devido às divergências com os irmãos sobre a herança de seu pai D. Sancho I.

7 – O “Enfermo” D. Afonso II (segundo Júlio Dantas)

D. Afonso II morre em 25 de Março de 1223. Afonso II nasceu débil, a ponto de haver dúvida sobre a sua viabilidade. Aos 14 anos adoeceu gravemente, não se sabe porquê: oprimido de uma perigosa enfermidade – diz Brandão – “chegou a ponto de morte”.

“A tradição atribui a Afonso II uma obesidade que não lhe permitia vestir armas (armadura): Diz; Dantas na página 4 do seu opúsculo; “Não encontrei essa tradição confirmada em documento algum.

A figura do monarca nos morabitinos d’Ouro deste reino aparece-nos equestre e devidamente armado”. (Júlio Dantas p. 3].

Moeda – 1 MORABITINO DE OURO - Peso: 3,62gh - Diâmetro – 24m/m



Anverso: **REGIS PORTUGALENSIVM**



Verso: **MONETA DOMINI ALFONSI**

Nota: Repare-se na cruz Templária no verso da moeda,
in <https://en.numista.com/catalogue/pieces103722>

Entretanto é assertório que o terceiro rei português, por falta de condições físicas ou de qualidades guerreiras, se esquivou sempre a prestar o seu concurso pessoal nos campos de batalha, o que não era vulgar naquela época.

A repugnância de Afonso II pelas armas, muito singular, dado o espírito da época e o carácter essencialmente combativo da nossa realeza “bárbara” dois séculos XII e XIII, não pode explicar-se pela falta de educação militar.

Também não é lícito considerar como desprovido de coragem e de energia moral um homem que lutou vigorosamente contra o clero, contra Roma, contra as irmãs. Resta a

hipótese da inabilidade física. Assim, deve ter sido a doença que afastou sistematicamente Afonso II dos trabalhos da guerra.

Não esteve presente na batalha de Navas de Tolosa onde se encontraram todos os soberanos da Península. Sabe-se que em 1217 na tomada de Alcácer o rei estava em Coimbra “impedido por enfermidade”

Que doença era essa? – Uma referência encontrada a fls 48 do livro 6 das inquirições de Afonso III, no depoimento produzido por uma testemunha, acerca da propriedade de Paços, em Medrões, esclarece-nos:

*“Martinus johannis salchagon, jurado e perguntado disse que ouviu dizer a omeens que sabiam que o meyo de Paaço foi regeengo e que El Rey dom Afonso aquel que **foi gaaf**o (Gafo é sinónimo de Leproso), deu o quarto desse regeengo a Godinho Eanes seu scudeiro”.*

Não nos devemos admirar muito, que assim fosse. A doença contagiosa “Lepra”, foi uma doença endémica na península hispânica durante a idade-média – Quase todo o povo enferma de “*fogo salvage*” que se desenvolveu consideravelmente em Portugal no século XII – daí assistir-se a grandes doações para a instalação de gafarias em Portugal séculos XII e XIII. Tendo sido um dos mais generosos, como se comprova, no seu testamento o Rei D. Afonso II: “Et de illo quod remanserit de ista mea tertia, quod dent dent Ecclessiis pauperibus de Regno meo, et pontibus, et leprosis” Tradução Livre; “*E do que resta deste meu terço, ordeno que dêem às pobres igrejas do meu Reino, e às pontes, e aos leprosos*”.

“Na Idade média as patologias susceptíveis de produzir lesões cutâneas mais ou menos repugnantes eram diversas; A sífilis, o lupus tuberculoso; o Impétigo; certos eczemas, a linfordérmia de Kaposi, o pêmphigo – não é estranho o desembarque de várias companhias de cruzados em Portugal”. [Dantas, p.5].

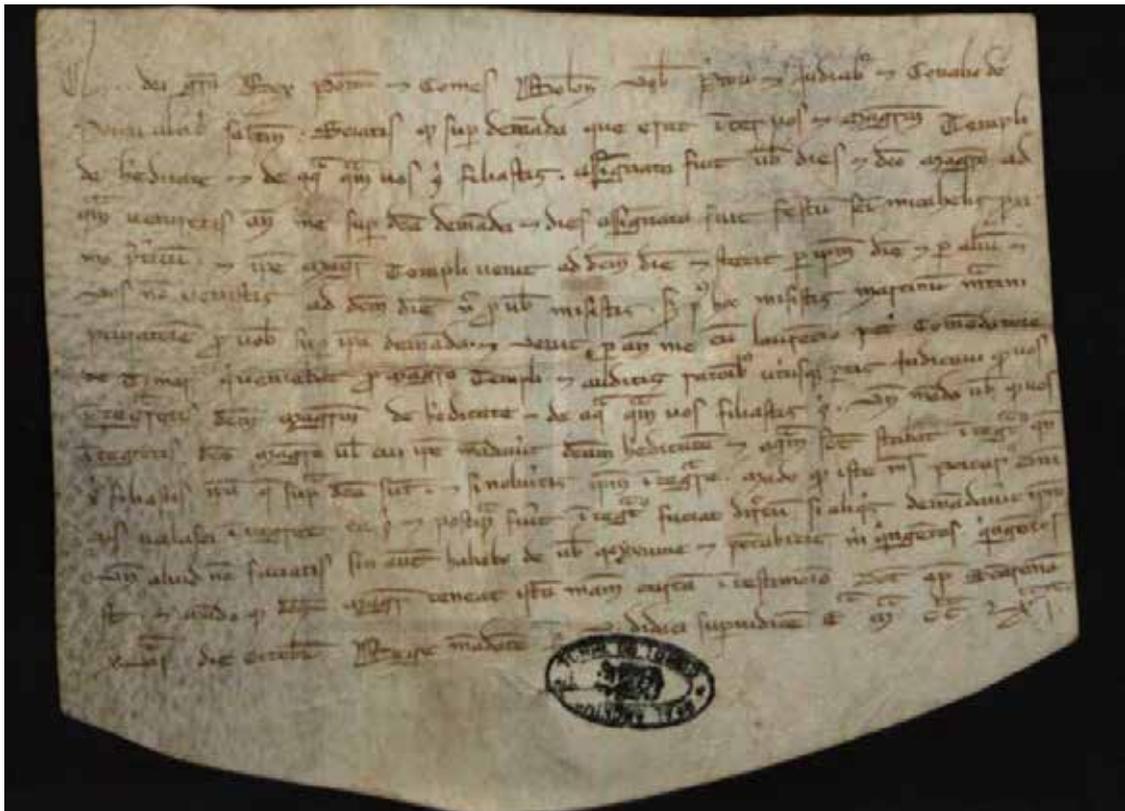
Afonso II, isola-se na Alcáçova de Santarém, onde fez segundo testamento (fevereiro/ /março 1221) donde nunca mais sai. “A precária documentação subsistente não nos permite chegar a conclusões mais precisas acerca da situação patológica de Afonso II: o rei sofreu duma doença que no seu tempo se julgou ser lepra; e morreu, naturalmente, em resultado dessa doença”. [Júlio Dantas p-1] e [Monarquia Lusitana livro 12 cap. 27].

8 – A data da Morte de Afonso II

Aqui, não podemos estar de acordo com estes autores, de facto a data em que o Rei D. Afonso II, e que consta no livro de óbitos de Santa Cruz foi escriturado no ano de Christo de 1221 no mês de novembro e já em Santarém:

Que traduzido assim consta: *“No final do documento pode-se ler: E mando ao Mosteiro de Alcobaça todas as minhas sortias e anneis que tiver no dia da minha morte. Mas pera que esta manda melhor se possa executar, & cumprir, mando que se façam oito cartas seladas com o meu sello de chumbo, das quais hua terá o Abbade de Alcobaça, a segunda o Prior de S. Cruz, a terceira o Mestre do Templo, a quarta no Prior do hospital, a quinta o abbade de S. João de Tarouca a sexta o Abade de S. Tirso, a sétima o Abbade de Ceiça & a oitava faço resguardar em meu poder. Forão feitas em Santarem no mês de novembro da Era MCCLVIII (qhe anno de Christo de 1221)”*. Teria sido nesse ano em que se refugiou por questões de saúde em Santarém!

Por outro lado, achamos estranho indicar-se nas obras de [Júlio Dantas p-1] e [Monarquia Lusitana livro 12 cap. 27], a data do seu falecimento em 23 de Março de 1223, já que no dia 13 de Outubro desse mesmo ano (1223) expele um documento que é emitido em Santarém com o seguinte teor: D. Afonso II determina que volte à posse da Ordem do Templo um herdamento e água que o concelho de Portalegre lhe tinha tomado. [ANTT – Gav 7 maço 13 nº 13].



Legenda: Como é visível no final da última linha consta a data de Era M CC LXI, ou seja, calendário Gregoriano = 1261-38 = 1223.

Como afirmamos em subtítulo, parece-nos, que o cognome aplicado a D. Afonso II – o Gordo), não se coaduna com a provável situação de permanente enfermidades que sofreu. Mas como enfermidade/patologia não se pode considerar uma característica pessoal, todavia também não parecia bem para a nossa memória histórica que o nosso 3º Rei fosse cognominado por: *desleal*, *perjuro*, *cobiçoso*, *egoísta*, ou qualquer outro adjectivo semelhante. Seria deslustrante.

De notar que o Mestre Frei Pedro Alvites, reinou entre 1212 – 1234 – (se bem que a primeira referência seja de abril do ano de 1188) foi mestre enquanto a Ordem Templária, tinha sede na cidade de Tomar (parte final 1212/1214) e nesse ultima data, 1214, fixou nova sede em Castelo Branco, (1214 a 1234 última data que se documenta o Mestre Pedro Alvites, mesmo com algumas dúvida sobre a sua existência), Castelo Branco) onde se manteve até à extinção da Ordem, portanto, um pouco mais de 100 anos.

9 – Qual o verdadeiro nome do Mestre Pedro Alvites?

Os acontecimentos históricos registados sobre este tema, nos séculos XII (desde 1122 primeiro registo da presença da Ordem do Templo em Portugal, ou seja, ainda condado Portucalense) até ao final da segunda década do século XIV (1319 extinção em Portugal da Ordem do Templo/Início da Ordem de Cristo), infelizmente não são abundantes, resumem-se a umas poucas centenas de documentos (a maior parte doações). Não existe informação segura e suficiente para podermos apresentar um texto sobre o que foi a vida Pedro Alvites, por essa razão nos baseamos sobremaneira nos documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A incerteza começa logo como seria o seu verdadeiro nome, ou em que período reinou. Eis o que encontrámos em alguma bibliografia disponível. Alguns exemplos:

Nome do Autor	Data de nascimento e morte	Nome que deram ao Mestre Pedro Alvites	Data da governança deste como mestre da Ordem
---------------	----------------------------	--	---

- Segundo António Brandão (1548-1617) – **D. Pedro Álvares de Alvito** – (1212-1221).
Segundo Frei José de Brito – [?-1700] – **D. Pedro Álvares de Alvito** (1212-1224).
Segundo Frei Lucas de Santa Catharina (1660-1740) – **D. Pedro Álvares de Alvito** – ?.
Segundo Frei Bernardo da Costa (1701-1779) – **D. Pedro Álvares** (1212).
Segundo Frei Joaquim de S. Rosa de Viterbo (1744-1822) – **D. Pedro Alvitiz** (1214-1223)
Segundo Vieira Guimarães (1864-1939) – **D. Pedro de Alvitiz** (1212-1223).
Segundo Francisco de Pina Lopes (1874-1962) – **D. Pedro Alvitiz**.
Segundo Francis Gutton (?-?) – **D. Pedro Alvitiz** (1212-1223).
Segundo Alexandre Ferreira (1735) – **Pedro Alvares de Alvito**, Portuguez. foi Mestre .
Provincial da Ordem do Templo, P411.
Segundo André Jean Parasah (?-1997) – **D. Pedro Álvares do Alvito** (1212-1221).
Segundo Mário Simões Dias (1936-) – **D. Pedro Alvites** (1213-).
Segundo Pinharanda Gomes (1939-) – **D. Pedro Alves de Alvito** (1214-1228).
Segundo José Manuel Capêlo (1946-2010) – **D. Fr. Pedro Alvites** (Set. 1212-1221).

Das escrituras que enxergámos, e que foram subscritas pelo Mestre Pedro Alvites, encontrámos ainda:

- **Petrus Alviti** (a exemplo; *Ego Petrus Alviti dictus Magister Militie in partibus Portugaliae & Legionis atque Castelle &c. Facta fuit carta mense Aprilis, Era M. CCLIV*,¹ – ou seja, no ano de 1216 Petrus Alviti era reconhecido como Mestre dos Reinos de Portugal, Leão e Castela);
- **Petrus Alviti**; No foral de Tortosa (Catalunha); “Haec est carta de foro, quam jussimus gacere. Ego Petrus Alviti per gartiam Dei Magister Templis unà cum conventu meo vobis populatoribus de Tauro &C. Facta fuit apud Calendis Decembris Era MCCLVIII”² (ou seja, ano pelo calendário Gregoriano – 1220).
- **Petrus Alviticum**; (exemplo P. 109 – Foral de Cardosa: *Ego Magister Militie Templi Petrus Alviticum omni conventos Portugalis volumus restaurare, atque populare Castello Branco. Damus vobis Foro &c. Facta Mense Octobris. Era milésima CCXII* (1 Out 1212), **D. Pedro Alvres; Frei Pedro Álvares**³.

Segundo a opinião, não publicada, mas, altamente respeitável, em nossa opinião, do grande genealogista português, contemporâneo, Dr. Augusto Ferreira do Amaral. Disse-nos;

“A verdade é que tenho as maiores dúvidas de que o dito mestre se chamasse Pedro Álvares de Alvites. Creio que não existe documento contemporâneo que o abone. Julgo que o Alvites é patronímico, aliás longe de ser raro no norte e centro de Portugal, até porque Alvito (ou Aloíto) era nome próprio bastante generalizado.

A forma «Álvres» será certamente leitura deficiente de «Alvites» ou duma sua abreviatura. E além dessas fontes, há uma, que creio não ter sido utilizada até hoje: figura numa inquirição de D. Dinis, publicada por Sotto Mayor Pizarro nos Portugaliae Monumenta Histórica, Nova Série, vol. IV/2, 2015, p. 644, que o nomeia «Meestre dom Pedro Alvitiz. Por outro lado, há numerosos topónimos Alvites (ou próximos, como Alvite ou Alvide), espalhados pelo País, com especial incidência no Norte. E até em território galego. O mestre Pedro, com toda a probabilidade, chamava-se mesmo Pedro Alvites. O Álvares talvez tenha resultado de uma má leitura da abreviatura de Alvites”.

1 José Manuel Capêlo P.108; P.109.

2 José Manuel Capêlo P.108; P.109.

3 José Manuel Capêlo P.108; P.109.

Estando de acordo com a análise do Dr. Ferreira do Amaral, de Alvites tratar-se-á de um patronímico, mas... atrevemo-nos a fazer uma análise pela vereda, de se tratar de um topónimo: E assim:

Consultando o reportório toponímico de Portugal Volume I – A-E, dos Serviços Cartográficos do Exército, fevereiro de 1967, encontramos, 5 localidades e/ou marcos geodésicos (nas cartas militares 61,63,102,122 e 125) com o nome de Alvites, sendo na sua totalidade situadas no Norte do país, uma delas no distrito de Vila Real e duas no distrito de Bragança e as restantes na região do Porto e Minho. Se assim fosse, (pelo cálculo das probabilidades, mas, a História não vai por aí) o Mestre Pedro de Alvites seria provavelmente, por certo, Nortenho.

Seguindo a mesma linha de pensamento e seguindo o pensamento de Capelo, na p.108, da sua obra citada, diz; *“na carta 63 (seria de Alvites, que à época pertencia eclesiasticamente a Santa Eugénia de Ala, Concelho de Macedo de Cavaleiros, hoje na fronteira entre Macedo de Cavaleiros e o Concelho de Mirandela (à qual administrativamente pertence) a Oeste da freguesia de Sezulfe (Macedo de Cavaleiros)”*.

Como se constata o nome de todas as terras “Alvites” se situam todos a norte da linha de defesa do rio Douro, onde começou a nacionalidade e, portanto, com maiores probabilidades do nome do nosso Mestre Templário Frei D. Pedro Alvites ter nascido, já que, ser um topónimo adstrito ao lugar da zona alentejana “Alvito” seria menos aceitável, se bem que não impossível, pois nessa época a localidade ainda se encontrava sufocada pelo poderio militar muçulmano.

José Manuel Capêlo [p.108] inclina-se fortemente para que a terra de nascimento do Mestre Pedro de Alvites tenha sido “Alvites”, sendo que encontrámos ainda mais dois exemplos de toponímia (S. Martinho de Alvites e S. Pedro de Alvites) no hoje concelho de Barcelos retirados das inquirições efectuadas no ano de 1220, reinado de D. Afonso II.

No blogue; <https://templeirosportugueses.blogspot.com/2020/10/a-pedreira-subterrânea-de-alvito.html>; “Templeiros Portugueses” colhemos a informação que *“D. Fr. Pedro Álvares 8º Mestre do Templo que teria o cognome de “o de Alvito” e que terá nascido em Santarém no ano de Cristo de 1164, descendente duma família nobre muçulmana, e que teria sido um “protegido” do Mestre Gualdim Pais”*. Infelizmente não

tem adossada nenhuma bibliografia que possa confirmar dar crédito a estas informações, pelo qual, obviamente, não podemos considerar estas informações.

10 – Teria D. Frei Pedro Alvites nascido em Portugal ou em Castela?

Alguns autores colocam em dúvida que o Mestre Pedro Alvites fosse Português! Não é o caso historiador Espanhol D. Pedro Rodríguez Campomanes na sua obra “Dissertaciones Historicas Del Orden, y Cavallaria de los Templários, O resumen Historial de sus principios, Fundacion, Instituto, Progressos, y extincion en el Concilio de Viena, p.14. Historiador nascido em Santa Eulalia de Sorriba, Tineo nas Asturias em 1 julho do ano de 1723”. Diz: “Los Templarios teniam igual governo com la diferençia de que los Prelados Provinciales se lhamaban tambien Mayestros &c. y em Castilha y Lion teniam uno que **sabia ser de Portugal; D. Pedro Alvres Alvito**”.

Campomanes é reconhecido pelo Fr. Bernardo da Costa na sua obra “Na História da Militar Ordem de nosso Senhor Jesus Cristo de 1771, capítulo IX, “*O oitavo mestre de Portugal e o primeiro em os reinos de Castella e Leão na p.66 com o título D. Pedro Alvares ou de Alvito*” – p.65/66- Diz: “*Devemos, porém, advertir que reconhecendo o Sapientíssimo Campomanes no modo com que nos dá também esta notícia em que reconhece como ter nascido em Portugal*”.

Não existe nenhum historiador Português que não reconheça D. Pedro de Alvites como sendo Português, juntamos a opinião do historiador Castelhana D. Pedro Rodríguez Campomanes.

Ou melhor, há uma exceção! Rui Nobre na sua tese de doutoramento, defendida na FLUP em 2021, entra em dúvida e, apresenta na página 42, no quadro 1 da sua tese, uma relação de Mestres com origem “**possível não Portuguesa**”

“Quadro 1 –Freires/Mestres com uma possível origem não portuguesa:

- 1 – Hugo Martonio (ou Martoniense) 1143(?) -1155;
- 2 – Pedro Arnaldes (1155/56 e 1157);
- 3 – Lopo Fernandes de Serana (1195-1199);
- 4 – Fernando Dias (1202-1206-1128?);
- 5 – Pedro Alvites (1212/1213-1223 e 1226-1227);**
- 6 – Martim Sanches (1228);
- 7 – Estêvão de Belmonte (1230-1239);
- 8 – Guilherme Fulcon (1239);
- 9 – João Escritor (1242);
- 10 – João Fernandes de Cay (1285-1289)”.

Provavelmente [Nobre; 86] baseou-se na informação que nos relata: *“entre fevereiro e agosto de 1214, Pedro Alvites encontra-se referenciado como estando a acumular o cargo de mordomo do rei Afonso IX nos reino de Leão e Galiza, conforme um documento do mosteiro de Castañeda de fevereiro de 1214 em que, aparece na lista de confirmantes como Maiordomus eius Magistro Milicie Templi e num documento de 1 de agosto do mesmo ano”*. Todavia, para além desta informação, não refere nenhum provável local onde tenha nascido. Curioso é que apresenta dois períodos em que o Fr. D. Pedro Alvites reinou como Mestre da Ordem; 1212/1213 a 1223 e **1226-1227**.

Assim sendo, estamos todos (historiadores) de acordo. **Não sabemos concretamente o local de nascimento do Mestre Pedro Alvites**. Se nos é permitido e pelas informações recolhidas e até melhor informação, a nossa opinião, é que o Fr. D. Pedro Alvites, se formos pelo patronímico é nortenho/transmontano. Mesmo que assim fosse, essa questão não era fundamental, se bem que importante, para as conclusões deste estudo.

11 – Início e final do mandato do Mestre do Templo dos três Reinos Pedro de Alvites

Outras dúvidas se colocam na bibliografia consultada: Qual seria as datas entre as quais D. Pedro Alvites foi Mestre Templários dos três Reinos – Portugal, Castela e Leão; como vimos nem todos os historiadores consultados são unânimes da data de começo e na data de término da sua jornada como Mestre da Ordem dos Templários: Somente dois

diferem da data do início do Mestrado de Pedro de Alvites que terá acontecido no ano de 1212, alguns avançam mesmo o mês de agosto. Somente Viterbo e Pinharanda Gomes é que se inclinam para a data de 1214.

Fontes, na sua obra afirma: Entre finales de 1211 y principios de 1212, Monredón dejó Gardeny y en 1213 fue nombrado maestro de Provenza, Cataluña y Aragón, sustituyó en esta dignidad a Guillén Cadell, que lo era desde 1212 (al igual que Pedro Alvite en Portugal y Castilla, mientras que el francés Guillermo de Chartres era gran maestro de la Orden),

Na obra de Paula Pinto Costa; “Templários em Portugal, 2019, na p.145, diz: Mestre das partes de Espanha com as seguintes referências cronológicas datadas: “1213.Out; 1214 1 Nov; 1216 Set; 1218 abril; Nov 1219,08,12; 1220 Nov; 1220,11,30; 1220,12,01; 1221, mai.; 1222,12,26; 1223, mai.; **1226; Out; 1227,01,21; 1227, fev.** Paula Costa Pinto indica-nos que o primeiro documento que encontrou do Mestre da Ordem dos Templários, subsequente a Pedro de Alvites – Pedro Eanes está datado de 1213, julho. Portanto estamos em crer que a “renúncia?” se terá verificado no final do ano de 1221”. Assim os documentos encontrados por [Costa] datado posteriormente ao ano de 1221 já Pedro Alvites não seria mestre da Ordem dos Templários?

Assim estamos de acordo com a data avançada pela maioria dos historiadores, ou seja, para o início do mandato de Fr. Pedro de Alvites como Mestre dos três reinos tenha sido **o ano de 1212 no mês de Setembro**, sucessor do Mestre Gomes Ramires que faleceu na batalha de Navas de Tolosa no dia 16 de Julho de 1212 - *notícia da morte de D. Gomes Ramires no Livro da Noa: [Nobre p.85 e PMH Scriptoros Vol. 1 p.3]*. Já quanto ao término, levanta-se-nos algumas dúvidas: Os mesmos autores dão-nos notícia de ter encontrado documentação de Fevereiro do ano de 1227.

12 – A Renúncia?

Quanto à data da renúncia ao mandato de Mestre da Ordem do Templo Também se difere. Assim apareceu-nos a maioria a indicar a data de 1121, mas também exemplos a indicar a data da renúncia o ano de 1223, 1224 e 1228. [Capelo na sua obra p. 120 nota 382] até nos oferece-nos uma data precisa, “30 de dezembro de 1221”, “*dizendo que*

a sua renúncia se deveu a uma operação fraudulenta de dinheiros guardados e vindos de um mosteiro de Burgos, operado por um cavaleiro Templário, a mando do Mestre Provincial. Capelo acrescenta; parece-me pouco indicador e abonador da qualidade e honradez, mais que comprovada deste Mestre... Se tal foi ou assim se passou, e já porque D. Fr. Pedro Alvites ao renunciar quis apenas ser um simples cavaleiro professo.” Dizemos que é de facto muito pouco provável que tenha sido essa a causa da renúncia, pois a Ordem pelos seus estatutos/regras, expulsaria de imediato D. Pedro Alvites do seu seio, fosse qual fosse a sua posição hierárquica na Ordem.

Ora para a Ordem o manter como cavaleiro professo e não o ter expulsado a razão seria por certo outra e em outro sentido que não tenha sido a apropriação de bens, dados a guardar à Ordem. Tomámos a data da sua renúncia 31 de dezembro do ano de 1221[Capêlo]. Mas, teria havido renúncia ou simplesmente um afastamento afim de estar presente na 5ª cruzada. (1217-1221 a que se seguiu uma trégua e manutenção das posições militares cristãs por 8 anos na Terra Santa).

13 – Um enigma

A maioria das obras consultadas apontam a renúncia do cargo de Mestre da Ordem dos Templários do D. Fr. Pedro Alvites 31 de Dezembro do ano de 1221 (mas como vimos atrás também alguns indicam, 1223, 1224 e até 1228). – O que não sabemos é quem substituiu o Mestre Pedro Alvites após a sua “renúncia” (Viterbo, 1966: II, 597; Paraschi, 1992: 55-56). E como diz Paraschi teria sido também Mestre em Castela e Leão. Não estamos por agora possuidores de uma resposta concludente.

Mas... na obra de Fr Alexandre Ferreira Tomo primeiro parte 1 Capítulo IX p. 411 este autor Afirma:

*“Em Palestina aonde aportou esta armada, se logrou o seu primeiro fruto, como diremos tratando-se do **Gram Mestre Provincial da Ordem do Templo Fr. D. Pedro Alvares de Alvito** e d’rey copiada a carta que deste sucedeu escreveu este reyno ao Santo Padre Honório III, em Latim, cujo original se conserva no Archivo de Alcobça”.*

Infelizmente não refere nenhuma data – houve de facto um interregno entre os anos de 1223 e 1226, quando reaparece novamente como Mestre da Ordem do Templo. Será que Pedro Annes, que alguns autores, o nomeiam como mestre, somente em Portugal e durante um ano) não teria sido o braço direito (comendador?), do Mestre Pedro Alvites, assim como foi Fr Arnaldo Salamonis, também lugar tenente do Mestre Pedro Alvites? Enquanto ele foi em peregrinação (integrado na 5ª cruzada) a Jerusalém?!

14 – A data da morte do Mestre Pedro Alvites

Também aqui não existe concordância; o mais optimista é D. Pedro Rodríguez Campomanes na sua obra, "Dissertaciones Historicas" e também citado por Fr. Bernardo da Costa 1771, p. 101: afirma: "...". Vamos à segunda parte em que o mesmo, Campomanes, escreve que; "D. Pedro Alvres eras Mestre em o ano de Cristo de mil duzentos e trinta e quatro. Entre los primeiros que assistiraon fueron D. Pedro Alvres Maiestro del Templo com sus cavalleros. Anno de Christo 1234".

Frei Bernardo da Costa, contradiz: "Neste anno he na verdade impossível que D. Pedro Alvres assistisse em acção alguma, com os cavaleiros Templários como seu mestre, porque ele renunciou o Mestrado muitos anos antes em 30 dezembro 1221, como logo veremos... e assim padeceo grande engano quem escreveu que D. Pedro Alvres era Mestre ainda no dito anno, quando dez anos antes já o não era".

Continua Frei Bernardo; Renunciou D. Pedro Alvres o Mestrado dos três reinos de Hespanha; "sendo Mestre no anno de Christo de duzentos e vinte e hum. Dous anos adiante já o vemos assinado como cavaleiro particular".

José Manuel Capelo (p.121) crê que, e diz; "Fr. Pedro de Alvites tenha falecido em finais do ano de 1223. Muito possivelmente em Castelo Branco, a povoação acastelada que fundara e se tornara a menina dos seus olhos. Transladado para Tomar é sepultado na Igreja de Santa Maria do Olival no panteão dos Mestre templários – mandado destruir em 1530 por obra e graça do Prior-mor da Ordem de Cristo, (o facinoroso Inquisidor e famigerado Geral) Fr. António de Lisboa, de tão má memória".

A suportar esta ideia existe um documento assinado por D. Sancho II que diz:

Eu, Sancho II, por Graça de Deus Rei de Portugal, à Ordem do Templo, jure patronatus (...) concedo, para que tenham a posse hereditária e perpetuamente (...) e isto faço por amor de Deus e da Santa Virgem Maria, e por legado e amor por ti, Pedro Alvites, que fostes, mestre do Templo (...).
[Rosa p.87].

De facto, tendo reinado D. Sancho II de 26 de março de 1223 a 31 de janeiro de 1248, com a data mais asinha, em 26 março do ano 1223 o Fr. Mestre Alvites ainda era vivo e já não era mestre da Ordem dos Templários!

15 – A sua vida como Mestre do Templo

Aparte dos aspectos; religioso, caritativo e organizacional da Ordem destacamos os aspectos bélicos, talvez aquele em que Fr. Pedro de Alvites mais se destacou.

Salientamos a sua visão estratégica ao receber de doação régia a quinta da Cardosa mais tarde alterando o nome para Castelo Branco, terra fronteiriça onde irá estabelecer sede da Ordem dos Templários, estando ali sedeadada entre 1214 a 1319, local onde se arrimou o maior período de tempo a Ordem dos Templários. De salientar que, à época, interessava defender, tanto as investidas dos muçulmanos, como do reino de Leão ou do reino de Castela, sobretudo, sortidas por toda a fronteira “Norte e Este”, desde Bragança/Chaves (toda a fronteira norte) o espaço já conquistado por Portugal até, na época, Badajoz. A importância é tão grande que contrariamente à sede estabelecida em Tomar (1160-1214=54 anos) ali esteve 105 anos, até há extinção da Ordem dos Templários. “A Ordem de Cristo foi assim criada em Portugal como “Ordo Militiae Jesu Christo” pela bula “Ad ae exquibus” de 15 de março de 1319 pelo papa João XXII, sendo rei de Portugal, D. Dinis, pouco depois (digamos, em simultâneo) da extinção da Ordem do Templo. «Tratava-se de refundar a Ordem do Templo que a anterior bula papal de Clemente V havia condenado à extinção”. (in, <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APPPagesUser/SIPA>). Em 1214 a linha de defesa do Tejo deixou de ter grande interesse estratégico, pois as forças do reino caminhavam de forma firme e sustentada para sul.

E, assim foi, no ano de 1217. Os Templários e o seu Mestre Pedro Alvites tomaram parte nas correrias guerreiras que se fizeram pelos planalto e planícies do Alentejo, mormente na conquista de Borba, Vila Viçosa e Veiros e provavelmente na tomada de Monforte e Moura, conjuntamente com o exército regular e as hostes guerreiras das outras três Ordens.

Mas o momento mais marcante relata-nos Campomanes, [opus cit. p.69], do que foi o assalto e a tomada do Castelo de Alcácer do Sal.” ... *Las conquistas contra los infieles, principalmente en el año de 1217 de la fortaleza y villa de Alcazar del Sal, que havia sido antes conquistada en tiempo de Don Alonso Henriquez, y donada à la Orden de Santiago, y posteriormente se havia perdido; cuya plaza situada en la Provincia de Alentejo, ò de Alla de el Tajo, era à la sazón muy importante para cubrir las fronteras contra la incursión de los Barbaros, de cuyo poder se sacó à instancia de Maatheo Obispo de Lisboa, por el exercito Catholico; em que iba Don Pedro Alvarez Maestro del Temple em Portugal que ao mesmo tempo fuè de Castilla y Leon, com los cavalleros de su Orden; El Prior de San Juan; El Comendador de Santiago de Palmela; y muchos Cruzados de Ultramar, que por casualidade haviam arribado à Lisboa: (cruzados Alemães, Flamengos e Frisios, estes comandados pelo Conde de White e os Flamengos comandados pelo Conde de Flandres) y habiendose conseguido completa victoria sobre os reis moros de Sevilla, Jean, Baeza y Cordova y de quasy toda Morisma de Ultramar, ò Africana”.*

Alexandre Herculano no seu volume II p.195 diz, referindo-se à importância de Alcácer do Sal (Al-Kassr); “*para o tão arriscado como importante cargo de wali do distrito de Al-Kassr, cuja capital era como a chave dos territórios meridionais do Al-Gharb, e que por isso merecera o nome de Kassr al-Fetah*” (Castelo da porta ou da entrada).

Vejamos como Alexandre Herculano [Hist. Portugal tomo II, pp17-19] nos descreve este momento memorável da História de Portugal e, como distingue o empenho e determinação dos monges-guerreiros da Ordem do Templo: “*Toda a cavalaria cristã não passava de trezentos homens; mas nessa noite chegaram ao campo não só excelente peonagem, forte e bem armada, mas também o mestre do Templo, Pedro Alvites, com os seus freires ... Deviam ser na maior parte Templários, porque esta Ordem era, talvez, a mais numerosa de todas e porque debaixo do mando do Mestre dos três reinos da Espanha, Pedro Alvites... À voz do Mestre, uma trombeta dava o sinal do combate e os freires, erguendo os olhos ao céu, entoavam o hino de David: Não a nós, Senhor, não a nós! Mas dá glória ao teu nome.*”

Durante os nove anos? que durou o mestrado de D. Fr. Pedro Alvites e os seus templários, na sua grande maioria Portugueses, mantêm-se e determina-se como ajudas preciosas para o alargamento, construção e solidificação do que irá ser o território português [Capelo, p.118].

Baseado em informações recolhidas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo Assim como em outra bibliografia referida, relacionamos os principais acontecimentos desde a primeira notícia que encontramos sobre o Mestre Pedro Alvites enquanto Mestre da Ordem do Templo, abril do ano de 1188, até a data mais tardia da sua existência terrena 1234, segundo; [Campomanes] com todas as doações existentes com sustentadas pelos documentos originais no ANTT efectuadas à Ordem dos Templários enquanto foi Mestre Frei D. Pedro Alvites, assim como outra informação significativa.

A primeira notícia em documento com o seu nome aparece em 1188, mas, depois volta a aparecer em 1210, se bem que se reporte a 3 anos mais tarde.

16 – Cartulário do período de vigência do Mestrado de Pedro Alvites e outras informação acessórias para o estudo

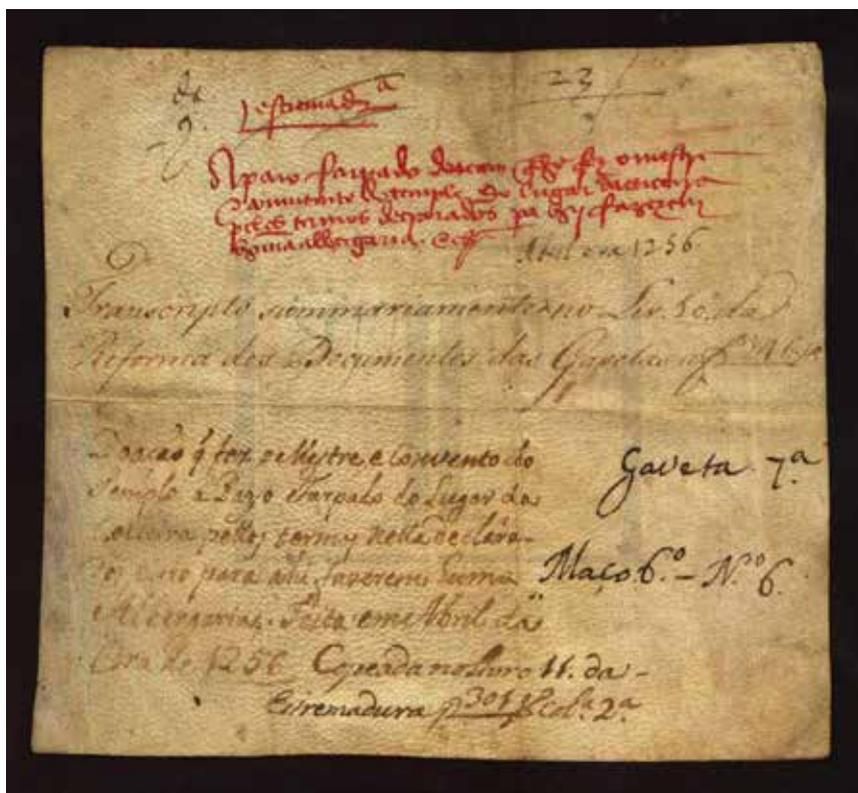
Repetimos a fita do tempo na primeira data que encontramos e que se refere à figura do mestre Pedro Alvites:

-1188 – Mestre de três Reinos – Mestres da O. Templo nos três reinos de Portugal, Leão e Castela: Pedro Alvito – **1ª referência 1188-056 nota 510** – *In*, Fernandes Cristina –; COSTA, História da Ordem Militar de Cristo nº 38 pp240-241; e [AN/TT Gav VII m.6 nº 6] [I.A.N./T.T. Leitura nova, livro 11 da Estremadura, fl. 301].

-1188 Abril – D. Pedro Alvito, Mestre da Ordem do Templo nos reinos de Portugal, Leão e Castela, doa a Paio Farpado o lugar de Ceiceira (Asseiceira), com a obrigação de manter para sempre uma albergaria que pudesse agasalhar todos os peregrinos ricos e pobres, e de o dito Paio Farpado e todos os seus sucessores neste lugar serem, para sempre vassallos da Ordem do Templo. [*Fernandes, p.262 – citando as seguintes entradas; IAN/TT, Gav VII Mç 6 nº 6 – IAN/TT Leitura nova livro 11 da Estremadura fl. 301 – IAN/TT, Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Cód. 7, fls 108-109. – IAN/TT Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Cód 234, 2ª parte, fls 81-81v. – B.N.L. Fundo Geral, no 736, fls 146v-147. Publ., COSTA – História da Ordem Militar de Cristo. Nº 38, pp 240-241 (datado de 1178) Sum., As gavetas ..., volIII, nº 1016, p. 446*].

Nota do autor: Esta data (1188) merece-nos alguma desconfiança, pois existe já no reinado do Rei Afonso II, no ano de 1218 o Mestre Pedro Alvites faz uma doação de um terreno em Ceiceira a Pelágio Farpado para aí se fazer uma gafaria. [Nobre p.329]. Parece-nos, contudo, que a data de 1188 é uma data muito temporona para que o Mestre Pedro Alvites fosse Mestre da Ordem dos Templários e dos três reinos.

Aliás, trata-se de um erro crasso pois o que consta no IANTT, na Gaveta VII, Maço 6, nº 6 está datado de 1256,(calendário Juliano) ou seja, 1218 (no calendário Gregoriano) e não de 1188, como se pode ver no documento.



1210 – parece não haver, para Frei Bernardo Costa p.57, 1771], dúvidas que o Mestre D. Gomes Ramires era vivo e mestre Templários nesta data como consta na escritura de doação de Villa Nova da Cardosa que à Ordem fez o fidalgo Fernandus Sancii. Diz; “Ego Fernandus Sancii facio vobis Magistro Domino Gomes Ramires, &c. facta fuit haec Carta in Santarem quatro Idus Maretii Era MCCX”.

Dá-nos conta, Frei Bernardo Costa nesta sua obra na pág 59; a notícia da sua gloriosa morte, na batalha de Navas de Tolosa, em 24 de julho (1212) na fortaleza de Ubeda; “Et ceperunt Ubeda quae era maxima Villa as dies. Quod bellum fuit, obiit ibi Magister Domnus Gomes Ramires & c.”

1210/1213 – Pedro de Braga; Presbítero (1210) Capelão (1213) – Em outubro de 1210, o presbítero fr. Pedro de Braga testemunhou a doação feita por Gomes Pais de vários bens em Benavila e Galveias. Precisamente três anos depois, volta a testemunhar, como capelão, a outorga do foral aos moradores de Castelo Branco pelo **mestre Pedro Alvites** *in* [Nobre p192].

-1211 – Arnaldo Salomão; comendador – Arnaldo Salomão aparece referido como co-comendador em 1211 e 1213, sem que lhe seja indicada a respetiva comenda. É nessa condição que testemunha em Santarém, em março de 1211, a doação feita por Fernando Sanches ao mestre D. Gomes Ramires de metade da Santarém, em março de 1211, a doação feita por Fernando Sanches ao mestre D. Gomes Ramires de metade da povoação de Vila Franca da Cardoso e, dois anos depois, no mês de outubro, a outorga da carta de foral aos moradores de Castelo Branco por **Pedro Alvites**. Viterbo também transcreve em latim a doação a Castelo Branco da Cardoso. Em *Octobvris M. CC. L. I.* (1213). Fr Arnaldo Salamonis era o lugar tenente do Mestre D. Pedro Alvites – [Nobre p123 e Viterbo P.595].

1211 outubro 7 – Inocêncio III – Latrão, na bula – *Ad petitionem olim* – de Inocêncio III ao arcebispo de Compostela e aos bispos de Astorga e Samora a confirmar os bens deixados por D. Sancho I às (filhas) infantas D. Teresa e D. Sancha, tomando-as sob a sua protecção. De 13 do mesmo mês, existe outra bula do mesmo teor, mas dirigida a D. Teresa e a D. Sancha. – *in*, [Veloso, doc2 p221] e [Publ.: Mansilla, ob. cit., doc. 458, p. 487] e [Maria Alegria Fernandes Marques, ob. cit., doc. 156, p. 416].

-1212 – *Petrus Alviticum* – No foral (Cardosa) diz; *Ego Magister Militiae Templi Petrus Alviticum omni Conventu Portugalis volumus restaurare, atque populare Castello branco. Domus vobis Foro & facta Mense Octobris Era Milesima CCII (a) Magister Petrus Alvitis.* (Bernardo, 1771 pp62-66).

Tradução livre:

No foral (Cardosa) diz; Eu, o Mestre da Milícia do Templo, **Petrus Alviticus**, desejo restaurar a todos o Convento de Portugal, e o popular Castelo Branco. Casa para você. Acontecido do mês de outubro, Era Mil CC(X)II (a) data rasurada, apontemos para o ano de 1212) Mestre Petrus Alvitis.

-1212 – Pedro Alvites/D. Gomes Ramires – Não é possível descortinar se este mestre foi empossado no cargo logo após a morte do seu antecessor, D. Gomes Ramires, [ocorrida como nos indica a bibliografia, teria sido ferido no dia 19 de julho de 1212

na batalha decisiva de Navas de Tolosa pensa-se que teria falecido pelos ferimentos adquiridos em batalha) no dia 29 do mesmo mês, ou se algum tempo depois, sendo que a primeira referência em que aparece como mestre da **Ordem do Templo data de 1212**. Trata-se de uma escritura de concórdia entre o bispo de Astorga, Pedro Andrés, e os templários sobre os direitos dos bispos e arcebispos a visitar as igrejas de Tábara. Ainda no mesmo ano, mas no mês de outubro, estando em Tomar, outorgará a carta de foral aos habitantes de Castelo Branco, sendo talvez este o seu primeiro ato oficial como novo mestre de Portugal, ainda que também de Leão e Castela. Entre fevereiro e agosto de 1214, Pedro Alvites encontra-se referenciado como estando a acumular o cargo de mordomo do rei Afonso IX nos reinos de Leão e Galiza, conforme um documento do mosteiro de Castañeda de fevereiro de 1214 em que aparece na lista de confirmantes como Maiordomus eius Magistro Milicie Templi e num documento de 1 de agosto do mesmo ano. [Nobre pg. 86 ver notas da tese]. Na nota 390 da página 86 o autor refere-se a outras referências bibliográficas onde consta essa informação. Assim refere; *Biblioteca Nacional de Espanha, mç 4357, fls. 64v e 191v; Rodriguez López, 1907: II, p. 258 (Cf. Carlos Pereira Martinez, 2003, p. 2).*

-1212-1213 – Como nos indica Rui Nobre na sua tese de doutoramento na p. 42 no quadro 1, informa que Pedro Alvites teria assumido o cargo de mestre da Ordem dos Templários entre os anos de 1212/1213 a 1223 e retomado o Mestrado nos anos de 1226 a 1227.

-1213 outubro – Pedro Alvites, mestre da Ordem do Templo dá carta de foral à Vila de Castelo Branco. [Fernandes, p. 279]

-1213 janeiro – Escambo - Carta de escambo feita pela Ordem do Templo com Pedro Silvão e sua mulher, pelo qual recebeu a dita Ordem todas as herdades que estes tinham aquém do rio de Beselga e deu a herdade do Freixial- [ANTT Gav 7 Mç 14 nº 8].

-1213 outubro – Pedro Alvites – Cartas de foral e respetivos outorgantes nas áreas de influência do Templo a Castelo Branco assinado pelo Mestre D. Pedro Alvites. [Nobre p.361]

-1213 – Pedro Alvites – A carta de foral de Castelo Branco (1213), que segue o foro e costume de Elvas. Estes factos levam-nos a equacionar a possibilidade de o foral de Castelo Branco poder conjugar a carta outorgada por D. Pedro Alvites com as alterações introduzidas em 1271. [Nobre p. 362].

-1213 – Sucedeu Pedro Álvarez, ou Alviti, documentado já em 1213 numa concórdia do bispo de Astorga, Pedro Andrés, com os templários, sobre os direitos dos bispos e

arcediagos a visitarem as igrejas de Tábara (BN, mss. 4357, fol. 64v e 191v; Rodríguez López, 1907: II, 258) e **ainda Mestre em abril de 1227, parece que se demitiu em 1223**. Assim, numa concórdia entre o Templo e o mosteiro de Ferreira de Pallares, atua Martín Sánchez, comendador do Templo na Galiza, em nome de Pedro Alviti, “magistri militie Templi in regnis Castelle, Legionis et Portugallie” (Rey Caiña e outro, 1984: II, 243-245). Os historiadores portugueses foram liquefeitos no ano de 1223.

Viterbo (1966: II, 596), cita um documento no qual aparece referenciado como “D. Petri Alviti, quondam Magistri Templi”. Esta dimensão deve ser forçada; assim se entenderia a carta que o pontífice Honório III manda ao Mestre e aos templários hispanos pedindolles que perdoem ao Mestre Pedro Alviti, que contraera algunhas débedas na loita contra os muçulmanos na Espanha (Mansilla, 1955: doc. 447). Possivelmente logo volve-se ser novamente Mestre, xa que, a parte do caso de Sanfiz, existem documentos portugueses de 1226 e 1227 nos que se titula Mestre (Viterbo, 1966: II, 596), anque, a xuízo do historiador português, o título élle outorgado por cortesia; esta opinião recólea Paraschi (1992: 55). In; *[Os Mestres da Orde do Temple nos Reinos de Galicia, Leon e Castela]*.

Carlos Pereira Martínez [Publicado en Revista V – Feira Franca Medieval, Betanzos (A Coruña, Galicia, España), 2003 p.2-507]. Segue o mesmo autor na pág. 2; **“O que non sabemos é quen substituiu a Pedro Álvarez despois da súa dimisión. En Portugal aparece como Mestre Pedro Anes, en xullo de 1223** (Viterbo, 1966: II, 597; Paraschi, 1992: 55-56). ¿Foi tamén Mestre en Castilla e León, como se interroga Paraschi? Non estamos en condicións, polo de agora, de ter unha resposta concluinte”.

-1213 maio 21 – Balsemão – Existe uma “Breve” (arquivada na TT no livro vermelho na folha 25 do rei D. Afonso III) de Inocêncio II que entrega o “Castelo de Balsemão, assim como as Terras de Ledra e Lampaças, passada no concilio Laterano (basílica de São João de Latrão) a 12 das calendas de junho do ano 16 do seu pontificado – 21 de maio do ano de 1213). [Caderno Terras Quentes nº 16. P9 a 146].

-1213 maio 21 – Latrão – Papa Inocêncio III doc.3 – *Accepimus ex litteris vestris* – de Inocêncio III aos abades de Espina e Oseira para estabelecerem a paz entre o rei de Portugal e as irmãs. In, [Velosa p.222].

Pubi.: Mansilla, ob. cit., doc. 504, p. 545. Maria F. Marques, ob. cit., doc. 185, p. 474.

-1214 – fevereiro/agosto – *“Pedro Alvites encontra-se referenciado como estando a acumular o cargo de mordomo do rei Afonso IX nos reinos de Leão e Galiza – Maiordomus eius Magistro Milicie Templi, conforme documento do mosteiro de Castañeda de fevereiro de 1214. Num documento de 1 de agosto do mesmo ano qual o Rei Afonso IX confirma à Ordem do Hospital todas as propriedades que tinha nos seus reinos e no qual volta a testemunhar como Magistro Templi P(etro) existente regis maiordomo. Este cargo era considerado da máxima importância, na medida em que era ele que superentendia todos os assuntos da corte, sendo normalmente dado a membros da alta nobreza. Voltara a aparecer ocupando este cargo em 1216”.* In, [Nobre pp85/86]. Diz o mesmo autor que nos períodos que esteve ao serviço do rei Leão IX foi substituído no reino Português por comendadores. (claro que se tratou de um lapso dactilográfico por parte do autor ao citar: “rei Leão IX”, pois queria dizer Afonso IX dos reinos da Galiza e Leão” que seria casado entre os anos de 1191 até ao ano de 1197 com a sua prima direita e filha do nosso rei D. Sancho I, logo, Irmã do Rei D. Afonso II, (que o Papa veio a dissolver) que explicará mais tarde os acontecimento verificado com as desavenças partilha da herança que começaram no ano de 1211 e terminaram já após a morte de D. Afonso II.

-1214 junho 27 – Pedro Alvites – D. Afonso II nomeia D. Fr. Pedro Alvites um dos seus testamenteiros ordenando aos infantes, seus filhos, que estivessem em idade de administrar os seus bens, de fazerem entrega à Ordem do Templo uma porção das suas riquezas. [Capêlo P.120].

-1214 – Linha do Tejo/Leste – Salientamos a sua visão estratégica ao receber de doação régia a quinta da Cardosa mais tarde alterando o nome para Castelo Branco, terra Fronteira onde irá estabelecer sede da Ordem dos Templários estando ali sedeada entre 1214 a 1314, local onde se ateu maior período a Ordem dos Templários. De ressaltar que interessava defender, tanto de muçulmanos como de Castela ou de outro reino Espanhol de sortidas por toda a fronteira este desde Bragança ao espaço já conquistado por Portugal. A importância é tão grande que contrariamente à sede estabelecida em Tomar (1160-1214=54 anos) ali esteve 105, até há extinção da Ordem dos Templários. Em 1214 a linha de defesa do Tejo deixou de ter grande interesse pois as forças do reino caminhavam para sul. E, assim foi no ano de 1217.

Os Templários e o seu Mestre Pedro Alvites tomaram parte nas correrias guerreiras que se fizeram pelos planalto e planícies do Alentejo, mormente na conquista de Borba, Vila Viçosa e Veiros e provavelmente na tomada de Monforte e Moura, conjuntamente com o exército regular e as hostes guerreiras das outras três Ordens.

De notar que o Mestre Frei Pedro Alvites - 1212 – 1234 – Foi mestre enquanto a Ordem Templária ainda tinha sede na cidade de Tomar (parte final 1212/1214) e fixou nova sede em Castelo Branco, (1214 a 1234) local onde se manteve até à extinção da Ordem.

-1214 junho 27 – Testamento Afonso II (1º Testamento) – Item 26 – ... a q(ua)rta (testemunha) o bispo do Portu, a q(ui)nta o de Lixbona, a sexta o de Coib[®]ia, a septima o d'Évora, a octava o de Uiseu, a nouna o mestre do Têplo... in [ANTT – Mitra de Braga – Avelino Costa].

-1214 – Afonso II – Em 1214 O rei Português Afonso II doa à Ordem dos Templários Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova, confirmada por bula papal em 1215. Pelo Papa Inocêncio III.

-1214 junho 27 – Afonso II testamento (2º testamento) - Testemunhas ao testamento de D. Afonso II; D. Estevão, Arcebispo de Braga; D. Martinho Bispo do Porto; D. Bartholomeu, bispo de Viseu; D. Pelágio de Lamego; D. Martinho da Guarda; D. Pedro de Coimbra; D. Sueyro de Lisboa; D. Sueyro de Évora; e Petrus Alvitis Magister Templi in quibusdam partibus Yspaniae (tradução: *Pedro Alvites Mestre do Templo em certas partes da Espanha*) e Symeon Menendi Commendator Templi in Portugalia. [VITERBO, p595 e 596].

-1214 outubro 2 – Latrão – O papa Inocêncio III, pela bula “Iustis petentium desideriiis”, confirma à Ordem do Templo todos os privilégios, liberdades e imunidades concedidos por D. Afonso Henriques. [Lencart p.56].

-1214 novembro 1 – Covilhã – D. Afonso II doa ao Mestre da Ordem do Templo a terra da Cardoso, onde estes freires edificaram e povoaram a vila de Castelo Branco, na condição de que a Ordem lhe desse a colheita que ele quisesse quando viesse à dita terra. [Fernandes, p.279].

-1214 novembro 1 – Carta Doação Afonso II – Ego Affonso Dei gratia Portug. Rex &c. (a) Facio Cartam donationis & perpetuae firmitudinis Domus Templi Hierolimitani Magistro, & Fratibus e jusdem Ordinis de iolla hereditate quae vocatur Cardoso &c. Facta fuit Carta apud Covilianam prima die Novembro Era MCCLII (Christo 1214). – [Bernardo p.61, 1771] Trata-se, portanto da carta de doação da Cardoso à Ordem do Templo, que mais tarde se chamaria Castelo Branco.

-1215 agosto – Coimbra – D. Afonso II doa à Ordem do Templo o Castelo de Coruche e uma vna e casas em Évora. [Fernandes p. 279].

-1215 dezembro – Doação – Carta de doação feita por Pedro Pelágio à Ordem do Templo, da terça parte de suas casas, vinhas e herdades, e de todos seus bens móveis e de raiz. In, ANTT Gav7 Mç 10 nº 28.

-1216 março 12 – Latrão – O Papa Inocêncio III, pela Bula – *Significavit nobis* –, dirigida aos deão, chantre e ao cónego de Braga, incumbindo-os de resolverem a questão entre o bispo de Lamego e a Ordem do Templo. O referido bispo da cidade Rodrigo e os seus delegados resolvia o litígio com os Templários, quantos aos direitos episcopais em Longroiva. [Fernandes, p. 280].

-1216 abril – Petrus Alviti – Fr. Bernardo da Costa na transcrição que faz a uma escritura de doação em que Fr. Pedro Alvites em abril de 1216 transcreve: Ego Petrus Alviti dictus Magister Militie Templi in partibus Portugaliae & Legionis atque Castelle &c. Facta fuit carta mense Aprilis, Eera M. CCXVI. (que se pode traduzir livremente por; I Pedro Alviti (Alvito) disse Mestre dos Cavaleiros Templários nas partes de Portugal e Leão e Castela & c. O afretamento foi feito no mês de abril 1216). Aqui há alguma confusão de Frei Bernardo Costa, já que a data que devia constar no documento deveria ser MCCLIV, pois ainda estávamos a utilizar o calendário Juliano. In, [Capêlo p.108].

-1216 abril – Doação que D. Pedro Alvites fez a um cavalleiro: *Ego Petrus Alviti dictus Magister Militiae Templi in partibus Portugaliae & Legionis atque Castellae & facta fuit carta mense Aprilis. Era Christi MCCXVI* [Bernardo p.61, 1771].

-1216 maio – Martim Pires e sua mulher, Elvira Pires, doam à Ordem do Templo uma herança que tinham em Santa Maria de Folgosa. {Fernandes, p. 280}.

-1216 maio 31 – Perusa – O Papa Inocêncio III, pela Bula – *Te fili magister* –, dirigida ao mestre e freires da ordem do Templo, procura resolver o conflito entre esta milícia e o bispo de Lisboa, que lhe exigia os direitos episcopais das igrejas de Tomar, e a declará-las, bem como ao povo que lhe está sujeito, isentas do referido prelado e apenas dependentes da Santa Sé, tal como já havia sido determinado pelos Papas Adriano IV, Alexandre III e Urbano III. [Fernandes, p. 280].

-1216 maio 31 – Perusa – O Papa Inocêncio III, pela Bula – *Venerabilibus fratribus nostri* –, dirigida ao deão de Braga, ao arcediogo de Nendis e ao tesoureiro de Osmas para resolverem a questão dos limites entre a diocese de Coimbra e de Idanha (Guarda), dando-lhes conta das infrutíferas tentativas de solução por parte de outros legados pontifícios. [Fernandes, p. 280].

-1216 – Arquivos de Roma, são em número de noventa e quatro os documentos desta colecção que, total ou parcialmente, dizem respeito a Portugal, o que o Autor justifica na seguinte passagem: «En nuestra colección damos cabida a vários documentos, que hacen alusión a Portugal o al Mediodía de Francia; pero es en cuanto que en ellos intervienen

personajes o se refieren de alguna manera a asuntos españoles. Intencionalmente hemos excluído o mejor prescindido de Portugal, concretándonos a la actual realidad geográfica de España. Es bien sabido que en la época medieval y más concretamente en el siglo XIII los contactos entre España e Portugal eran muy frecuentes y de una manera especial en el orden eclesiástico. A ello contribuía principalmente el hecho de que la metrópoli de Braga tenia casi todas sus sedes sufragáneas en Galicia, mientras Santiago las tenía en Portugal» (p. XXVI).

Duas razões nos levaram a fazer tão longa transcrição:

1. Mostrar que Mansilla respeitou a realidade política portuguesa, quando muitos outros historiadores incluem em Espanha tudo que a Revista Portuguesa de História Portugal medieval se refere;
2. O problema das metrópoles de Braga e Compostela não é tão simples como da passagem transcrita se pode depreender. A questão foi debatida durante todo o século XII e, depois da sentença proferida por Inocêncio III, em 1199, até D. João I, Braga ficou com três dioceses sufragáneas em Portugal (Porto, Coimbra e Viseu) e cinco em Espanha (Tui, Orense, Mondonhedo, Lugo e Astorga). Compostela, porém, ficou com quatro em Portugal (Évora, Guarda, Lamego e Lisboa) e três em Espanha (Ávila, Salamanca e Samora). A luta da primazia entre Braga e Toledo foi também um dos motivos que deram lugar a numerosos documentos pontifícios que interessam simultaneamente aos dois países. In, [Costa Avelino, p.355 e 356].

-1216 setembro – Guilherme deixa em testamento à Ordem do Templo a quinta do Juncal e três Casais. [Fernandes, p.281]

-1216 – Guilherme Gonçalves, freire; – Natural de Viseu, possivelmente da freguesia de Cavernães, teria entrada na Ordem por volta de 1216, ano em que, no mês de setembro, doa ao mestre D. Pedro Alvites e a fr. D. Simão, comendador em Portugal uma propriedade com três casais e meio no Junçal, outro casal nos Paços e outro em Nogueiredo. A essa doação se refere Rodrigo Martins nas inquirições de 1258, apontando que ela teria ocorrido, haveria 40 anos. In, [Nobre p.160] e [PMH, Inq, vol. I, parte II, fasc. 6, pp.870-870].

-1216 julho 16 – Inocêncio III Papa – Fim do Pontificado.

-1216 julho 24 – Papa Honório III – Entronização.

-1216 setembro 9 – Carta pela qual Guilherme Gonçalves deixava à Ordem do Templo a quinta do Juncal e três casais – ANTT Gav7 Mç 9 nº 25.

-1217 janeiro 16, Latrão – Honório III, Entronização 24jun1216 – Fim pontificado.

-1217 janeiro 16 – Latrão – O Papa Honório III, pela Bula – *Cum apostólica sedis* – dirigida aos bispos e prelados e a favor dos Templários, para que lhes permitida serem enterrados pelos seus religiosos, ordenando que os seus freires sejam recebidos nas igrejas quando pedirem esmolas, procedendo-se com censuras contra aqueles que os impedirem. [Fernandes, p. 281].

-1217 janeiro 17 – Latrão – O Papa Honório III, pela Bula – *Dilecti filii fratres* – a favor dos Templários, para que os capelães das suas igrejas se não peça juramento de obediência ou de fidelidade, porque só estão sujeitos ao Santo Padre. [Fernandes, p.282]

-1217 janeiro 17 – Latrão – O Papa Honório III, pela Bula – *Dilecti filii magister* – dirigida aos bispos, prelados e a favor dos Templários, para que os bispos não lhes façam agravos, consentindo que lhes seja permitido ser enterrados pelos seus religiosos e sejam recebidos nas igrejas quando pedirem esmolas, procedendo-se com censuras contra aqueles que os impedirem. [Fernandes, p.282].

-1217 janeiro 17 – Latrão – Honório III – O papa Honório III, pela bula “*Dilecti filii nostri fratres*”, ordena às autoridades eclesiásticas que não peçam aos capelães das igrejas da Ordem do Templo juramento de fidelidade e obediência, pois apenas o devem ao santo padre. In, [Lencart p.57].

-1217 janeiro 18 – Latrão – O Papa Honório III, pela Bula – *Uestris pis postulationibus* – dirigida ao mestre e freires da ordem dos Templários, concedendo-lhes o direito de edificar povoações, castelos, igrejas, oratórios e cemitérios nas terras conquistadas, as quais ficam sob protecção da Sé Apostólica. [Fernandes, p.282].

-1217 janeiro 18 – Latrão – O Papa Honório III, pela Bula – *Cum nobis secundum apostolum* – dirigida à ordem dos Templários, não tomem maior abstinência do que aquela a que os obriga a regra, sem especial licença do mestre. [Fernandes, p.282].

-1217 janeiro 20 – Latrão – O Papa Honório III, pela Bula – *Dilecti filii frates* – dirigida à ordem dos Templários, ordena que os elementos desta milícia não possam ser excomungados, nem suas igrejas interditas por estarem directamente sujeitas à Santa Sé. [Fernandes, p.283].

-1217 janeiro 20 Latrão – Honório III – O papa Honório III, pela bula “*Cum dilecti filii fratres*”, proíbe as autoridades eclesiásticas de excomungarem os membros da Ordem do Templo e de interditar as suas igrejas, pois são competências da Santa Sé. In [Lencart p. 57)

-1217 janeiro 28 Latrão – Honório III – O papa Honório III, pela bula “*Paci et quieti religiosorum*”, ordena aos prelados que publiquem o nome dos excomungados por agressão aos membros da Ordem do Templo até estes obterem a absolvição do Papa. São igualmente excomungados todos aqueles que se apoderarem de bens dos Templários, e só serão absolvidos quando devolverem o que tiraram. In, [Lencart p.58].

-1217 janeiro 30 – Latrão – O Papa Honório III, pela bula – *Quoniam labentium temporum* – , dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, confirma a bula – *Te Fili Magister* – de Inocêncio III que resolvera a questão entre os Templários e o arcebispo de Lisboa sobre as Igrejas de Tomar, ordenando que elas não fossem sujeitas ao prelado, mas à Sé Apostólica, nos termos das anteriores resoluções Papais. [Fernandes, p.283].

-1217 fevereiro 10 – Latrão – O Papa Honório III, pela bula – *Justis petentium desideriiis* – , dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, confirma-lhes as igrejas de Pombal, Ega e Redinha fundadas na terra que lhes tinha sido doada em esmola perpétua, isentando-as de jurisdição episcopal e tornando-as imediatamente sujeitas à Sé Apostólica. [Fernandes, p.284].

-1217 fevereiro 10 – Latrão – O Papa Honório, pela Bula – *Cum a nobis petitur* – , dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, toma sob sua protecção os castelos fundados fundados pelos templários no Rodão e em Castelo Branco, as Igrejas e os demais bens, com a obrigação do censo anual de uma onça de ouro. [Fernandes, p.284]

- 1217 fevereiro 14 – Latrão – Honório III – O papa Honório III, pela bula “*Quanto dilecti filii*”, determina que os bispos e prelados devem admitir nas suas igrejas os clérigos que lhe forem apresentados pela Ordem do Templo. In; [Lencart p.58].

-1217 agosto - Pedro Alvites – Não obstante todo este desconhecimento, crê-se que, em situações de grande necessidade e atendendo ao palco de guerra, o número de combatentes que as ordens militares conseguiam mobilizar era relativamente elevado, à semelhança do verificado no cerco a Alcácer, em 1217, em que o mestre Pedro Alvites conseguiu ter sob o seu comando uma força de cavalaria de cerca de 500 homens. In [Nobre p.373 e João Gouveia Monteiro, 2010, p. 281.].

-1217 setembro 11 – Pedro Alvites – Em 11 de setembro de 1217, sob o comando D. Pedro Alvites, os templários participaram no cerco e tomada de Alcácer do Sal, que havia sido tomado pelos Almóadas em 1191, após uma reconquista fulgurante do Algarve. No cerco de Alcácer do Sal, os freires da Ordem terão recorrido ao apoio de correligionários castelhanos. [Nobre p.382].

-1217 setembro 10 – Alcácer do Sal – Na noite de 10 setembro não chegaram ao campo os famigerados templários comandados por D. Pedro Alvitiz, os hospitalários e muitos fidalgos de Portugal e de Leão. Todos juntos decidiram atacar o inimigo. De madrugada 11 vão alguns cavaleiros Cristãos a sondar o campo inimigo. A sua admiração foi enorme tal era o número dos serracenos... conta a história toda. IN; [Ordem Cristo PP 43 e 44].

-1217 setembro – Pedro Alvites – Grande fama gozou este mestre Petrus Alvitiz dos templários da península, pois a Roma chegou ele o Papa, chefe supremo da cristandade, tinha a sua lealdade, o seu valor em tão alta conta que ao promulgar a bula que pôz termo às lutas terríveis que a avareza de D. Afonso II, pelas prerrogativas da coroa, deu origem entre elle e as irmãs ordenou que as terras disputadas fossem entregues à guarda dos Templários. [Ordem Cristo pp45 e 46].

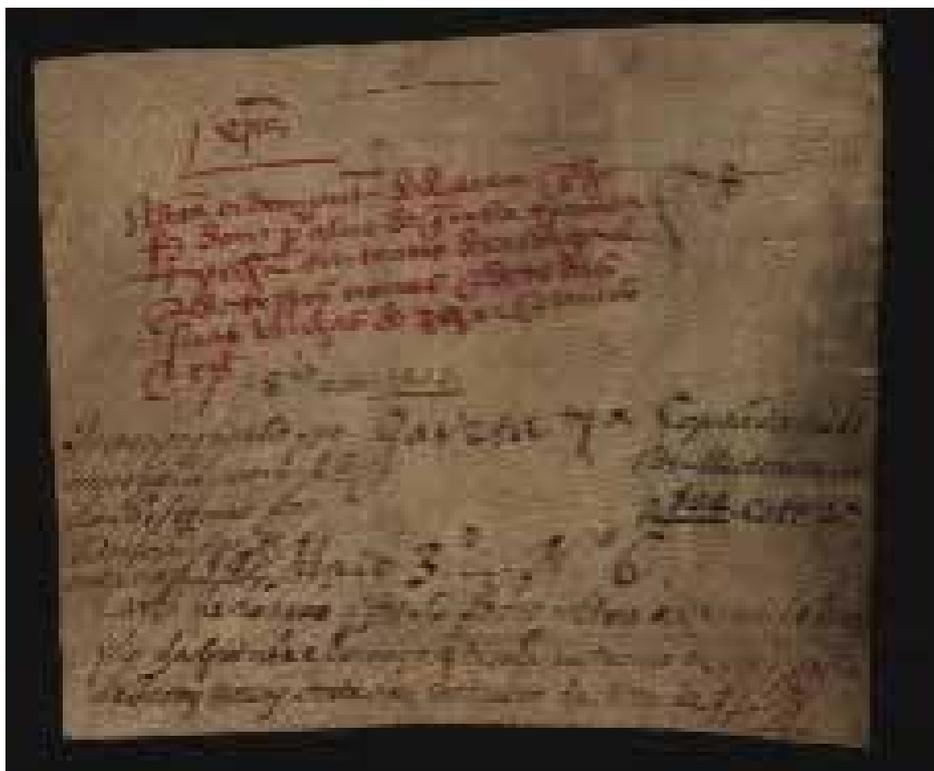
-1217 setembro/outubro – Alcácer do Sal – Mas o momento mais marcante relata-nos Campomanes, [opus cit. p.69], dá-nos conta do que foi o assalto e a tomada do Castelo de Alcácer do Sal." *Las conquistas contra los infieles, principalmente en el año de 1217 de la fortaleza y villa de Alcazar del Sal, que havia sido antes conquistada en tiempo de Don Alonso Henriquez, y donada à la Orden de Santiago, y posteriormente se havia perdido; cuya plaza situada en la Provincia de Alentejo, ò de Alla de el Tajo, era à la sazón muy importante para cubrir las fronteras contra la incursoion de los Barbaros, de cuyo poder. Cuyo poder se sacó à instancia de Maatheo Obispo de Lisboa, por el exercito Catholico; em que iba Don Pedro Alvarez Maestro del Temple em Portugal que ao mesmo tempo fuè de Castilla y Leon, com los cavalleros de su Orden; El Prior de San Juan; El Comendador de Santiago de Palmela; y muchos Cruzados de Ultramar, que por casualidade haviam arribado à Lisboa: (cruzados Alemães, Flamengos e Frisios, estes comandados pelo Conde de White e os Flamengos comandados pelo Copnde de Flandres) y haviendose conseguido completa victoria sobre os reis moros de Sevilla, Jean, Baeza y Cordova y de quasy toda Morisma de Ultramae, ò Africana".*

Alexandre Herculano no seu volume II.p.195 Diz, referindo-se à importância de Alcácer do Sal (Al-Kassr); para o tão arriscado como importante cargo de wali do distrito de Al-Kassr, cuja capital era como a chave dos territórios meridionais do Al-Gharb, e que por isso merecera o nome de Kassr al-Fetah (Castelo da porta ou da entrada).

Vejamos como Alexandre Herculano [Hist. Portugal tomo II, pp17-19] nos descreve este momento memorável da História de Portugal nos como distingue o empenho e determinação dos monges-guerreiros das Ordem do Templo: *“Toda a cavalaria cristã não passava de trezentos homens; mas nessa noite chegaram ao campo não só excelente peonagem, forte e bem armada, mas também o mestre do Templo, Pedro Alvites, com os seus freires ... Deviam ser na maior parte Templários, porque esta Ordem era, talvez, a mais numerosa de todas e porque debaixo do mando do Mestre dos três reinos da Espanha, Pedro Alvites... À voz do Mestre, uma trombeta dava o sinal do combate e os freires, erguendo os olhos ao céu, entoavam o hino de David: Não a nós, Senhor, não a nós! Mas dá glória ao teu nome.”*

Durante os nove anos que durou o mestrado de D. Fr. Pedro Alvites e os seus templários, na sua grande maioria Portugueses, mantêm-se e determina-se como ajudas preciosas para o alargamento, construção e solidificação do que irá ser o território português [Capelo, p.118].

-1217 outubro 8 – Doação – Carta de doação que fez D. Pedro Alvo à Ordem do Templo da quinta e herança que tinha no termo de Cardiga e de Torres Novas” [ANTT Gav 7 mç 3 nº 6].





-1217 outubro 18 – Em 1217 com parte com os seus monges-guerreiros acompanhado pelo contingente cruzado que se dirigia à Terra Santa na tomada do Castelo de Alcácer do Sal, bastião muçulmano mais importante e incomodativo perto de Lisboa e dos seus freires de Palmela, que acaba por cair em mãos dos cristãos em 18 de Outubro de 1217. [Capelo p.119].

-1217 outubro – Os bispos de Lisboa e Évora, e os Mestres das Ordens Militares fazem petição ao Papa Honório III, relatando a tomada de Alcácer do Sal. Solicitam ao Pontífice autorização para manterem por mais um ano a cruzada de libertação da Península e as indulgências da Terra Santa, assim como a vigésima parte dos rendimentos do clero de toda a Espanha para prossecução da guerra, para que possam regressar à pátria com plena remissão dos pecados. [Fernandes, p.285].

-1217 outubro – Guilherme, Conde holandês e Condestável das Cruzadas estrangeiras dirige carta ao Papa Honório III, a referir-lhe a tomada de Alcácer do Sal e a sugerir que prossiga com a campanha contra os infiéis da Península, pedindo instruções sobre a sua permanência aí ou avanço para a terra Santa. [Fernandes p. 285 e Monumenta Henriquina Vol. I nº 26, pp. 48-49].

-1217 dezembro – Santarém – D. Afonso II confirma o foral de Soure dado no ano de 1071. [Fernandes, p. 286].

-1217 dezembro 14 – Traslado – Traslados autênticos das cartas pelas quais D. Afonso II e D. Dinis tomaram à sua guarda e protecção a Ordem do Templo e seus cavaleiros, feitos a requerimento dos comendadores frei D. Lourenço Martins e D. João Soares 1217-12-14/1291-06-19. [ANTT Gav7 Mç 10 nº 12].

-1218 – D. Pedro Alvites, mestre da Cavalaria da Ordem do Templo, dá carta de foral à Vila de Proença. [Fernandes, p. 285].

-1218 janeiro 12 – Latrão – O Papa Honório III, pela Bula – *Intellecta ex vestris Littris* – dirigida aos bispos de Lisboa e Évora e mestres das Ordens Militares em resposta à missiva que lhe fora enviada, comunicando que não deseja ao cruzados da Terra Santa, mas que enquanto estes permanecerem na Península e combaterem os infiéis, lhes outorga as mesmas graças dos que morrem em serviço nos lugares Santos. Exorta ainda os fiéis a contribuírem para a reparação e defesa do Castelo de Alcácer e para a comunidade da cruzada. [Monumenta Henriquina Vol. I nº 28 pp 52 e Fernandes, p.286].

-1218 janeiro 31 – Latrão – O Papa Honório III, pela bula – *Certum est* – dirigida ao rei de Leão, exorta o monarca a cumprir os conselhos de arcebispo de Toledo sobre a paz na Península Ibérica, para exterminar os sarracenos e dilatar o domínio cristão. [Fernandes, p.286].

-1218 – Pedro Alvites – Passados dois anos, em abril, testemunha a outorga da carta de povoamento e restauração da vila de Proença-a-Velha e, no ano seguinte, no mês de novembro, de novo referenciado como comendador de Tomar, testemunha o emprazamento feito por João Soares e Soeiro Gonçalves ao mestre D. Pedro Alvites de dois casais em Álvares. Em dezembro do mesmo ano testemunha, como comendador de Tomar, a doação a Fernando Anes e a sua mulher D.^a Maria Rodrigues de uma herdade chamada Rossio do Freixial feita pelo mestre D. Pedro Alvites. [Nobre p.119].

-1218 – Os Templários e o seu Mestre Pedro Alvites tomam parte nas correrias guerreiras que se fizeram pelos planalto e planícies do Alentejo, conjuntamente com o exército real e as hostes guerreiras das outras ordens militares. [Pinharanda p.48].

-1218 – Pedro Alvites – Em relação ao lugar da Asseiceira, este tinha sido dado em abril de 1218, pelo mestre Pedro Alvites a Paio Farpado para que aí fosse construída uma albergaria. Contudo, ao que parece, Pedro Farpado ter-se-ia desinteressado pelo lugar, levando o referido mestre, quatro anos depois, em 1222, a queixar-se por o local se encontrar deserto, abandonado, e infestada a região de malfeitores e assassinos, correndo graves perigos os viajantes. Face ao exposto, entrega a Asseiceira a Pedro

Ferreiro que aí construiu a referida albergaria, tendo esta, em 31 de dezembro de 1281, por mandado da rainha D.^a Beatriz, sido confirmada aos templários com todos os seus pertences e direitos. [Nobre p.329].

-1218 – Pedro Alvites – Em 23 de janeiro de 1206, D. Sancho I volta a doar ao mestre Fernando Dias a localidade de Idanha-a-Nova para que a povoasse, doação confirmada pelo rei D. Afonso II em 1218 entregando a D. Pedro Alvites as duas Idanhas (a Velha e a Nova). In, [Nobre/311 e Nota1973 Mário Barroca, 2000, p. 162].

-1218 – Pedro Alvites – Cartas de foral e respetivos outorgantes nas áreas de influência do Templo Proença-a-Velha; D. Pedro Alvites. [Nobre p.361].

-1218 – Doação – Carta de doação feita pelo mestre e convento do Templo a Paio Farpado, do lugar de Asseiceira, para aí ser feita uma albergaria. [ANTT Gav7 Mç 6 nº 6].

-1218 – Pedro Alvitis – Ordinariamente as albergarias, mesmo quando fundadas por generosidade dos fiéis, estavam anexas a alguma igreja ou mosteiro. Consta de um documento de Lorvão, que em 1097 o presbytero Pedro comprara em Penacova umas casas, para albergaria dos pobres, enfermos e peregrinos. Em 1218, D. Pedro Alvitis, mestre da ordem do Templo, com seus freires doou a Pelágio Farpado e a todos os seus descendentes, o lugar de Ceiceira, com a condição de alli fundar uma albergaria, para nella se servir a Deus, recolhendo e hospedando todos os passageiros, fossem pobres ou ricos. Segundo Viterbo, nos documentos mais antigos da cidade da Guarda, a cada passo se faz menção da albergaria do Mondego. que era a de passando para isso uma carta de povoamento e restauração. No mesmo mês fará ainda a doação a Paio Farpado do lugar de Asseiceira para que ele aí construa uma albergaria. No ano seguinte aparece referido em dois documentos. Um de novembro de 1219, no qual João Soares e Soeiro Gonçalves emprazam dois casais em Álvares a D. Pedro Alvites e respetivos freires e outro com a data de 18 de dezembro em que Pedro Alvites doa a Fernando Anes e a sua mulher D.^a Maria Rodrigues uma herdade chamada do Rossio do Freixial. No ano seguinte, no dia 30 de novembro, estando na cidade da Guarda recebe do bispo desta diocese, uma igreja no lugar de Cabeça de Touro e, ainda, o poder de adquirir igrejas e receber as que lhes forem dadas. No mês seguinte, e talvez na sequência das doações anteriores, outorga carta de foral aos moradores do Touro. Em dezembro de 1221, o templário Diego Manso (um dos comendadores da bailia de Ponferrada), procurador do mestre Pedro Alvites na coroa galaico-castelhana-leonesa, recebeu da abadessa das Huelgas de Burgos 4.706 áureos como coleta, entregue pelo coletor pontifício Huguición, da vigésima destinada à Terra Santa. Em 1222 é a vez do marechal do mestre Pedro

Alvites na coroa galaico-castelhana-leonesa, D. Miguel, receber do arcebispo Toledano 1.649 maravedis de depósito da vigésima entregue pelo mesmo delegado pontifício. Finalmente, em maio de 1223, naquele que talvez tenha sido o seu último ato oficial neste primeiro período do seu mestrado, estando na cidade de Lisboa recebe das mãos de D. Sancho II o padroado da igreja de Soure que havia pedido ao rei, trasladado em 25 de setembro de 1216 em instrumento em pública-forma. Em 1223 terá renunciado ou sido forçado a renunciar ao mestrado da Ordem por razões ainda não clarificadas, mas não tão graves que impedissem o papa Honório III de pedir ao novo mestre que lhe perdoasse pelas dívidas contraídas na luta contra os Muçulmanos. Não sabemos se Pedro Anes (ou Eanes), que lhe sucedeu na cadeira, ou o Capítulo o terão feito ou não. Tudo leva a crer que as palavras do papa foram ouvidas, pois, em 1226 já se encontrava, de novo, à frente dos destinos da Ordem nos três reinos ibéricos, tendo recebido nesse mesmo ano a doação de vários bens por parte de Fernando Gonçalves. [*Fortunato Almeida p 548 História da Igreja*].

-1218/1219 – Tendo Inocêncio III convocado uma nova cruzada em Janeiro de 1213, Jaime de Vitry tomou parte activa na pregação deste último.

Eleito Bispo de Acre, Jacques de Vitry chega a Perugia em 17 de julho de 1216, enquanto o Papa Inocêncio acaba de morrer. Ele participa da eleição do novo pontífice e a coroação de Honório III que, por sua vez, o consagrou Bispo no dia 31 de julho. De Génova, juntou-se ao Bispado no outono de 2016, onde começou reformando os costumes orientais e Latinos. A partir de 1217, ele dá as boas vindas aos primeiros cruzados. De Junho de 1218 a setembro de 1221, seguiu o exército nas suas operações militares no Egipto e é testemunha da captura de Damietta (1218/1219). Após o fracasso da quinta cruzada, Jacques de Vitry retornou duas vezes à Europa. [Jacobi Vitriarco 1575.]

-1218 abril – Santarém – D. Afonso II confirma todas as doações feitas à Ordem do Templo. [Fernandes, p. 287].

-1219 novembro – A Ordem do Templo faz composição com João Soares e Soeiro Gonçalves, a respeito de dois casais situados em Álvares, dos quais um ficou para a Ordem do Templo. [Fernandes, p.298].

-1219 – Pedro Peles Freire – Pedro Peles testemunhou, em outubro de 1213, na carta de foral concedida pela Ordem aos moradores de Castelo Branco. Em 1219, durante o mês de novembro, assiste ao emprazamento feito à Ordem por João Soares e Soeiro Gonçalves de dois casais em Álvares e, no dia 18 de dezembro, presencia a escritura

da carta de doação feita pelo mestre Pedro Alvites a Fernando Anes e mulher, Maria Rodrigues, de uma herdade no Rossio do Freixial. [Nobre p.175].

-1219 outubro – Fernando Garcia Freire – Em outubro de 1213, encontrando-se na vila de Tomar, Fernando Garcia testemunha a outorga da carta de foral aos moradores de Castelo Branco pelo mestre D. Pedro Alvites. [Nobre p. 155 e 956 PMH, Leges, vol. I,].

-1219 novembro – Convenção – Convenção feita pela Ordem do Templo a João Soares e Soeiro Gonçalves a respeito de dois casais situados em Álvares. [ANTT Gav 7 Mç 9 nº].

-1219 – Soeiro Soares, Freire – Soeiro Soares testemunhou, em dezembro de 1219, a doação feita pelo mestre Pedro Alvites a Fernando Anes e mulher, D.^a Maria Rodrigues, de uma herdade chamada Rossio do Freixial. [Nobre p.182].

-1219 – Vicente Freire, claveiro – Marechal do mestre, Pedro Eanes (1223) Fr. Vicente encontra-se documentado como freire templário entre 1219 e 1223. Primeiro numa carta de 18 de dezembro de 1219, em que, como claveiro, **testemunhou a doação feita pelo mestre Pedro Alvites a Fernando Anes e mulher, D.^a Maria Rodrigues**, de uma herdade no Rossio do Freixial. Depois, em março de 1220, em que assistiu à doação feita por Pedro Faber e Maria Vasques à Ordem da herdade de Porto de Cais. E, por último, já como marechal do mestre D. Pedro Anes, presenciou, em julho de 1223, a doação do concelho de Mogadouro ao mestre da Ordem das décimas dos bens que lhes deviam entregar.

-1219 novembro – Convenção – Convenção feita pela Ordem do Templo a João Soares e Soeiro Gonçalves a respeito de dois casais situados em Álvares. [ANTT Gav 7 Mç 9 nº].

-1219 – Paio Maçaneira – Chapelão de Tomar 1219-1222 – *Paio Maçaneira encontra-se documentado entre 18 de dezembro de 1219 e agosto de 1222, tendo, durante este período, desempenhado a função de capelão de Tomar. Durante estes quatro anos foi chamado para servir de testemunha em quatro ocasiões. A primeira, em 18 de dezembro de 1219, data em que o mestre Pedro Alvites doa a Fernando Anes e a sua mulher a herdade do Rossio do Freixial Três meses depois, a doação feita por Pedro Faber e Maria Vasques aos templários da herdade de Porto de Cais. A terceira data de setembro de 1221, em que Pedro Gomes entrega à casa do Templo de Tomar a terça parte da sua herança em Valadares. Por último, a compra feita pelo comendador de Tomar, D. Fernando Martins, em agosto de 1222, ao comendador da bailia de Pombal, fr. D. Mendo Gonçalves, de toda a herdade de caneiros e bocais que possuíam na ribeira do Zêzere, pelo preço de um manto.* [citando Nobre. P.192].

-1219/1240 – Pedro, Presbítero (antes de 1240) – Capelão do Mestre Pedro Alvites 1219. *“Fr. Pedro terá doado, em data anterior a 1240, várias propriedades aos templários em Leiria. Desconhece-se qualquer outro pormenor acerca deste indivíduo a menos que se esteja em presença do capelão de Pedro Alvites”*. [citando; Nobre p. 192].

-1219 dezembro – A Ordem do Templo doa a Fernando Anes e a D. Maria Rodrigues, sua mulher, a herdade de Rossio do Freixal. [Fernandes, p. 287].

-1219 dezembro 8 – Doação – Carta de doação feita pela Ordem do Templo a Fernando Anes e a D. Maria Rodrigues, sua mulher, de uma herdade chamada o Rossio do Freixal. [ANTT Gav. 7 Mç 10 nº 13].

-1219 dezembro 18 – Vicente Circa – Do comendador Vicente Circa apenas se sabe que testemunhou, em 18 de dezembro de 1219, a doação feita pelo mestre Pedro Alvites a Fernando Anes e a sua mulher D.^a Maria Rodrigues da herdade do Rossio do Freixal. [Nobre p.149].

-1219 dezembro 18 – Pedro Alvites – “No dia 18 de dezembro de 1219, agora em sentido oposto, o mestre Pedro Alvites entrega a Fernando Anes e a sua mulher D.^a Maria Rodrigues uma herdade denominada de Respo do Freixial, que cremos tratar-se do lugar de Freixial (freguesia de Ferreira do Zêzere), possivelmente, na altura, localizado no arrabalde da vila de Ferreira do Zêzere. Ainda que tal não seja dito, o mais provável é que estejamos na presença de uma doação em prestimónio, ou, menos plausível, que se trate de uma doação por uma contrapartida não referida no documento”. [citando, Nobre. 271].

-1220 – Entre Douro e Tamega – Inquirição pela qual se demonstra que D. Afonso II, tem terra de Miranda foreira do rei, em sistema de copropriedade, com a Ordem do Hospital, a Ordem do Templo e Cavaleiros de Leão e Portugal. A Ordem do Templo possui propriedades nos julgados de Bragança, Canaveses, Lamas de Orelhão, Mesão Frio, Montenegro, Panóias, St^a Cruz de Vilariça e Ulgoso. [Fernandes, 287] e [Portugalia Monumenta Histórica. Inquiriciones.].

-1220 – Pedro Alvites – Cartas de foral e respetivos outorgantes nas áreas de influência do Templo – 1220 Touro D. Pedro Alvites. [Nobre p.361].

-1220 – Pedro Alvites – Em 1220 O Mestre templário cria o Município (Castelo e Povoação) de Touro (Guarda), por foral que ele próprio dera, depois da doação das respectivas herdades:

- *Haec est carta de foro, quam jussimus gacere. Ego Petrus Alviti per gartiam Dei Magister Templis unà cum conventu meo vobis populatoribus de Tauro &C. Facta fuit apud Calendis Decembris Era MCCLVIII (1220).*

Tradução: *Esta é a carta do mercado, que mandamos publicar. Eu, Pedro Alviti, pela guarda de Deus, o Mestre do Templo, junto com minha assembleia, a vocês, os povoadores de Touro, etc. Foi feito nas calendas de dezembro do ano de 1258 (calendário Juliano).*

-1220 – Pedro Alvites – Em 1220 o Mestre templário cria o Município (Castelo e Povoação) de Touro (Guarda), por foral que ele próprio dera, depois da doação das respectivas herdades:

- *Haec est carta de foro, quam jussimus gacere. Ego Petrus Alviti per gartiam Dei Magister Templis unà cum conventu meo vobis populatoribus de Tauro &C. Facta fuit apud Calendis Decembris Era MCCLVIII (1258).*

Tradução: *Esta é a carta do mercado, que mandamos publicar. Eu, Pedro Alviti, pela guarda de Deus, o Mestre do Templo, junto com minha assembleia, a vocês, os povoadores de Touro, etc. Foi feito nas calendas de dezembro do ano de 1258. (calendário Gregoriano 1220) [Capêlo p.119].*

-1220 – Pedro Alvites – Conquistada no final do século XII, a vila de Touro foi doada à Ordem do Templo, tendo recebido o seu primeiro foral em 1 de dezembro de 1220, das mãos do mestre D. Pedro Alvites. Em maio de 1221, os vizinhos do concelho da Guarda doaram aos templários a herdade da Cabeça do Touro. [citando Nobre p.373].

-1220 – Pedro Alvites – O ano de 1220 é marcado por duas doações, aparentemente concertadas e ambas no mês de novembro. Uma de 30 de novembro, a que já foi feita referência, em que os bispos da Guarda com o seu cabido doavam a Pedro Alvites uma igreja na Cabeça do Touro, bispado da Guarda e a faculdade de a Ordem poder adquirir e receber as igrejas que lhes fossem dadas. Nesta doação, reconheciam-se igualmente os direitos episcopais sobre Idanha-a-Nova, Proença, Guarda, vila de Cabeça do Touro e todas as outras igrejas ou castelos no território do episcopado egitaniense, exceto Castelo Branco com seus termos em posse conjunta com os delegados do Sumo Pontífice. A segunda

doação refere-se à dádiva, feita pelos habitantes dos sesmos de feria II, de feria III e de feria IIII ao mestre D. Pedro Alvites, das igrejas, patronatos e décimas das herdades que possuíam junto ao rio Ariorde, com o intuito de serem protegidos pelo castelo do Touro, a edificar, ficando resguardados os direitos episcopais. [citando Nobre p.398].

-1220 – Pedro Venege, Freire – Fr. Pedro Venege encontra-se documentado em 1219 e 1220. Em novembro de 1219 testemunha o emprazamento de dois casais em Álvares, feito por João Soares e Soeiro Gonçalves a D. Pedro Alvites e, no mês seguinte, a doação feita pelo mestre Pedro Alvites a Fernando Anes e a sua mulher D.^a Maria Rodrigues de uma herdade chamada Rossio do Freixial. Em março de 1220, testemunha, como pretor de Tomar, a doação feita por Pedro Faber e Maria Vasques aos templários da herdade de Porto de Cais. Desconhece-se que relação existiria entre este freire e Rui Venege referido à frente. [citando Nobre p.177].

-1220 março – Doação – Carta de doação feita por Pedro Faber e Maria Vasques à Ordem do Templo de uma herança no Porto de Cais. [ANTT Gav 7 Mç 3 nº28].

-1220 novembro – *“Em o ano de Christo 1220 fizeram os de Cicinio huma doação ao Mestre Pedro Alvres, e por se ella tão distincta a queremos aqui advertitr; principia ele: (a)”*:

“Nos de Cicinio de Feria II & de Feria III, & de Feria IIII, vobis Magistro Templi D. Pedro Alviti & c. facimus pactum firmum, & styable, ut vos habeatis de cunctis ipsis haereditaribus, quas habemos & c. Facta Scrituira firmitudinis mense Novembri sub Era MCCLCVIII (Christo 1220) [Bernardo, p.64, 1771].

-1220 novembro 30 – Doação – Carta de doação feita pelo bispo da Guarda e seu cabido, à Ordem do Templo, de uma igreja no lugar de Cabeça de Touro 1220-11-30. [TT Gav 7 Mç 14 nº 6].

-1220 dezembro 1 – Guarda – D. Pedro Alvites, Mestre da Ordem do Templo, dá carta de foral à Vila de Touro. [Fernandes, p. 288].

-1221 – Pedro Alvites – A herdade da Cabeça do Touro, no concelho de Sabugal foi conquistada no final do século XII e entregue em maio de 1221, pelo concelho da Guarda aos templários para que a administrassem, tendo o mestre D. Pedro Alvites fundado aí a vila de Touro e concedido a sua primeira carta de foral, no dia 1 de dezembro de 1220. [Nobre p. 358 e Bernardo da Costa, 1771, doc. XLIV, p. 258].

-1221 – D. Perdigão doa à Ordem do Templo uma herdade no Marmeleiro (bispado da Guarda). [Fernandes, p.289].

-1221 maio – O Concelho da Guarda doa a D. Pedro Alvites, mestre da Ordem do Templo e seus freires, o lugar de Cabeça de Touro, ficando montes, fontes e rios comuns ao concelho e à Ordem, e que suas bandeiras vão juntas ao do exército do rei. [Fernandes, p. 289]

-1221 junho – D. Fernão de Anes e sua mulher, Odrozia, doam à Ordem do Templo vários bens no termo de Linhares, sob certas cláusulas. [Fernandes, p.289].

-1221 junho – Mendo Pires e Maria Ordoniz, sua mulher, doam à Ordem do Templo metade da sua herança. [Fernandes, p. 289].

-1221 junho – Martinho Ataladro doa à Ordem do Templo meia herança em Valongo (bispado da Guarda). [Fernandes, p. 289].

-1221 junho – João Calvo doa à Ordem metade da sua herança em Valongo (Bispado da Guarda). [Fernandes, p. 290].

-1221 junho – Pedro Pires doa à Ordem do Templo metade da sua herança (não especifica a localidade). [Fernandes.290].

-1221 junho – Pedro Ruivo Doa à Ordem do Templo metade da sua herança (não especifica a localidade). [Fernandes, p.290].

-1221 julho – Pascal doa à Ordem do Templo metade da sua herança (não especifica a localidade). [Fernandes, p. 290].

-1221 julho – Pedro de Santiago da Teixeira doa à Ordem do Templo metade da sua herança (não especifica a localidade). [Fernandes, p.290].

-1221 julho – Lopo Teixeira doa a Ordem do Templo uma Vinha (não especifica a localidade). [Fernandes, p.291].

- 1221 julho – Domingos Bom doa à Ordem do Templo a terça parte da sua herança (não especifica a localidade). [Fernandes, p.291].

- 1221 julho – D. Lopo de Afirero e sua mulher doam à Ordem do Templo duas partes da sua herança (não especifica a localidade). [Fernandes, p.291].

-1221 setembro – Doação - Carta de doação feita por Pedro Gomes à Ordem do Templo, de toda a sua herança em Valadares 1221-09. [TT Gav 7 Mç 10 nº3].

-1221 novembro – Pedro Alvites – Testemunha no 2º testamento Afonso II – Tinha feito um 2º testamento assinado na Era M.CC.LVIII (he anno de Christo de 1221).

No final do documento pode-se ler: E mando ao Mosteiro de Alcobaça todas as minhas sortias e anneis que tiver no dia da minha morte. Mas pera que esta manda melhor se possa executar, & cumprir, mando que se façam oito cartas seladas com o meu sello de chumbo, das quais hua terá o Abbade de Alcobaça, a segunda o Prior de S. Cruz, a terceira o Mestre do Templo, a quarta no Prior do hospital, a quinta o abbade de S. João de Tarouca a sexta o Abade de S. Tirso, a sétima o Abbade de Ceiça & a oitava faço resguardar em meu poder. Forão feitas em Santarem no mês de novembro da Era MCCLVIII (qhe anno de Christo de 1221). [Livro XIII Monarchia Lusitana].

-1221 dezembro 30 – Em 30 de Dezembro de 1221 renuncia ao cargo de Mestre da três Ordens, não se sabendo o porque. Alguns historiadores corroboram a ideia de que se devia a uma operação fraudulenta de dinheiros guardados e vindos do Mosteiro de Burgos, operado por um Templário a mando do Mestre provincial, mas parece pouco crível pois ao renunciar Frei Pedro Alvites quis ser somente um cavaleiro processo da Ordem, mas a Ordem expulsava imediatamente do seu seio qualquer membro que lesasse a instituição ocupasse na hierarquia o lugar que ocupasse. Pensamos que, Frei D. Pedro Alvites continuou Templários até à sua morte que se presume ter sido nos finais do ano de 1223. (Capêlo notas 382, p.120).

-1221 dezembro 31 – Pedro Alvites – D. Fr. Pedro Alvites 11º Mestre nos três reinos – 1212-1221) (renunciou 30 dezembro de 1221). [Capêlo. P.108].

-1222 – A Ordem do Templo compra a D. Mendo Gonçalves uma herdade e matos na Ribeira do Zêzere. [ANTT Gav 7 Mç 9 nº 19].

-1222 agosto – O Comendador Templário do Pombal vende ao comendador Templário de Tomar, a herdade, carneiros e bocais acima do rio Zêzere, que é Alvarangel, termo de Tomar. [Fernandes, p. 292].

-1222 agosto 19 – Carta de doação feita pela infanta D. Sancha ao Mosteiro de Celas, da terça parte de Aveiro 1223-08. [ANTT Gav 1 mç4 nº 19].

-1222 agosto – Compra – Carta de compra de uma herdade e matos na ribeira do Zêzere feita pela Ordem do Templo a D. Mendo Gonçalves 1222-08. [ANTT Gav 7 Mç 9 nº 19].

-1222 agosto – Confirmação – 28 Carta de doação de seis casais feita por D. Urraca Pires à Ordem do Templo.[ANTT Gav 7 Mç 9 nº 28].

-1222 agosto – Doação – Carta de doação feita por D. Pôncio Afonso e D. Maior Martins, sua mulher, à Ordem do Templo, de uma albergaria no Pinheiro e da Aldeia Nova. [ANTT Gav 7 Mç 9 nº 29].

-1222 agosto – Doação – Carta de doação feita por D. Pôncio Afonso e D. Maior Martins, sua mulher, à Ordem do Templo, de uma albergaria no Pinheiro e da Aldeia Nova. [ANTT Gav 7 Mç 9 nº 29].

-1222 dezembro – Mendo Vermelho afora à Ordem do Templo uma herdade que tinha na Fonte do Carvalho, termo de Bezelga. [Fernandes, p. 292].

-1222 dezembro 26 – D. Pedro Alvito, Mestre da Ordem do Templo, doa a Pedro Ferreira e sua mulher, Maria Velasques, a albergaria da Asseiceira. [Fernandes, p. 292].

-1223 – Pedro Alvites – Terá renunciado ou sido forçado ao mestrado da Ordem por razões ainda não clarificadas, mas não tão graves que impedissem o Papa Honório III de pedir de pedir ao novo mestre que lhe perdoasse pelas dívidas contraídas na luta contra ao Muçulmanos [Nobre p.88 citando nota 411 Demétrio Mansilla, 1995 doc 447 Ref. Por Carlos Pereira Martinez, 2003] – Adianta ao autor [Nobre p 88] que; não sabemos se Pedro Anes (ou Eanes), que lhe sucedeu na cadeira, ou o Capítulo o terão feito ou não. Tudo leva a crer que as palavras do Papa foram ouvidas, pois, em 1126 (Pedro Alvites) já se encontrava, de novo, à frente dos destinos da ordem nos três reinos Ibéricos. Tendo recebido nesse mesmo ano a doação de vários bens por parte de Fernando Gonçalves. [Nobre p88]. Aliás este autor na página 89 da sua obra afirma que Pedro Eanas foi pretor de Castelo Branco em 1222 e de Tomar em 1235. Mais à frente cita Cristina Fernandes dizendo que esta autora na inclui Pedro Eanes na lista dos mestres da Ordem do Templo.

Nota do autor do artigo: Nas há consenso na data da renúncia? (se é que houve renúncia!) todavia a bibliografia refere que Pedro Anes foi mestre da Ordem do Templo somente um ano por ter falecido no ano de 1224. Assim se como [Nobre p88] afirma que Pedro Alvites foi Mestre dos 3 reinos novamente no ano de 1226 – existe uma vacatura de dois anos.

-1223 – 1 Carta de composição, que D. Sancho II fez com as rainhas D. Teresa e D. Branca, sobre os castelos das vilas de Montemor-o-Velho, Alenquer e Esgueira, estabelecendo que as vilas, por sua morte, voltem à posse do rei, e Esgueira fique pertencendo ao mosteiro de Lorvão 1223. [ANTT Gav 1 m1 nº1].

-1223 janeiro/março – D. Afonso II – Era passado o anno de 1222 & já entrava o de 1223 quando sobreveio a ElRey D. Afonso II a última enfermidade de que morreo. Tinha feito um 2º testamento assinado na Era M.CC.LVIII (q he anno de Christo de 1220). Há autores que afirmam que este testamento foi escrito 17 meses antes da data da sua morte, ou seja, terá falecido durante o mês de Fevereiro/Março de 1223. No final do documento

pode-se ler: E mando ao Mosteiro de Alcobaça todas as minhas sortias e anneis que tiver no dia da minha morte. Mas pera que esta manda melhor se possa executar, & cumprir, mando que se façam oito cartas seladas com o meu sello de chumbo, das quais hua terá o Abbade de Alcobaça, a segunda o Prior de S. Cruz, a terceira o Mestre do Templo, a quarta no Prior do hospital, a quinta o abbade de S. João de Tarouca a sexta o Abade de S. Tirso, a sétima o Abbade de Ceiça & a oitava faço resguardar em meu poder. Forão feitas em Santarem no mês de novembro da Era MCCLVIII (q he anno de Christo de 1221). Parece-me razoável afirmar (poer tudo o que já relatámos atrás) que o relacionamento, não só institucional como pessoal, entre o Rei D. Afonso II e o Mestre da Ordem do Templo Fr. Pedro de Alvites seria bom. As dúvidas que existiam são relatadas no item seguinte. *In*, [2º Testamento Afonso II – Livro de Óbitos de Santa Cruz – e Livro XIII da Monarchia Lusitana. Fr Bernardo Costa 1771 p113 O. Cristo].

-1223 maio – Lisboa – D. Sancho II doa a D. Pedro Alvites, Mestre da Ordem do Templo, o padroado da Igreja de Soure. [ANTT Gav 7 Maço 6 nº 3] e [Fernandes, p.293]

-1223 maio – Pedro Alvites. Tornou-se, depois da renúncia, num simples cavaleiro professo da sua ordem. Ela ficou registada neste documento, datado de maio de 1223: “Eu, Sancho (II), por Graça de Deus, Rei de Portugal, à Ordem do Templo, jure patronatos (...) concedo, para que tenham a posse hereditária e perpetuamente (...) e isto faço por amor de Deus e da Santa Virgem Maria, e por legado e amor de ti, Pedro Alvites, que fostes, mestre do Templo (...)” [Capêlo p.121].

-1223 – Sancho II/Alvites – *Eu, Sancho II, por Graça de Deus Rei de Portugal, à Ordem do Templo, jure patronatus (...) concedo, para que tenham a posse hereditária e perpetuamente (...)e isto faço por amor de Deus e da Santa Virgem Maria, e por legado e amor por ti, Pedro Alvito, que fostes, mestre do Templo(...).*

De facto, tendo sido o reinado de D. Sancho II de 1223 (26 de março) a 1248, com a data mais asinha, pelo menos em 26 março do ano 1223 o Fr. Mestre Alvites ainda era vivo e já não era mestre da Ordem dos Templários. [Capêlo p. 121].

-1223 maio – Doação – Carta de D. Sancho II pela qual fez doação à Ordem do Templo do padroado da igreja de Soure. [ANTT Gav 7 Mç 6 nº 3].

-1223 – Petri Alviti – N.º I. Anno 1223 (era 1261) Maio. Doação do padroado de Soure aos templários. Feita em Lisboa *pro rogatu et amore doinni Petri Alviti quondam magistri Templi. Confirmant D. Petrus Johanni maiordomus carie, D. Martinus Johanni signifer, D. Gonsalvus Menendi, D. Garcia Menendi, D. Rodericus Menendi, D. Johannes Fernandi,*

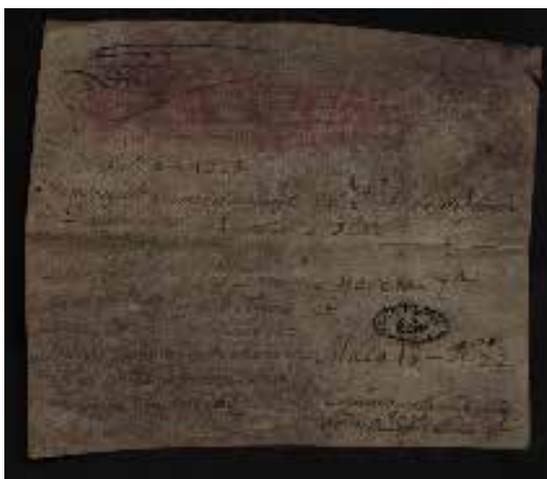
D. Johannes Petri e os prelados: Gav. 7, M. 14, n.º 5, no Arch. Nacional.” [Herculano tomo IV p. 324].

-1223 junho 23 – Pendendo, portanto, a questão favoravelmente para Afonso II, a luta que este iria travar agora seria numa nova frente, uma frente constituída por um grupo social de grande influência não só económica, mas principalmente moral — o clero. *No que se refere a direitos reais sobre os bens em litígio, porque o seu domínio pleno continuou pertencendo a suas irmãs. É o que se infere das doações que estas continuam a fazer, dispondo livremente dos citados bens.* No entanto, a luta com as irmãs arrastar-se-ia ainda por longo tempo e o acordo, o verdadeiro encerrar da questão, só viria a dar-se em 23 de Junho de 1223, já depois da morte de Afonso II, [Veloso, p 213/4].

-1223 julho – Dízimo – Carta pela qual constava que o concelho e moradores de Mogadouro haviam de pagar o dízimo dos frutos de sua terra à Ordem do Templo [TT Gav 7 Mç 13 nº17].

-1223 dezembro 31 – Renúncia – “O que non sabemos é quen substituiu a Pedro Álvarez despois da súa dimisión. En Portugal aparece como Mestre Pedro Anes, en xullo de 1223” (Viterbo, 1966: II, 597; Paraschi, 1992: 55-56). “¿Foi tamén Mestre en Castilla e León, como se interroga Paraschi? Non estamos en condicións, polo de agora, de ter unha resposta concluinte”.

-1225 – Doação assinado por um D. Tomaz em nome da Ordem. [ANTT Gav 7 Mç 13 nº 22 carta Doação de terreno em Vimieiro Ourém].



-1225 fevereiro – Doação – Carta de doação feita por Gonçalo Domingues e sua mulher, à Ordem do Templo, de uma herança, no Vimieiro, junto de Ourém [ANTT Gav 7 Mç 13 nº 22].

-**1226 outubro** – Doação – Carta de doação de alguns casais feita por Fernando Gonçalves à Ordem do Templo. [ANTT Gav 7 Mç 3 nº9].

-**1226** – Martim Sanches – Seguiu-se Martim Sanches 1ª referência 1226-03-03. Última referência 1228-03 Castelo Branco. [Nobre. 192].

-**1227 janeiro 21** – Doação – Carta de doação feita por D. Soeiro Rodrigues à Ordem do Templo, da terça parte de todos os seus bens. [ANTT Gav7 Mç 14 nº 10].

-**1227** – Pedro Sanches; Capelão do Mestre D. Pedro Alvites 1227 - O capelão do mestre Pedro Alvites testemunha, em 21 de janeiro de 1227, a doação, feita por D. Soeiro Rodrigues à Ordem do Templo, da terça parte dos seus bens. [Nobre p.193].

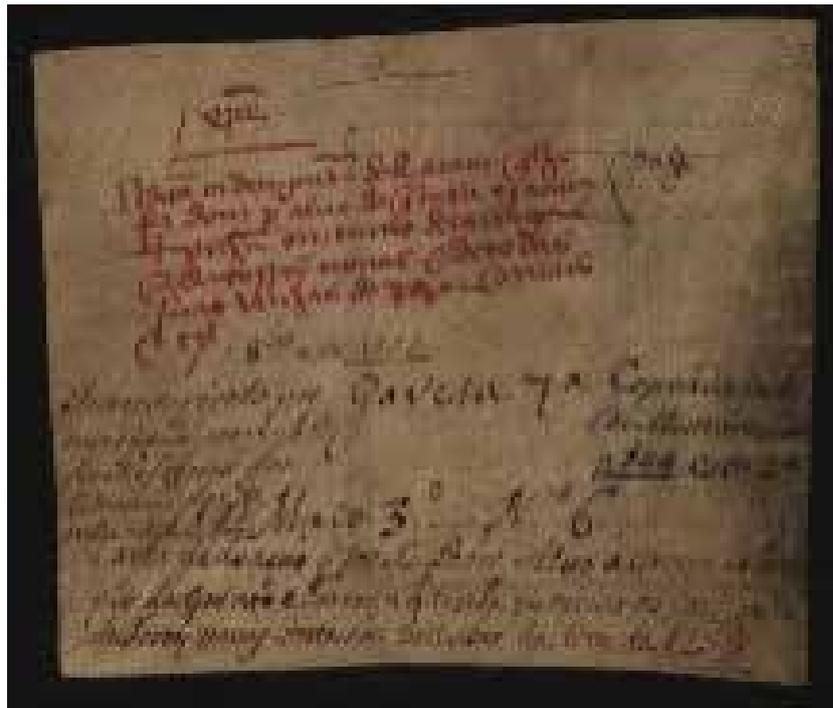
-**1227 janeiro** – Pedro Alvites – *“Em janeiro de 1227, último ano em que aparece referenciado como mestre templário, testemunha a doação feita no mês de janeiro por D. Soeiro Rodrigues da terça parte de todos os seus bens móveis e imóveis. No mês de fevereiro, naquele que será o seu último ato oficial, presencia a composição entre a Ordem do Templo e o arcebispo de Braga, D. Estêvão, de modo a este ter uma só procuração das igrejas de Mogadouro e Penas Róias, passar a receber só um quinto em vez da terça da dízima e a dita Ordem passar a apresentar o capelão. Do século XIII, ainda que desconhecamos se antes ou depois da interrupção do seu mestrado, existe uma carta de composição feita entre D. Pedro Alvites, mestre da Ordem do Templo, o reitor, os clérigos e os beneficiados da igreja de Santiago de Santarém, sobre a terça parte que a Ordem tem na dita igreja. **A partir de 1227 nada mais se sabe dele**”*. [citando Nobre. P. 89 - Ver notas].

-**1227 fevereiro** – Carta de Composição – Carta de composição feita entre a Ordem do Templo e o arcebispo de Braga, de modo a este ter apenas uma procuração das igrejas de Mogadouro e Penarroias e receber menos dízimos, apresentando a dita Ordem os capelães. [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 4].

-**1227 março 18** – Papa Honório III – Fim do pontificado.

-**1227 março 21** – Papa Gregório IX – Entronização.

-**1227** – Pedro Alvites – Carta de divisão das dízimas das igrejas de Penas Róias e Mogadouro em que intervieram pela Ordem do Tempo Pedro Alvites; o Arcebispo de Braga e o Cabido da Sé de Braga. [Prova que em 1265-38 = 1227 Pedro Alvites representava a Ordem do Templo. [ANTT Gaveta 7, Maço 12, nº 13].



O 3º selo é o selo usado pelo Mestre Pedro Alvites – Conforme ampliação página 4 deste texto. “Agnus Dei”.

-**1228 fevereiro** – Doação – Carta de doação feita por Martim Gonçalves e Maria Soares à Ordem do Templo, da terça parte de todos os seus bens. [ANTT Gav 7 Mç 10 nº 1].

-**1228 maio** – Doação – Carta de doação feita por D. Fruille Ermigia à Ordem do Templo da herdade de Cira com seus termos e de toda a sua fazenda em Portugal e Castela. [ANTT Gav7 Mç 9 nº 13].

-**1230 julho 29** – Convenção – Carta de convenção entre o bispo de Viseu e a Ordem do Templo, pela qual ficava pertencendo a esta Ordem o direito de apresentar a igreja de Santiago de Trancoso. [ANTT Gav7 Mç 13 nº 24].

-**1230 dezembro** – Doação – Carta de doação da torre de Alfarofe feita por Martim Mendes e sua mulher D. Domingas, à Ordem do Templo. [ANTT Gav 7 Mç 9 nº 12].

-**1231 janeiro 3** (1269-38 =1231) -Composição - Carta de composição feita entre a Ordem do Templo e o prior de São João a respeito de Vila Chã e outros bens. [ANTT Gav 7 Mç 14 nº 11ª depois de lido o documento consta 1269].

-**1231** – Macedo Cavaleiros – “*Ato notarial conhecido diz respeito a Macedo de Cavaleiros. Trata-se da composição feita, em maio do ano de 1231, entre as ordens do Templo e a do Hospital, sobre a posse de dois casais em Bagueixe, termo de Castro Roupal e Otite (U.F. de Talhinhas e Bagueixe). Cada uma das partes ficou com o seu casal, facto confirmado quer pela inquirição de 1258, quer pela de 1290-1291. Estas propriedades em Talhinhas e em Bagueixe pertenciam, em 1507, à comenda de Mêda da Ordem de Cristo 1483.*

Em Macedo de Cavaleiros os templários dispunham dos bens que se enumeram no quadro 20. “Quadro 20 – Bens do Templo em Macedo de Cavaleiros”.

Concelho de Macedo de Cavaleiros

Paróquias / (Freguesias/União de Freguesias)

Inquirições

Vila de Talhinhas (U.F. de Talhinhas e Bagueixe) [1258]; O concelho de Bragança deu a terça parte da vila das Talhinhas à Ordem do Templo. [1290-91]; O Templo possui oito casais.

Bagueixe (U.F. de Talhinhas e Bagueixe) [1258]; um casal na vila de Bagueixe. [1290-91]; um casal.

Morais (freg. de Morais) [1258]; O Templo uma herdade doada por D. Fruilhe que não era foreira. [1290-91]; um casal.

Freg. de Vinhas [1258]; D. Martin Peres apoderou-se de uma herdade foreira do rei que pertencia a um homem de Chassim e mandou-a ao Templo, no tempo de D. Sancho II, embora Martinho Fernandes não saiba nada dessa herdade que o Templo aí tinha. São Cristóvão (freg. de Olmos) [1258]; A vila e a igreja foram do rei e a rainha velha deu-a à Ordem do Templo que mais tarde passou a pertencer à Ordem do Hospital. Neste concelho, a quantidade de bens que a Ordem possuía era relativamente considerável. Para além dos dez casais, oito dos quais em Talhinhas e que deveriam corresponder à terça parte que a Ordem recebeu do concelho de Bragança, detinha, ainda, um casal, possivelmente o que havia sido doado por D.^a Fruilhe Ermiges, em Bagueixe e outro em Morais. Detinha também a herdade de que se havia apoderado D. Martim Peres e que posteriormente foi doada aos templários no tempo de D. Sancho II. Tinha, ainda, a vila e a igreja de São Cristóvão que, mais tarde, passariam para a Ordem do Hospital com o nome de Malta. Atendendo à localização de Talhinhas e ao seu doador, o mais provável era que esta vila, nessa altura, pertencesse ao termo de Bragança". [Nobre p.236].

Referimos ainda pertença durante a existência da Ordem dos Templários dos Vilares de Peredo de Santa Comba e Talhinhas [Vicente p. 17] e ainda Argana, Azibeiro, Chacim; Fornos [de Ledra]; Gralhós; S. Cristóvão; Meles; Valdrez; Vale de Prados; Vila Nova (da Rainha); Vilar d'Ouro; Vilarinho (de Agrochão). Pertenças totais ou parciais, hoje integradas no perímetro do concelho de Macedo de Cavaleiros. In, Cadernos Terras Quentes nº 16 pp62 a 66].

-1231 (Diocese de Braga) – Macedo de Cavaleiros – Gráfico 5 – *“Bens na diocese de Braga, por concelho (sécs. XII-XIV) Os dados apontam para uma forte presença de bens templários em quatro concelhos [Vila Real (14), Barcelos (10) Braga e Bragança (8)], seguidos de Ponte de Lima (6), Macedo de Cavaleiros e Vila Verde (5) e menos nos restantes. Estes bens encontravam-se distribuídos no espaço da forma que se apresenta no mapa que se segue". [Nobre pág 245].*

-1231 janeiro 3 – Sentença – Sentença pela qual se julgou que a Ordem do Templo tivesse as duas partes do eclesiástico e secular em Vila Chã de Barçosa, e a Ordem do Hospital a terça parte, e que em Atenor tivesse cada uma metade. [ANTT Gav 7 Mç 6 nº 8].

-1231 abril – Doação – Carta de doação de uma herança na Aldeia Nova, no termo da Covilhã, feita por D. Porcio e D. Maior, à Ordem do Templo [ANTT Gav 7 Mç 9 nº11].

-1231 – Composição – carta de entendimento – Carta de composição e avença feita entre a Ordem do Templo e a Ordem do Hospital a respeito de dois casais no termo de Castelo Rompar. [ANTT Gav 7 Mç 12 nº 8].

-**1231 agosto** – Doação – Carta de doação feita por João Seara à Ordem do Templo de todos os seus bens. [ANTT Gav 7 Mç 3 nº 5].

-**1232? (rasurado)** – Doação – Carta de doação feita por Afonso Anes à Ordem do Templo de meia quinta em Vila Nova e de dez casais, quatro dos quais em Sobradelo. [ANTT Gav 7 Mç 7 nº 9].

-**1234** – Morte de Pedro Alvites – Fr. Bernardo da Costa, referindo Campomanes, diz que ainda era mestre em 1234. Fr. Bernardo da Costa, referindo Campomanes, diz que ainda era mestre em 1234. Nesta passagem *“Entre los primeiros que assistieron, fueron D. Pedro Alvres, Maestro del Templo com sus Cavalleros. Anno de Christo de 1234”*. [História Ordem Cristo – p 68].

17 – A sua potencial ligação, a Macedo de Cavaleiros

Mestre Pedro de Alvites; Mestre Pedro Álvares de Alvites, Pedro de Alvito o qual tenha sido o verdadeiro nome deste Mestre, era português. Assumimos Pedro Alvites.

Está por surgir um documento coevo que nos dê a informação, pelo actual estado do conhecimento, não encontramos informação fiável que nos informasse quando e onde tenha nascido. Era quase, por certo, nortenho; de Trás-os-Montes, possivelmente; do distrito de Bragança, provavelmente.

Relembra Ferreira do Amaral no Caderno Terras Quentes 17, p41, que no ano de 1199, já o rei de Leão tinha alguma apetência pelo Nordeste Transmontano; diz-nos este autor: *“Nesse tempo haviam rebentado as hostilidades entre os reis de Portugal e de Leão. Este último havia tentado a invasão de Portugal pelo Nordeste Transmontano e veio a cercar Bragança em 1199. Mas D. Sancho I contou com o apoio de vários próceres da região, entre eles o próprio chefe dos Bragançons, pelo que logrou repelir o ataque...”*

Sem dúvida que o Mestre da Ordem dos Templários Pedro de Alvites, teve um papel determinante nos acontecimentos que nos levaram a iniciar esta investigação: Resultante das guerras havidas entre as irmãs D. Sancha e D. Teresa do Rei D. Afonso II, tendo pelo lado das irmãs o Rei de Leão Afonso IX, que tinha casado com a Infanta D. Teresa e de

quem tinha um filho desse casamento, o infante D. Fernando que se colocou à frente as tropas de Leão para invadir toda a região de Trás-os-Montes, tomando entre outras as terras de Ledra e Lapaças assim como o Castelo de Balsemão, todos que fazem parte do, hoje, concelho de Macedo de Cavaleiros.

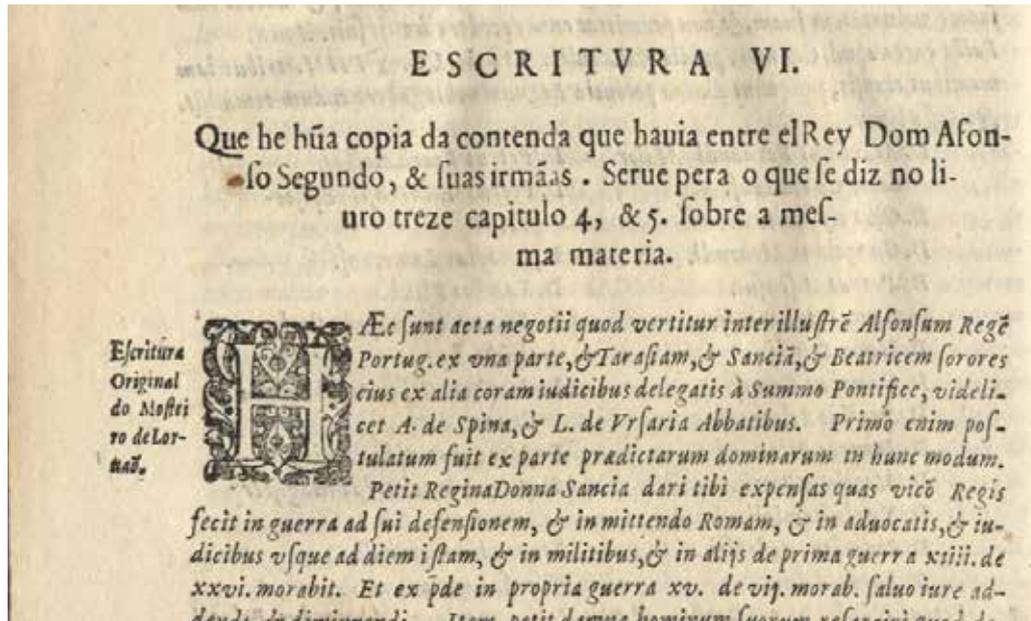
Foram estes os acontecimentos que levaram a um primeiro entendimento, descrito pela “Breve Papal” de Inocência III, emitida no dia 21 de maio do ano de 1213, bem descritos em toda a bibliografia Portuguesa e alguma castelhana e de Leão.

Assim, vamos encontrar na Quarta Parte da “Monarchia Lvsitana”, obra de Frei António Brandão Cronista-Mor de Portugal datada do ano 1632 o constante na escritura nº VI, referida também por exemplo por Alexandre Herculano, [Tomo II 2ª edição de 1852, pp162 a 173] que nos esclarece documentalmente a existência do Castelo de Balsamão, operacional e que passou para as mãos da Ordem dos Templários em 21 de maio do ano 1213. [Conforme folha 25 do livro vermelho de D. Afonso III que se encontra arquivado na Torre do Tombo].

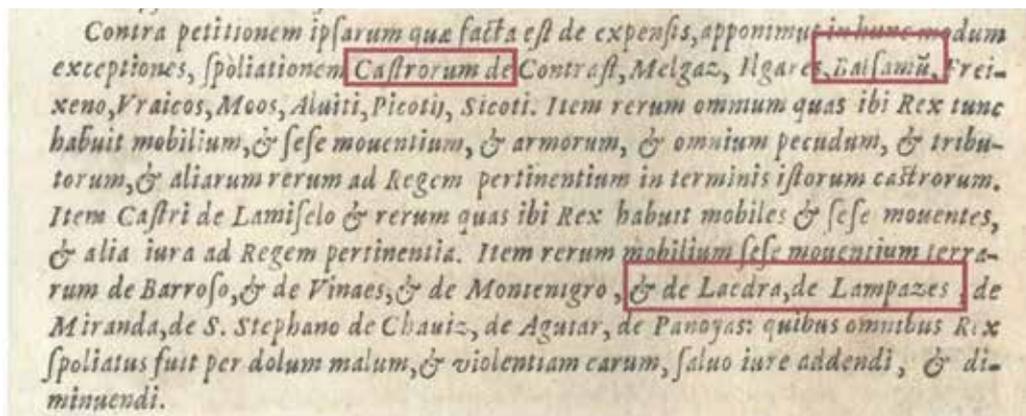


Capa da “Monarchia Lvsitana” quarta parte, editada no ano 1632.

A página 263, relata-nos que um dos castelos que, Afonso IX de Leão tomou, quando invadiu Trás-os-Montes em 1212 foi o Castelo de “Balsamã” – Balsamão – assim como as terras de Laedra “Ledra” e Lampazes “Lampaças”, sendo que o original da “Breve” de Inocêncio III, se encontra nos arquivos do Mosteiro de Lorvão. Em data mais recente, segundo carimbo da capa a obra encontrava-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.



Início da escritura VI a que faz menção ao castelo de Balsemão
(Quarta parte da Monachia Lusitana do Fr. António Brandão, pág 74 e 74V).



Escritura VI a que faz menção ao castelo de Balsemão
(Quarta parte da Monachia Lusitana do Fr. António Brandão, pág 74 e 74V).

Lê-se, quase no final da segunda linha do texto, os nomes dos castelos, que Afonso IX de Leão tomou em 1212 na sua investida por Trás-os-Montes, entre eles, Balsamão e na oitava linha as terras de Ledra e Lampaças.

Apena corrida, na mesma obra, o autor faz-nos a tradução, (dá-nos conta do entendimento entre D. Afonso II e as suas irmãs), de uma “Breve” que Inocêncio III exarou na Basílica São João de Latrão, (no decorrer do quarto concilio Laterano), em Roma, a 12 das calendas de junho do ano 16 do seu pontificado – ou seja a **21 de maio do ano de 1213** – onde absolve da excomunhão Afonso II.

Facilmente se compreende como todas as terras e Castelos conquistados por Afonso IX de Leão, com o Infante Fernando seu filho e da Infanta D. Teresa em 1211. Tenham sido devolvidas à Ordem dos Templários pela breve de 21 de maio de 1213, já que havia uma grande proximidade, amizade? Entre o Mestre Pedro de Alvites e o Rei D. Afonso II. A Ordem, fosse qual fosse o Mestre gozava de grande aceitação, honorabilidade, respeito e honradez para que facilmente se entregasse a Ordem do Templo as Terras de Ledra e de Lapaças e o Castelo de Balsemão, assim como outros castelos e terras que emergem do documento.

É, pois, o Mestre da Ordem dos Templários, Pedro Alvites, ou Pedro de Alvites um dos maiores protagonistas da história da Ordem dos Templários do Nordeste Transmontano Medieval, mormente na nossa área de estudo, Terras de Ledra e de Lapaças – Hoje Concelho de Macedo de Cavaleiros.

18 – Conclusões finais

Iremos começar as nossas conclusões repetindo as palavras de “**Júlio Dantas**” (tão contestado na sua época, sobretudo por José Sobral de Almada Negreiros, com o manifesto anti Dantas) = *“Toda a cautela é pouca, com imaginações sempre prontas a voar para a região dos sonhos dourados”*.

Mas Bordonove é mais objectivo: *“Para o historiador, existe um tal abismo entre as fantasias às quais escritores históricos de todos as matizes se entregaram sem moderação, e os documentos autênticos e materiais precisos, que os nossos arquivos e bibliotecas guardam em abundância, que seria difícil acreditar neles. Esta contradição não se manifesta de forma tão visível e óbvia!”*.

Mas... diz o dito popular; se 10 pessoas assistirem hoje a um acidente de viação, provavelmente, encontraremos 10 opiniões diferentes, sobre como aconteceu e de quem foi a culpa.

Todavia, o dever de um historiador, exige a sua profissão, e a própria história reclama, é irmos escrevendo e rescrevendo a história. A sua verdade cabe a cada um que a lê e da interpretação que faz ao argumentado.

Comecemos por um exemplo de interpretação – “**O Nosso primeiro Rei, D. Afonso Henrique, foi um Templário?**”

Essa é a nossa interpretação sobre o documento IV publicado na obra de Frei Bernardo Costa, página 157, em 1771, que transcrevemos:

Traduzido pelo Frei Bernardo Costa:

“Confirmação da Doação do castelo de Soure, que tinha feito a Rainha D. Teresa, pelo Senhor Rei D. Afonso Henriques sendo ainda Infante, ou Príncipe de Portugal.

*Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho, e Espírito Santo, Trindade Indivisível que nunca terá fim, mas permanecerá por infinitos séculos dos séculos. Ámen. Eu Ilustre Infante D. Afonso Neto do grande D. Afonso de boa memoria Imperador da Espanha, e filho do Conde D. Enrique, e da Rainha D. Teresa, e pela misericórdia de Deus Príncipe dos Portugueses; em honra de Nosso Senhor Jesus Cristo, dou a vos Soldados do Templo de Salomão o antigo Castelo que se chama Soure, o qual está situado na Estremadura em o território de Coimbra águas vertentes ao Mondego. Dou-vos, e concedo-vos o tal Castelo com todos seus foros que são, e forem para que vós os tenhais firmemente, e todos vossos sucessores para sempre, e **esta doação faço não por mando, ou persuasão de alguém, mas por amor de Deus, e por remedio de minha alma e de meus Pais, e pelo cordial amor que vos tenho, e porque com a vossa Irmandade e em todas vossas boas obras sou Irmão.** E se algum homem assim dos estranhos como dos Propínquos quiser impedir, ou anular esta minha Doação o qual totalmente não creio se faça, pague quatro vezes em dobro o tal Castelo a vós Cavaleiros do Templo, ou a qualquer que estiver em vosso nome e ao poder real, o que manda o livro dos Juizes. Feita a Carta de Doação, e firmeza aos **treze de Março** da era de Mil cento, e sessenta e sete (1129)*

Eu o Infante D. Afonso com minha própria mão roboro esta Carta”.

Os que foram presentes em Guimarães:

Bernardo Bispo de Coimbra; Ermigio Moniz; Egas Moniz; Mendo Moniz; Lourenço Alferice; Raimundo Garcia Pedro Paes; Egas Gozende; Payo Goterres da Sylva; Ermigio Venegas; Joao Rania; Soeiro Mendes; Pedro Paes; Pedro Payo.

Pedro Chanceler do Infante a anotou.

O original:

Confirmação da Doação do castelo de Soure, que tinha feito a Rainha D. Tereza , pello Senhor Rey D. Affonfo Henrriques fendo Infante , ou Princepe de Portugal.

Nnomine fanctæ & individuæ Trinitatis Patrie & Filij , & Spiritus Sancti , Trinitas indivifibilis quæ nunquam erit fimenda fed permanet per infinita feculorum fæcula. Amen. Obinde Ego Egregius Infans Dominus Alffonfus bonæ memoriæ Magni Alftonfi Imperatoris Hifpaniæ Nepos, Co mitis Henrrici & Regina Tarafie Filius adque Dei Clementiam Portugalentium Princeps. In honore Domini Noftri Jefus Chrifti, do vobis militibus Templi Salomonis quondam Caftellum nomine. Sau rium, habet jacentiam in extrematura tirritorio Co limbrienci, difcorrente aqua Mondego. Do adque concedo illud castrum vobis cum omnibus fuis locis, & terminis antiquis, adque cum omnibus fuis foris quæ funt & fuerunt, ut vos habeatis illud firmiter & omnes fuceffores veftri poft vos pereniter. Et hoc facio Ego n gentis imperio nec fuadente articulo: fed pro amore Dei, & pro remedio animæ meæ& parentum meorum, & pro amore cordis mei quem erga vos habeo , & qua in veftra fraternitate & be neficio omni fum Frater ; & fi aliquis homo tam de extraneis quam de propinquis ad hoc factum meum inrrumpendum venerit quod fieri minime credo : vo bis Fratribus vel qui vicem veftram pulfaverit illud castrum Saurium pariet in quadruplum , & rege po teftati quod liber juditium percepit. Facta Carta donationis, & firmitudinis 2 idus Martij fub Era M, CLXVII. Ego Infans Dominus Alffonfus hanck propria manu roboro.

Qui prefentes fuerunt Vimarani. Bernardus Colimbrienf. Epifcop. Ermigius Munis Curiaë Dapifer Egas Monis Menendus Munis Laureus Alferice Raimundus Galliaë Petrus Pais Egas Godefindis Pelagius Gafierris da Sylva Ermigius Venegas Joannes Rama Sudario Menendis Gundifalvus de Soufa Egas Petrus Pelagio Petrus Cancelarius Infantis Notarius

Será falso este documento? Pensamos que não, aliás toda realeza que se seguiu até D. Dinis, (já não falando no comportamento, leia-se privilégios que o Papado outorgava à Ordem do Templo pelos serviços militares prestados) apesar de alguns percalços pelo caminho, o “Poder” sempre foi agradecido e generoso para com à Ordem do Templo – É ter a paciência de ler-se o cartulário (1122 a 1234) que se publica para melhor entendermos –.

Mas, o objectivo do artigo, era desvendar, o que teria sido a vida e obra do Frei D. Pedro Alvites Assumimos este nome (Frei. D. Pedro Alvites) com mais potencial para ser o verdadeiro desde que nasceu até morrer – mas, aqui ,apesar de termos aclarados algumas aspectos (pensamos), foram também algumas desilusões mas, sobretudo, dúvidas, não deixámos contudo de emitir a nossa opinião mesmo em assuntos mais duvidosos, por isso pedimos desculpa aos nossos leitores por alguma inexatidão, mas poderá acontecer que, num próximo futuro, quando alguém retomar o tema, alguma ideia que retire do artigo possa servir-lhe para se aproximar mais da verdade, já que esta será muito difícil, ou mesmo, impossível de atingir. “Será sempre a nossa verdade”

Como dissemos no início do artigo este tinha por objectivo provar que foi Frei D. Pedro Alvites a consumir as diretrizes proveniente de uma “Breve” do Papa Inocêncio III emitida em 21 de maio do ano de 1213, entregando as Terras de Ledra e as Terras de Lampaças, assim como o castelo de Balsemão (entre outros castelos e terras, em Trás-os-Montes), todos inseridos no espaço geográfico, hoje, pertencentes ao concelho de Macedo de Cavaleiros.

Tivemos que escavar fundo, a começar pela sentido religioso do Cavaleiro Templário. Assim, pensamos, não ter grandes dúvidas que “veneravam” Virgem Maria, para além (obviamente) do seu filho Jesus de Nazaré. Podemos considera-los seguidores de Maria, ou seja, eram Marianos. Durante o acto o cavaleiro tinha que cumprir um certo ritual e fazer votos de pobreza, castidade, devoção e obediência o que em bom rigor, já estava imbuído na leitura do juramento.

Na transcrição integral que fizemos do juramento que um cavaleiro Templários fazia antes de se alcandorar a “esse mister” está bem expressa (no excerto do juramento) a sua devoção a “Maria” *“A Unidade de Deus e a pluralidade da Santíssima Trindade: que Maria, filha de Joaquim e Ana, da tribo de Judá e da linhagem de David ela sempre permaneceu Virgem, antes do parto, no parto e depois do parto...”*. Curiosa a informação pessoal do Dr. Rui Sommer de Andrade, um dos proprietário do Castelo Templário da Cardiga e associado da nossa Instituição “Terras Quentes” – *nunca encontrei uma cruz de Cristo (com a haste vertical mais comprida que a haste horizontal, do modelo que comumente aceitamos onde foi crucificado Jesus Cristo) no castelo da Cardiga, somente a cruz Templária a cruz da Ordem de Cristo e figuras de “Maria”*.



Cruz Ordem do Templo.



Cruz da Ordem de Cristo.

Monólito paralelepípedo pertencente ao espólio do castelo Templário da Cardiga que esteve na exposição organizada pela Associação Terras Quentes na Vila da Golegã (Equuspolis) entre 13 de Outubro e 26 de Novembro de 2023 – trata-se de uma peça onde numa das faces tem a cruz da Ordem do Templo e, noutra face a cruz da Ordem de Cristo, como se verifica nas fotos acima.

Mas antes de chegarmos ao relato da vida do Frei D. Pedro Alvites, uma pequena introdução de como se iniciou em Portugal a presença da Ordem do Templo: De facto, como tudo o que se passou com esta ordem [dos Monges/Cavaleiros *militēs Christi*] encerra um certo escuro bibliográfico um ar misterioso e até místico. Como diria, Paula Pinto Costa, 2019 “*Será que a Ordem do Templo pretendia dar a conhecer a sua história?*”

Apesar da intenção da sua existência se ter formado pela vontade de Hugo de Payens e Geoffrey de Saint-Omer, André de Montbard, Gundomar (ou Gondomar), Godefroy, Roral, Geoffrey Bisol, Payen de Montdésir e Archambaud de Sainte-Aignnan. [Capêlo p.42 nota 73],(Há autores que asseveram também a presença de um português de nome

Arnaldo Rocha, mas este nome merece-nos tanta segurança como os nomes indicados por Capêlo à excepção de Hugo de Payens) nas terras de Jerusalém no ano de **1118/1119**, mas, só ganhará estatuto, no Concílio de Troyes em 13 de Janeiro do ano de **1129** é que obtiveram as suas regras delineadas pela mão de Frei Bernardo de Claraval e, pela Bula emitida pelo Papa Inocêncio II em 29 de Março de 1139 “*Omne Datum Optimum*” (no mesmo ano em que se travou a batalha de Ourique (25 de julho) e que o Infante D. Afonso Henriques se proclamou “Rei dos Portugueses” e não “Rei de Portugal”).

É importante atentarmos às datas dos acontecimentos. Assim, damos conta que em 31 de Maio do ano de **1122** (7 anos antes do concílio de Troyes) D. Sicuva Aires e os seus filhos vendem uma propriedade em Braga a “*vobis Iherosolimitani Templi militibus*” representada pelos soldados da ordem; Paio Gontemires e Martinho Pais. Portanto, sete anos antes de se constituir formalmente no concílio de Troyes a “**Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão**”. Mas o cartulário regista pelo menos, mais doze actos (pois existe um documento no ANTT Gav 7 maço 11 nº 2) que reúne vinte e duas doações entre 1123 e 1147 à Ordem mas, com datas ilegíveis no seu conteúdo praticados antes de 1139, (Concílio de Troyes) para podermos contabilizar as doações e/ou compras efectuadas pelos soldados da Ordem do Templo antes da sua criação oficial, saliente-se a doação de D. Teresa (Condessa de Portucale) mãe de D. Afonso Henriques da Fonte da Arcada em Braga e do Castelo de Soure, na região de Coimbra (1128), confirmação feita mais tarde, ainda pelo Infante D. Afonso Henriques, como nos referimos no início destas conclusões, doação que também se verifica antes do Concílio de Troyes.

O Cartulário que se apresenta, não sendo, por certo, o mais completo, pretendeu somente balizar-se entre dois períodos temporais: o primeiro, entre 1122 primeiro acto encontrado onde intervieram dois membros da Ordem dos Templários (como se diz no documento) e 1212, ano em que “entendemos” Frei D. Pedro Alvites tomou o mestrado da Ordem do Templo e, um segundo período entre 1212 e 1234, ano em que nos surge a notícia mais próxima e mais longínqua da existência do Frei D. Pedro Alvites, como Mestre da Ordem dos Templários.

O desfiar do cartulários dá-nos a possibilidade de visualizar o poder económico que a Ordem do Templo ia amealhando, provindos tanto de elementos populares como da nobreza. Contando-nos, quase, o dia a dia do embolsamento económico e financeiro da instituição.

São inúmeras as Bulas Papais, demonstração cabal que a Santa Sé, até Clemente V que a extinguiu, privilegiou e deu enormes poderes a Ordem do Templo.

Pela importância para este nosso estudo iremos somente salientar nas dezenas de documentos, antes do Frei D. Pedro Alvites ser Mestre da Ordem. Ambos acontecidos em junho de 1145 que Fernão Mendes o Braganção, casado com a Infanta D. Sancha irmão de D. Afonso Henriques entrega à Ordem dos Templários **seis Castelos; Penas Róias; Mogadouro; Longroiva; Castelo do rio (Côa) e o Castelo de Numão.**, mais tarde já durante o Mestrado de Mestre Pedro Alvites, Afonso IX de Leão casado com a Infanta D. Teresa entrega à Ordem do Templo **o Castelo de Balsemão**. Lendo o texto do primeiro item do ano de 1157 apercebemo-nos do poder que os Braganções tinham em todo o Nordeste Português.

Para cabal entendimento desse poder, ler o artigo inserto no Caderno 19 da Associação Terras Quentes “A formação de Identidade Nacional: O Contributo Nordestino” de Augusto Ferreira do Amaral; Carlos Alberto Mendes e Miguel Sanches Baêna; pp 9 a 85. – ver em https://www.terrasquentes.pt/?page_id=139.

Em 26 de Março do ano de 1211 inicia-se o Reinado de D. Afonso II. Os pretendentes à herança de seu Pai D. Sancho I eram vários; os filhos; **Teresa Sancha**, casada, com três filhos de **Afonso IX** de Leão (**Sancha**, Infanta de Leão, Infante **Fernando** e **Dulce**, Infanta de Leão); **D. Afonso que seria o segundo** rei de Portugal; a Infanta **Sancha Sanches**; Senhora de Alenquer; **Infante Pedro I** Conde de Urgel; o **infante Fernando**, Conde de Flandres, **Mafalda Sanches** Rainha de Castela, **Branca Sanches** Senhora de Guadalajara e **Berengária Sanches**, Rainha da Dinamarca. Portanto oito pretendentes directos, e os pretendentes de Afonso IX de Leão (que esteve somente 3 anos casada com a Infanta Teresa, tendo-se divorciado por ordem Papal por serem primos directos), vai interferir na contenda invadindo Trás-os-Montes em defesa dos direitos dos seus três filhos.

Mas D. Afonso II chegado ao trono não esteve de acordo com o testamento de seu pai, Sancho I, arranjando uma guerra, principalmente, com as suas irmãs Sancha Sanches e Teresa Sanches, que perpassaria todo o seu reinado, apesar de várias “Bulas” e “Breves” por intercedência principalmente do Papa Inocêncio III, tendo o Rei D. Afonso II, sido excomungado. Assim vai-se ver toda a parte Nordestina do País invadida/tomada pelas tropas de Afonso IX de Leão, a pedido da sua ex-mulher Teresa Sanches, sendo somente

o assunto resolvido já após as mortes de Afonso II e do Papa Inocêncio III sucedendo-lhe Papa Honório III e já no reinado que se seguiu, de Sancho II.

Em 1212 toma posse com Mestre da Ordem dos Templários Frei D. Pedro Alvites. São vários os sinais do bom entendimento existente entre o Rei D. Afonso II e o Mestre Pedro Alvites.

Apesar do Papa Inocêncio III por uma “Breve” de 21 de maio de 1213 ter entregue terras e os castelos tomados no Nordeste à Ordem dos Templários e em 7 de abril de 1216 pela Bula, “*Cum o nobis petitur*” (tradução livre: “Como nos é pedido” renovar o assunto; «... tuam et tuarum filiarum personas cum terra et omnibus aliis bonis que im presentiarum rationabiliter possidetis sub beati Petri et nostra protectione suscipimus...»). Tradução Livre: “**Colocamos as pessoas de vocês e de suas filhas, juntamente com as terras e todos os outros bens razoavelmente possuídos pelo presente, sob a proteção do bem-aventurado Pedro (Alvites) e de nós**”.

Apesar de todas estas contrariedades D. Afonso II nomeia O Mestre Pedro Alvites como seu testamentário tanto no primeiro (27 de junho de 1214) como no segundo testamento (que se fez na Era MCCLVIII, ou seja, era de Cristo de 1221). Constando a assinatura de D. Pedro Alvites em ambos

No final do segundo testamento pode-se ler: “*E mando ao Mosteiro de Alcobaça todas as minhas sortias e anneis que tiver no dia da minha morte. Mas pera que esta manda melhor se possa executar, & cumprir, mando que se façam oito cartas seladas com o meu sello de chumbo, das quais hua terá o Abbade de Alcobaça, a segunda o Prior de S. Cruz, a terceira o **Mestre do Templo**, a quarta no Prior do hospital, a quinta o abbade de S. João de Tarouca a sexta o Abade de S. Tirso, a sétima o Abbade de Ceiça & a oitava faço resguardar em meu poder. Forão feitas em Santarem no mês de novembro da Era MCCLVIII (q he anno de Christo de 1221)*”.

Não encontrámos em todo o cartulário analisado nada que constasse de mal-estar entre o Rei D. Afonso II e o Mestre da Ordem do Templo D. Pedro Alvites, antes pelo contrário e o facto de estar presenta na elaboração e assinatura dos documentos testamentários é razão, e ter anuído a entrega de terras e castelos à Ordem dos Templários, ordem do Papa Inocêncio III, pensamos, suficiente para acreditar nas suas boas relações pessoais.

Para acabar o capítulo referente ao Rei D. Afonso II que perpassou todo o reinado como Mestre da Ordem do Templo de Pedro Alvites e baseado no estudo de Júlio Dantas, em sua opinião o cognome de o “Gordo” talvez não seja o mais adequado. Foi um homem que nasceu muito débil a passou a vida quase sempre doente, aos 14 anos com diz o Frei Brandão na sua obra “chegou ao ponto de morrer”. A tradição atribui-lhe, ser uma pessoa obesa, que não lhe permitia sequer vestir armadura e estar presente numa contenda como aconteceu na tomada de Alcácer do Sal e em Navas de Tolosa como esclarecemos no texto. Segundo Júlio Dantas, D. Afonso II sofria e acabou os seus dias enclausurado na Alcáçova de Santarém, padecendo da doença de lepra, aliás Afonso II é o rei mais generoso com dádivas para se construir lares para albergar leprosos.

Uma referência encontrada na página 46 do livro das inquirições de Afonso III diz: *“Martinus johannis salchagon, jurado e perguntado disse que ouviu dizer a omeens que sabiam que o meyo de Paaço foi regeengo e que El Rey dom Afonso aquel que foi gaafu deu o quarto desse regeengo a Godinho Eanes seu scudeiro”*.

Até na data da morte do rei D. Afonso II não há consenso: No livro de assentos de óbitos de Santa Cruz existe um documento onde consta que o ano da morte de D. Afonso II se verificou no mês de Novembro de 1221, em Santarém; Júlio Dantas p.1 e na Monarquia Lusitana livro 12 cap. 27 afirmam que a data do falecimento do rei D. Afonso II foi 23 de Março de 1223. Se formos verificar a Wikipédia (vale o que vale) tem 25 de Março de 1223 como data da morte de Afonso II. Existe um documento na ANTT Gav 7 maço 13 nº 13 (que atrás reproduzimos a imagem da segunda folha) onde se lê perfeitamente a data de 13 de Outubro do ano de 1223. De um facto, temos nós a certeza, o Rei D. Afonso II já faleceu.

Coloca-se também a questão se D. Pedro Alvites teria nascido em Portugal ou em terras Galegas, de Leão ou de Castela ou quais quer outra. De facto, também aqui não se encontrou a certidão de batismo (ou registo paroquial do nascimento) mas se atendermos a voz de um reputado historiador Espanhol, D. Pedro Rodríguez Campomanes na pág. 14 da sua obra escrita no século XVIII, diz-nos: “Los Templarios teniam igual governo com la diferencia de que los Prelados Provinciales se lhamaban tambien Mayestros &c. y em Castilha y Lion teniam uno que sabia ser de Portugal; D. Pedro Alvres Alvito”. Aliás Frei Bernardo da Costa no capítulo IX da sua obra p.65/66 diz-nos; *Devemos, porém, advertir que reconhecendo o Sapientíssimo Campomanes no modo com que nos dá também esta*

notícia em que reconhece como ter nascido em Portugal". Quase todas obras de autores portugueses consultadas são da opinião que D. Pedro Alvites nasceu em Portugal à excepção de Rui Nobre, na sua tese de doutoramento [pág. 42 e p.86] considera que D. **Pedro Alvites** (1212/1213-1223 e 1226-1227) não seria de origem portuguesa, para tal baseava-se no facto de ter encontrado um documento no mosteiro de Castañeda datado fevereiro de 1214 estar a acumular os cargos de "*Maiordomus eius Magistro Milicie Templi*" (traduzindo; seu Mordomo e mestre da Ordem do Templo) todavia não nos indica o local do seu nascimento, por outro lado como afirma Nobre, o Rei Afonso detinha os reinos de Leão e Galiza – Seria D. Pedro Alvites. Magistro Milicie Templi dos Reinos da Galiza, Leão, Castela e Portugal?

Frei D. Pedro Alvites sobre o nome Pedro parece que ninguém tem dúvidas. Quanto ao segundo nome (se é que o tinha) Álvares, se nos é permitido iremos descartá-lo, pois parece-nos uma leitura deficiente de Alvites. Quanto ao Alvites já se levantam dúvidas. Há para todos os gostos – em latim aparece-nos Alviti e Alviticum; em Português aparece-nos Alvites; Alvite; Alvito; Aloito; Álvares. Alguns autores Portugueses também utilizam o nome Alvitis. De facto, o nome Alvites parece-nos um patronímico e não um toponímico, aliás nome comum no início da nacionalidade a norte do rio Douro. Existem, contudo, sete localidades com o nome Alvites também, a norte do rio Douro. Portanto é muito provável que o sobrenome do Frei D. Pedro fosse Alvites, aliás como é assumido nas teses de doutoramento de [Fernandes e Nobre]. E nada nos custa admitir (o encargo é nosso) que O Frei D. Pedro Alvites fosse esse o seu nome e ter origem no Nordeste Português ou seja, era Transmontano.

Outra grande dúvida nos coloca o Frei D. Pedro Alvites – seria mestre de três Reinos – Portugal, Leão e Castela? – e em que data começou o seu reinado?

O Frei D. Pedro Alvites foi o sucessor do Mestre Gomes Ramires falecido na Batalha de Navas de Tolosa que se verificou no dia 16 de julho do ano de 1212.

Comecemos pelo que nos diz o historiador Espanhol Pladevall Fonte: "Entre finales de 1211 y principios de 1212, Monredón dejó Gardeny y en 1213 fue nombrado maestre de Provenza, Cataluña y Aragón, sustituyó en esta dignidad a Guillén Cadell, que lo era desde **1212 (al igual que Pedro Alvites en Portugal y Castilla)**, mientras que el francés Guillermo de Chartres era gran maestre de la Orden (1210/1219). A Ilustre Historiadora

Paula Pinto Costa; na sua obra “Templários em Portugal, 2019, no quadro da p.145, diz: Mestre das partes de Espanha, logo se subentende que se é das partes de Espanha, será Leão e Castela e conseqüentemente também de Portugal, Foi Pedro Alvites o primeiro mestre dos três reinos depois do acordo entre D. Afonso II e Afonso IX que seria Portugal e nomear o primeiro Mestre da Ordem do Templo pelos três reinos.

Pelo que se expõem no texto, pensamos não oferecer muitas dúvidas, afirmar que o Mestre D. Pedro Alvites o primeiro Mestre a ser nomeado “Mestre da Ordem dos Templários dos três reinos” no ano de 1212.

O grande enigma sobre o Frei D. Pedro Alvites; é sua renúncia ao cargo de Mestre da Ordem dos Templários dos três Reinos e a sua volta “ao serviço”.

Rui Nobre na sua tese de doutoramento [pág p.86] considera que **D. Pedro Alvites** Governou a Ordem entre estes dois períodos: (1212/1213-1223 e 1226-1227).

Capelo na sua obra na pág 120 na nota 382, dá-nos a data precisa da sua renúncia 30 de Dezembro de 1221 acrescentando *“que a sua renúncia se deveu a uma operação fraudulenta de dinheiros guardados e vindos de um mosteiro de Burgos, operado por um cavaleiro Templários, a mando do Mestre Provincial, e que Pedro Alvites ao renunciar passou a ser um simples cavaleiro professo”*.

Para que o Frei D. Pedro Alvites, passasse a um simples cavaleiros da Ordem ou retomasse o lugar de Mestre nos anos de 1226-1227, não era aceitável ser incriminado por roubo as regras e penalizações da Ordem eram claras; vejamos o que nos diz Henri Curzon na sua obra, na pág XXX da introdução: *“La liste des crimes ou fautes disciplinaires prévus par le code pénal du Temple a varié avec les rédactions successives qui ont été insérées dans la Règle ; mais la nature des peines est restée fixe. Les fautes les plus graves entraînaient l’expulsion de l’Ordre ; les autres fautes, la perte, pour un an, de l’habit (c’est-à-dire du manteau) et de ses privilèges”*.

Tradução livre: A lista de crimes ou infrações disciplinares previstas no código penal do Templo variou com as sucessivas versões inseridas na Regra; **mas a natureza das penalidades permaneceu fixa. As faltas mais graves resultaram na expulsão da Ordem;** outras faltas, a perda, durante um ano, do hábito (isto é, da capa) e dos seus privilégios

E continua Henri de Curzon: *“La première peine, l’exclusion, ou perte de la maison, était infligée dans neuf cas, d’après la plus ancienne rédaction du code: simonie commise à l’entrée dans l’Ordre; révélation des choses faites ou dites en chapitre ; meurtre d’un chrétien; larcin; évasion d’une maison de l’Ordre”* .

Tradução livre: **A primeira pena, exclusão ou perda da casa, foi aplicada em nove casos**, segundo a versão mais antiga do código: simonia (tráfico de peças sagradas) cometida na Ordem; revelação de coisas feitas ou ditas no capítulo; assassinato de um cristão; **furto**; escapar de uma casa da Ordem.

Na pag XXXJ, continua Curzon; *“Dans la seconde rédaction, l’ordre de ces neuf cas a été interverti, et deux ont été ajoutés: sodomie, et mensonge sur une des questions posées lors de la réception des frères, relativement aux qualités requises pour entrer dans l’Ordre. Le total des cas de pénalité ne dépasse cependant pas dix, parce qu’on a fondu ensemble le quatrième et le cinquième: larcin et évasion. Cette faute de larcin était plus complexe que toute autre, et aussi plus fréquente: «Cest pechié si a moût de branches, et en mult de manières i puet l’en maître qui ne s’en prent garde ententivement.» On condamnait, en effet”*.

Tradução livre: Na segunda edição, a ordem destes nove casos foi invertida, e foram acrescentados dois: sodomia, e mentira sobre uma das perguntas feitas durante a recepção dos irmãos, relativa às qualidades exigidas para ingressar na Ordem. O número total de casos de pena não ultrapassa, no entanto, dez, **porque o quarto e o quinto foram combinados: furto e fuga. Este crime de roubo foi mais complexo que qualquer outro**, e também mais frequente: “É pecaminoso se for um monte de galhos, e em muitos aspectos posso culpar o mestre que não cuida dele com cuidado. Condenamos, na verdade.

Pelo que constava nas regras, tanto na primeira edição saídas das mãos de Claraval, no concílio de Troyes, como na segunda edição o roubo era um dos crimes que sofriam maior castigo, mais que o fugir em combate. Portanto não é de crer que o Mestre D. Pedro Alvites roubasse ou foi conivente em algum roubo e possa ter sido perdoado pelo cabido da Ordem. Portanto colocamos em causa a renúncia ao cargo de Mestre dos Três Reinos de Pedro Alvites. Haveria outra razão para a sua ausência.

Frei Alexandre Ferreira no tomo primeiro capítulo IX p.411, talvez nos dê o entendimento ao íterim, do que aconteceu durante a ausência de D. Pedro Alvites, quando nos informa: *“Na Palestina aonde aportou esta armada, se logrou o seu primeiro fruto, como diremos tratando-se do **Gram Mestre Provincial da Ordem do Templo Fr. D. Pedro Alvares de Alvito** e d’rey copiada a carta que deste sucedeu escreveu este reyno ao Santo Padre Honório III, em Latim, cujo original se conserva no Archivo de Alcobaça”*.

Infelizmente não refere nenhuma data – houve de facto um interregno entre os anos de 1223 e 1225, quando reaparece novamente como Mestre da Ordem do Templo em 1226 [Nobre p.42]. Será que Pedro Annes, que alguns autores, o nomeiam como mestre, somente em Portugal não teria sido o braço direito (comendador?), do Mestre Pedro Alvites, assim como foi Fr Arnaldo Salamonis, também lugar tenente do Mestre Pedro Alvites. Enquanto ele foi em peregrinação a Jerusalém, integrado na 5ª cruzada? Bem sabemos que a 5ª cruzada se deu entre os anos de 1217 e 1221, mas teve um interregno de 8 anos após essa data. É de facto mais um enigma na vida do Mestre Pedro Alvites.

Até na data da morte do Frei D. Pedro Alvites há desconhecimento e discordância entre os historiadores.

Capêlo p.120 da sua obra afirma que D. Pedro Alvites terá morrido em finais de 1223 muito possivelmente em Castelo Branco, a povoação acastelada que fundara e se tornara a menina dos olhos.

D. Pedro Rodríguez Campomanes na sua obra *“Dissertaciones Históricas”*, p.68 e, também citado, por Fr. Bernardo da Costa p. 384; transcreve: *“Entre los primeros que assistieron, fueron D. Pedro Alvres, Maiestro del Templo com sus Cavalleros. Ano de Christo de 1234”*. Se bem que esta data seja contestada por pelo Frei Bernardo da Costa considerando-a impossível.

Penso, que devemos tomar por bom o documento [ANTT Gaveta 7 Maço 12, nº 13] em que intervêm, assinando com o seu selo, *“Agnus Dei”* numa carta de divisão das dizimas das igrejas de Penas Roias e Mogadouro em que intercederam pela Ordem do Tempo Pedro Alvites; o Arcebispo de Braga e o Cabido da Sé de Braga. Prova que no ano de **1227** Pedro Alvites, estava vivo e representava a Ordem do Templo, pois se fosse por procuração de algum comendador o documento não estaria apenso o seu selo rodado.



O 3º selo é o selo usado pelo Mestre Pedro Alvites – “Agnus Dei”.

É, portanto, a data mais tardia e mais fidedigna a que tivemos acesso, sobre a existência do Frei Pedro Alvites, contudo não é, quase por certo, o ano da sua morte.

Como foi afirmado no início deste artigo o que se pretendia era dar conhecimento como teria sido a vida e obra do Mestre Frei D. Pedro Alvites. O Mestre que por certo assistiu à doação, à sua Ordem, das Terras de Ledra e Lapaças e do Castelo de Balsemão, em 13 de Maio do ano de 1213, pela breve emanada do Papa Inocêncio III. Conforme consta na quarta parte da “Monarchia Lvsitana” obra de Frei António Brandão cronista-Mor de Portugal onde nos apresenta a escritura VI também apresentada entre outros autores por Alexandre Herculano no tomo II, 2ª edição de 1852, da p. 162 a p. 173. E no documento arquivado na Torre do Tombo na pasta vermelha, a pág. 25 do Rei D. Afonso III.

Por outro lado, a potencial do Nordeste Transmontano era tal, onde reinavam, sobretudo Fernão Mendes o “Bravo”, casado com a Infanta Sancha Henriques irmã de D. Afonso Henriques, no ano de 1145 doaram à Ordem do Templo 6 Castelos; Penas Róias, Mogadouro; Longroiva; o castelo do rio (Côa) e o Castelo de Numão, em 1213 por obrigação de uma Breve Papal, o Castelo de Balsemão também é entregue à guarda da Ordem dos Templários, nessa data reinava o Mestre D. Pedro Alvites.

ANEXO – MAPAS



Antes da formação do Condado Portucalese
 – Muçulmanos a Sul da linha do rio Douro a Sul pela linha do Douro.



Península Ibérica 1000.



Mapa da situação geográfica do Condado Portucalense tempo Conde D. Henrique (1085).



Mapa da Península Ibérica no ano de 1150 – O Reino de Portugal na linha do Tejo.

Bibliografia consultada e/ou utilizada

- Albom, Marquis;** D'Cartulaire Général de l'Orde du Temple, 1119-1150, Paris, 1913.
- Alemany, Augustí;** Sources of the Alans, Brill, Leiden, Boston, Köln, 2000.
- Alves, Francisco Manuel, Abade de Baçal** – Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII. Edição Câmara Municipal de Bragança, 2000, Bragança.
- Alves, José Lopes;** A batalha de Ourique, 25 de Julho de 1139, Certezas e congeminações do pensamento acumulado até aos primórdios do século XXI, editora europress, 2008.
- Amaral, Augusto Ferreira do;** Separata de Armas e Trofeus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte, IX Série Tomo XVIII, Parte I, 2016 Lisboa.
- Amaral, Augusto Ferreira do;** Separata de Armas e Trofeus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte, IX Série Tomo XIX parte II, 2017, Lisboa.
- Amaral, Augusto Ferreira do;** Macedos subsídios Genealógicos, Cadernos Terras Quentes, nº 13, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2016.
- Amaral, Augusto Ferreira do e Mendes Carlos A. Santos;** Duas visões convergentes sobre as origens de Martim Gonçalves de Macedo, Cadernos Terras Quentes, nº 13, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2016.
- Amaral, Augusto Ferreira do;** A Nobreza portuguesa da primeira dinastia e a heráldica, Separata de Armas e Trofeus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte, IX Série Tomo XXII, 2020, Lisboa.
- Amaral, Augusto Ferreira;** A formação da Identidade Nacional: O Contributo Nordestino, Caderno Terras Quentes, nº 17 Macedo de Cavaleiros, pág. 41.
- Amaral, Diogo Freitas do** – D. Afonso III, O Bolonhês (1212-1279) – Um grande homem de Estado. Bertrand Editora, 2015, Lisboa.
- Andrade, Amélia Aguiar** – Luís Krus e as inquirições régias medievais: percurso através de uma reflexão inovadora. Comunicação apresentada em 2007 no colóquio internacional “Inquirir na Idade Média”, espaços e protagonistas e poderes, séculos XII-XIV – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 14 e 15 de dezembro, 2007, Lisboa.
- Argote, D. Jerónimo Contador de;** – Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga. Tomo segundo, Officina de Joseph António da Sylva, 1734, Lisboa.
- Arias, Jorge C.;** Identity and Interaction: The Suevi and the Hispano-Romans King Miro and St. Martin of Braga (1145) Austrian National Library De virtutibus quattuor (Federzeichnung Im co. 791, fol. 109v). Advised by: P.J.E. KershawSpring 2007University of Virginia.
- Armas, Duarte,** Livro das Fortalezas, Fac-Simile do MS da casa forte do arquivo Nacional da Torre do Tombo, Patrocínio da Academia Portuguesa de História, 1997, Lisboa.
- At-Tirmidhi, Jāmi’;** English Translation of, Abdul Malik Majahid, from Hadith (Alcorão) 1897 to 2605, final review by Islamic research Section; Volumes 1 a 6, Dar-us-Salam, Riyadh, 2012.
- Artsruni, Thomas;** History of the House of Artsrunik, Detroit, Wayne State University Press, 1985.
- Aviles, Don Joseph de;** Ciencia heroyca, redvcida a las leyes heráldicas del blason, Tomo II, Barcelona, 1725.
- Ayala, Juan de Contreras Y Lopes de;** Lá diplomacia en la independência de Portugal, Imprenta del Ministerio de Assuntos Exteriores, Madrid, 1946.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de** – “Formas de asociación laical en las órdenes militares hispánicas. Reinos de Castilla y León (siglos XII y XIII)”. In JOSSE RAND, Ph.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; BARQUERO GOÑI, Carlos** – “Historiografía hispánica y órdenes militares en la Edad Media, 1993-2003”. Medievalismo. Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales 12 (2002), pp. 101-161.
- Azevedo, Luis Gonzaga de;** História de Portugal, Edições Biblión Vol. III, Lisboa, 1940.
- Azevedo, Rui Pinto de;** Documentos Medievais Portugueses, documentos régios, Vol. I Tomo I, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1958.

- Bachrach, Bernard S;** A History of the Alans in the West, from their first appearance in the sources of classical antiquity through the early middle ages, University of Minnesota Press, 1973.
- Baêna, Miguel Sanches e Loução, Paulo Alexandre** (Coord) – Grandes enigmas da história de Portugal, Vol.1 – da pré-história ao século XV. Edições Esquilo, Lda, 2009, Lisboa.
- Baêna, Sanches de, Romano, Augusto e Torres, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco;** Memórias histórico-genealógicas dos Duques Portuguezes, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1883.
- Baêna, Visconde de Sanches de;** Archivo Heraldico-Genealogico, Typographia Universal, 1872, I Lisboa.
- Balsemão, Convento, Centro Cultural de Balsemão dos Marianos da Imaculada Conceição** – Actas, Frei Casimiro: Memória de Profecia, Celebração do 250º aniversário – VII Jornadas Culturais; Balsemão 16 a 18 de agosto 2005.
- Baluzius, Stephanus;** Epistolarum, Innocentii III Romani OPontificis, Libri Undecim, Tomusa Primus, Apude Franciscum Muguei Typographum Regis, Parisiis, 1682.
- Barbosa, Pedro Gomes;** A Fronteira na Idade Média. O caso de Trás-os-Montes, Notas para um estudo em preparação, Caderno Terras Quentes, nº 1, Associação Terras Quentes, 2004, Macedo de Cavaleiros. Pág. 109 a 127.
- Barbosa, Pedro Gomes;** Reconquista Cristã – nas origens de Portugal séculos IX a XII, Esquilo edições multimédia, 2008, Lisboa.
- Barbosa, Pedro Gomes; Vitor Palma, Carla Varela e outros** – D. Dinis – Actas dos encontros sobre D. Dinis em Odivelas; Edições Colibri, Câmara Municipal de Odivelas, 2011, Odivelas.
- Barbosa, Pedro Gomes** – Sistemas Defensivos de Fronteira, na “Reconquista” (Séculos IX-Início do XII) – Separata das actas do VIII Colóquio “Preparação e Formação Militar em Portugal, 1997. s/l.
- Barbosa, Pedro Gomes** – Mouros e Cristãos no relato da conquista de Lisboa, *In* Rumos e Escrita da História, estudos em homenagem a A.A. Marques de Almeida, Coord Maria de Fátima Reis, Edições Colibri, Lisboa, 2007.
- Barbosa, Pedro Gomes, e Mendes, Carlos Santos.** De Macedo a Macedo dos Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo, Edições CMMC/ATQ, Macedo de Cavaleiros, 2006.
- Barroca, Mário Jorge;** O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no mosteiro d Castro de Avelãs, *In* revista da faculdade de Letras: História, Porto, Universidade do Porto, 1996.
- Barroca, Mário Jorge;** Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI), *Portvgália*, nova série, vol. XXV, sl e sd.
- Barros, Henrique da Gama;** - História da Administração Pública em Portugal, nos séculos, XII a XV, tomo I, Imprensa Nacional, 1885, Lisboa.
- Barros, Henrique da Gama;** - História da Administração Pública em Portugal, nos séculos, XII a XV, tomo II, Imprensa Nacional, 1896, Lisboa.
- Barton, Simon;** The aristocracy in twelfth-century León and Castille, Cambridge, 1997.
- Barton, Simon;** Comes et Maiordomus Imperatoris, más apuntes sobre la vida del Conde Ponce Giraldo de Cabrera, *in* Anales de la Real Academia de Heráldica y genealogia, vol. III, Madrid, 1994-1995.
- Bastos, A. De Magalhães, ed.;** Crónica de cinco reis, autor anónimo quatrocentista, Livraria Civilização, Porto, 1945.
- Beceiro Pita, Isabel;** Los poderes señoriales en los territorios fronteirizos al norte del Duero, siglo XIII inicios del XIV, *in* História, serie II. Vol. 5 nº, Madrid, 1990.
- Becker, James** – O Tesouro secreto dos Templários, Edição Clube do Autor, setembro 2020, Lisboa.
- Bernardino, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves;** Sancius Secundo Rex Portugalensis, A Chancelaria de D. Sancho II, 1223-1248, Coimbra, 2003.dissertação de Mestrado.
- Bishko, Charles Julian;** Spanish and Portuguese monastic History 600-1300, reimpressão, 1984.
- Binayan Carmona, Narciso;** Una princesa Armenia en Compostela en el siglo XI, su genealogía, *In*, Estudios Genealogicos, Heraldicos Y Nobiliarios en honor de Vicente de Cadenas y Vicent, com motivo del XXV aniversario de la revista Hidalguía, Madrid, 1978.
- Blasco Vallés, Almudena, e Costa, Ricardo** (Coord.) A Idade média e as cruzadas/ISSN 11676-5818.

- Borges, Alexandre;** Histórias secretas de reis portugueses, casa das letras, 2012, Lisboa.
- Branco, Manoel Bernardo e Castro, João Bautista;** - Mappa de Portugal Antigo e Moderno, tipographia Panorama, 1870, Lisboa.
- Branco, Maria João Violante** – Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II, Volume I Tese de doutoramento em História Medieval, Universidade Aberta, 1999, Lisboa.
- Branco, Maria João Violante** – Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II, Volume II Tese de doutoramento em História Medieval, Universidade Aberta, 1999, Lisboa.
- Brandão, Doutor Frei António** (cronista mor de Portugal) Monarchia Lusitana, Terceira parte, de D. Henrique ao fim do reinado de D. Afonso Henriques, impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1631, Lisboa.
- Brandão, Doutor Frei António** (cronista mor de Portugal) – Quarta Parte Monarchia Lvsitana, que contem a história de Portugal desde o tempo d’el-rei d. sancho I até todo o reinado de D. Afonso III; impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1632, Lisboa.
- Brandão, Doutor Fr. Francisco,** Quinta parte da Monarchia Lusitana; Primeiros 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Paulo Crasesbeeck, 1650, Lisboa.
- Brandão, Doutor Fr. Francisco,** Quinta parte da Monarchia Lusitana; Últimos 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de loam da Costa, 1672, Lisboa.
- Brandão, Doutor Frei António** (cronista mor de Portugal) – Quarta Parte Monarchia Lvsitana, que contem a história de Portugal desde o tempo d’el-rei d. Sancho I até todo o reinado de D. Afonso III; impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1632, Lisboa.
- Brandão, Doutor Fr. Francisco,** Quinta parte da Monarchia Lusitana; Primeiros 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Paulo Crasesbeeck, 1650, Lisboa.
- Bordonove Georges;** La vida cotidiana de los Templários en el siglo XIII, Colección História/2, Madrid, 1989
- Campomanes, D. Pedro Rodríguez;** Dissertaciones Historicas Del Ordem, y Cavallaria de los Templários, O resumen Historial de sus principios, Fundacion, Instituto, Progressos, y extincion en el Concilio de Viena, En la Oficina de António Perez de Soto, calle de la Habada, Madrid, MDCCXLVII.
- Campos, Maria Amélia Álvaro de** – Aspectos da presença eclesiástica em terras de Seia, (inquirições Gerais de 1258), Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2007, Coimbra.
- Canal Sanchez-Pagin, José María;** La Infanta Doña Elvira, *in*, Archivos Leoneses, ano XXXIII, Leon, 1979.
- Canal Sanchez-Pagin, José María;** El conde leonés Don Fruela Díaz y su esposa, la navarra Doña Estefanía Sánchez, *in* príncipe de Viana, revista editada pelo governo de Navarra, ano 47, nº 177, Pamplona 1986
- Capêlo, José Manuel** – Portugal Templário, a presença templária em Portugal. Edições Zéfiro, Sintra, 2008 Portugal.
- Cardoso, Pd. Luiz;** Dicionário Geographico ou noticia histórica. Tomo I, Officina Sylviana, 1747, Lisboa.
- Cardoso, Manuel de Sousa** – Subsídios para a História da região de Macedo de Cavaleiros, Lapaças e Ledra, Edição do Autor, 1992, Macedo de Cavaleiros.
- Carvalho, Sérgio Luís de** – Portugal na Idade Média – Uma viagem pelos primeiros 400 anos da nossa História – Clube do autor, outubro de 2020, Lisboa.
- Cavero Domínguez, Gregório e Martín López, Encarnación;** Colección Documental de la Catedral de Astorga – 646/1126, León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro s.d.
- Casariago, Jesús Evaristo;** Crónicas de los Reinos de Asturias e León. Editorial Everest, 1985.
- Celaya, Fernando Diaz;** Los Templários, CESMA, Acento Editorial, Madrid, 1996.
- Coelho, Maria Helena da Cruz e Homem, Armando Luís de Carvalho;** Nova história de Portugal, Vol. III, Lisboa 1996.
- Comnena, Anna** – The Alexiad, Translated by Elizabeth A. A. Dawes, Byzantine Series, Cambridge, 2000, Ontario.
- Conceição, Rúben Filipe Teixeira da** – “Quo Vadis?”: Pelos caminhos de Entre-Cávado-e-Minho, nas inquirições gerais de 1258. In *Omni Tempore*; atas dos encontros da Primavera, 2018, FLUP, Porto.

Conde, Manuel Sílvio Alves, Casas e espaços habitacionais no tempo de D. Afonso Henriques: O que sabemos e o que gostaríamos de saber sobre a casa no período da formação de Portugal *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp159 a 193; Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Contreras, Juan de (Marques de Lozoya); Los origenes del império La España de Fernando e Isabel; Biblioteca Nueva, Madrid, 1939.

Costa, Ana Cacília Machado da; Erudição e utilitas na Obra de Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740). Tese de Mestrado FLUP, Porto 2007.

Costa, Avelino de Jesus da; Liber Fidei, tomo II, Braga, 1978.

Costa, Avelino de Jesus da; O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga, Universidade de Coimbra, 1959.

Costa, Avelino de Jesus da; Constituições Diocesanas Portuguesas, I Braga.

Costa, Fr. Bernardo da; História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, Officina de Pedro Ginioux, Coimbra, 1771.

Costa, P. António Carvalho; - Corografia Portugueza e Descrição Topografica do famoso reino de Portugal, Tomo Primeiro, Impresso na oficina Valentim da Costa Deslandes, 1706, Lisboa.

Costa, P. António Carvalho; - Corografia Portugueza e Descrição Topografica do famoso reino de Portugal, Tomo Segundo, Impresso na oficina Valentim da Costa Deslandes, 1708, Lisboa.

Costa, Pe Avelino de Jesus; Demetrio Mansilla, La documentacion Pontificia Hasta Inocencio III (965-1216). Colección Monumenta HispaniaeVaticana, sección: Registos Vol. 1 Roma, 1955, *in* Revista Portuguesa de História, Tomo VIII, Coimbra, 1959.

Costa, Pe Avelino de Jesus; Transcrição do Testamento de D. Afonso II (Dia Mundial da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP – 5 de maio 2020) – retirado de Avelino Costa – Os mais antigos documentos escritos em Português: Instituto de História e Social, 1979 p. 263-340 – Separata da Revista Portuguesa de História Tomo 17.

Costa, Paula Pinto – Templários no Condado Portucalense antes do reconhecimento formal da ordem; O caso de Braga no início do século XII, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, Volume XII, pp231-243, Porto, 2013.

Costa, Paula Pinto e Lencart, Joana – As Igrejas das Ordens religioso-Militares entre 1220 e 1327 das Inquirições régias aos documentos normativo, Genius Loci, Vol 1, FLUP, Porto.

Costa, Paula Pinto. Templários em Portugal. Homens de Religião e de Guerra. , Manuscrito, 2ª edição, Barcarena, 2019.

Costa, Paula Pinto, Oliveira, Luís Filipe; Josserand, Philippe; Três olhares sobre a Ordem do Templo em Portugal. In Medievalista, nº 32. P401, Julho- Dezembro, Lisboa, 2022.

Constant, Rubén; Les Templiers et l’islam au regard de Jules Michelet, Université de Nantes, *in* VIII Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 2019.

Cristo, Ordem; - Deffiniçoens & Estatutos dos Cavalleyros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com a História da Origem & Principio della – Oferecidos ao muy alto e poderoso Rey D. João V. Impresso Officina Pascoal da Silva, 1717, Lisboa.

Caderno Terras Quentes; nºs 11; 16; 17 e 19, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, anos 2014; 2021; 2022 e 2019.

Cuadrenos História; Amoretti, S.F, S.L. Nºs 71 a 80 (78 Templários) Madrid, s.d.

Curzon, Henri de; La Régle du Temple, Publiée pour da Sociéte de l’Histoire de France, Librairie Renouard, Paris, 1886.

Dantas, Dr. Júlio; A Lepra de Afonso II, Separata dos nºos 1,2 e 3 do II Vol. (1923) do Archivo de Medicina Legal, Direcção Prof. Dr. Azevedo Neves, Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1923.

David, Henriques e Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor; Nobres Portugueses em Leão e Castela, século XIII, *in* revista de História, Vol. VII, Porto, 1986-1987.

David, Pierre; Études historiques sur la Galice et le Portugal, Instituto Français au Portugal, Lisboa, 1947.

Deserto, Jorge e Marques, Susana da Hora; Estrabão. Geografia, livro III, Introdução do grego e notas, Imprensa da Universidade de Coimbra, Pombalina University Press, 2021.

- Echevarría Arsuaga, Ana;** Almasor, un califa en la sombra, Silex Ediciones, Madrid, 2011.
- Emanuel, Cardoso Pereira;** Concelhos e Ordens Militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIV, FLUP Tese doutoramento, 2013.
- Erdmann, Carl;** A adopção do título de rei D. Afonso Henriques, *in* congresso do Mundo Português, publicações, II vol. Lisboa, 1940.
- Farias, Lis Madeira,** O Traje e a Moda feminina na arte em Portugal nos séculos XIV e XV: Características e representações, dissertação de Mestrado apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017, Coimbra.
- Faure, Francisco G.C. Líbano Monteiro,** Viajar no tempo de D. Afonso Henriques, vias e pontes no território Vimaranesense, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- Fernandes, A. Almeida;** Território e política portugalense séculos VI-XII, *in* O tripeiro, Porto 4ª edição, ano XII, e Guimarães, 24 de junho de 1128, *in* revista Guimarães, Vol. LXXXVIII, 1978.
- Fernandes, A. Almeida;** Tarouca Monumenta Histórica, Livro de Doações de Tarouca, Braga, 1992.
- Fernandes, A. Almeida;** Livro das doações de Tarouca ½, Braga, 1992.
- Fernandes, Carla Varela,** Com a espada e a cruz a Imagem de D. Afonso Henriques na escultura medieval Portuguesa, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp77 a 89 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- Fernandes, Maria Cristina** - “A Ordem do Templo em Portugal: algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo “. *In* Revista da Faculdade de Letras “História”, III Série, vol. 8. Porto, 2007, pp. 409-420
- Fernandes, Maria Cristina Ribeiro de Sousa;** A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção) Edição Policopiada da tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009.
- Fernandes, Paulo Almeida,** Uma nova arte para um novo reino *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp91 a 123 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- Fernandez de Viana y Vieites, José Ignacio;** Colección Diplomática del Monasterio de Santa María de Ferreira de Pantón, Lugo 1994.
- Fernando, A. De Almeida;** Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas, C.M. Arouca, 1997, Arouca.
- Fernandez-Xesta y Vásquez, Ernesto;** Dos sellos del linaje de Cabrera en el siglo XIII, el sello fr doña Sancha, Vizcondesa de Cabrera y el selo de don Fernando Fernández, *In* actas del primer coloquio de sigilografía, Madrid, 1990.
- Ferreira, Alexandre;** Suplemento Histórico ou Memórias e noticias da Celebre Ordem dos Templários, Tomo Primeiro, Lisboa, 1735.
- Ferreira, Alexandre;** Suplemento Histórico ou Memórias e noticias da Celebre Ordem dos Templários, Tomo Segundo, Lisboa, 1735.
- Ferreira, Sérgio Carlos,** Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média; Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, Porto.
- Ferreiro, Lic. D. António López;** História de la Santa A. M. Iglésia de Santiago de Compostela, Tomos 1 a 11, Santiago. 1898.
- Florez, Enrique;** España Sagrada, Guadarrama editorial Revista Agustiniana, tomo XVI, Madrid, 2005.
- Fonte, A. Pladevall i;** *Guillém de Mont-rodon. Mestre do Templo e tutor de Jaume I*, dir. por J. M. Sans i Travé, Lleida, Pagés Editors, 1993.
- Freire; A. Braamcamp;** Cartas de quitação d’el-rei Dom Manuel no arquivo histórico português vol. II Lisboa, 1904.
- Freire Camaniel, José;** El monacato galego en Alta Edad Media, Fundación Pedro Barrie de la Maza, Coruña, 1998.
- Gambra, Andrés;** Alfonso VI, Cancillería, Curia e Império; Centro de Estudios e Investigación, San Isidoro, vol. II, León, 1998.
- Gayo, Felgueiras;** Nobiliários das famílias portuguesas, Edição Carvalho Bastos, Braga, 1989.

- Gomes, Jesué Pinharanda;** A Regra Primitiva dos Cavaleiros Templários, Editora Hugin, Lisboa 1999.
- Gomes, Paulo Dordio** – O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro, *in* revista arqueologia medieval, nº 2 (1993), Porto.
- Gomes, Saúl António** – “Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo”. Revista de História da Sociedade e da Cultura 12 (2012), pp. 147-163.
- Gonçalves, Iria;** Imagens do Mundo Medieval, Edições Livros Horizonte, Lisboa, 1988.
- González, Julio;** Alfonso IX, tomo II Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, 1944.
- Gradíssimo, António Elias;** Macedo de Cavaleiros na Idade Média: A Região, as famílias e os homens (século XIII a 1325), Cadernos Terras Quentes, nº 12, Associação Terras Quentes, 2015, Macedo de Cavaleiros, Pág 57 a 186.
- Guimarães, J. Vieira da Silva;** A Ordem de Christo; Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1801,
- Guzmán, Delia Steinberg** – El Ideal Secreto de los Templários, Editora N.A. 2015, Pizarro, 19 Madrid.
- Hayek, Samir El;** Tradução; Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado, s.d. s.l.
- Herculano, Alexandre** – História de Portugal, Tomo I, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853.
- Herculano, Alexandre** – História de Portugal, Tomo II, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1854.
- Herculano, Alexandre** – História de Portugal, Tomo III, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858.
- Herculano, Alexandre** – História de Portugal IV-Livro 1185-1211 Ulmeiro, Livraria e Distribuidora, 1983, Lisboa.
- Huici Miranda, Ambrósio;** Las grandes batllas de la reconquista durante las invasiones africanas, edição fasimile, Granada, 2000.
- Iesvus, Frei Raphael;** - Monarquia Lusitana, parte sétima, contem a vida del Rei D. Afonso IV o Bravo. Impressor António Craesbeeck de Melo, 1683, Lisboa.
- Jiménez Suárez, Maria Jesús;** Colección Documental del monasterio de San Andrés de Espinareda 1043-1428, León, 2005.
- Keats-Rohan, K.S.B.;** Billichildis, problémes et possibilities d’une etude de l’onomastique et de la parenté de la France du nord-ouest; *in* Onomastique et parenté dans l’Occident medieval; ed K.S.B. Keats -Rohan et C. Settapani, Oxford, Prfosopographica et Genealogica, 2000.
- Ladero Quesada, Miguel Ángel;** Castilla y León *in* História de Es+aña Menéndez Pidal, tomo IX, parte segunda, Madrid, 1998.
- Le Calloc’h, Bernard;** Des Asiatiques en Hongrie, Khazars, Kabaars et Alains, Paris, L’Harmattan, 2013.
- Leão, Duarte Nunes** – Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal, Impresso por Pedro Crasbeeck, 1600 Lisboa.
- Leão, Duarte Nunes** – Descrição do reino de Portugal, impresso com licença de Iorge Rodriguez, 1619, Lisboa.
- Lebedynsky, Iaroslav;** Sur les traces des Alains et Sarmates en Gaule, Paris, L’Harmattan, 2011.
- Lemos, Ana** – Vestir no tempo de D. Afonso Henriques; *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp279 a 301 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- Lencart, Joana;** Livro da Regra e Definições da Ordem de Cristo, Seco, Fr. Pedro Álvares Militarum Ordinum Anacleta, Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares, Porto, 2018.
- Linage Conde, António;** Alfonso VI, el rey Hispano Europeo 1065-1109, Burgos, 1994.
- Lobo, António da Costa** – História da Sociedade em Portugal no século XV (população, aspecto geral do se estado social, pesos e medidas, moeda os haveres individuais), imprensa nacional, 1903, Lisboa.
- Lomax, Derek;** The reconquest of Spain, London and New York, 1978.
- Lopes, Ana Eliza Junqueira;** Uma leitura sobre as Ordens religioso-Militares a partir de das crónicas quincentistas; Dissertação mestrado, FLUP, 2021.

- Lopes, Filipa Silva, Maria João Oliveira;** Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Vol. V Diplomata et Chartae, Academia das Ciências de Lisboa, 2015.
- López Ferreiro, António;** História de la santa A.M. Iglesia de Santiago de Compostela, , 1900.
- Lourenço, Eduardo;** O Labirinto da Saudade, 5ª edição, Dom Quixote Lisboa, 1992.
- Lucas Álvarez, Manuel;** La documentación del tumbo A de la catedral de Santiago de Compostela, León, Centro de Estudios y Investigación San Isidoro, 1997.
- Luter, Martin – Bernardus Redivivus, s/l,** 2007.
- Maarifah, Dar-Al;** Tajweede Qur'na, whit meaning translation in English, Damascus, Syria, 2012.
- Machado, José Carlos Soares;** Os Bragançãos, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, 2004.
- Marques, A.H. de Oliveira;** O poder e o espaço, *in* Nova história de Portugal, Vol. III, Lisboa, 1996.
- Marques, A.H. de Oliveira;** A Sociedade Medieval Portuguesa, Editora Sá da Costa, 4ª edição, Lisboa, 1981.
- Marques, André Evangelista;** A Organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: A morfologia do casal entre os textos e as materialidades, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp195 a 227 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- Marques, Daniel Filipe da Costa,** Usurpação de direitos, foros e outras formas das Inquirições de 1258. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019, Porto.
- Marques, José;** Estruturação administrativa e social do Nordeste Transmontano, no período medieval. Alguns aspectos, Brigantia, Vol. XXIV nº 3 e 4 e XXV nº 1 e 2. Bragança, 2004-2005.
- Marques, Maria Alegria Fernandes,** A alimentação no tempo de D. Afonso Henriques, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp247 a 278 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- Marques, Mário Gomes;** História da moeda medieval Portuguesa, Instituto de Sintra, 1996.
- Marques José,** A Igreja no Tempo de Afonso Henriques; Alguns aspectos, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp27 a 69 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- Martínez, Carlos Pereira;** Os Mestres da Ordem do Temple nos Reinos de Galicia, Leo e Castela, In Revista V Feira Franca Medieval, Betanzos, Corunha, Galicia, Espanha, 2003.
- Martínez, Carlos de Ayala;** Frontera Y Órdens Militares en la Edad Média, Castellano- Leonesa (Siglos XII-XIII). Departamento de Historia Antigua Medieval y Paleografía y Diplomática. Faculdade de Filosofia y Letras, Universidade Autónoma de Madrid, Campus de Cantoblanco, Carretera de Colmenar Viejo, Madrid, 2006.
- Martínez, Carlos de Ayala e Goñi, Carlos Barquero;** Historiografía Hispánica y Órdens Militares en la Edad Media, Universidade Autónoma de Madrid, 1993-2003.
- Mattoso, José,** Entre Oriente e Ocidente. Contactos de Portugal com o Mundo nas origens da Nacionalidade, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp11 a 25 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.
- Mattoso, José;** Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal – 1096-1325 – I-Oposição, 5ª edição Editorial Estampa, 1995, Lisboa.
- Mattoso, José;** A Identidade Nacional, Cadernos democráticos, 4ª edição, Fundação Mário Soares, Gradiva, Lisboa, 2008.
- Mattoso, José;** Naquele Tempo, Círculo dos Leitores, Lisboa, 2009.
- Mattoso, José;** Portugal medieval, novas interpretações, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1984
- Mattoso, José;** D. Afonso Henriques, Círculo dos Leitores, Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa, 2ª edição, Lisboa, 2011.
- Mattoso, José;** Ricos-homens Infanções e Cavaleiros, Guimarães & Cª, editores, Lisboa, 1982.
- Medina, Calderón Inês & Ferreira, João Paulo Martins;** Beyond the Border, The Aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230).
- Meireles, Frei António da Assunção,** Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa, index dos Documentos do Arquivo, publicadas por Alfredo Pimenta, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1942.

Mellado, Lorenzo Luis Padilla – Centros religiosos rurales musulmanes: Las Rábitas del Valle de Lecrín – Sharq al-andalus, 2011 Universidade de Granada, Granada, pp483-506.

Mendes, Carlos Alberto Santos – Macedo de Cavaleiros, cultura património e Turismo, contributos para um programa integrado, edição Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005, Macedo de Cavaleiros.

Mendes, Carlos Alberto Santos – Carta arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 2, pp 5 a 52 Associação Terras Quentes, 2005, Macedo de Cavaleiros.

Mendes, Carlos Alberto Santos – Traçado da estrada romana [Via XVII, Braga- Astorga] existente no concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 2 –, Associação Terras Quentes, 2006, Macedo de Cavaleiros.

Mendes, Carlos Alberto Santos – Retratos do quotidiano medieval no concelho de Macedo de Cavaleiros, De Nuno Martins de Chacim a Martins Gonçalves de Macedo *in* Caderno Terras Quentes, nº 7 –, Associação Terras Quentes, 2006, Macedo de Cavaleiros.

Mendes, Carlos Alberto Santos; Baêna, Miguel Sanches e Barbosa, Pedro Gomes – A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português -*Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário-*, Caderno Terras Quentes, nº 16 pp. 3 a 127, Associação Terras Quentes, 2021, Macedo de Cavaleiros.

Mendes, Carlos Alberto Santos; Amaral, Augusto Ferreira e Baêna, Miguel Sanches A formação da Identidade Nacional: O Contributo Nordestino, Caderno Terras Quentes, nº 17 pp. 9 a 84, Associação Terras Quentes, 2022, Macedo de Cavaleiros.

Menendez Pidal, Ramon; La España del Cid, 5ª edição, Madrid, 1956.

Menezes, D. Luiz de (Conde da Ericeira); História de Portugal Restaurado, tomo II, Lisboa, 1760.

Mendonça, Manuela; Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal, Estudo de História Regional Portuguesa, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995.

Mestre Campi, Jesús e Sabaté Flocel; Atlas de la Reconquista, Ediciones Península, Barcelona, 1986.

Mínguez, José Maria; Alfonso VI, Hondarribia, editorial Nerea, 2000.

Miranda Calvo, José; La reconquista de Toledo por Alfonso VI, Toledo, 1980

Moraes, Fr. Fernando de (Prior Geral); Deffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a história da origem & princípios della oferecidos ao muyto alto, e poderoso rey D. João V, nosso senhor – Officina de Pascoal da Sylva, impressor de sua Magestade 1717.

Morais, Cristóvão Alão de, Publicado por Vasconcelos, António P. de Miranda; Cruz, António Augusto Ferreira da, Freitas, Eugenio André da Cunha e; - Pedatura Lusitana, Tomo II volume I, Livraria Fernando Machado, 1699, Porto.

Mourinho, António Maria; Acção e influência dos Monges de S. Bernardo no Nordeste Transmontano séculos XII-XVI, partindo de Santa Maria de Moreruela, em Leão, In, Brigantia, vol. XXII, nºs 3e4 Bragança, 2002.

Narciso, Binayan Carmona; Com o titulo; «Una Princesa Armenia en Compostela en el Siglo XI: su genealogia». Publicado pelo Instituto Salazar y Castro C.S.I.C.; Estudios Genealogicos Heraldicos y Nobiliarios en Honor de Vicente de Cadenas Y Vicente, com motivo del XXV aniversario de la Revista Hidalguia, Tomo I, Madrid 1978. Pág 130-131.

O’Callaghan, Joseph F; Reconquest and crusade in medieval Spain, University of Pennsylvania, Press, Philadelphia, 2003.

Ognibene, Paolo Alani. I; La riscoperta, il nome Alania mediovale, Mimesis, Milano Udine, 2012.

Oliveira, António Resende de; Trobadores e xograres, contexto histórico, tradução para Galego, Edições Xerais de Galicia, Vigo, 1995.

Oliveira, Carlos Prada de; O mosteiro beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região Bragançana, in Brigantia, vol. XI nºs 1 e 2, Bragança, 1991.

Oliveira, Luiz da Silva Pereira; - Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal, Impresso Officina de João Rodrigues Neves, 1806, Lisboa.

Oliveira, Ricardo Costa de; Nós somos Alanos”: Documentos, Mitos e Concepções dos Alanos no Ocidente Ibérico. Textos Experimentais de Debates. Departamento de Sociologia. UFPR3 de julho de 2015.

Oliveira, Rosa Manuela Barbosa; O Itinerário de Egéria [séc. IV] Olhares sobre um olhar, Tese de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares MEPM -2010-2012, Variante de Literatura, Lisboa, Dezembro 2014.

Peres, Damião – Como nasceu Portugal, Vertente, 1992, Porto.

Pernod, Regine; Los Templários, editor: versión española de Miguel Martín, Ediciones Rialp, S.A., Madrid, maio de 2021 

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor. – O Regime Senhorial na Fronteira do Nordeste Português, Alto Douro e Riba Côa. (Séculos XI a XIII) Revista Hispânia (Revista espanhola de História) 2007 vol. LXVII, número 227, Porto, 2007.

Portugaliae Monumenta Histórica; A Saeculo Octavo poster Chrisruym usque as quintodecimun – Scriptores, Volume I, Lisboa, 1756.

Quadros, António; Portugal Razão e Mistério, Alma dos Livros, Fundação António Quadros, Rio Maior, 2020.

Ramos, Luis García-Guijarro; Inocência III e las Órdenes del Temple e del Hospital, Universidad de Zaragoza/ Society for the Study of the Crusades and the Latin East. in VIII Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 2019.

Rosa, Alberto de Sousa Pessoa d'Amorim; Livro de Mestrados da Ordem de Christo; Anais do Município de Tomar Vol. VIII [1137-1453] Ed. Câmara Municipal de Tomar, 1972.

Sangil, José Luís López; La Fundación del Monasterio de San Salvador dse Cines, S.L. S.D.

Sanches, Francisco Franco – Espiritualidad y defensa al serviço de la comunidade muçulmana de al-Andaluz. Las rábitas en Portugal, monografia, Hesperia, Culturas del Mediterráneo, Alicante, maio 2012.

Sanches, Francisco Franco – La economía de las rábitas, estudos interdisciplinares. Ajuntament de Sant Carles de la Rápita, Universidade d'alacant, 2004, Alicante.

Sanches, Francisco Franco – Rábitas y Al-Monastir(es) en el Norte i levante de la Península de Al-Andaluz, Universidade d'alacant, 2004, Alicante.

Santa-Catarina, Fr. Lucas de– Estrella dominica Novamente descuberta no Ceo da Igreja, História Panegyrica ornada com todo o genero de erudição Divina e humana, I Tomo, Lisboa. Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de Sua Magestade, 1709; II Tomo, Lisboa. Na Officina Real Deslandesiana, MDCCXIII.

Santa-Catarina, Fr. Lucas – Quarta Parte da História De S. Domingos, Lisboa. Na Officina de António Rodrigues Galhardo, 1767.

Santalha, Montero José-Martinho; O Textamento de 1214 de Dom Afonso II, rei de Portugal, Edições filológica, crítica e paleográfica, Academia Galega de Língua Portuguesa, Santiago de Compostela, 2015

Santos, Manuel; Alcobaca Illustrada, pymeira parte, Ordem de S. Bernardo, Imprensa oficina de Bento Sêco Ferreira, 1710, Coimbra.

Santos, Maria José Azevedo, O papel da escrita no tempo de D. Afonso Henriques, *in:* No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp229 a 246 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Saraiva, Anísio Miguel de Sousa e Morujão, Maria do Rosário Barbosa (Coord) – O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais, novas perspectivas e abordagens, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, Lisboa.

Sinoué, Gilbert de; Le Livre des Sagesses d'Orient, Editions 1, 2000, Paris.

Sousa, Fr. João de; Documentos Arábicos, para a história Portuguesa; Officina da Academia Real da Sciencias, 1790.

Sousa, Manuel Faria Y; Epitome de las Histórias Portuguesas, dividida em quatro partes, impressor y Mercador de Libros, Brusselas, 1677.

Sousa, Manuel Faria Y; Europa Portuguesa, 2ª Edição, Tomo II, Impressor real, António Craesbeeck de Melo, 1679, Lisboa.

Sousa, Xulio; Romero, Marta Negro; Álvarez, Rosário; Lingua e identidade na fronteira Galego-Portuguesa, Consello da Cultura Galega, ensaio & Investigación, Santiago de Compostela, 2014

S.N. – I-Inquirições de Entre Lima e Douro doc. 1 – Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quiontum decimum, Inquisitiones, Vol 1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888.

S.N.; Osa testemunhos Manuscritos das Inquirições régias desenvolvidas durante o reinado de Afonso II – 1- Inquirições entre Lima e Douro; IAN/TT, Inquirições de D. Dinis, livro 5, 133fls.

Torres, Cláudio, As Terras do sul muçulmano, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp71 a 75 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

Vaz, Maria Máxima – Por terras de El Rei D. Dinis, Chiado Books, edição 2016, Lisboa.

Veloso, Maria Teresa; A Questão entre Afonso II e as suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais; Imprensa da Universidade de Coimbra, Revista Portuguesa da História, Tomo XVIII, Coimbra, 1980.

Ventura, Leontina – Chancelaria de D. Afonso III – UC- FLUC, Coimbra, 2011, Coimbra.

Vicente, António Balcão – Macedo de Cavaleiros, Da Terra de Lapaças ao Concelho; Os forais e a sua época. Editora. Ancora, novembro de 2004, Lisboa.

Vicente, Maria da Graça Antunes Silvestre – Entre o Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (Séculos XII-XIV) Volume I, Tese de doutoramento em História Medieval, FLUL, 2013, Lisboa.

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de; Elucidário, Livraria Civilização, impresso na editora do Minho, Tomo I Letra A, Barcelos, 1993, Porto.

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de; Elucidário, Livraria Civilização, impresso na editora do Minho, Tomo I Letras B a Z, Barcelos, 1993, Porto.

Vitriaco, Jacobi de; Libri Duo, Quorum prior Orientalis, hierosolymitanae: Alter, Occidentalis, Histrora nomine inseribitur; Dvaci, Officina Balthazaris, Belleri, anno 1597.

Vitriaco, Jacobi de; História de Hierosymitana ab coidem abbreviata, 1243, anno bolestaui Ludicus, manuscrito 1466.

Vitriaco, Jacobi de; Historia de Ierosolimitana neat written Manuscript on Vellum, by na Iyalian scribe, heading in red, capitals in red and blue, with calligraphic ornamentation green velum, manuscrito, 1459

Vogel, Christian; Legal Texts of the Templars, Universität des Saarlandes; *in* VIII Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 2019.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (GAVETAS)

Gaveta 1, Maço 1, nº 1	Gaveta 1, Maço 2, nº 3	Gaveta 1, Maço 3, nº 4
Gaveta 1, Maço 3, nº 7	Gaveta 1, Maço 3, nº 14	Gaveta 1, Maço 3, nº 16
Gaveta 1, Maço 3, nº 4A	Gaveta 1, Maço 4, nº 3	Gaveta 1, Maço 4, nº 19
Gaveta 1, Maço 4, nº 23	Gaveta 1, Maço 4, nº 23A	Gaveta 1, Maço 5, nº 21
Gaveta 1, Maço 5, nº 6	Gaveta 1, Maço 5, nº 7	Gaveta 1, Maço 6, nº 12-13
Gaveta 1, Maço 6, nº 20	Gaveta 1, Maço 6, nº 22	Gaveta 1, Maço 7, nº 3
Gaveta 1, Maço 7, nº 14	Gaveta 1, Maço 7, nº 15	Gaveta 1, Maço 17 nº 20
Gaveta 2, Maço 1, nº 4	Gaveta 2, Maço 4, nº 13	Gaveta 2, Maço 4, nº 14
Gaveta 2, Maço 4, nº 15	Gaveta 2, Maço 4, nº 16	Gaveta 2, Maço 4, nº 17
Gaveta 2, Maço 4, nº 18	Gaveta 2, Maço 4, nº 19	Gaveta 2, Maço 4, nº 20
Gaveta 2, Maço 4, nº 21	Gaveta 2, Maço 4, nº 22	Gaveta 2, Maço 4, nº 23
Gaveta 2, Maço 4, nº 24	Gaveta 2, Maço 4, nº 25	Gaveta 2, Maço 4, nº 26
Gaveta 2, Maço 8, nº 3	Gaveta 3, Maço 1, nº 1	Gaveta 3, Maço 1, nº 8
Gaveta 3, Maço 3, nº 1	Gaveta 3, Maço 3, nº 2	Gaveta 3, Maço 3, nº 13
Gaveta 3, Maço 4, nº 7	Gaveta 3, Maço 5, nº 15	Gaveta 3, Maço 6, nº 11
Gaveta 3, Maço 6, nº 6	Gaveta 3, Maço 7, nº 2	Gaveta 3, Maço 7, nº 15
Gaveta 3, Maço 8, nº 1	Gaveta 3, Maço 8, nº 1	Gaveta 3, Maço 8, nº 2

Gaveta 7, Maço 10, nº 32	Gaveta 7, Maço 10, nº 34	Gaveta 7, Maço 10, nº 35
Gaveta 7, Maço 10, nº 36	Gaveta 7, Maço 10, nº 37	Gaveta 7, Maço 10, nº 38
Gaveta 7, Maço 10, nº 39	Gaveta 7, Maço 10, nº 41	Gaveta 7, Maço 10, nº 42
Gaveta 7, Maço 10, nº 43	Gaveta 7, Maço 10, nº 44	Gaveta 7, Maço 10, nº 45
Gaveta 7, Maço 10, nº 46	Gaveta 7, Maço 11, nº 2	Gaveta 7, Maço 11, nº 1
Gaveta 7, Maço 12, nº 1	Gaveta 7, Maço 12, nº 2	Gaveta 7, Maço 12, nº 3
Gaveta 7, Maço 12, nº 4	Gaveta 7, Maço 12, nº 6	Gaveta 7, Maço 12, nº 7
Gaveta 7, Maço 12, nº 8	Gaveta 7, Maço 12, nº 9	Gaveta 7, Maço 12, nº 10
Gaveta 7, Maço 12, nº 12	Gaveta 7, Maço 12, nº 14	Gaveta 7, Maço 12, nº 16
Gaveta 7, Maço 12, nº 17	Gaveta 7, Maço 12, nº 18	Gaveta 7, Maço 12, nº 20
Gaveta 7, Maço 12, nº 22	Gaveta 7, Maço 13, nº 21	Gaveta 7, Maço 13, nº 4
Gaveta 7, Maço 13, nº 5	Gaveta 7, Maço 13, nº 6	Gaveta 7, Maço 13, nº 8
Gaveta 7, Maço 13, nº 9	Gaveta 7, Maço 13, nº 10	Gaveta 7, Maço 13, nº 11
Gaveta 7, Maço 13, nº 12	Gaveta 7, Maço 13, nº 13	Gaveta 7, Maço 13, nº 14
Gaveta 7, Maço 13, nº 15	Gaveta 7, Maço 13, nº 16	Gaveta 7, Maço 13, nº 17
Gaveta 7, Maço 13, nº 18	Gaveta 7, Maço 13, nº 19	Gaveta 7, Maço 13, nº 20
Gaveta 7, Maço 13, nº 22	Gaveta 7, Maço 13, nº 23	Gaveta 7, Maço 13, nº 24
Gaveta 7, Maço 13, nº 25	Gaveta 7, Maço 13, nº 26	Gaveta 7, Maço 14, nº 5
Gaveta 7, Maço 14, nº 6	Gaveta 7, Maço 14, nº 7	Gaveta 7, Maço 14, nº 8
Gaveta 7, Maço 14, nº 9	Gaveta 7, Maço 14, nº 10	Gaveta 7, Maço 14, nº 11
Gaveta 7, Maço 14, nº 12	Gaveta 7, Maço 14, nº 11A	Gaveta 7, Maço 16, nº 2
Gaveta 7, Maço 17, nº 2	Gaveta 7, Maço 17, nº 1	Gaveta 7, Maço 18, nº 2

Edições eletrónicas.

E-book Matoso, José. Livro de Linhagens do Dião, LL37B2, edições Wook, s/d Porto

Ordem dos Templários – Wikipédia a enciclopédia livre (wikipedia.org)

25 de março: o Ano Novo Florentino – Guia Brasileira em Florença (guiaflorenca.net)

Santos da Arquidiocese de Évora (santosdaarquidiocesedeavora.blogspot.com)

<https://al-rabita.webnode.pt/historia-e-cultura/>

O Tesouro dos Templários (conventocristo.gov.pt)

<http://www.forum-numismatica.com/viewtopic.php?f=3&t=97216>

O tesouro dos templários existe? – Estudo Prático (estudopratico.com.br)

<https://www.museucasadoeda.pt/collection/26>

Como era aparência do real, primeira moeda portuguesa? – Quora

Bernardo de Claraval – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)

Ipse dixit – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)

Livro das Aves – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq (arquivos.pt)

www.auditoresgallaecia.com.

<https://veja.abril.com.br/coluna/duvidas-universais/as-72-virgens-do-paraiso-islamico-estao-sempre-virgens/>

<https://coraocomentado.blogspot.com/2010/03/blogando-o-alcorao-surat>

<https://=Mapas+da+pen%C3%ADnsula+Ib%C3%A9rica+s%C3%A9culo+xii&form=HDRSC3&first=1-Mapas>.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Maomé>

τφ



O 25 de Abril e os
Oficiais de Ligação.
As Unidades e seus
Comandantes

O 25 de Abril e os Oficiais de Ligação As Unidades e seus Comandantes

Frederico Carlos Reis Morais
Coronel de Infantaria Reformado¹

Este artigo e os dois anteriores, publicados nos cadernos Terras Quentes nº 17 e nº 19 incidem sobre acontecimentos que tiveram lugar em 25 de Abril de 1974. Enquanto os dois primeiros se focaram sobre a ordem de batalha e objetivos da operação Viragem Histórica, este será sobre três dos intervenientes fundamentais para o desenrolar daquela operação.

Refiro-me aos oficiais de ligação e às Unidades e seus Comandantes.

Relembro que tudo ocorreu há 49 anos e por isso poderá haver fatos não totalmente corretos, mas isso deve-se ao acumular de erros que depois de algumas repetições passam a “ser verdadeiros”. Por exemplo, já vi escrito em várias fontes que o Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC), (a minha Unidade naquela data) saiu com 37, 40, 47 e 100 homens. O nº correto são 47. A minha intenção é tentar reunir os elementos dispersos sobre os oficiais de ligação e as suas movimentações em 24 de Abril que nos poderão dar uma ideia do enorme esforço que fizeram. Tentei igualmente reunir todas as ações das Unidades e dos seus Comandantes no dia 25 de Abril de 1974.

Consultei as fontes citadas na bibliografia e entrevistei alguns intervenientes.

Baseei-me sobretudo nos relatórios das Unidades, uma vez que por vezes a memória já falha.

Uma das maiores dúvidas que se me pôs foi a do oficial que entregou a ordem de operações ao Capitão Delgado da Fonseca Comandante da Companhia de Comandos nº 4041 (CCmds. 4041, Lamego), que se encontrava em instrução no Centro de Operações Especiais (CIOE, Lamego). Optei pela versão do Comandante da Companhia, Capitão Delgado da Fonseca.

¹ Em 25 de Abril de 1974 era Capitão de Infantaria e integrou a força comandada pelo Capitão de Infantaria Luís Pimentel, que às 3H00 da manhã daquele dia, ocupou a Emissora Nacional. 76 horas após a tomada do objetivo, regressou à sua Unidade. Licenciado em Sociologia e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Defesa do Património “Terras Quentes”.

Na prática, houve duas ordens de operações (OOp.). Uma da **Região Militar Porto (RMP)** elaborada pelos Majores António Borges e Eurico Corvacho que dizia respeito a todas as unidades daquela Região e a **Ordem de Operações (OOp) elaborada pelo Major Otelo Saraiva de Carvalho** que incluía todas as restantes unidades do país que tinham aderido ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Para se compreender esta situação transcrevo frase do livro do Capitão Dinis de Almeida (Origem e Evolução do Movimento dos Capitães) constante da página 389:

“A confiança que depositávamos na coesão, competência e determinação do Movimento na R.M. do Porto e a distância a que esta região militar se encontrava de Lisboa permitiu a completa independência do planeamento e execução.”

A Caminhada dos Oficiais de Ligação

A Ordem de Operações (OOp). que foi distribuída pelos oficiais de ligação foi a elaborada pelo Major Otelo Saraiva de Carvalho e foi acompanhada de um documento onde eram indicados a data-hora do início da operação e a senha e contrassenha. Foi este último documento de que a seguir se junta uma cópia que coordenou o início de todas as operações.

Cópia do original da senha e contrassenha que os oficiais de ligação entregaram às Unidades

C O N F I R M A Ç Ã O D O I N I C I O D A S O P E R A Ç Õ E S

1-A confirmação do início das operações é determinada por qualquer dos seguintes sinais indicados nos parágrafos 2 e 3.

2-Às vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos (22H55) do dia 24 ABR 74 será transmitida pelos "Emissores Associados de Lisboa" uma frase indicando que faltam cinco minutos para as vinte e três horas (23H00) e anunciado o disco de PAULO DE CARVALHO, "E depois do Adeus".

3-Entre as zero horas (00H00) e a uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, através do programa da Rádio Renascença, será transmitida a seguinte sequência:

a) Leitura da estrofe do poema: "Grândola Vila Morena"

Grândola Vila Morena
Terra da fraternidade
Ó povo é quem mais ordena
Dentro de ti ó cidade.

b) Transmissão ^{de José Afonso} do mesmo nome interpretada por José Afonso.

4) Qualquer um dos sinais referidos nos parágrafos 2 e 3, aquele que for ouvido primeiro, confirma totalmente, por si só, o início das operações, que a partir de então se tornam irreversíveis para todas as unidades.

5-TODAS AS UNIDADES devem munir-se de rádios que permitam manter uma escuta perfeita das emissões de Lisboa do Rádio Clube Português a partir da uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, embora não se prevejam comunicações antes da hora H.

6-Se porventura houver alguma unidade que não tenha conseguido receber qualquer dos sinais referidos nos parágrafos 2 e 3; deverá escutar a emissão de Lisboa do Rádio Clube Português, a partir da uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, até às quatro horas e trinta minutos (04H30) do mesmo dia, no mínimo.

GRUPO DATA HORA 25 03H00 ABR 74

SENHA CONTRASENHA CORAGEM - PELA VITÓRIA

S E C R E T O

Folha 1 de uma folha

A fita do tempo que a seguir se expõe, contempla o período de 22 a 26 de Abril de 1974 e incide prioritariamente sobre os acontecimentos militares, embora contemple também alguns fatos políticos que justificam as operações militares.

Nota introdutória: Em virtude de ter sido confrontado com versões contraditórias dos acontecimentos ocorridos no dia 25 de Abril em algumas Unidades da Região Militar de Évora (RME) e do Comando Territorial do Algarve (CTA), retirei desta fita do tempo todos os fatos que não pude comprovar de forma inequívoca.

Fita do Tempo

- Dia 22 de Abril de 1974

00H01 – A partir do início deste dia, todos os delegados do Movimento nas Unidades entram em estado de alerta, preparados para receber o contacto do agente de ligação, portador da Ordem de Operações (OOp).

A Escola Prática de Transmissões (EPT, Lisboa), recebe autorização do Estado-Maior do Exército (EME), por proposta do Tenente-Coronel Garcia dos Santos, para o estabelecimento de uma linha direta entre o futuro Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA), o Regimento de Engenharia nº 1 (RE 1, Pontinha, Lisboa) numa extensão de 4 quilómetros. Inicia-se, sem demora, a sua instalação, efetuada por uma equipa comandada pelo furriel Cedoura, que ficará concluída em menos de 24 horas. Tal iniciativa, viria a permitir ao Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) o acesso permanente às escutas das redes de transmissões militares e das forças de segurança fiéis ao Governo. Nesta missão de escuta, destacaram-se os Capitães Fialho da Rosa, Veríssimo da Cruz e Madeira.

- Dia 23 de Abril de 1974

15H00 – O Major Otelo Saraiva de Carvalho entrega ao Major Neves Rosa os documentos finais para fotocopiar (anexo de transmissões, alterações de missão, indicação do grupo data-hora (**GDH**) de execução, modo de confirmação da Hora H e a senha e contrassenha a utilizar nos contactos com militares).

18H00 – O Major Otelo Saraiva de Carvalho inicia, na Avenida Sidónio Pais, junto ao Parque Eduardo VII, a entrega dos sobrescritos lacrados contendo a Ordem de Operações (OOp), bem como de um exemplar do jornal *Época* – porta-voz do regime, código escolhido para identificar as equipas de ligação e, ainda, em alguns casos, material de transmissões.

Para aumentar as hipóteses de sucesso da missão, cada oficial de ligação seguiu em carros diferentes e por caminhos diferentes. É preciso não esquecer que a Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) já tinha alguns oficiais sob vigilância permanente.

Cada oficial de ligação era portador de uma Ordem de Operações (OOp) para cada uma das Unidades sediadas no seu eixo de distribuição, mas, devido ao pouco tempo disponível, nem todas as Ordens de Operações (OOp) foram entregues diretamente às Unidades respetivas, mas a outros oficiais de ligação locais, que completaram a missão.

Os oficiais de ligação escolhidos foram os seguintes:

- Major Neves Rosa – Coordenador.

1ª equipa:

- Major Luís Arruda;
- Capitão Sousa e Castro.

2ª equipa:

- Capitão Candeias Valente;
- Capitão António Torres.

3ª equipa:

- Capitão Rosado da Luz;
- Capitão Veiga Vaz.

4ª equipa:

- Capitão Luís Lopes Francisco, apoiado pelos oficiais:
Capitão José Santa Clara Gomes fazendo equipa com o Capitão Henrique Maurício.
- Capitão Pedrosa Afonso, apoiado pelos oficiais:
Capitão Jaime Manuel Rodrigues Neves fazendo equipa com o Capitão Alberto Coelho.

Esta equipa apenas atuou em Lisboa e arredores.

Irei de seguida apresentar os percursos das primeiras 3 equipas dos oficiais de Ligação do Movimento das Forças Armadas (MFA).

1ª equipa:

- Mapas 1, 2, 3, 4 e 5.

Estes descrevem os percursos percorridos pelos Major Arruda e Capitão Sousa e Castro (mapa 1) e pelos oficiais de ligação a quem eles foram entregando pelo norte e centro do País (mapas 2, 3, 4 e 5).

2ª equipa:

- Mapa 6.

3ª equipa:

- Mapa 7.

Relativamente à 4ª equipa, por não se saber as moradas dos oficiais de ligação e dos oficiais das Unidades que intervieram no processo, não é possível, nesta data, contabilizar a quilometragem nem descrever os percursos efetuados.

Mapa 1

1ª equipa:

- Percurso comum do Major Luís Francisco Domingos Arruda e Capitão Rodrigo Sousa e Castro entre Lisboa e Leiria.

Sigla	Designação	Localização	Recetor
RAL 4	Regimento de Artilharia Ligeira 4	Leiria	IN
RI 7	Regimento de Infantaria Nº 7	Leiria	IN



Mapa 2

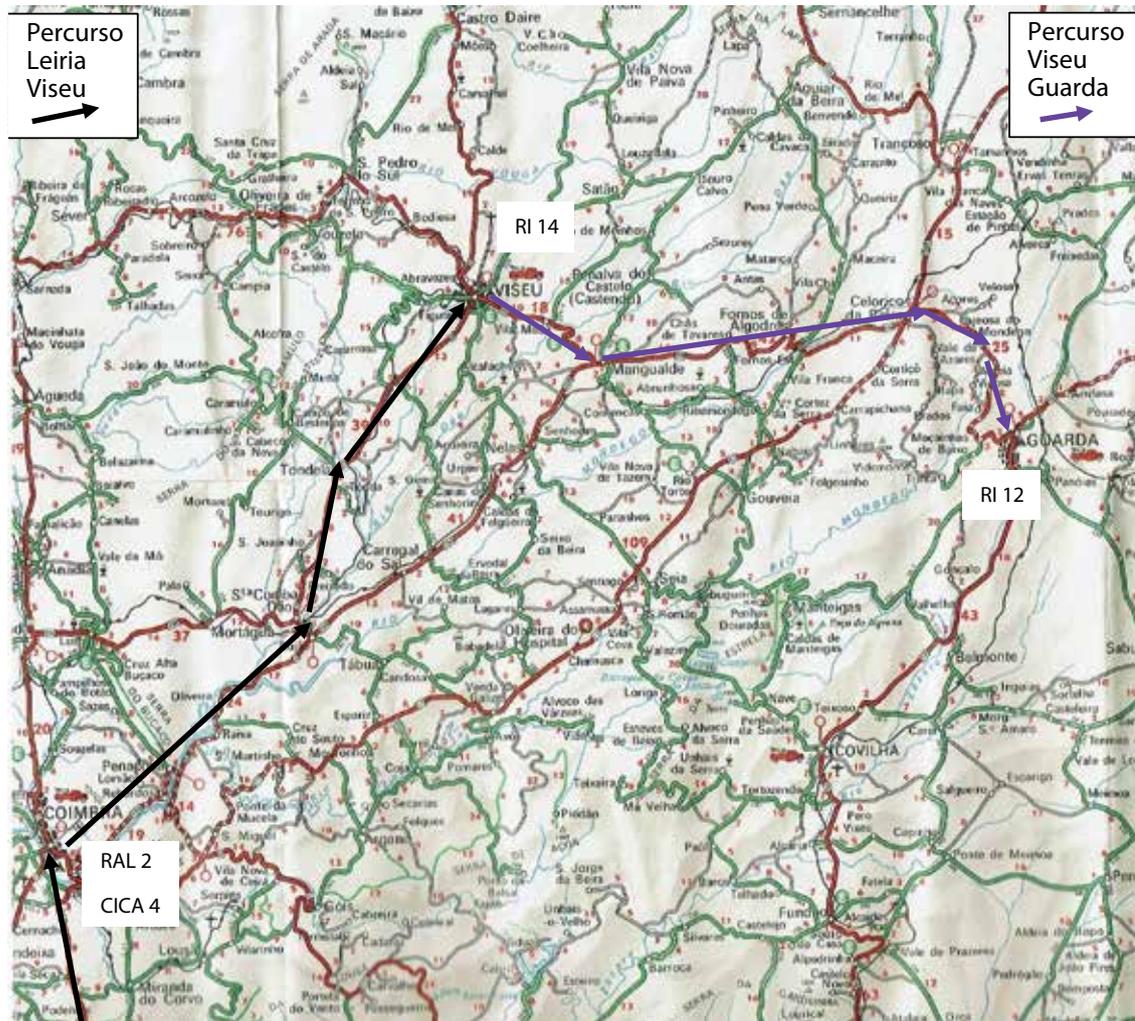
1ª equipa:

- Percurso do Major Luís Arruda entre Leiria, Coimbra e Viseu onde entregou a ordem de operações do RI 14 ao Capitão Aprígio Ramalho oficial de ligação local, que por sua vez foi entregar, na Guarda (RI 12), ao Capitão Valente a respetiva OOp.

Major Domingos Arruda →

Sigla	Designação	Localização	Recetor
RAL 2	Regimento de Artilharia Ligeira 2	Coimbra	
CICA 4	Centro de Instrução de Condução Auto nº 4	Coimbra	
RI 12	Regimento de Infantaria Nº 12	Guarda	Cap. Valente
RI 14	Regimento de Infantaria Nº 14	Viseu	Cap. Gertrudes da Silva

Capitão Aprígio Ramalho →

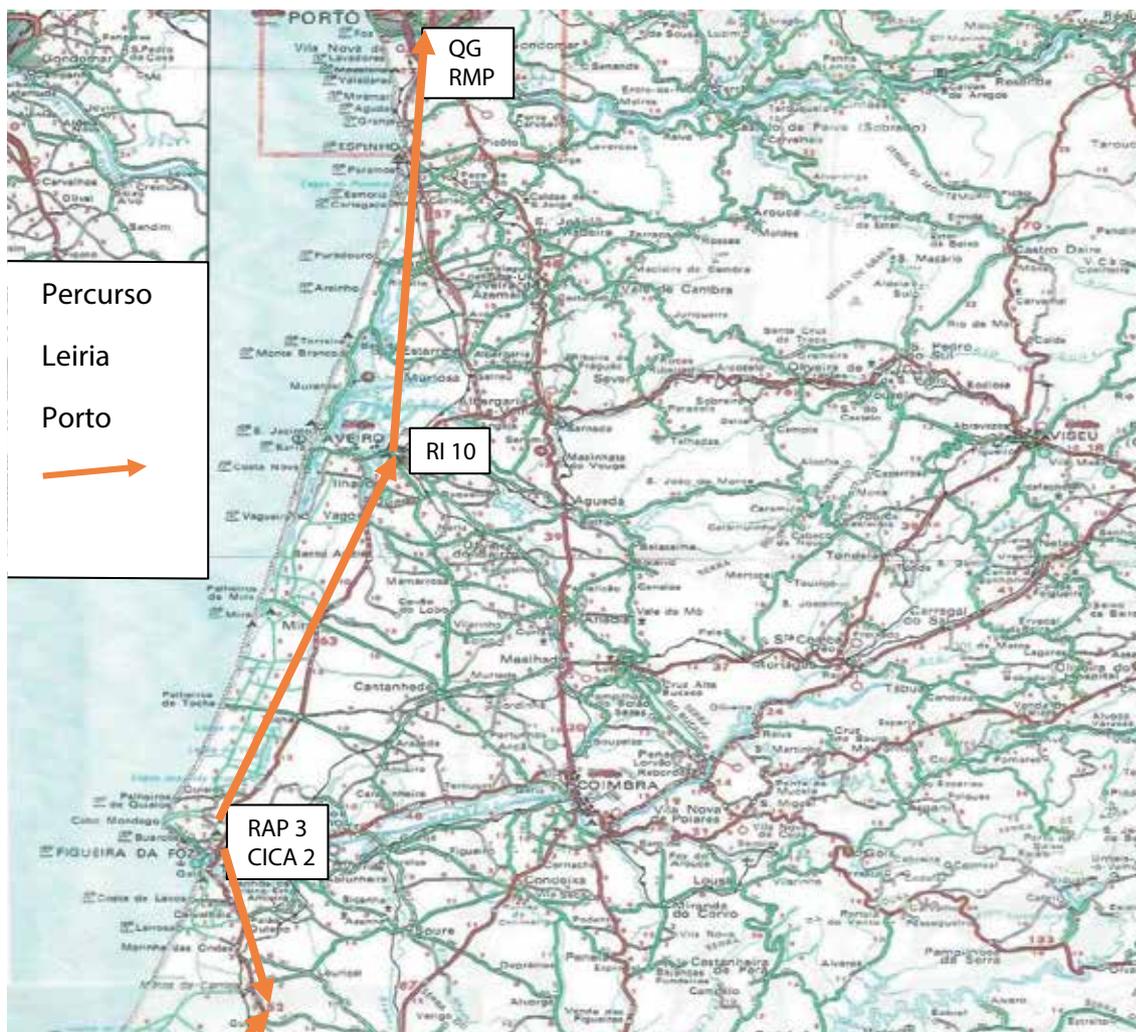


Mapa 3

1ª equipa:

- **Percurso do Capitão Sousa e Castro entre Leiria, Figueira da Foz, Aveiro e Porto.**
 - Na Figueira da Foz entregou a Ordem de Operações (OOp) ao RAP 3 e CICA 2;
 - Em Aveiro entregou a Ordem de Operações (OOp) ao RI 10;
 - No Porto entregou a Ordem de Operações (OOp) ao QG/RMP.

Sigla	Designação	Localização	Recetor
RAP 3	Regimento de Artilharia Pesada 3	Figueira da Foz	Cap. Fausto e Dinis de Almeida
CICA 2	Centro de instrução de Condução Auto Nº 2	Figueira da Foz	Cap. Ferreira de Sousa
RI 10	Regimento de Infantaria Nº 10	Aveiro	Cap. Rodrigo Pizarro
QG/RMP	Quartel-General da Região Militar Porto	Porto	Maj. Corvacho



Mapa 4

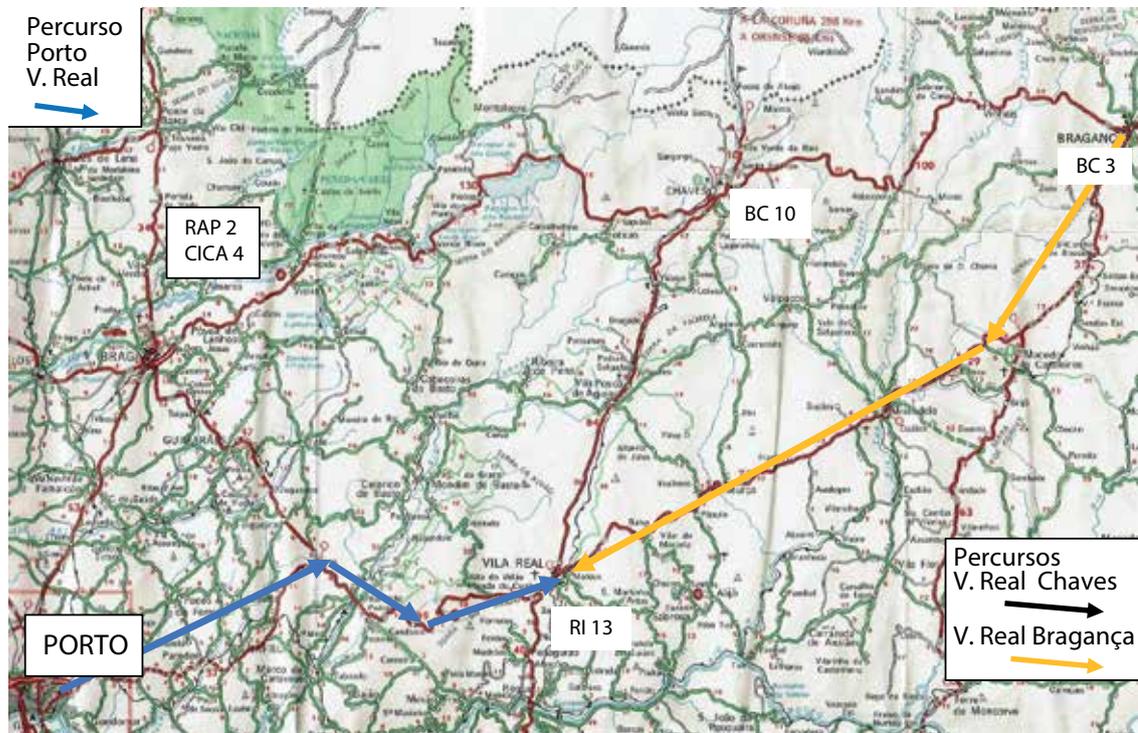
1ª equipa:

- Percurso do Capitão Castro Carneiro e Alferes Pêgo, oficiais de Ligação local, entre Porto e Vila Real onde entregam a Ordem de Operações (OOp) ao RI 13, e ao oficial de ligação local, Capitão Mascarenhas, que entregou ao BCaç 3. 

Sigla	Designação	Localização	Recetor
RI 13	Regimento de Infantaria 13	Vila Real	Cap. Mascarenhas
CIOE	Cento de Instrução de Operações Especiais	Vila Real	Cap. Delgado da Fonseca

Capitão Mascarenhas 

Sigla	Designação	Localização	Recetor
BCaç 10	Batalhão de Caçadores 10	Chaves	IN
BCaç 3	Batalhão de Caçadores 3	Bragança	Cap. Freixo, em Vila Real



Mapa 5

1ª equipa:

- Percurso do Capitão Gaspar Borges oficial de ligação local entregando as Ordem de Operações (OOp) ao Bcaç 9 e Bcaç 5016 em Viana do Castelo, ao RI 8 em Braga e ao 1º GCAM na Póvoa do Varzim.

Sigla	Designação	Localização	Recetor
Bcaç 9	Batalhão de Caçadores 9	Viana do Castelo	Maj. Medeiros de Almeida
Bcaç. 5016	Batalhão de Caçadores 5016	Viana do Castelo	Maj. Medeiros de Almeida
RI 8	Regimento de Infantaria 8	Braga	Não cumpre a missão
1º GCAM	1º Grupo de Companhias de Administração Militar	Póvoa do Varzim	Cap. Bacelar



Mapa 6

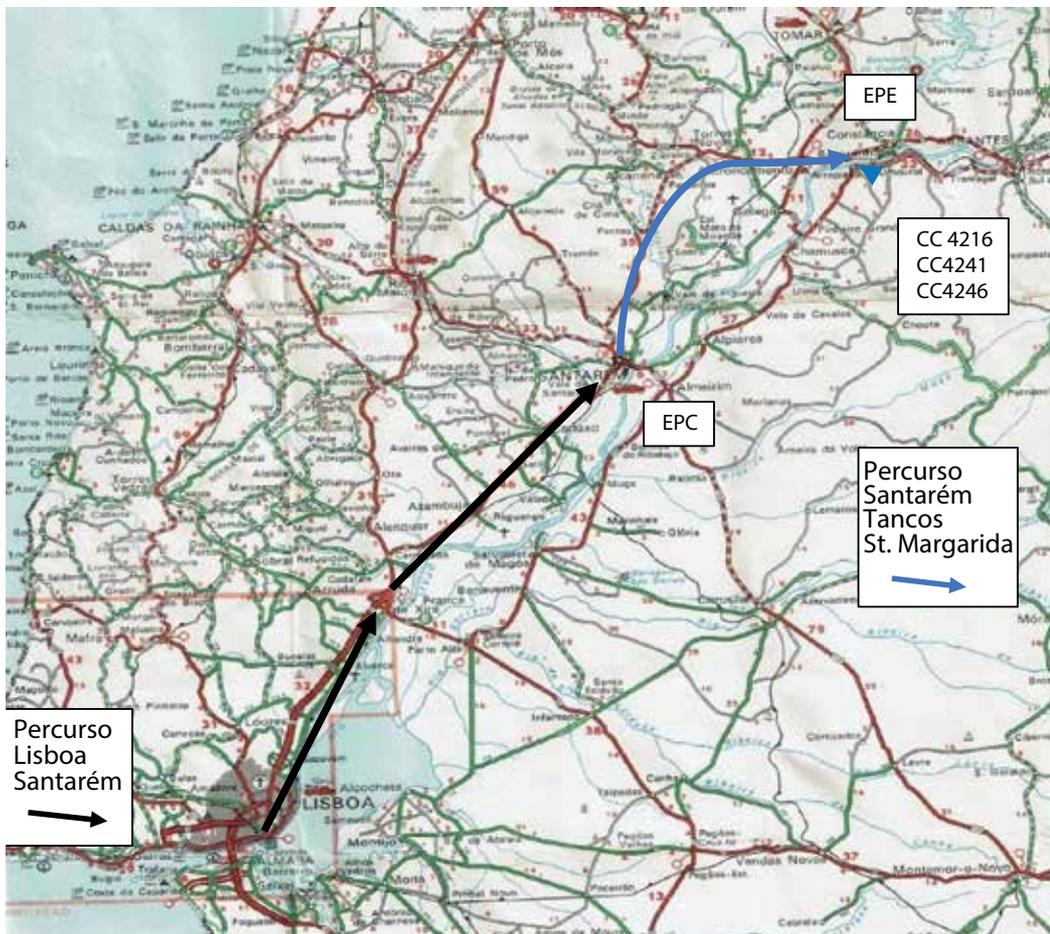
2ª equipa:

- Percurso dos Capitães Candeias Valente e António Torres entre Lisboa e Santarém onde entregaram a Ordem de Operações (OOp) à EPC e ao oficial de ligação local, Capitão Figueira, que entregou á EPE (Tancos) e ás Companhias de Caçadores 4216, 4241 e 4246 (Santa Margarida). ➔

Sigla	Designação	Localização	Recetor
EPC	Escola Pratica de Cavalaria	Santarém	Ten. Ribeiro Sardinha.
	EPE e Comp. Caçadores de Santa Margarida	Santarém	Capitão Figueira

Capitão Figueira (oficial de ligação local) ➔

Sigla	Designação	Localização	Recetor
EPE	Escola Pratica de Engenharia	Tancos	Cap. Carneiro Teixeira
CIMSM	Companhia de Caçadores 4216	St. Margarida	Cap. Miguel Amado
CIMSM	Companhia de Caçadores 4241	St. Margarida	Cap. Luís Pessoa
CIMSM	Companhia de Caçadores 4246	St. Margarida	Ten Christian Andersson

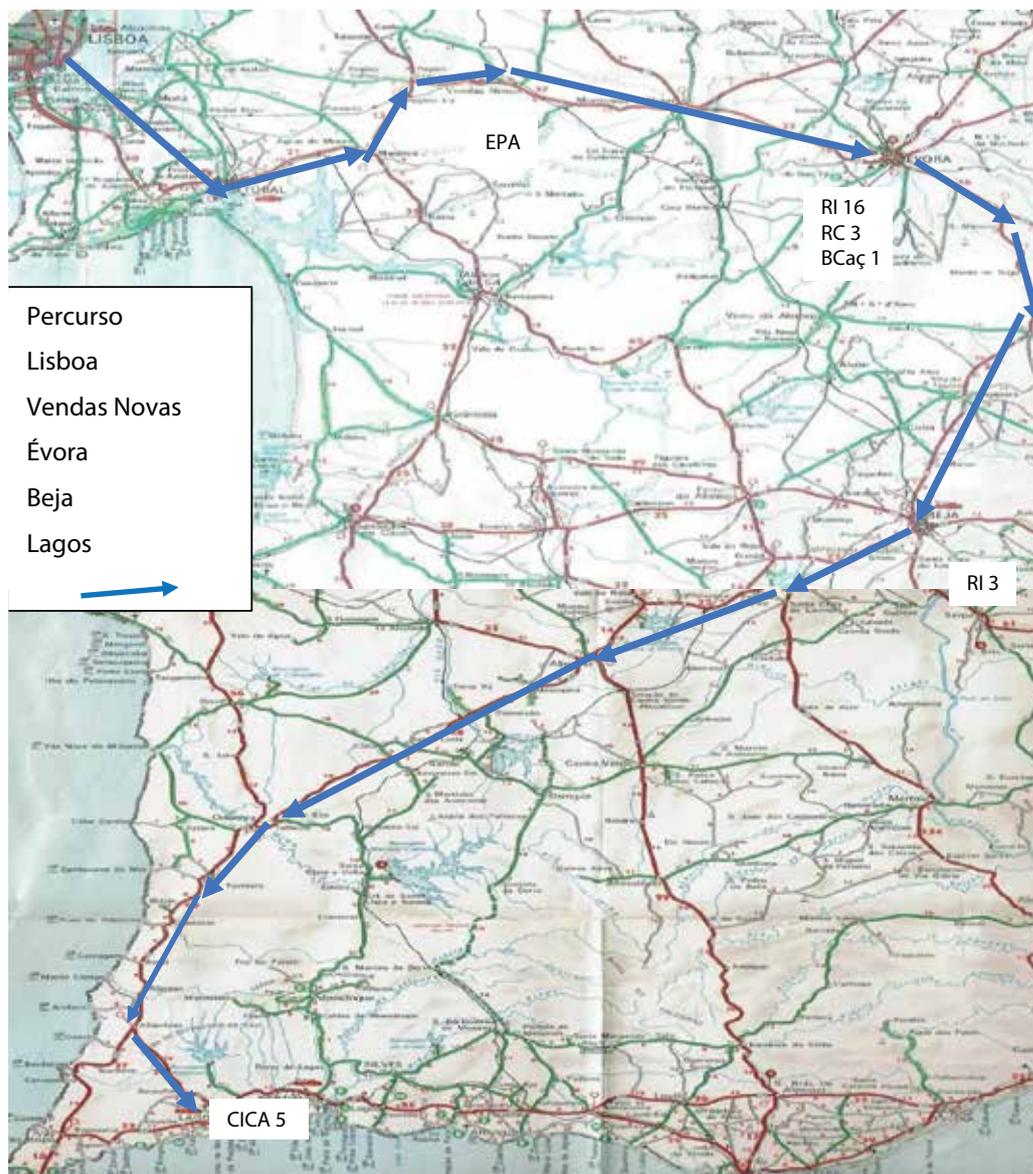


Mapa 7

3ª equipa:

- Percurso dos Capitães Rosado da Luz e Veiga Vaz entre Lisboa e Vendas Novas onde entregam as Ordem de Operações (OOp) da EPA, em Évora ao RI 16, RC 3 e BCaç 1, em Beja ao RI 3 e por fim em Lagos ao CICA 5.

Sigla	Designação	Localização	Recetor
BCaç 1	Batalhão de Caçadores Nº 1	Portalegre	Cap. Esteves Pinto
CICA 5	Centro de inst. de Condução Auto Nº 5	Lagos	Cap. Glória Alves
EPA	Escola Prática de Artilharia	Vendas Novas	Ten. Jesus Duarte
RC 3	Regimento de Cavalaria Nº 3	Estremoz	Cap Alberto Ferreira
RI 3	Regimento de Infantaria Nº 3	Beja	Cap. Feijó
RI 16	Regimento de Infantaria Nº 16	Évora	Cap. Silvestre Porto



4ª equipa:

**Unidades de Lisboa e os seus Oficiais de Ligação
Capitão Santa Clara Gomes e Capitão Henrique Maurício**

Sigla	Localização	Recetor
BCaç 5	Lisboa	Maj. Cardoso Fontão
CIAAC	Cascais	Ten. Ponces de Carvalho
EPAM	Lisboa	Cap. Teófilo Bento

Capitão Alberto Coelho e Capitão Jaime Rodrigues Neves

Sigla	Localização	Recetor
EPI	Mafra	Cap. Rui Rodrigues
CTSC	Belas (Sintra)	Cap. Luís Pimentel

Quilometragem percorrida pelos Oficiais de Ligação

1ª equipa:

- **Major Arruda**
 - Lisboa – Leiria = 176.5 Km
 - Leiria – Coimbra = 102 Km
 - Coimbra – Viseu = 97.8 Km
 - Total = 376.3 Km
 - Regresso = 376.3 Km
 - **Total Parcial = 752.6 Km**
- **Oficiais de Ligação local**
 - Viseu – Guarda = 75 Km
 - Total = 75 Km
 - Regresso = 75 Km
 - **Total Parcial = 150 Km**

Total dos percursos ligados ao Major Arruda = 902.6 Km

- **Capitão Sousa e Castro**
 - Lisboa – Leiria = 144.8 Km
 - Leiria – Figueira da Foz = 79.9 Km
 - Figueira da Foz – Aveiro = 73.6 Km
 - Aveiro – Porto = 76.6 Km
 - Total = 374.9 Km
 - Regresso = 374.9 Km
 - **Total Parcial** = 749.8 Km
- **1º Oficial de ligação local (Porto, Vila Real)**
 - Porto – Vila Real = 131.7 Km
 - Regresso = 131.7 Km
 - **Total Parcial** = 263.4 Km
- **2º e 3º Oficiais de Ligação Local (Vila Real, Chaves e Bragança)**
 - Chaves – V. Real = 54 Km
 - Bragança – Vila real = 118.4 Km
 - Total = 172.4 Km
 - Regresso = 172.4 Km
 - **Total parcial** = 344.8 Km
- **4º Oficial de ligação Local (Porto, Viana do Castelo, Braga e Porto)**
 - Porto – Póvoa do Varzim = 38 Km
 - Póvoa do Varzim – Viana do Castelo = 46 Km
 - Viana do Castelo – Braga = 40 Km
 - Braga – Porto = 70 Km
 - **Total Parcial** = 194 Km

Total dos vários percursos ligados ao Capitão Sousa e Castro = 1431.6 Km

2ª equipa

- **Capitão Candeias Valente**
 - Lisboa – Santarém = 90.3 Km
 - Santarém – Tancos = 59.7 Km
 - Total = 150 Km
 - Regresso = 150 Km
 - **Total Parcial** = 300 Km

- **Capitão António Torres**
 - Lisboa – Santarém = 90.3 Km
 - Santarém – Tancos = 59.7 Km
 - Total = 150 Km
 - Regresso = 150 Km
 - **Total Parcial** = 300 Km
- **Oficial de Ligação Local**
 - Tancos – Santarém = 63.4 Km
 - Regresso = 63.4 Km
 - Tancos – Sta. Margarida = 19.1 Km
 - **Total Parcial** = 145.9 Km

Total dos percursos ligados aos Capitães Candeias Valente e Torres = 745.9 Km

3ª equipa

- **Capitão Rosado da Luz e Capitão Veiga Vaz**
 - Lisboa – Vendas Novas = 78.8 Km
 - Vendas Novas – Évora = 70 Km
 - Évora – Beja = 80 Km
 - Beja – Lagos = 197.8 Km
 - Total = 426.6 Km
 - Regresso = 301 Km
 - **Total Parcial** = 727.6 Km x 2 = 1455.2 Km
- **Oficiais de Ligação Local**
 - Évora – Portalegre = 102.9 Km x 2 = 205.8 Km
 - Évora – Estremoz = 46.6 Km x 2 = 93.2 Km
 - **Total Parcial** = 299 Km

Total dos percursos ligados aos Capitães Rosado da Luz e Veiga Vaz = 1754.2 Km

Total de todos os percursos dos Oficiais de Ligação = 4834.3 Km

Nota: Não estão incluídos os percursos feitos no interior de todas as cidades.

Os oficiais de ligação entre as 18H00 de 23 de Abril e cerca das 14H30 de 24 de Abril ou seja, em cerca de 20 horas e 30 minutos percorreram pelo menos 4834.3 quilómetros.

Nunca é demais realçar a importância da missão dos oficiais de Ligação. Sem eles a operação Viragem Histórica não teria Sucesso.

Unidades e os Oficiais de Ligação respetivos

Sigla	Localização	Oficial de ligação	
AM	Lisboa	Sem Missão	
ECS	Águeda	Sem Missão	
EMEL	Lisboa	Não aderiu	
CIAAC	Cascais	Cap. Santa Clara Gomes	
CIOE	Lamego	Cap. Castro Carneiro	
CISMI	Tavira	Não aderiu	
CICA 1	Porto	Cap. Gaspar Borges	
CICA 2	Figueira da Foz	Cap. Sousa Castro	
CICA 3	Elvas	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
CICA 4	Coimbra	Não aderiu	
CICA 5	Lagos	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
QG/RMP	Porto	Cap. Sousa Castro	

EPI	Maфра	Cap. Jaime Rodrigues Neves (SAM)	
RI 1	Amadora	Cap. Santa Clara Gomes	
RI 2	Abrantes	Não aderiu	
RI 3	Beja	Cap. Rosado da Luz	
RI 4	Faro	Não aderiu	
RI 5	Caldas da Rainha	Não aderiu	
RI 6	Porto	Cor. Corvacho	
RI 7	Leiria	Maj. Arruda	
RI 8	Braga	Cap. Gaspar Borges	
RI 10	Aveiro	Cap. Sousa Castro	
RI 11	Setúbal	Não aderiu	
RI 12	Guarda	Cap. Ramalho	
RI 13	Vila Real	Cap. Castro Carneiro	
RI 14	Viseu	Maj. Arruda	
RI 15	Tomar	Não aderiu	
RI 16	Évora	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
BCaç 1	Portalegre	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
BCaç 3	Bragança	Cap. Castro Carneiro	
BCaç 5	Lisboa	Cap. Santa Clara Gomes	
BCaç 6	Castelo Branco	Não aderiu	
BCaç 8	Elvas	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	

BCaç 9	Viana do Castelo	Apoiou a BCAÇ 5016	
BCaç 10	Chaves	Não aderiu	
BCAÇ 5016	Viana do Castelo	Cap. Gaspar Borges	
CCaç 4241	Santa Margarida	Cap. Figueira (SM)	(b)
CCaç 4246	Santa Margarida	Cap. Figueira (SM)	(b)
CCmds 4041	Lamego	Cap. Amaral	
CCaç 4216	Santa Margarida	Cap. Figueira (SM))	(b)

EPA	Vendas Novas	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
RAC	Oeiras	Não aderiu	
RAP 2	Vila N. Gaia (S. Pilar)	Cap. Gaspar Borges	
RAP 3	Figueira da Foz	Cap. Sousa Castro	
RAL 1	Lisboa	Cap. Simões	
RAL 2	Coimbra	Maj. Arruda	
RAL 3	Évora	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
RAL 4	Leiria	Maj. Arruda	
RAL 5	Penafiel	Não aderiu	
B ART 10,5	Vendas Novas	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
B ART 8,8	Vendas Novas	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
GACA 2	Torres Novas	Cap. Salgueiro Maia telefone em 241330ABR	(a)
GACA 3	Espinho	Não aderiu	
C. Art. Mot.	Vendas Novas	Cap. Candeias Valente e Cap. António Torres	
CART 6252	Vila N. Gaia (S. Pilar)	Cap. Gaspar Borges	

EPC	Santarém	Cap. Candeias Valente e Cap. António Torres	
RC 3	Estremoz	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
RC 4	Santa Margarida	Contra	
RC 6	Porto	Cap. Gaspar Borges	
RC 7	Lisboa	Não aderiu	
RC 8	Castelo Branco		
RL 1	Elvas	Cap. Rosado da Luz e Cap. Veiga Vaz	
RL 2	Lisboa	Não aderiu	

EPE	Tancos	Cap. Figueira (SM)	(b)
RE 1	Lisboa	Posto de Comando	
BEng 3	Santa Margarida	Não aderiu	

EPT	Lisboa	Ten. Cor. Garcia dos Santos	
RTm	Porto	Cap. Gaspar Borges	

EPSM	Sacavém	Aderiu não cumprindo ordens	
DGMG	Moscavide	Não aderiu	

EPAM	Lisboa	Cap. Santa Clara Gomes	(c)
1ª GCAM	Póvoa do Varzim	Cap. Gaspar Borges	
2ª GCAM	Lisboa	Não aderiu	

CTA	Alcochete	Não aderiu	
CTE	Espinho	Não aderiu	
CTSC	Belas (Sintra)	Cap. Jaime Rodrigues Neves	(d)
PM	Trafaria	Não aderiu	
a) Livro “Operação Viragem Histórica” pág. 369. b) Informação verbal do Capitão Torres. c) Cento de Documentação do 25 de Abril. d) Informação verbal do Capitão Jaime Neves.			

Todo o levantamento sobre os oficiais de ligação foi feito com base na bibliografia referida na última página. Consultei também o Cento de Documentação do 25 de Abril – Coimbra.

Tive igualmente a colaboração dos seguintes camaradas que me ajudaram a esclarecer algumas dúvidas: **General Fialho da Rosa, General Carneiro Teixeira, Coronel Delgado da Fonseca, Coronel Aprígio Ramalho, Coronel Curto, Coronel Candeias Valente, Coronel Luís Lopes Francisco, Coronel Gloria Alves, Coronel Sousa e Castro, Coronel Maurício, Coronel Rosado da Luz, Coronel Castro Carneiro, Coronel Santa Clara Gomes, Coronel Torres, Coronel Jaime Rodrigues Neves, Coronel Coelho de Lima, Coronel Pegado e o Coronel Piteira dos Santos** a quem agradeço a paciência que tiveram para me aturar.

O Desenrolar das operações

Dia 24 de Abril de 1974

14H30 – O Major Neves Rosa (coordenador dos oficiais de ligação) comunica ao Major Otelo Saraiva de Carvalho que o último elemento de ligação tinha cumprido a missão.

21H45 – O Capitão Santos Coelho, do Regimento de Engenharia nº 1 (RE 1, Lisboa), junta-se aos seus camaradas do «10º grupo de comandos» grupo constituído por ele e mais 7 oficiais da Força Aérea Portuguesa (FAP) e distribui-lhes as armas e munições. Procede, em seguida, à leitura da ordem de operações e à recapitulação das missões.

22H55 – **1ª senha**: a voz do locutor João Paulo Dinis anuncia aos microfones dos Emissores Associados de Lisboa *“Faltam cinco minutos para as vinte e três horas. Convosco, Paulo de Carvalho com o Eurofestival 74 «E Depois do Adeus»”*. Era o primeiro sinal para o início das operações militares a desencadear pelo Movimento das Forças Armadas (MFA).

Dia 25 de Abril de 1974

00H20 – É emitida, na Rádio Renascença, a **2ª senha**, gravada pelo locutor Leite de Vasconcelos e que tinha a seguinte sequência:

Leitura da 1ª estrofe do poema **“Grândola Vila Morena”**

Grândola Vila Morena
Terra da fraternidade
O Povo é quem mais ordena
Dentro de ti ó cidade

Seguida da canção com o mesmo nome interpretada por José Afonso.

00H40 – O Comandante do Centro de Instrução de Artilharia de Cascais (CIAAC, Cascais), Coronel Pinheiro, alertado pelo Secretário de Estado da Defesa Coronel Viana de Lemos, (página 121 do livro Capitão de Abril Capitão de Novembro, do Coronel Sousa e Castro) liga ao oficial de dia e manda a Unidade entrar de prevenção². Os oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA) não são autorizados a entrar na Unidade impossibilitando o cumprimento da sua missão (ocupação do Aeródromo de Tires) na hora prevista.

² O estado de prevenção quando determinado superiormente, tem como consequência o fecho dos portões e o regresso de todos os militares à Unidade, tendo em vista a preparação da unidade para qualquer ação posterior. Após o fecho dos portões ninguém pode sair da unidade sem ser por ordem superior.

02H30 – Os Capitães Dinis de Almeida e Fausto Pereira controlam o Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz), tendo em vista a criação de condições para a receção das restantes Unidades que irão constituir o Agrupamento Norte. Este agrupamento será constituído pelo Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz), Centro de Instrução de Condução Auto nº 2 (CICA 2, Figueira da Foz), Regimento de Infantaria nº 14 (RI 14, Viseu) e o Regimento de Infantaria nº 10 (RI 10, Aveiro).

02H30 – A Escola Prática de Infantaria (EPI, Mafra) inicia a ocupação dos pontos chave de Mafra.

02H40 – Forças da Escola Prática de Engenharia (EPE, Tancos) saem para tomar o seu objetivo (Casa da Moeda, Lisboa) e simultaneamente para municiar, na ponte da Golegã/ /Chamusca, as Companhias de Caçadores nº 4241 (CCaç. 4241, Santa Margarida) e nº 4246 (CCaç. 4246, Santa Margarida).

03H00 – O Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) é tomado por forças do Centro de Instrução de Condução Auto nº 1 (CICA 1, Porto), passando a ser o Posto de Comando Norte do Movimento das Forças Armadas (MFA).

03H00 – A Companhia de Comandos Nº 4041 (CCmds 4041, Lamego) sai com destino ao Porto.

03H00 – A pedido do Posto de Comando do Norte o Regimento de Transmissões (RT, Porto) corta as ligações por cabo hertziano a Lisboa, para que as altas entidades ligadas ao regime não tivessem contacto com o Porto.

03H15 – A Escola Prática de Engenharia (EPE, Tancos) encontra-se na Ponte da Golegã/ /Chamusca com as Companhias de Caçadores nº 4241 e nº 4246 (CCaç. 4241 e CÇaç. 4246, Santa Margarida) para as municiar. Após o municiamiento, a Companhia de Caçadores nº 4241 (CCaç 4241, Santa Margarida) dirige-se para o seu objetivo, as antenas do Rádio Clube Português, no Porto Alto. A Companhia de Caçadores nº 4246 (CCaç. 4246, Santa Margarida) segue para Vila Franca de Xira com a missão de controlar a ponte Marechal Carmona. A Escola Prática de Engenharia (EPE, Tancos) dirige-se para o seu objetivo, a Casa da Moeda em Lisboa.

03H21 – O Regimento de Infantaria nº 3 (RI 3, Beja) informa o Posto de Comando que a guarnição não atuando ao lado do Movimento das Forças Armadas (MFA) também não atuará contra.

03H30 – Sai a primeira coluna da força do 1º Grupo de Companhias de Administração Militar (1ºGCAM, Póvoa do Varzim) que irá controlar os acessos à ponte de Vila do Conde.

03H30 – Surge o primeiro alarme oficial das forças governamentais sobre a eclosão do Movimento das Forças Armadas (MFA) na cidade do Porto: o Coronel Santos Júnior, Comandante da Polícia de Segurança Pública local, informa o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana da tomada do Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) pelos revoltosos.

03H30 – O Capitão Costa Martins da Força Aérea Portuguesa, sozinho, dirigiu-se ao Aeródromo Base 1 (Figo Maduro), consegue chegar à torre de controlo do aeroporto da Portela e de forma convincente, dizendo que o aeroporto estava cercado, ocupa o aeroporto da Portela e na sua torre de Controlo manda emitir um NOTAM (*notice to airmen*) a informar a comunidade aeronáutica que o espaço aéreo português está fechado.

03H32 – Uma força do Batalhão de Caçadores nº 5 (BCaç 5, Lisboa) estabelece uma cintura de segurança às instalações do Rádio Clube Português, rua Sampaio Pina, após a sua tomada pelo “10º grupo de comandos”. Esta rádio passa a assegurar a divulgação dos comunicados do Movimento das Forças Armadas (MFA).

03H50 – Uma força do Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC, Cacém) ocupa as instalações da Emissora Nacional na Rua do Quelhas, 2.

03H50 – Sai a segunda coluna do 1º Grupo de Companhias de Administração Militar (1ºGCAM, Póvoa do Varzim) que irá completar o dispositivo para controlo dos acessos à ponte de Vila do Conde já iniciado pela primeira coluna. Desta forma a missão é cumprida na totalidade.

03H56 – O Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) toma conhecimento de que “foi quebrado o fator surpresa”.

03H59 – Uma força da Escola de Administração Militar (EPAM, Lisboa) toma as Instalações da Rádio Televisão Portuguesa na Alameda das Linhas de Torres.

04H00 – Uma força da Escola Prática de Infantaria (EPI, Mafra) cerca o Aeroporto da Portela (Lisboa) concluindo assim a operação iniciada pelo Capitão Costa Martins.

04H00 – O Regimento de Cavalaria nº 6 (RC 6, Porto) recebe ordem do Comandante da Região Militar do Porto (RMP), General Eduardo Martins Soares, para cercar o Quartel-General, juntamente com a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, mas não cumpre a ordem.

04H15 – O General Eduardo Martins Soares, Comandante da Região Militar do Porto (RMP), apela aos Coronéis Rui Mendonça, Comandante do Regimento de Infantaria

nº 8 (RI 8, Braga), e Carneiro de Magalhães, Comandante do Regimento de Infantaria nº 13 (RI 13, Vila Real), para avançarem sobre o Porto e libertarem o Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) das mãos dos ocupantes, o que aqueles não fizeram.

04H26 – O Rádio Clube Português transmite o seguinte comunicado, lido por Joaquim Furtado, seguido da transmissão do Hino Nacional e de marchas militares de John Philips de Sousa:

“Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo.

Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua acorrência aos hospitais, a fim de prestar a sua eventual colaboração que se deseja, sinceramente, desnecessária.”

04H30 – Uma força do Batalhão de Caçadores nº 5 (BCaç 5, Lisboa) toma o Quartel-General da Região Militar de Lisboa (QG/RML).

04H30 – O Esquadrão de Reconhecimento do Regimento de Cavalaria nº 6 (RC 6, Porto) sai do Regimento e efetua manobras intimidatórias frente aos comandos da Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana do Porto.

04H30 – O Batalhão de Caçadores nº 5016 (BCaç 5016, Viana do Castelo) inicia o deslocamento para o Porto.

04H45 – É transmitido no Rádio Clube Português, o segundo comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA), lido por Joaquim Furtado:

“A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando do Movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência, a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos.

Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar.

Apelamos para que regressem imediatamente aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo Movimento das Forças Armadas.

Serão severamente responsabilizados todos os comandos que tentarem, por qualquer forma, conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas.”

04H45 – O Quartel-General da Região Militar de Coimbra (QG/RMC) toma conhecimento do movimento Militar em curso.

04H45 – Reunião de emergência do então governador da Região Militar de Lisboa (RML), General Edmundo da Luz Cunha, com o seu Estado-Maior na residência do respetivo subchefe Brigadeiro Junqueira dos Reis

05H00 – O Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) entra em prevenção rigorosa, por ordem do Ministério do Exército ao chefe do Estado-Maior da região, Coronel Cunha Saco.

05H00 – As Companhia de Caçadores nº 4241 (CCaç 4241, Santa Margarida) ocupa e defende as antenas do Rádio Clube Português em Porto Alto e a Companhia de Caçadores nº 4246 (CCaç 4246, Santa Margarida) ocupa e defende a ponte Marechal Carmona em Vila Franca de Xira.

05H00 – O diretor da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), Major Silva Pais, informa o Presidente do Conselho, professor Marcelo Caetano que a revolução está na rua e que deve sair de casa com a maior urgência e refugiar-se no quartel da Guarda Nacional Republicana no Largo do Carmo.

05H00 – São dadas ordens, pelo governador da Região Militar de Lisboa (RML), ao Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa) para preparar os carros de combate para sair.

05H15 – O Aeródromo de Tires é ocupado pelo Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (CIAAC, Cascais).

05H15 – É transmitido no Rádio Clube Português o terceiro comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA), lido por Joaquim Furtado.

“Aqui Posto de Comando das Forças Armadas. Informa-se a população de que, no sentido de evitar todo e qualquer incidente, ainda que involuntário, deverá recolher às suas casas, mantendo absoluta calma.

A todos os componentes das forças militarizadas, nomeadamente às forças da G. N. R., P. S. P. e ainda às forças da D. G. S. e da Legião Portuguesa, que abusivamente foram recrutadas, lembra-se o seu dever cívico de contribuírem para a manutenção da ordem pública, o que na presente situação só poderá ser alcançado se não for oposta qualquer reação às Forças Armadas. Tal reação nada teria de vantajoso pois apenas conduziria a um indesejável derramamento de sangue que em nada contribuiria para a união de todos os portugueses.

Embora estando crentes no civismo e no bom senso de todos os portugueses no sentido de evitarem todo e qualquer recontro armado, apelamos para que os médicos e pessoal de enfermagem se apresente aos hospitais para uma colaboração que fazemos votos por que seja desnecessária.”

05H19 – O General Luís Mário Nascimento (da estrutura do Estado Maior General das Forças Armadas, EMGFA) telefona ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Joaquim da Luz Cunha, a informá-lo que **«está muita tropa na rua»**.

05H20 – O General Fernando Viotti de Carvalho, vice-chefe do Estado-Maior do Exército, ordena ao Comandante da Escola Prática de Transmissões (EPT, Lisboa) para proceder à escuta das comunicações militares e as relatar ao Estado Maior. Tal ordem não foi cumprida.

05H20 – Um improvisado *Comando-Geral de Segurança Interna* dirige as ações governamentais a partir do Terreiro do Paço: General Alberto de Andrade e Silva (Ministro do Exército), prof. Joaquim da Silva Cunha (Ministro da Defesa Nacional), General Joaquim da Luz Cunha, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Edmundo da Luz Cunha, Governador Militar de Lisboa (GML), Dr. César Moreira Baptista (Ministro do Interior), Contra-Almirante Manuel Pereira Crespo (Ministro da Marinha), Coronel Carlos Viana de Lemos (Subsecretário do Exército) e o Contra-Almirante Henrique Tenreiro (deputado).

05H27 – O Ministro do Exército ordena ao Regimento de Infantaria nº 6 (RI 6, Porto), que liberte o Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP), determinação que o Comandante do Regimento, Coronel Passos de Esmeriz, não cumprirá.

05H30 – O Comando Territorial do Algarve (CTA) ordena a entrada em prevenção rigorosa das suas três Unidades. Regimento de Infantaria nº 4 (RI 4, Faro), Centro de Instrução de

Sargentos Milicianos (CISMI, Tavira) e Centro de Instrução de Condução Auto nº 5 (CICA 5, Lagos).

05H45 – É transmitido no Rádio Clube Português o quarto comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA) , lido por Joaquim Furtado.

“Atenção elementos das forças militarizadas e policiais. Uma vez que as Forças Armadas decidiram tomar a seu cargo a presente situação será considerado delito grave qualquer oposição das forças militarizadas e policiais às Unidades militares que cercam a cidade de Lisboa.

A não obediência a este aviso poderá provocar um inútil derramamento de sangue cuja responsabilidade lhes será inteiramente atribuída.

Deverá, por conseguinte, conservar-se dentro dos seus quartéis até receberem ordens do Movimento das Forças Armadas.

Os comandos das forças militarizadas e policiais serão severamente responsabilizados caso incitem os seus subordinados à luta armada.”

05H46 – O Ministro do Exército ordena ao Coronel António Romeiras Júnior, Comandante do Regimento de Cavalaria 7 (RC 7, Lisboa), que tome posições em Vale de Cavalos, Chamusca, para deter uma coluna da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) que fora «referenciada no Cartaxo» e que «vem a caminho de Lisboa”. Tal ordem não foi cumprida.

06H00 – O Major Correia Barrento, chefe do Estado-Maior do Quartel-General da Região Militar de Tomar (CEM/RMT), ordena o estado de prevenção rigorosa às Unidades da região.

06H00 – A coluna da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) ocupa o Terreiro do Paço, o Banco de Portugal e a Rádio Marconi.

06H00 – O Prof. Marcelo Caetano e o Comandante Adriano Coutinho Lanhoso, Ajudante-de-Campo do Presidente do Conselho, entram no Quartel da Guarda Nacional Republicana, no Largo do Carmo, onde são recebidos pelo General Adriano Augusto Pires, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Brigadeiro Luiz Tavares de Figueiredo, 2º Comandante-geral, Coronel Ângelo Ferrari Chefe do Estado-Maior e o Capitão Santiago de Carvalho, Comandante da segurança interna do Quartel.

06H00 – O Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) dá ordem a todas as Unidades para entrarem em prevenção rigorosa.

06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) o Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz) entra em prevenção rigorosa.

06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) o Batalhão de Caçadores nº 1 (BCaç 1, Portalegre) entra em prevenção rigorosa.

06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) o Regimento de Infantaria nº 16 (RI 16, Évora) entra em prevenção rigorosa.

06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) o RAL 3 (Évora) entra em prevenção rigorosa.

06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) o Batalhão de Caçadores nº 8 (BCaç 8, Elvas) entra em prevenção rigorosa.

06H05 – O Chefe do Estado Maior do Exército (CEME) General João Paiva Brandão dá ordem à Escola Prática do Serviço de Material (EPSM) para saírem os 2 M47, que lá se encontram, para se juntarem a outras forças anti Movimento das Forças Armadas (MFA). O Comandante da Escola Prática do Serviço de Material (EPSM) diz que só obedece ao Chefe do Estado Maior da Região Militar de Lisboa e não cumpre a ordem.

06H20 – Tendo recebido ordem do seu Comandante, um pelotão do Regimento de Cavalaria 7 chega ao Terreiro do Paço e após breve conversa com o Capitão Salgueiro Maia coloca-se ao lado do Movimento das Forças Armadas (MFA) com as viaturas AML/ /Chaimite e Panhards. O mesmo acontece com 2 dos pelotões que defendem o Ministério do Exército.

06H30 – Soa o alarme na Força Aérea. O Comandante da I Região Aérea ordena ao Comandante do Regimento de Caçadores Para-quedistas que faça deslocar para Comando de Operações da Força Aérea (COFA, Monsanto)³ uma força. Esta ordem não foi cumprida pelo Coronel Fausto Marques, não atuando contra as forças do Movimento das Forças Armadas (MFA) como havia prometido.

06H37 – Cerca desta hora sabe-se no Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) que o professor Marcelo Caetano se tinha refugiado no Quartel do Carmo, onde funciona o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana.

06H45 – Por ordem do Ministro do Exército sai uma força do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC7, Lisboa) constituída por 5 carros de combate M47 e 2 autometralhadoras rumo ao Terreiro do Paço.

3 O COFA tem áreas protegidas e de alta segurança.

06H45 – O Ministro do Exército pede à Guarda Nacional Republicana uma força para fazer frente à Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) no Terreiro do Paço.

06H45 – Uma força da Companhia de Artilharia nº 6252 (CArt. 6252, Porto) ocupa o centro emissor de Miramar do Rádio Clube Português (Porto).

06H50 – A Bateria de obuses do Regimento de Artilharia Pesada nº 2, (RAP 2, Vila Nova de Gaia), toma posição nas entradas da Ponte da Arrábida, no Porto, sob as ordens do Movimento das Forças Armadas (MFA).

06H50 – Uma força do Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa), inicialmente sob comando do Tenente Ravasco, que na Praça de Espanha passa para os Majores Campos Andrada e Major Manuel da Cruz Azevedo, tenta, em vão, reocupar o Quartel-General da Região Militar de Lisboa (QG/RML) que se encontra em poder do Movimento das Forças Armadas (MFA).

07H00 – No Terreiro do Paço, Oficiais da Polícia Militar e o Capitão Maltez Soares, da Polícia de Segurança Pública, põem-se às ordens do Movimento das Forças Armadas (MFA). Aceite o oferecimento, é-lhes pedido para descongestionarem o trânsito na zona.

07H00 – No Porto, o Batalhão de Caçadores nº 5016 (BCaç 5016, Viana do Castelo) ocupa o Aeroporto de Pedras Rubras bem como o nó rodoviário da via norte que passa a controlar.

07H00 – Um esquadrão do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz) sai do quartel de Estremoz, sob comando dos Capitães Luís de Andrade Moura e Alberto Ferreira, desloca-se para a ponte Salazar (atual ponte 25 de Abril), onde se juntará às forças do Regimento de Lanceiros nº1 (RL 1, Elvas) comandadas pelos Capitães Miquelina Simões e Gastão Silva.

07H00 – No Grupo de Artilharia Contra Aeronaves nº 2 (GACA,2 Torres Novas) ao receberem a ordem de prevenção os Capitães Pacheco, Dias Costa e Ferreira da Silva informam os três Tenentes Milicianos Comandantes das Companhias mobilizadas para o Ultramar, lá estacionadas, do que se está a passar conseguindo a sua entusiástica adesão. O Tenente Figueira manda armar e municiar a sua Companhia e ocupar o Quartel. Esta unidade que à partida era considerada não aderente, passa a ser mais uma Unidade aderente ao Movimento, embora sem missão. São interditas as entradas ao Comandante da Unidade Tenente-Coronel Sousa e a outros graduados considerados não aderentes. Só conseguirão entrar em contacto com o Posto de Comando no dia 26, conseguindo sempre reagir com firmeza às pressões externas.

07H00 – As forças do Regimento de Infantaria nº 14 (RI 14, Viseu) chega á Figueira da Foz e integra-se no Agrupamento Norte.

07H00 – Sai da Figueira da Foz, com destino a Lisboa, o Agrupamento Norte (600 homens).

07H00 – Tenente-Coronel Ferrand de Almeida, 2º Comandante do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa), que comandava uma coluna governamental de autometralhadoras, após conversações, rende-se ao Capitão Salgueiro Maia e é preso na Praça do Comércio.

07H00 – No Regimento de Artilharia Ligeira nº 2 (RAL 2, Coimbra) o Major Lestro Henriques, o Cap. Pereira da Costa a que se juntaria o Major Duarte Figueira, aprontam para atuar, uma força de oitenta homens e um piquete de trinta homens. O Comandante da Unidade, Coronel Pessoa Vaz, não apresentará qualquer entrave. Missão: controlo dos movimentos sobre a ponte do Mondego e recolha de informação sobre os movimentos da GNR e PSP. Mais tarde contactarão o Major Barata Alves, Comandante do Centro de Instrução de Condução Auto nº 4 (CICA 4, Coimbra) que manifesta a sua adesão total ao Movimento.

07H00 – A Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas) toma posição no Cristo-Rei, em Almada.

07H00 – Uma segunda coluna da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) constituída por 5 carros de combate (2 M47 e 3 M24) e dois pelotões de atiradores (cerca de 60 homens) comandada pelo Capitão Correia Bernardo atinge o perímetro de Santarém, pronta para apoiar a coluna do Capitão Salgueiro Maia, mas dada a evolução favorável regressa ao quartelamento.

07H26 – O Ministro da Defesa, Professor Joaquim da Silva Cunha recebe telefonema do Comandante da Guarda Nacional Republicana a informar que, segundo o Regimento de Infantaria nº 3 (RI 3, Beja), uma coluna da Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas) avançava sobre Lisboa. O ministro respondeu que o que queria era libertar-se dali e retomar liberdade de ação para jogar a última cartada pois estava á espera de uma Fragata. Foi informado, também, que o Norte está todo sublevado. O Ministro respondeu que não achava conveniente informar o Presidente do Conselho sobre a situação dizendo que bastava informá-lo de que estavam a tomar medidas.

07H30 – É transmitido no Rádio Clube Português o quinto comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA), lido por Luís Filipe Costa.

“Conforme tem sido difundido, as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de ações com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina.

Nos seus comunicados as Forças Armadas têm apelado para a não intervenção das forças policiais com o objetivo de se evitar derramamento de sangue. Embora este desejo se mantenha firme, não se hesitará em responder, decidida e implacavelmente, a qualquer oposição que venha a manifestar-se. Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua ação libertadora e pede à população que se mantenha calma e que se recolha às suas residências. Viva Portugal!”

07H30 – O Contra-Almirante Jaime Lopes, vice-chefe do Estado-Maior da Armada, e o Comandante Malheiro Garcia, oficial do Estado-Maior, dão ordem à fragata Almirante Gago Coutinho para ocupar posição em frente ao Terreiro do Paço e preparar-se para abrir fogo «a fim de intimidar uma força revoltosa do Exército».

07H30 – A força da Guarda Nacional Republicana (GNR) pedida pelo regime, chega ao Campo das Cebolas junto ao Terreiro do Paço. O Capitão Salgueiro Maia dialoga com o Comandante da força que retira de imediato.

07H30 – Uma força da Polícia de Segurança Pública (PSP) pedida pelo regime, chega ao Terreiro do Paço. Não tenta sequer o confronto e retira-se.

07H30 – É lido na Emissora Nacional, o quinto comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA) já lido no Rádio Clube Português.

07H50 – À revelia do Comando Territorial do Algarve, os Capitães José Glória Alves e Filipe Ferreira Lopes, à frente de um pelotão do Centro de Instrução de Condução Auto nº 5 (CICA 5, Lagos), ocupam o centro retransmissor de Foia.

07H52 – A emissão da Emissora Nacional é cortada no exterior por forças leais ao anterior regime.

07H52 – O Coronel Ponte, na situação de reserva, assume interinamente o comando do Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP), em nome do Movimento das Forças Armadas (MFA).

08H00 – O Governo ordena o corte de energia elétrica e telefones ao Rádio Clube Português, tanto nos estúdios como nas antenas de Porto Alto. Entram em funcionamento

geradores automáticos que asseguram a emissão, ficando, no entanto, com limitações pois os telefones deixaram de funcionar sendo a ligação telefónica ao Posto de Comando garantida por uma cabine pública junto à rua Sampaio Pina. A situação só se normalizará após as 19:00.

08H00 – O Vice-Chefe do Estado Maior da Armada (VCEMA), Almirante Jaime Lopes dá ordens ao Comandante da Fragata Almirante Gago Coutinho, Capitão de Fragata António Seixas Louçã, para fazer fogo de salva. O navio não possuía munições de salva, mas apenas munições de exercício, que dispunham de projétil inerte. E não fez fogo.

08H00 – O Capitão Costa Martins quando teve conhecimento da movimentação da fragata Almirante Gago Coutinho contactou imediatamente oficiais da sua confiança na Base Aérea de Monte Real (BA 5) e solicitou-lhes que municiassem e colocassem em alerta máximo duas pares de aviões de combate F-86F para retaliarem no caso de agressão.”

08H45 – Uma coluna de 9 nove viaturas da Escola Prática de Engenharia (EPE, Tancos) estaciona no centro emissor do Rádio Clube Português, a fim de reforçar a sua defesa. Mais tarde segue para Lisboa a fim de ocupar a Casa da Moeda, o seu objetivo final.

08H45 – O Comandante da Fragata Almirante Gago Coutinho Capitão de Fragata António Seixas Louçã exonera o Imediato e convida sucessivamente todos os oficiais para assumir o cargo, o que é recusado por todos. A partir daí os oficiais decidem cumprir as ordens do Comandante exceto as que de alguma forma fossem ofensivas para o Movimento.

08H45 – A Fragata Almirante Gago Coutinho recebe uma comunicação do Posto Comando da Marinha efetuada através da Esquadilha de Submarinos e do Centro de Comunicações da Armada, onde se encontrava o Capitão-Tenente Almada Contreiras, dando indicação para o navio sair a barra. O Imediato, 1º Ten. Caldeira dos Santos, comunica ao Posto de Comando da Marinha que a situação a bordo está controlada e que a guarnição estava com o Movimento das Forças Armadas (MFA).

09H00 – A companhia operacional do Regimento de Infantaria nº 12 (RI 12, Guarda) comandada pelo Capitão Valente sai para ocupar a fronteira de Vilar Formoso.

09H00 – É lido pela primeira vez um comunicado do Movimento no emissor de Miramar do Rádio Clube Português

09H35 – Forças leais ao Governo constituídas por quatro carros de combate do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa), uma Companhia de atiradores do Regimento de

Infantaria nº 1 (RI 1, Lisboa) e pelotões da Polícia Militar (RL 2, Lisboa), Comandadas pelo Brigadeiro Junqueira dos Reis, 2º Comandante da Região Militar de Lisboa, coadjuvado pelo Coronel António Romeiras Júnior e pelo Major Pato Anselmo, chegam ao Terreiro do Paço, progredindo em duas colunas, uma pela Rua Ribeira das Naus a outra pela Rua do Arsenal

09H45 – A Fragata Almirante Gago Coutinho, recebe ordem do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) para retirar para o Mar da Palha o que foi cumprido.

10H15 – A força da Rua do Arsenal comandada pelo Brigadeiro Junqueira dos Reis é intersetada pelo Capitão Salgueiro Maia que propõe conversações que não são aceites e tem como resposta uma ordem de fogo dada pelo Brigadeiro. Esta ordem não é obedecida por diversos militares. Perante esta situação o Brigadeiro sai de cena para tentar reagrupar noutra local.

10H30 – É transmitido no Rádio Clube Português o sexto comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA) lido por Luís Filipe Costa.

“O Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas constata que a população civil não está a respeitar o apelo já efetuado várias vezes para que se mantenha em casa. Pede-se mais uma vez à população que permaneça nas suas casas a fim de não pôr em perigo a sua própria integridade física. Em breve será radiodifundido um comunicado esclarecendo o domínio da situação.”

10H30 – A coluna fiel ao Regime, comandada pelo Major Pato Anselmo estaciona antes da Praça do Comércio. O Capitão Salgueiro Maia procura a rendição do Comandante através de conversações que não resultam. Após o falhanço das mesmas o Major Pato Anselmo é preso sem resistência.

10H30 – A força do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz) chega ao Vimieiro e recebe ordem para marchar rapidamente para Lisboa. Foi-lhe pedido para comunicar quando chegasse a Vila Franca de Xira.

11H00 – O Agrupamento Norte chega ao Forte de Peniche cuja guarnição não se quer render. Assim, uma companhia do Centro de Instrução de Condução Auto nº 2 (CICA 2, Figueira da Foz) com o apoio de 2 secções de obuses do Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz), ficam a cercar o forte, o restante da força continua para Lisboa.

11H00 – Uma força de fuzileiros, comandados pelo Capitão-Tenente Eugénio Cavalheiro, aproxima-se da sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), na Rua de António Maria Cardoso, mas retira de imediato devido à polícia política não se render, por os membros da mesma alegarem que «o governo de Marcelo Caetano ainda estava no poder».

11H12 – Ministro da Defesa Professor Joaquim da Silva Cunha, pede à Base Aérea do Montijo aviões F86 para atacar as forças do Movimento das Forças Armadas (MFA). O Comandante da Base Coronel Mascarenhas diz que os aviões não podem voar devido ao mau tempo. No entanto se houver condições um P2 V5 irá sobrevoar as zonas onde se encontram as forças militares.

11H45 – Com a situação na Praça do Comércio praticamente resolvida (os Ministros que se acoitaram nas instalações do Ministério do Exército tinham fugido) são dadas ordens pelo Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA), ao Capitão Salgueiro Maia, para serem formadas duas colunas:

Uma coluna constituída pela Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém), comandada pelo Capitão Salgueiro Maia, segue para o Largo do Carmo.

A outra coluna comandada pelo Major Jaime Neves, constituída por militares do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa), Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) e do Regimento de Infantaria nº 1 (RI 1, Lisboa), que tinham desrespeitado as ordens governamentais e que tinham aderido ao Movimento das Forças Armadas (MFA), dirige-se para o quartel da Legião Portuguesa na Penha de França.

11H45 – É transmitido no Rádio Clube Português o sétimo comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA), lido por Luís Filipe Costa.

“Na sequência das ações desencadeadas na madrugada de hoje, com o objetivo de derrubar o regime que há longo tempo oprime o País, as Forças Armadas informam que de Norte a Sul dominam a situação e que em breve chegará a hora da libertação.

Recomenda-se de novo à população que se mantenha calma e nas suas residências para evitar incidentes desagradáveis cuja responsabilidade caberá integralmente às poucas forças que se opõem ao Movimento.

Chama-se a atenção de todos os estabelecimentos comerciais de que devem encerrar imediatamente as suas portas, colaborando desta forma com o Movimento, de modo a evitar açambarcamentos desnecessários e inúteis.

Caso esta determinação não seja acatada, será forçoso decretar o recolher obrigatório. Ciente de que interpreta fielmente os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá inabalavelmente na missão que a sua consciência de portugueses e militares lhes impõe. Viva Portugal!”

11H45 – No Rossio uma companhia do Regimento de Infantaria nº 1 (RI 1, Lisboa), fiel ao regime, comandada pelo Capitão Fernandes, tenta barrar o caminho para o Quartel do Carmo à coluna da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém). Após curto diálogo a companhia passa para o lado da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém).

12H20 – Os Capitães José Glória Alves e Filipe Ferreira Lopes, leais ao Movimento das Forças Armadas (MFA) para evitarem qualquer confronto, regressam à sua Unidade o Centro de Instrução de Condução Auto nº 5 (Cica nº 5 – Lagos) deixando o centro retransmissor de Foía desguarnecido.

12H55 – Aproveitando a saída do Centro de Instrução de Condução Auto nº 5 (CICA 5, Lagos) do centro retransmissor de Foia a Guarda Nacional Republicana, fiel ao Governo, ocupa-o e de imediato desliga todos os retransmissores deixando o sul do país sem notícias sobre os acontecimentos que se sucedem no resto do território nacional.

13H00 – É transmitido no Rádio Clube Português o oitavo comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA) lido pela locutora Clarisse Guerra:

“O Movimento das Forças Armadas informa as famílias de todos os seus elementos que eles se encontram bem e que tudo decorre dentro do previsto. Pretendendo continuara informar o País sobre o desenrolar dos acontecimentos históricos que se estão processando, o Movimento das Forças Armadas comunica que as operações, iniciadas na madrugada de hoje, se desenrolam de acordo com as previsões, encontrando-se dominados vários objetivos importantes, de entre os quais se citam os seguintes:

- Comando da Legião Portuguesa;*
- Emissora Nacional;*
- Rádio Clube Português;*
- Radiotelevisão portuguesa;*
- Rádio Marconi;*
- Banco de Portugal;*
- Quartel-General da R. M. de Lisboa;*

- Quartel-General da R. M. do Porto;
- Instalações do Quartel-Mestre-General;
- Ministério do Exército, donde o respetivo Ministro se pôs em fuga;
- Aeroporto da Portela;
- Aeródromo Base n.º I;
- Manutenção Militar;
- Posto de Televisão de Foia;
- Penitenciária do Forte de Peniche.

Sua Ex.ª o Almirante Américo Tomás, Sua Ex.ª o Professor Marcello Caetano e os membros do Governo encontram-se cercados por forças do Movimento no quartel da Guarda Nacional Republicana, no Carmo, e no Regimento de Lanceiros 2 tendo já sido apresentado um ultimato para a sua rendição.

O Movimento domina a situação em todo o País e recomenda, uma vez mais, que toda a população se mantenha calma. Renova-se também a indicação já difundida para encerramento imediato dos estabelecimentos comerciais, por forma a não ser forçoso o decretar do recolher obrigatório. Viva Portugal!”

13H10 – O Tenente-Coronel Quintino entra no Rádio Clube Português e informa que o seu filho conseguiu captar ocasionalmente as comunicações das forças do Regime e que as estava a gravar. Mário Pereira, o responsável pela discoteca do Rádio Clube Português desloca-se a casa do Tenente-Coronel Quintino com um gravador. A partir desse momento passaram a ser transmitidas pelas ondas do Rádio Clube Português as comunicações das forças do Regime que denotavam já clara desorientação. Este facto constituiu um fator moralizador para as Forças do Movimento e um acréscimo de desorientação no inimigo.

13H15 – Forças do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, de Estremoz), chegam à ponte sobre o Tejo (atual ponte 25 de Abril) e dirigem-se ao Largo do Carmo, por ordem do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA), para dar apoio à retaguarda das forças da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém).

13H30 – O General Pereira de Castro, Comandante do Quartel da Legião Portuguesa na Penha de França rende-se.

14H00 – Após a chegada do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz) às imediações do Largo do Carmo o Brigadeiro Junqueira dos Reis abandona o local e cessa toda a atividade de resistência, devido à inoperância das tropas governamentais.

14H00 – Um “Heli Canhão” sobrevoa o Largo do Carmo causando grande ansiedade. Procurei confirmar esta notícia, mas a única informação que obtive é que andaria um helicóptero normal fiel ao governo para ver se haveria condições para a evacuação de altas entidades do Quartel do Carmo.

14H00 – A Guarda Nacional Republicana reagrupa no Largo da Misericórdia e recolhe a quartéis. O pessoal do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa) que ainda restava junto ao largo do Carmo, adere ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

14H30 – A coluna da Escola Prática de Engenharia (EPE, Tancos) ocupa e defende a Casa da Moeda.

15H00 – É transmitido no Rádio Clube Português o nono comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA):

“O Movimento das Forças Armadas, tendo conhecimento de que elementos da Guarda Nacional Republicana se fazem passar por elementos amigos avisa de que tais elementos são adversos, pelo que aconselha a população a abandonar o Largo do Carmo, o Rossio e o Camões.”

15H15 – Uma companhia de artilharia motorizada da Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas), chefiada pelo Tenente Andrade e Silva, toma a Casa de Reclusão Militar de Lisboa, no Forte da Trafaria, para libertar os 11 militares presos na sequência do 16 de Março.

15H30 – Um helicóptero pousa no Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) levando os Ministros da Defesa e do Exército para o Comando de Operações da Força Aérea (COFA, Monsanto). Este helicóptero só não transportou também o Prof. Marcelo Caetano porque no Quartel do Carmo não havia local onde pudesse aterrar.

16H00 – Forças da Companhia de Comandos nº 4041 (CCmds. 4041, Lamego) cercam os estúdios da Rádio Televisão Portuguesa (Monte da Virgem) e do Rádio Clube Português (Rua Tenente Valadim), no Porto, e procedem à sua ocupação.

16H00 – O Capitão-de-Mar-e-Guerra José Pinheiro de Azevedo, Comandante da Força de Fuzileiros do Continente, e os Capitães-Tenentes Vítor Crespo e Carlos de Almada Contreiras, formam uma força constituída por um destacamento do Corpo de Fuzileiros Especiais comandada pelo Primeiro-Tenente Fernando Vargas de Matos e uma Companhia de Fuzileiros Navais comandada pelo Primeiro-Tenente Varela, sob comando do Capitão-Tenente Luís Costa Correia. A força deveria dirigir-se ao Ministério da Marinha e obter a

declaração formal de adesão da Marinha por parte do Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Ferreira de Almeida.

16H15 – Elementos da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) abrem fogo sobre a multidão que cerca a sua sede, na Rua de António Maria Cardoso, provocando um morto e vários feridos.

17H00 – A Polícia de Segurança Pública entrincheirada no edifício da Câmara Municipal do Porto abre fogo sobre os milhares de manifestantes e populares, por ordem do Coronel Santos Júnior, Comandante das forças policiais fiéis ao regime.

17H30 – É transmitido no Rádio Clube Português o décimo comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA).

“O Movimento das Forças Armadas tem ocupados os estúdios da R. T. P. em Lisboa e no Porto, embora no centro emissor de Monsanto se registe uma interferência provocada por forças da reação, que, a todo o momento serão dominadas. Logo de seguida, a Radiotelevisão Portuguesa entrará ao serviço do Movimento das Forças Armadas e do País, noticiando os seus comunicados.”

18H00 – Uma força da Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas) comandada pelo Capitão Mira Monteiro cerca o Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) que se rende.

18H00 – A 2ª companhia do Batalhão de Caçadores nº 5016 (BCaç. 5016, Viana do Castelo) recolhe ao Regimento de Infantaria nº 6 (RI 6, Porto).

18H15 – Oficiais do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa) dirigem-se às forças da Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas) que cercavam o Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) e declaram a sua adesão ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

18H30 – O *Agrupamento* Norte chega a Lisboa, passa pelo Regimento de Artilharia nº 1 (RAL 1, Lisboa) e segue para a Manutenção Militar (MM, Lisboa) para reabastecer.

18H30 – O Capitão Eduardo Alarcão (segurança da RTP e fiel ao regime) impede o normal funcionamento do emissor de Monsanto da RTP, recorrendo a manobras dilatórias de obstrução deliberada. A partir desta hora a situação foi normalizada e o sabotador foi controlado.

18H30 – As forças da Escola Prática de Infantaria (EPI, Mafra) estacionadas no aeroporto recebem ordem para irem ao Regimento de Artilharia nº 1 (RAL 1, Lisboa) libertar os oficiais que se encontravam lá presos.

18H45 – É transmitido no Rádio Clube Português o décimo primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA).

“Aqui posto de comando das Forças Armadas. Em aditamento ao último comunicado, o Movimento das Forças Armadas informa a Nação que conseguiu forçar a entrada no quartel da Guarda Nacional Republicana, situado no Largo do Carmo, onde se encontrava o ex-Presidente do Conselho e outros membros do seu ex-Governo.

O Regimento de Lanceiros 2, onde se recolheram outros elementos do seu ex-Governo, entregou-se ao Movimento das Forças Armadas, sem que houvesse necessidade do emprego da força que os cercava.

A quase totalidade da Guarda Nacional Republicana, incluindo o seu comando e a maioria dos elementos da Polícia de Segurança Pública, já se rendeu ao Movimento das Forças Armadas.

O M. F. A. agradece à população civil todo o carinho e apoio que tem prestado aos seus soldados, insistindo na necessidade de ser mantido o seu valor cívico ao mais alto grau. Solicita também que se mantenha nas suas residências durante a noite, a fim de não perturbar a consolidação das operações em curso, prevendo-se que possa retomar as suas atividades normais amanhã, dia 26. Viva Portugal!”

19H00 – O Agrupamento Norte divide-se: as forças do Regimento de Infantaria nº 14 (RI 14, Viseu) e Regimento de Infantaria nº 10 (RI 10, Aveiro) apresentam-se no Quartel-General da Região Militar de Lisboa (QG/RML) e o Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz) segue com a Escola Prática de Infantaria (EPI, Mafra) para prender os membros do Governo que se tinham refugiado no Comando de Operações da Força Aérea (COFA, Monsanto).

19H00 – Todas as Unidades leais ao Movimento das Forças Armadas (MFA) vão informando do retorno à calma e aos quartéis incluindo a Região Militar de Évora (RME) e o Comando Territorial do Algarve.

19H35 – Sai do quartel do Carmo uma autometralhadora Chaimite, com o Professor Marcelo Caetano e outros membros do Governo, escoltados pela Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém).

19H45 – Coronel Manuel Passos de Esmeriz, Comandante do Regimento de Infantaria nº 6 (RI 6, Porto) assume interinamente o comando do Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) em nome do Movimento das Forças Armadas (MFA).

19h50 – É transmitido no Rádio Clube Português o décimo segundo comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA).

“Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas.

Continuando a dar cumprimento à sua obrigação de manter o País ao corrente do desenrolar dos acontecimentos, o Movimento das Forças Armadas informa que se concretizou a queda do Governo, tendo Sua Ex.^a o Prof. Marcello Caetano apresentado a sua rendição incondicional a Sua Ex.^a o General António de Spínola. O ex-presidente do Conselho, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e o ex-Ministro do Interior encontram-se sob custódia do Movimento, enquanto Sua Ex.^a o Almirante Américo Tomás e alguns ex-Ministros do Governo se encontram refugiados em dois aquartelamentos que estão cercados pelas nossas tropas e cuja rendição se aguarda para breve.

O Movimento das Forças Armadas agradece a toda a população o civismo e a colaboração demonstrados de maneira inequívoca desde o início dos acontecimentos, prova evidente de que ele era o intérprete do pensamento e dos anseios nacionais.

Continua a recomendar-se a maior calma e a estrita obediência a todas as indicações que forem transmitidas. Espera-se que amanhã a vida possa retomar o seu ritmo normal, por forma a que todos, em perfeita união, consigamos construir um futuro melhor para o País. Viva Portugal!”

20H00 – O Tenente-Coronel para-quedista Silva e Sousa e o Capitão para-quedista Lopes Nunes apresentam-se no Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) colocando o Batalhão de para-quedistas às ordens do Movimento do Movimento das Forças Armadas (MFA). São dadas ordens para render algumas unidades que se encontravam mais esgotadas e para enviar uma Companhia para o Forte de Caxias.

20H00 – A força da Armada comandada pelo Capitão-Tenente Luís Costa Correia chega às instalações do Ministério da Marinha no Terreiro do Paço. O Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) Almirante Ferreira de Almeida, manda informar a força que já comunicara oficialmente a adesão da Marinha ao Movimento.

21H00 – A Emissora Nacional após ter retomado o controlo da emissão, emite o décimo segundo comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA) lido pela locutora Maria Ede Ricou.

21H00 – Agentes da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) abrem fogo sobre a população provocando 4 mortos e 45 feridos.

21H00 – Forças do Regimento de Infantaria nº 1 (RI 1, Amadora) e do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz), apoiados por dois carros de assalto e uma autometralhadora, criam um perímetro estratégico em volta do edifício da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), nas ruas António Maria Cardoso e Paiva de Andrade.

21H00 – O Capitão-Tenente Vítor Crespo único representante da Armada no Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA), consegue mobilizar o corpo de fuzileiros para cercar a Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) na sua sede na Rua António Maria Cardoso.

21H00 – A Polícia de Segurança Pública adere ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

21H05 – É transmitido no Rádio Clube Português o décimo terceiro comunicado do Movimento das Forças Armadas (MFA).

“Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Segundo comunicação telefónica aqui recebida cerca das 20.30, ter-se-iam verificado incidentes na Rua António Maria Cardoso, onde se situa a sede da D. G. S.

No decorrer desses incidentes, foram feridas algumas pessoas, encontrando-se já na local assistência médica. Aguarda-se a todo o momento a intervenção das Forças Armadas. Estes incidentes vêm mais uma vez confirmar a necessidade de a população civil cumprir o pedido formulado pelo M. F. A., recolhendo às suas residências e mantendo a calma.

Para conhecimento de toda a população informa-se que se encontram sanados os incidentes ocorridos com a Polícia de Segurança Pública e que, a partir deste momento, ela aderiu totalmente ao Movimento. Assim com a finalidade de manter a ordem e salvaguardar as vidas e os bens, pede-se a todos que aceitem, obediente e prontamente, quaisquer indicações que lhes sejam transmitidas por elementos daquela corporação ou da Polícia Militar. E no momento a melhor forma de o fazer é manterem-se calmamente nas suas residências.” Iguamente deverão ser obedecidos os agentes das Brigadas de

Trânsito. Torna-se indispensável que a população continue a manifestar a sua compreensão e civismo.

22H00 – Os retransmissores de Foia são ligados regressando tudo á normalidade.

23H00 – Duas companhias de para-quedistas aterram na Portela vindas de Tancos. Uma das companhias sob o comando do Capitão Silva Pinto rende as forças esgotadas da Escola Prática de Infantaria (EPI, Mafra). A outra companhia segue para o Forte de Caxias, em viaturas do 2º Grupo de Administração Militar (2º GCAM, Lisboa) tendo à frente os Capitães José Brás e Mário Pinto.

23H30 – Chegada da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) ao Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa) e Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) para pernoitar.

26 de Abril 1974

02H00 – A força de Marinha chega às imediações da sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) na Rua António Maria Cardoso. O Capitão-Tenente Luís Costa Correia contacta o Capitão Moura Comandante da força do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz). Acordaram que a força do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz) se encarregaria do controlo das traseiras e que a Marinha controlaria o resto do edifício.

08H00 – Uma companhia da Escola de Fuzileiros monta um cordão de segurança em torno do reduto Norte da prisão de Caxias.

08H30 – O agente da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) que servia de intermediário nas conversações entre os sitiantes e os sitiados, dirige-se ao Capitão-Tenente Luís Costa Correia informando que o Diretor da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), Major Silva Pais está com todo o pessoal que se encontra na sede, na Rua de António Maria Cardoso à disposição movimento das Forças Armadas (MFA). O Capitão-Tenente Costa Correia convida o Capitão Moura, Comandante da força do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz) para o acompanhar. O Capitão-Tenente Almada Contreiras é informado da entrada na sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS).

09H00 – A Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/ /DGS) rende-se ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

09H00 – Terá sido a esta hora que o Forte de Peniche se rendeu.

12H00 – A 2ª companhia do Batalhão de Caçadores nº 5016 (BCaç 5016, Viana do Castelo). colabora na neutralização e ocupação da delegação do Porto da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS).

14H00 – Regimento de Cavalaria nº 8 (RC 8, Castelo Branco) controla a fronteira de Segura.

As Unidades nas operações do 25 de Abril

São indicados os respetivos Comandantes e a sua atitude perante o Movimento das Forças Armadas (MFA)

Unidade	Sigla	Localização	Comandante	Atitude (obs.)
Academia Militar	AM	Lisboa	Gen. Horácio Prez Pires Brandão	NA
Escola Central de Sargentos	ECS	Águeda	Cor. Virgílio Vicente de Matos	CT
Centro de Instrução de Operações Especiais	CIOE	Lamego	Ten. Cor. Sacramento Marques	AD
Escola Militar de Eletromecânica	EMEL	Paço de Arcos	Cor. FA Neves Morazzo	NA
Centro de Inst. de Art. Antiaérea e de Costa	CIAAC	Cascais	Cor. Aristides Pinheiro	CT
Centro de Instrução de Sargentos Milicianos	CISMI	Tavira	Cor. António Mendes Batista	NA
Centro de Instrução de Condução Auto Nº 1	CICA 1	Porto	Ten. Cor. Azeredo Simões	AD
Centro de Instrução de Condução Auto Nº 2	CICA 2	Figueira da Foz	Cor. Viegas	CT
Centro de Instrução de Condução Auto Nº 3	CICA 3	Élvas	Cor. Joaquim Maria. Facco Miranda	
Centro de Instrução de Condução Auto Nº 4	CICA 4	Coimbra	Maj. Barata Alves	AD
Centro de Instrução de Condução Auto Nº 5	CICA 5	Lagos	Maj. Castela Rio	AD/CT (b)
Escola Prática de Infantaria	EPI	Mafra	Brig. Henriques Silva	AD
Regimento de Infantaria Nº 1	RI 1	Amadora	Cor. Fernando M. Leitão Costa	CT
Regimento de Infantaria Nº 2	RI 2	Abrantes	Cor. Pina	NE
Regimento de Infantaria Nº 3	RI 3	Beja	Ten. Cor. Tovim	NE
Regimento de Infantaria Nº 4	RI 4	Faro	Cor. Pimentel	CT
Regimento de Infantaria Nº 5	RI 5	Caldas da Rainha	Cor. Horácio Rodrigues	NE
Regimento de Infantaria Nº 6	RI 6	Porto	Passos Esmeriz	AD
Regimento de Infantaria Nº 7	RI 7	Leiria	Cor. Jorge Costa Salazar Braga	NA
Regimento de Infantaria Nº 8	RI 8	Braga	Cor. Rui Vasques de Mendonça	CT
Regimento de Infantaria Nº 10	RI 10	Aveiro	Coronel Pessoa Vaz	NA
Regimento de Infantaria Nº 11	RI 11	Setúbal	Cor. José Alves C. Fernandes	NA
Regimento de Infantaria Nº 12	RI 12	Guarda	Cor. António José Ribeiro	PR
Regimento de Infantaria Nº 13	RI 13	Vila Real	Cor. Magalhães	NC
Regimento de Infantaria Nº 14	RI 14	Viseu	Cor. Almeida Azevedo	NA
Regimento de Infantaria Nº 15	RI 15	Tomar	Cor. Baptista Ferro	NA
Regimento de Infantaria Nº 16	RI 16	Évora	Cor. Alvarenga	AD
Batalhão de Caçadores Nº 1	BCaç 1	Portalegre	Ten. Cor. Renato Gil B. Barreto	AD
Batalhão de Caçadores Nº 3	BCaç 3	Bragança	Major Fernando Augusto Gomes	NC
Batalhão de Caçadores Nº 5	BCaç 5	Lisboa	Cor. Firmelindo Coutinho David	NA
Batalhão de Caçadores Nº 6	BCaç 6	Castelo Branco	Tem. Cor. Luiz dos Santos Rafael	NC

Batalhão de Caçadores Nº 8	BCaç 8	Elvas	Cor. Antunes	AD
Batalhão de Caçadores Nº 9	BCaç 9	Viana do Castelo	Cor. Firmelindo Coutinho David	AU
Batalhão de Caçadores Nº 10	BCaç 10	Chaves	Ten. Cor. Pita de Almeida	IN
Batalhão de Caçadores Nº 5016	BCAÇ 5016	Viana do Castelo	Ten. Cor. Figueiredo	AD
Companhia de Caçadores Nº 4241	CCaç 4241	Santa Margarida	Cap. Mil. Luís Pessoa	AD
Companhia de Caçadores Nº 4246	CCaç 4246	Santa Margarida	Ten. Mil Anderssen	AD
Companhia de Comandos Nº 4041	CCmds 4041	Lamego	Cap. Delgado da Fonseca	AD
Companhia de Caçadores Nº 4216	CCaç 4216	Santa Margarida	Cap. Miguel Amado	AD
Escola Prática de Artilharia	EPA	Vendas Novas	Cor. Mário Belo de Carvalho	PR
Regimento de Artilharia de Costa	RAC	Oeiras	Cor. Inácio de Nápoles S. Martha	NA
Regimento de Artilharia Pesada 2	RAP 2	Vila N. Gaia (S. Pilar)	Cor. Fernando da Silva Branco	NA
Regimento de Artilharia Pesada 3	RAP 3	Figueira da Foz	Cor. Aires de Figueiredo	PR
Regimento de Artilharia Ligeira 1	RAL 1	Lisboa	Cor. Almeida Frazão	CT
Regimento de Artilharia Ligeira 2	RAL 2	Coimbra	Cor. Pessoa Vaz,	AD
Regimento de Artilharia Ligeira 3	RAL 3	Évora	Cor. Palhares Falcão	AD
Regimento de Artilharia Ligeira 4	RAL 4	Leiria	Cor. Frazão	NA
Regimento de Artilharia Ligeira 5	RAL 5	Penafiel	Cor. Cirne Pacheco	AD
Grupo de Artilharia Contra Aeronaves 2	GACA 2	Torres Novas	T. Cor. Armando de Sousa	NA
Grupo de Artilharia Contra Aeronaves 3	GACA 3	Espinho	Maj. Sul Rocha	NC
Companhia de Artilharia Nº 6252	CART 6252	Vila N. Gaia (S. Pilar)	Cap. Heitor Alves	AD
Escola Prática de Cavalaria	EPC	Santarém	Cor. Augusto Lage	NA
Regimento de Cavalaria Nº 3	RC 3	Estremoz	Cor. Caldas Duarte	AD
Regimento de Cavalaria Nº 4	RC 4	Santa Margarida	Cor. Craveiro Lopes	NA
Regimento de Cavalaria Nº 6	RC 6	Porto	T. Cor. Arriscado Nunes	AD
Regimento de Cavalaria Nº 7	RC 7	Lisboa	Cor. Romeiras Júnior	CT
Regimento de Cavalaria Nº 8	RC 8	Castelo Branco	Cor. Alberto Gomes da Silva	
Regimento de Lanceiros 1	RL 1	Elvas	Cor. Joaquim Maria. Facco Miranda	NA
Regimento de Lanceiros 2	RL 2	Lisboa	Cor. Manuel Pinto Bessa	CT
Escola Prática de Engenharia	EPE	Tancos	Cor. Jorge Teixeira Pimentel	NA
Regimento de Engenharia Nº 1	RE 1	Lisboa	Cor. Lopes da Conceição	NE
Batalhão de Engenharia Nº3	BEng 3	Santa Margarida	T. Cor. Manuel F. R. Fangueiro (a)	NA
Escola Prática de Transmissões	EPT	Lisboa	Cor. Corte Real	AD
Regimento de Transmissões	RTm	Porto	T. Cor. Oliveira Pinto	AD
Escola Prática do Serviço de Material	EPSM	Sacavém	Cor. Domingos Alves Cruz (a)	NA
Depósito Geral de Material de Guerra	DGMG	Moscavide	T. Cor. Alberto Carlos Serpa Soares	NA
Escola Prática de Administração Militar	EPAM	Lisboa	Cor. Caldas Fidalgo	NA
1º Grupo de Comp. de Administração Militar	1ª GCAM	Póvoa do Varzim	T. Cor. Reis Pereira	NA
2º Grupo de Comp. de Administração Militar	2ª GCAM	Lisboa	Maj. Jaime Elder Duarte Barros	NA
Campo de Tiro de Alcochete	CTA	Alcochete	Força Aérea	PR
Carreira de Tiro de Espinho	CTE	Espinho	Cor. Amílcar Neves	CT
Campo de Tiro da Serra da Carregueira	CTSC	Belas (Sintra)	Cor. Jaime Tavares Banazol	AU
Presídio. Militar	PM	Trafaria	T. Cor. Rodrigo M. T. Laranjeira (a)	CT

Obs. Considerei a atitude tomada entre as 03.00 e as 12.00 de 25 de Abril de 1974.

(a) Não confirmado.

(b) De aderente passou a contra, denunciando telefonicamente para o Comando Territorial do Algarve (CTA) os movimentos militares em curso sob o comando do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Abreviaturas utilizadas:

AD – Aderente.	NA – Não atuou.
AU – Ausente.	NC – Não cumpre a missão.
CO – Colaborante.	NE – Neutro.
CT – Contra.	PR – Preso.
DE – Desconhece-se a atuação.	

Responsáveis políticos e militares pela estrutura das Forças Armadas em 24 de Abril de 1974

Ministro da Defesa Nacional

Professor Joaquim da Silva Cunha

Ministro do Exército

General Alberto de Andrade e Silva

Subsecretário de Estado do Exército

Coronel Carlos Viana de Lemos

Ministro da Marinha

Contra-Almirante Manuel Pereira Crespo

Chefe do Estado-Maior da Armada

Almirante Ferreira de Almeida

Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

General Correia Mera

Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

General Joaquim da Luz Cunha

Chefe do Estado-Maior do Exército

General João Paiva Brandão

Vice-Chefe do Estado Maior do Exército

General Fernando Viotti de Carvalho

Quartel Mestre General

General Louro de Sousa

Comandante da Região Militar do Porto

General Joaquim Magalhães Almeida Martins Soares

2º Comandante da Região Militar do Porto

Brigadeiro Oliveira Barreto

Chefe do Estado Maior da Região Militar do Porto

Coronel Bessa

Comandante da Região Militar de Coimbra

General Joaquim António Franco Pinheiro

Chefe do Estado Maior da Região Militar de Coimbra

Coronel Bessa

Comandante da Região Militar de Tomar

General José Nogueira Valente Pires

Comandante do Quartel-General da Região Militar de Tomar

Major Correia Barrento

Governador Militar de Lisboa

General Edmundo da Luz Cunha

2º Comandante do Governo Militar de Lisboa

Brigadeiro Junqueira dos Reis

Chefe do Estado Maior do Governo Militar de Lisboa

Coronel Duque

Comandante interino da Região Militar de Évora

Brigadeiro Carrinho (Adere ao Movimento das Forças Armadas (MFA) em 25 de Abril às 17.40)

Comandante do Comando Territorial do Algarve

Brigadeiro Prazeres

Comandante do Quartel-General do Comando Territorial do Algarve

Coronel Cunha Saco

Comandante-Geral da Polícia de Segurança Pública

General Tristão de Carvalhais

Comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto

Coronel Santos Júnior

Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana

General Adriano Augusto Pires

2º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana

Brigadeiro Luiz Tavares de Figueiredo

Chefe do Estado-Maior da Guarda Nacional Republicana

Coronel Ângelo Ferrari

Comandante da Guarda Nacional Republicana do Porto

Coronel Pessanha

Atuação das Unidades das Forças Armadas, Forças Militarizadas, Forças de Segurança e a Milícia e Polícia Políticas

EXÉRCITO

Regiões Militares

Região Militar do Porto (RMP)

25 Abr 03H00 – O Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) é tomado por forças do Centro de Instrução de Condução Auto nº 1 (CICA 1, Porto), passando a ser o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA), Norte.

25 Abr 07H52 – O Coronel Ponte, na situação de reserva, assume interinamente o comando, em nome do Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 19H45 – Coronel Manuel Passos de Esmeriz, assume interinamente o comando, em nome do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Região Militar de Coimbra (RMC)

25 Abr 04H45 – Toma conhecimento do movimento Militar em curso.

Região Militar de Tomar (RMT)

25 Abr 06H00 – Major Correia Barrento, chefe do Estado-Maior do Quartel-General da Região Militar de Tomar (CEM/RMT), ordena o estado de prevenção rigorosa às Unidades da região.

Região Militar de Lisboa (RML)

25 Abr 04H30 – É ocupada pelo Batalhão de Caçadores nº 5 (BCaç. 5, Lisboa).

Região Militar de Évora (RME) e Comando Territorial do Algarve (CTA)

25 Abr 05H00 – Entra em prevenção rigorosa, por ordem do Ministro do Exército ao chefe do Estado-Maior da região, Coronel Cunha Saco.

25 Abr 05H30 – O Comando Territorial do Algarve (CTA) ordena a entrada em prevenção rigorosa das suas três Unidades. Regimento de Infantaria nº 4 (RI 4, Faro), Centro de

Instrução de Sargentos Milicianos (CISMI, Tavira) e Centro de Instrução de Condução Auto nº 5 (CICA 5, Lagos).

25 Abr 06H00 – A Região Militar de Évora (RME) dá ordem às suas Unidades para entrarem em prevenção rigorosa.

Agrupamento Base de Santa Margarida (ABSM, St^a Margarida)

Não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Unidades de Ensino Específico

Academia Militar (AM, Lisboa)

Apenas alguns oficiais a título individual fizeram parte do Grupo L 34 (grupo de oficiais que tinha como missão prender algumas altas Entidades e se possível capturar um carro da PSP). A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Escola Central de Sargentos (ECS, Águeda)

Apenas 4 oficiais a título individual fizeram parte do agrupamento Norte. A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Escola Militar de Eletromecânica (EMEL, Paço de Arcos, Lisboa)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa (CIAAC, Cascais)

25 Abr 00H40 – O Comandante, alertado pelo Secretário de Estado da Defesa Coronel Viana de Lemos, (página 121 do livro Capitão de Abril Capitão de Novembro, do Coronel Sousa e Castro) liga ao oficial de dia e manda a Unidade entrar de prevenção. Os oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA) não são autorizados a entrar na Unidade impossibilitando o cumprimento da sua missão (ocupação do Aeródromo de Tires) na hora prevista

25 Abr 05H15 – Ocupa o aeródromo de tires.⁴

⁴ Não descobri o que se alterou para tornar possível esta ação.

Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE, Lamego)

Apoia a Companhia de Comandos nº 4041 (CCmds 4041, Lamego).

Companhia de Comandos nº 4041 (CCmds. 4041, Lamego)

25 Abr 03H00 – Sai de Lamego com destino ao Porto.

25 Abr 08H00 –Chega ao Porto e dirige-se ao Centro de Instrução de Condução Auto nº 1 (CICA 1, Porto).

25 Abr 16H00 – Cerca os estúdios da RTP (Monte da Virgem) e do Rádio Clube Português (Tenente Valadim), no Porto, e procede à sua ocupação.

Centro de Instrução de Sargentos Milicianos – (CISMI, Tavira)

25 Abr 05H30 – O Comando Territorial do Algarve (CTA) ordena a entrada em prevenção rigorosa.

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

(Ver nota introdutória na página 3.)

Centro de Instrução de Condução Auto nº 1 (CICA 1, Porto)

25 Abr 03H00 – Toma o Quartel-General da Região Militar Porto (QG/RMP) que passa a ser o Posto de Comando Norte do Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 06H45 – Uma força ocupa o centro emissor de Miramar do Rádio Clube Português (Porto).

Centro de Instrução de Condução Auto nº 2 (CICA 2, Figueira da Foz)

Faz parte do Agrupamento Norte.

25 Abr 07H00 – Sai da Figueira da Foz com destino a Lisboa.

25 Abr 11H00 –Chega ao Forte de Peniche que não se quer render e por isso uma companhia fica a cercar o Forte.

26 Abr 09H00 – O Forte de Peniche rende-se.

Centro de Instrução de Condução Auto nº 3 (CICA 3, Elvas)

Unidade que não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).
(Ver nota introdutória na página 3.)

Centro de Instrução de Condução Auto nº 4 (CICA 4, Coimbra)

25 Abr 07H00 – Ocupa e controla a ponte sobre o Rio Mondego.

Centro de Instrução de Condução Auto nº 5 (CICA 5, Lagos)

25 Abr 05H30 O Comando Territorial do Algarve (CTA) ordena a entrada em prevenção rigorosa.

25 Abr 07H50 – Um pelotão ocupa o centro retransmissor de Foia á revelia da ordem do Comando Territorial do Algarve (CTA).

25 Abr 12H20 – Para evitar qualquer confronto, regressa à sua Unidade deixando o centro retransmissor de Foia desguarnecido.
(Ver nota introdutória na página 3.)

Unidades de Infantaria

Escola Prática de Infantaria – (EPI, Mafra)

25 Abr 02H30 – Inicia a ocupação dos pontos chave de Mafra.

25 Abr 04H00 – Cerca o Aeroporto da Portela (Lisboa) concluindo assim a operação iniciada pelo Capitão Costa Martins.

25 Abr 18H30 – Recebe ordem para ir ao Regimento de Artilharia nº 1 (RAL 1, Lisboa) libertar os oficiais que se encontram lá presos.

25 Abr 19H00 – Segue com o Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz) para prender os membros do Governo que se tinham refugiado em (Comando de Operações da Força Aérea (COFA, Monsanto).

Regimento de Infantaria nº 1 (RI 1, Amadora, Lisboa)

25 Abr 09H35 – Faz parte das forças leais ao Governo, com uma companhia de atiradores, que no Terreiro do Paço confrontam a Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) comandadas pelo Capitão Salgueiro Maia.

25 Abr 10H00 – Esta força que saiu é dividida em duas colunas indo uma pela Avenida Ribeira das Naus e outra pela Rua do Arsenal.

25 Abr 10H15 – A força da Rua do Arsenal é intersetada pelo Capitão Salgueiro Maia que propõe conversações que não são aceites. Depois de não ser obedecido o Brigadeiro Junqueira dos Reis que comanda as forças leais ao Governo sai de cena para tentar reagrupar noutra local.

25 Abr 10H15 – A força da Ribeira das Naus é intersetada pelo Capitão Salgueiro Maia procura a rendição do Comandante através de conversações que não resultam. Após o falhanço das mesmas o Major Pato Anselmo que comandava esta força é preso sem resistência.

25 Abr 11H45 – Os militares desta Unidade que se renderam no Terreiro do Paço, fazem parte da força que se dirigiu para o Quartel da Legião Portuguesa na Penha de França, mas agora sob o Comando do Movimento das Forças Armada (MFA).

25 Abr 11H45 – No Rossio a Companhia que tenta barrar o caminho para o Quartel do Carmo à coluna da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) após curto diálogo rende-se e passa para o lado da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém).

25 Abr 21H00 – Uma Companhia apoiada pelo Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz) equipada com dois carros de assalto e uma autometralhadora, criam um perímetro estratégico em volta do edifício da Polícia Internacional de Defesa do Estado/ /Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), nas Ruas António Maria Cardoso e Paiva de Andrade.

Regimento de Infantaria nº 2 (RI 2, Abrantes)

Garantiu a neutralidade.

Regimento de Infantaria nº 3 (RI 3, Beja)

25 Abr 03H21 – O Regimento de Infantaria nº 3 (RI 3, Beja) informa o Posto de Comando que a guarnição não atuando ao lado do Movimento das Forças Armadas (MFA) também não atuará contra.

25 Abr 07H26 – O Ministro da Defesa, Professor Joaquim da Silva Cunha recebe telefonema do Comandante da Guarda Nacional Republicana a informar que, segundo o Re-

gimento de Infantaria nº 3 (RI 3, Beja), uma coluna da Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas) avança sobre Lisboa.

(Ver nota introdutória na página 3.)

Regimento de Infantaria nº 4 (RI 4, Faro)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 05H30 – O Comando Territorial do Algarve (CTA) ordena a entrada em prevenção rigorosa.

(Ver nota introdutória na página 3.)

Regimento de Infantaria nº 5 (RI 5, Caldas da Rainha)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

27 Abr 14H00 – É enviada mensagem ao Quartel-General da Região Militar de Tomar (QG/RMT) a informar que a Unidade adere ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Infantaria nº 6 (RI 6, Porto)

25 Abr 05H27 – O Ministro do Exército ordena ao Regimento que liberte o Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP), determinação que esta Unidade não cumprirá.

Não cumpre a missão prevista na ordem de operações da Região Militar do Porto (QG/RMP)⁵.

Regimento de Infantaria nº 7 (RI 7, Leiria)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Infantaria nº 8 (RI 8, Braga)

25 Abr 04H15 – O Comandante da Região Militar do Porto (RMP) (fiel ao regime) ordena ao Comandante para avançar sobre o Porto e libertar o Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) das mãos dos insurretos, não sendo obedecido.

⁵ A missão era cercar e ocupar o quartel da Legião Portuguesa, sito no Carvalhido.

Regimento de Infantaria nº 10 (RI 10, Aveiro)

25 Abr 07H00 – Junta-se ao Agrupamento Norte.

25 Abr 07H00 – Sai da Figueira da Foz com destino a Lisboa.

25 Abr 11H00 – Chega ao Forte de Peniche.

25 Abr 18H30 – Chega a Lisboa.

25 Abr 19H00 – Apresenta-se no Quartel-General da Região Militar de Lisboa (QG/RML).

Regimento de Infantaria nº 11 (RI 11, Setúbal)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Infantaria nº 12 (RI 12, Guarda)

25 Abr 09H00 – A Companhia operacional sai para ocupar a fronteira de Vilar Formoso.

Regimento de Infantaria nº 13 (RI 13, Vila Real)

O Comandante era considerado informador das forças que se opunham ao Movimento das Forças Armadas (MFA).⁶

25 Abr 04H15 – O Comandante recebe ordem do Comandante da Região Militar do Porto, (RMP) (fiel ao regime) para avançar sobre o Porto para libertar o Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) das mãos dos insurretos. Foi dissuadido de cumprir aquela ordem pelo Tenente-Coronel Adão.

Regimento de Infantaria nº 14 (RI 14, Viseu)

25 Abr 07H00 – Parte do seu efetivo, chega á Figueira da Foz e integra o Agrupamento Norte.

25 Abr 07H00 – Sai da Figueira da Foz com destino a Lisboa.

25 Abr 11H00 –Chega ao Forte de Peniche.

25 Abr 18H30 –Chega a Lisboa.

⁶ Pág. 275 do livro Operação Viragem Histórica.

25 Abr 19H00 – O efetivo destacado, apresenta-se no Quartel-General da Região Militar de Lisboa (QG/RML) para receber nova missão.

Regimento de Infantaria nº 15 (RI 15, Tomar)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Infantaria nº 16 (RI 16, Évora)

25 Abr 06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) entra em prevenção rigorosa.

(Ver nota introdutória na página 3.)

Batalhão de Caçadores nº 1 (BCaç. 1, Portalegre)

25 Abr 06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) entra em prevenção rigorosa.

(Ver nota introdutória na página 3.)

Batalhão de Caçadores nº 3 (BCaç. 3, Bragança)

Não cumpre nenhuma missão prevista na ordem de operações da Região Militar do Porto (QG/RMP).⁷

Batalhão de Caçadores nº 5 (BCaç. 5, Lisboa)

25 Abr 03H32 – Estabelece uma cintura de segurança às instalações do Rádio Clube Português, rua Sampaio Pina, após a sua tomada pelo “10º grupo de comandos”. Esta rádio passa a assegurar a divulgação dos comunicados do Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 04H30 – Toma o Quartel-General da Região Militar de Lisboa (QG/RML).

⁷ A missão era executar movimentos ostensivos na direção de Chaves onde o Batalhão de Caçadores nº 10 (BCaç 10, Chaves), considerado Unidade hostil, ficará neutralizado.

Batalhão de Caçadores nº 6 (BCaç. 6, Castelo Branco)

Sem qualquer atividade operacional.

Batalhão de Caçadores nº 8 (BCaç. 8, Elvas)

25 Abr 06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) entra em prevenção rigorosa.

(Ver nota introdutória na. página 3.)

Batalhão de Caçadores nº 9 (BCaç. 9, Viana do Castelo)

Apoia o Batalhão de Caçadores nº 5016 (BCaç 5016, Viana do Castelo) mobilizado para Moçambique.

Com o apoio do Batalhão Caçadores nº 5016 (BCaç 5016, Viana do Castelo) e no período entre 25 de Abril e 6 de Maio, entre outras pequenas ações, ocupou e liquidou as instalações da Ação Nacional Popular, protegeu as instalações de captação de água da Areosa e ocupou e protegeu as instalações da MP.⁸

Batalhão de Caçadores nº 10 (BCaç. 10, Chaves)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Batalhão de Caçadores nº 5016 (BCaç. 5016, Viana do Castelo)

25 Abr 04H30 – Inicia o deslocamento para o Porto.

25 Abr 07H00 – No Porto, ocupa o Aeroporto de Pedras Rubras, bem como o nó rodoviário da via norte que passa a controlar.

26 Abr 12H00 – A 2ª companhia colabora na neutralização e ocupação da delegação do Porto da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/ /DGS).

25 Abr 18H00 – A 2ª Companhia recolhe ao Regimento de Infantaria nº 6 (RI 6, Porto).

O Batalhão teve quase em permanência duas companhias em operações até **06 de Maio** data em que todas as Companhias recolheram a Viana do Castelo.

⁸ Mocidade Portuguesa.

Companhia de Caçadores nº 4241 (CCaç. 4241, Santa Margarida)

25 Abr 03H15 – Encontro na ponte da Golegã/Chamusca com a Escola Prática de Engenharia (EPE, Tancos) que lhe fornece munições necessárias.

25 Abr 05H00 – Ocupa e defende as antenas do Rádio Clube Português em Porto Alto.

Companhia de Caçadores nº 4246 (CCaç. 4246, Santa Margarida)

25 Abr 03H15 – Encontro na ponte da Golegã/Chamusca com a Escola Prática de Engenharia (EPE, Tancos) que lhe fornece munições necessárias.

25 Abr 05H00 – Ocupa e defende a ponte Marechal Carmona em Vila Franca de Xira.

Companhia de Caçadores nº 4216 (CCaç. 4216, Santa Margarida)

Esta companhia teve como missão não permitir a saída de Santa Margarida de tropas não aderentes ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Unidades de Artilharia

Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas)

25 Abr 07H00 – Toma posição no Cristo-Rei em Almada.

25 Abr 15H15 – Toma a Casa de Reclusão Militar de Lisboa, na Trafaria.

25 Abr 18H00 – Cerca o Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) que se rende.

25 Abr 18H15 – Oficiais do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa) dirigem-se às forças da Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas) que cercavam o Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) e declaram a sua adesão ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Artilharia de Costa (RAC, Oeiras)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Artilharia Pesada nº 2 (RAP 2, Vila N. Gaia, Serra do Pilar)

Apoia a Companhia de Artilharia nº 6252

25 Abr 06H50 – A Bateria de obuses do Regimento toma posição nas entradas da Ponte da Arrábida, no Porto, sob as ordens do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Companhia de Artilharia nº 6252 (CArt. 6252, Vila Nova de Gaia)

25 Abr 06H45 – Uma força da companhia ocupa o centro emissor de Miramar do Rádio Clube Português (Porto).

Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz)

25 Abr 02H30 – Os Capitães Dinis de Almeida e Fausto Pereira controlam o Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz), tendo em vista a criação de condições para a receção das restantes Unidades que irão constituir o Agrupamento Norte.

25 Abr 07H00 – Faz parte do Agrupamento Norte.

25 Abr 07H00 – Sai da Figueira da Foz com destino a Lisboa.

25 Abr 11H00 – 2 secções de obuses apoiam a força que cerca o forte de Peniche que não se quis render.

25 Abr 18H30 – A força restante chega a Lisboa.

25 Abr 19H00 – Segue com a Escola Prática de Infantaria (EPI, Mafra) para prender os membros do Governo que se tinham refugiado em (Comando de Operações da Força Aérea (COFA, Monsanto).

26 Abr 09H00 – O Forte de Peniche rende-se.

Regimento de Artilharia Ligeira nº 1 (RAL 1, Lisboa)

Unidade que não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA), mas está completamente controlada pelo Capitão Simões oficial do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Artilharia Ligeira nº 2 (RAL 2, Coimbra)

25 Abr 07H00 – Ocupa e controla a ponte sobre o Rio Mondego.

Regimento de Artilharia Ligeira nº 3 (RAL 3, Évora)

25 Abr 06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) entra em prevenção rigorosa.

(Ver nota introdutória na página 3.)

Regimento de Artilharia Ligeira nº 4 (RAL 4, Leiria)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Artilharia Ligeira nº 5 (RAL 5, Penafiel)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Grupo de Artilharia Contra Aeronaves nº 2 (GACA,2 Torres Novas)

25 Abr 04H15 – Os Capitães Pacheco, Dias Costa e Ferreira da Silva conseguem a adesão dos Tenentes Comandantes das companhias que aguardam embarque para o Ultramar.

25 Abr 06H00 – Os oficiais irão resistir a todas as ameaças, embora sem contactos com o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) até às 20 horas do dia 26.

Grupo de Artilharia Contra Aeronaves nº 3 (GACA 3, Espinho)

A Unidade não cumpriu a missão.⁹

Unidades de Cavalaria

Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém)

25 Abr 06H00 – Ocupa o Terreiro do Paço, o Banco de Portugal e a Rádio Marconi.

25 Abr 07H00 – Uma segunda coluna constituída por 5 carros de combate (2 M47 e 3 M24) e dois pelotões de atiradores (cerca de 60 homens) atinge o perímetro de Santarém, pronta para apoiar a coluna que tinha atingido Lisboa, mas dada a evolução favorável no Terreiro do Paço, regressou à Unidade.

25 Abr 11H45 – Segue para o Largo do Carmo.

25 Abr 19H35 – Escolta uma autometralhadora Chaimite que sai do quartel do Carmo com o Professor Marcelo Caetano e outros membros do Governo.

25 Abr 23H30 – Chegada ao Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa) e Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) para pernoitar.

⁹ A missão era controlar as antenas do Rádio Clube Português, Porto.

Regimento de Cavalaria nº 3 (RC 3, Estremoz)

25 Abr 06H00 – Por ordem do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) entra em prevenção rigorosa

25 Abr 07H00 – Um esquadrão, á revelia das ordens do Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) sai do quartel de Estremoz cumprindo as ordens do Movimento das Forças Armadas (MFA), desloca-se para a ponte Salazar (atual ponte 25 de Abril), onde se deverá juntar às forças do Regimento de Lanceiros nº1 (RL 1, Elvas).

25 Abr 10H30 – O esquadrão chega ao Vimieiro e recebe ordem para marchar rapidamente para Lisboa. foi-lhe pedido para comunicar quando chegasse a Vila Franca de Xira.

25 Abr 13H15 – O esquadrão chega à ponte Salazar (atual ponte 25 de Abril), e reforça o Regimento de Lanceiros nº 1 (RL 1, Elvas).

25 Abr 13H15 – Com a situação a agravar-se em Lisboa recebe ordens para se dirigirem ao Largo do Carmo cobrir a retaguarda das forças da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém).

25 Abr 21H00 – Equipado com dois carros de assalto da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) e uma autometralhadora e apoiado pelo Regimento de Infantaria 1 (Amadora) cria um perímetro estratégico em volta do edifício da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), nas ruas António Maria Cardoso e Paiva de Andrade.

26 Abr 09H00 – Recebe a rendição da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS).

Regimento de Cavalaria nº 4 (RC 4, Santa Margarida)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Cavalaria nº 6 (RC 6, Porto)

25 Abr 04H00 – Recebe ordem do comandante da Região Militar do Porto (RMP) para cercar e reocupar o Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) juntamente com a Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, mas não cumpre a ordem.

25 Abr 04H30 – O Esquadrão de reconhecimento sai do Regimento e efetua manobras intimidatórias frente aos comandos da Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana do Porto.

Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa)

25 Abr 05H00 – São dadas ordens, pelo Ministro da Defesa, para preparar os carros de combate para sair.

25 Abr 05H46 – O Ministro do Exército ordena ao Coronel António Romeiras Júnior, Comandante do Regimento de Cavalaria 7 (RC 7, Lisboa), que tome posições em Vale de Cavalos, Chamusca, para deter uma coluna da Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) que fora «referenciada no Cartaxo» e que «vem a caminho de Lisboa». Tal ordem não foi cumprida.

25 Abr 06H20 – Um pelotão do Regimento de Cavalaria 7 (RC 7, Lisboa) chega á Praça do Comércio e após breve conversa com o Capitão Salgueiro Maia coloca-se ao lado do Movimento das Forças Armadas (MFA) com as viaturas AML/Chaimite e Panhards. O mesmo acontece com 2 dos pelotões que defendem o Ministério do Exército.

25 Abr 07H00 – O Tenente-Coronel Ferrand de Almeida, 2º Comandante do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa), que comandava uma coluna governamental de autometralhadoras, após conversações, rende-se ao Capitão Salgueiro Maia e é preso na Praça do Comércio.

25 Abr 09H35 – Faz parte das forças leais ao Governo com 5 carros de combate M47 e autometralhadoras que no Terreiro do Paço, confrontam a Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) comandadas pelo Capitão Salgueiro Maia.

25 Abr 10H00 – A força referida divide-se em duas colunas seguindo uma pela Avenida Ribeira das Naus e outra pela Rua do Arsenal.

25 Abr 10H15 – A força da Rua do Arsenal é intersetada pelo Capitão Salgueiro Maia que propõe conversações que não são aceites e tem como resposta uma ordem de fogo dada pelo Brigadeiro Junqueira dos Reis que comanda as forças leais ao governo. Esta ordem não é obedecida por diversos militares. Perante esta situação o Brigadeiro sai de cena para tentar reagrupar noutra local.

25 Abr 10H15 – A força da Ribeira das Naus é intersetada pelo Capitão Salgueiro Maia que procura a rendição do Comandante da força Major Pato Anselmo através de conversações que não resultam. Após o falhanço das mesmas o Major Pato Anselmo é preso sem resistência.

25 Abr 11H45 – Os militares desta Unidade que se renderam no Terreiro do Paço, fazem parte da força que se dirige para o Quartel da Legião Portuguesa na Penha de França.

25 Abr 14H00 – Os militares do Regimento que ainda restavam junto ao largo do Carmo, aderem ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 18H15 – Oficiais do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa) dirigem-se às forças da Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas) que cercavam o Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) e declaram a sua adesão ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Regimento de Cavalaria nº 8 (RC 8, Castelo Branco)

26 Abr 14H00 – Controla a Fronteira de Segura.

Regimento de Lanceiros nº 1 (RL 1, Elvas)

25 Abr 06H00 – Ocupa a ponte Salazar (atual ponte 25 de Abril).

Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa)

25 Abr 06H50 – Um Esquadrão comandado inicialmente pelo Tenente Ravara mas que chegado à Praça de Espanha entrega o comando aos Majores Cruz Azevedo e Campos Andrada tenta, sem êxito, reocupar o Quartel-General da Região Militar de Lisboa (QG/RML).

25 Abr 09H35 – Faz parte das forças leais ao Governo, com 2 pelotões, que no Terreiro do Paço, confrontam a Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) comandadas pelo Capitão Salgueiro Maia.

25 Abr 10H00 – A força divide-se em duas colunas seguindo uma pela Avenida Ribeira das Naus e a outra pela Rua do Arsenal.

25 Abr 10H15 – A coluna da Rua do Arsenal é intersetada pelo Capitão Salgueiro Maia que propõe conversações que não são aceites depois de não ser obedecido o Brigadeiro

Junqueira dos Reis que comanda as forças leais ao Governo sai de cena para tentar reagrupar noutra local.

25 Abr 10H15 – A coluna da Ribeira das Naus é interseçada também pelo Capitão Salgueiro Maia que procura a rendição do Comandante através de conversações que não resultam. Após o falhanço das mesmas o Major Pato Anselmo é preso sem resistência.

25 Abr 11H45 – Os militares desta Unidade que se renderam no Terreiro do Paço, fazem parte da força que se dirige para o Quartel da Legião Portuguesa na Penha de França.

Unidades de Engenharia

Escola Prática de Engenharia (EPE, Tancos)

25 Abr 02H40 – Sai uma coluna de nove viaturas que se vai encontrar, na ponte da Golegã/Chamusca, com as Companhias de Caçadores nº 4241 (CCaç 4241, Santa Margarida) e nº 4246 (CCaç 4246, Santa Margarida) para as municiar e em seguida segue para Lisboa para ocupar o seu objetivo, a Casa da Moeda.

25 Abr 03H15 – Encontra-se com as Companhia de Caçadores nº 4241 (CCaç 4241, Santa Margarida) e a Companhia de Caçadores nº 4246 (CCaç 4246, Santa Margarida) fornecendo-lhes munições e segue para Lisboa.

25 Abr 08H45 – Estaciona no centro emissor do Rádio Clube Português no Porto Alto, a fim de reforçar a sua defesa. Mais tarde segue para Lisboa a fim de ocupar a Casa da Moeda o seu objetivo final.

25 Abr 14H30 – Ocupa e defende a Casa da Moeda.

Regimento de Engenharia nº 1 (RE 1, Lisboa)

É o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA)

Batalhão de Engenharia nº 3 (BEng. 3, Santa Margarida)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Unidades de Transmissões

Escola Prática de Transmissões (EPT, Lisboa)

22 Abr 00H01 – A Escola Prática de Transmissões (Lisboa), instala em menos de 24 horas uma linha telefónica direta com o Regimento de Engenharia nº 1 (RE 1, Lisboa, Pontinha). Tal iniciativa viria a permitir ao Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) o acesso permanente às escutas das redes de transmissões militares e das forças de segurança fiéis ao Governo.

Regimento de Transmissões (RT, Porto)

25 Abr 03H00 – A pedido do Quartel-General da Região Militar Porto (QG/RMP) corta as ligações, por cabo hertziano, a Lisboa para que as altas entidades fiéis ao Governo não tivessem contacto com o Porto. Sem pessoal envolvido em atividades operacionais.

Unidades de Administração Militar

Escola Prática de Administração Militar (EPAM, Lisboa)

25 Abr 03H59 – Ocupa as Instalações da Rádio Televisão Portuguesa na Alameda das Linhas de Torres.

1º Grupo de Companhias de Administração Militar (1GCAM, Póvoa do Varzim)

25 Abr 03H30 – Sai a primeira coluna da força que irá montar o controlo dos acessos á ponte de Vila do Conde.

25 Abr 03H50 – Sai a segunda coluna da força que irá completar o dispositivo para controlo dos acessos á ponte de Vila do Conde já iniciado pela primeira coluna. Desta forma a missão é cumprida na totalidade.

2º Grupo de Companhias de Administração Militar (2GCAM, Lisboa)

Adere ao Movimento das Forças Armadas (MFA) após a destituição do Comandante tendo assumido o Comando o Major Borges Correia.

Unidades do Serviço de Material

Escola Prática do Serviço de Material (EPSM, Sacavém, Lisboa)

25 Abr 06H05 – Embora não tendo aderido ao movimento, não cumpre a ordem dada pelo Chefe do Estado Maior do Exército (CEME) General João Paiva Brandão que ordenou a saída dos 2 carros de combate M47 lá estacionados. O Comandante Escola Prática do Serviço de Material (EPSM) informou que só obedecia ao Chefe do Estado Maior da Região Militar de Lisboa.

Depósito Geral de Material de Guerra (DGMG, Moscavide, Lisboa)

A unidade não aderiu ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Carreiras de Tiro

Carreira de Tiro de Espinho (CTE, Espinho)

A Unidade não cumpriu a missão.¹⁰

Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC, Belas, Sintra)

25 Abr 03H50 – Ocupa as instalações da Emissora Nacional na Rua do Quelhas 2, só sendo substituída dia 27 Abr 12H00.

Outras

Presidio Militar (PM, Trafaria)

25 Abr 15H15 – Uma companhia de artilharia motorizada da Escola Prática de Artilharia (EPA, Vendas Novas), toma a Casa de Reclusão Militar de Lisboa, no Forte da Trafaria.

Agrupamento Norte

Constituído por forças do Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz), Centro de Instrução de Condução Auto nº 2 (CICA 2, Figueira da Foz), Regimento de Infantaria nº 14 (RI 14, Viseu) e do Regimento de Infantaria nº 10 (RI 10, Aveiro).

¹⁰ A sua missão era controlar as antenas do Rádio Clube Português em Miramar.

25 Abr 02H30 – Os Capitães Dinis de Almeida e Fausto Pereira controlam o Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz), tendo em vista a criação de condições para a receção das restantes Unidades que irão constituir o Agrupamento Norte.

25 Abr 07H00 – As forças do Regimento de Infantaria nº 14 (RI 14, Viseu) chegam á Figueira da Foz e integram-se no Agrupamento Norte.

25 Abr 07H00 – Sai da Figueira da Foz o Agrupamento Norte (600 homens) com destino a Lisboa.

25 Abr 11H00 – Chega ao Forte de Peniche que não se quer render. Assim, uma companhia do Centro de Instrução de Condução Auto nº 2 (CICA 2, Figueira da Foz) com o apoio de 2 secções de obuses do Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz), ficam a cercar o Forte, o restante da força continua para Lisboa.

25 Abr 18H30 – Chega a Lisboa, passa pelo Regimento de Artilharia nº 1 (RAL 1, Lisboa) e segue para a Manutenção Militar (MM, Lisboa) para reabastecer.

25 Abr 19H00 – O Agrupamento Norte divide-se: as forças do Regimento de Infantaria nº 14 (RI 14, Viseu) e Regimento de Infantaria nº 10 (RI 10, Aveiro) apresentam-se no Quartel-General da Região Militar de Lisboa (QG/RML). O Regimento de Artilharia Pesada nº 3 (RAP 3, Figueira da Foz) segue com a Escola Prática de Infantaria (EPI, Mafra) para prender os membros do Governo que se tinham refugiado em (Comando de Operações da Força Aérea (COFA, Monsanto).

Grupo de Comandos nº 10

(Força constituída por 7 oficiais da Força Aérea e um do Exército)

24 Abr 21H45 – O Capitão Santos Coelho do Exército, junta-se aos seus camaradas do «10º grupo de comandos» e distribui-lhes armas e munições. Procede, em seguida, à leitura da ordem de operações e à recapitulação das missões.

25 Abr 03H32 – Toma as instalações do Rádio Clube Português, rua Sampaio Pina, Lisboa (México). Esta rádio passa a assegurar a divulgação dos comunicados do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Grupo L 34

Força constituída por 6 oficiais do Exército (1 do Estado Maior do Exército e 5 da Academia Militar), que tinha como missão a captura de altas entidades do Governo e de um carro da Polícia de Segurança Pública.

Não cumpriu a missão

Armada Portuguesa

25 Abr 07H30 – O Contra-Almirante Jaime Lopes, vice-chefe do Estado-Maior da Armada, e o Comandante Malheiro Garcia, oficial do Estado-Maior, dão ordem à fragata Almirante Gago Coutinho para ocupar posição em frente ao Terreiro do Paço e preparar-se para abrir fogo «a fim de intimidar uma força revoltosa do Exército».

25 Abr 08H00 – A fragata *Almirante Gago Coutinho*, comandada pelo Capitão-de-Fragata António Seixas Louçã, estaciona em frente ao Terreiro do Paço, intimidando diretamente as forças de Salgueiro Maia.

25 Abr 08H00 – O Vice-Chefe do Estado Maior da Armada (VCEMA), Almirante Jaime Lopes, dá ordens ao Comandante da Fragata Almirante Gago Coutinho, Capitão de Fragata António Seixas Louçã, para fazer fogo de salva. A ordem não foi cumprida.

25 Abr 08H45 – O Comandante da Fragata Almirante Gago Coutinho exonera o Imediato e convida sucessivamente todos os oficiais para assumir o cargo, o que é recusado por todos. A partir daí os oficiais decidem cumprir as ordens do Comandante exceto as que de alguma forma fossem ofensivas para o Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 09H45 – A fragata *Almirante Gago Coutinho*, recebe ordens do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) para retirar para o Mar da Palha o que faz.

25 Abr 11H00 – Uma Força de fuzileiros, comandados pelo Capitão-Tenente Eugénio Cavalheiro, aproxima-se da sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), mas retira de imediato devido à polícia política não se render, porque «o governo de Marcello Caetano ainda estava no poder».

25 Abr 16H00 – Uma força comandada pelo Capitão-Tenente Luís Costa Correia e composta por um destacamento do Corpo de Fuzileiros Especiais e uma Companhia de Fuzileiros Navais dirige-se para o Ministério da Marinha para obter a declaração formal de adesão da Marinha ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 20H00 – A força da Armada comandada pelo Capitão-Tenente Luís Costa Correia chega às instalações do Ministério da Marinha no Terreiro do Paço. O Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) Almirante Ferreira de Almeida, manda informar a força que já comunicara oficialmente a adesão da Marinha ao Movimento.

25 Abr 21H00 – O Capitão-Tenente Vítor Crespo único representante da Armada, no Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA), consegue finalmente mobilizar o corpo de fuzileiros para a rendição da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) na sua sede na Rua António Maria Cardoso.

26 Abr 02H00 – A força de Marinha chega às imediações da sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) na Rua António Maria Cardoso. O Capitão-Tenente Luís Costa Correia contacta o Capitão Moura Comandante da força do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC3, Estremoz) e acordam que a força do Regimento de Cavalaria nº 3 (RC3, Estremoz) se encarregaria do controlo das traseiras e que a Marinha controlaria o resto do edifício.

26 Abr 08H00 – Uma companhia da Escola de Fuzileiros monta um cordão de segurança em torno do reduto Norte da prisão de Caxias.

26 Abr 09H00 – Recebe a rendição da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS).

Força Aérea Portuguesa

25 Abr 03H30 – O Capitão Costa Martins da Força Aérea, sozinho, dirigiu-se ao Aeródromo Base 1 (Figo Maduro), daí dirige-se para a torre de controlo do aeroporto da Portela e dizendo de forma convincente que o aeroporto estava cercado, ocupa o aeroporto da Portela e na sua torre de Controlo mandou emitir um NOTAM (notice to airmen) a informar a comunidade aeronáutica que o espaço aéreo português estava fechado.

25 Abr 03H32 – O “grupo de Comandos nº 10” constituído por 7 oficiais da Força Aérea e um do Exército ocupa as instalações do Rádio Clube Português, rua Sampaio Pina. Esta rádio passa a assegurar a divulgação dos comunicados do Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 06H30 – Soa o alarme na Força Aérea. O Comandante da 1ª Região Aérea, General Tavares Monteiro, ordena ao Comandante do Regimento de Caçadores Para-quedistas,

sito em Tancos que faça deslocar para a (Comando de Operações da Força Aérea (COFA, Monsanto) uma força de para-quedistas. Esta ordem não foi cumprida pelo Coronel Fausto Marques, que se comprometera a não atuar contra as forças do Movimento das Forças Armadas (MFA).

25 Abr 08H00 – O Capitão Costa Martins quando teve conhecimento da movimentação da fragata Almirante Gago Coutinho contactou imediatamente oficiais da sua confiança na Base Aérea de Monte Real (BA 5) e solicitou-lhes que municiassem e colocassem em alerta máximo duas pares de aviões de combate F-86F para retaliarem no caso de agressão.

25 Abr 11H12 – O Ministro da Defesa Professor Joaquim da Silva Cunha pede à Base Aérea do Montijo aviões F 86. O Comandante da Base, Coronel Mascarenhas, diz que os aviões não podem voar devido ao mau tempo. No entanto se houver condições promete enviar um P2 V5 que irá sobrevoar as zonas onde se encontram as forças militares.

25 Abr 14H00 – Um “Heli Canhão” sobrevoa o Largo do Carmo causando grande ansiedade.¹¹

25 Abr 15H30 – Um helicóptero pousa no Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa) levando os Ministros da Defesa e do Exército para (Comando de Operações da Força Aérea (COFA, Monsanto).

25 Abr 20H00 – O Tenente-Coronel para-quedista Silva e Sousa e o Capitão para-quedista Lopes Nunes apresentam-se no Posto de Comando do Movimento do Movimento das Forças Armadas (MFA), colocando o Batalhão de para-quedistas às ordens do Movimento do Movimento das Forças Armadas (MFA). São dadas ordens para render algumas unidades que se encontravam mais esgotadas e para enviar uma Companhia para o forte de Caxias.

25 Abr 23H00 – Duas companhias de para-quedistas aterram na Portela vindas de Tancos. Uma das companhias sob o comando do Cap. Silva Pinto rende as forças esgotadas da Escola Prática de Infantaria (EPI, Mafra). A outra companhia segue para o forte de Caxias, em viaturas do 2º Grupo de Administração Militar (2º GCAM, Lisboa) comandada pelo Capitães José Brás e Mário Pinto.

¹¹ Procurei confirmar esta notícia, mas a única informação que obtive é que andaria um helicóptero normal da FAP a verificar se haveria condições para a evacuação das altas entidades do Governo, do Quartel do Carmo.

Guarda Nacional Republicana

25 Abr 03H30 – Surge o primeiro alarme oficial das forças governamentais sobre a eclosão do Movimento das Forças Armadas (MFA), na cidade do Porto: o Coronel Santos Júnior, Comandante da Polícia de Segurança Pública local, informa o Comando da Guarda Nacional Republicana da tomada do Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP) pelos revoltosos.

25 Abr 05H00 – O Prof. Marcelo Caetano e o Comandante Adriano Coutinho Lanhoso, ajudante-de-campo do Presidente do Conselho, entram no quartel da Guarda Nacional Republicana, no Largo do Carmo, onde são recebidos pelo General Adriano Augusto Pires, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Brigadeiro Luiz Tavares de Figueiredo, 2º Comandante-Geral, Coronel Ângelo Ferrari, chefe do Estado-Maior, e Capitão Santiago de Carvalho, Comandante da segurança interna do quartel.

25 Abr 06H37 – Cerca desta hora sabe-se no Posto de Comando do Movimento do Movimento das Forças Armadas (MFA) que o professor Marcelo Caetano se tinha refugiado no quartel do Carmo, onde funciona o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana.

25 Abr 06H45 – O Ministro do Exército General Alberto de Andrade e Silva pede à Guarda Nacional Republicana uma força para fazer frente à Escola Prática de Cavalaria (EPC, Santarém) no Terreiro do Paço.

25 Abr 07H30 – A força da Guarda Nacional Republicana pedida chega ao Campo das Cebolas junto ao Terreiro do Paço. O Capitão Salgueiro Maia dialoga com o Comandante da força que retira de imediato.

25 Abr 10H30 – A Guarda Nacional Republicana tem elementos nas diversas estradas estando em contacto com o Quartel-General da Região Militar de Évora (QG/RME) para informar sobre as movimentações das forças militares na zona.

25 Abr 12H55 – Aproveitando a saída do Centro de Instrução de Condução Auto nº 5 (CICA 5, Lagos) do retransmissor de Foia, a Guarda Nacional Republicana ocupa-o e de imediato desliga os retransmissores de todas as estações de rádio, deixando o sul do país sem notícias sobre os acontecimentos que se sucedem no resto do país.

25 Abr 14H00 – A Guarda Nacional Republicana reagrupa no Largo da Misericórdia e recolhe a quartéis.

Polícia de Segurança Pública

25 Abr 03H30 – Surge o primeiro alarme oficial das forças governamentais sobre a eclosão do Movimento das Forças Armadas (MFA), na cidade do Porto: o Coronel Santos Júnior, Comandante da Polícia de Segurança Pública local, informa o Comando da Guarda Nacional Republicana da tomada do Quartel-General da Região Militar do Porto (RMP) pelos revoltosos.

25 Abr 07H00 – No Terreiro do Paço, oficiais da Polícia Militar e o Capitão Maltez Soares, da divisão da Polícia de Segurança Pública, põem-se às ordens do Movimento das Forças Armadas (MFA). Aceite o oferecimento, é-lhes pedido para descongestionarem o trânsito na zona.

25 Abr 07H30 – Uma força da Polícia de Segurança Pública chega ao Terreiro do Paço. Não tenta sequer o confronto e retira-se.

25 Abr 17H00 – A Polícia de Segurança Pública, entrincheirada no edifício da Câmara Municipal do Porto abre fogo sobre os milhares de manifestantes e populares, por ordem do Coronel Santos Júnior, Comandante das forças policiais.

25 Abr 21H00 – A Polícia de Segurança Pública adere ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança PIDE/DGS

25 Abr 05H00 – O diretor da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), Major Silva Pais, informa o Presidente do Conselho, professor Marcelo Caetano que a revolução está na rua e que deve sair de casa com a maior urgência e refugiar-se no quartel da Guarda Nacional Republicana no Largo do Carmo.

25 Abr 16H15 – Elementos da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) abrem fogo sobre a multidão que cerca a sua sede, na Rua de António Maria Cardoso, provocando um morto e vários feridos.

25 Abr 21H00 – Agentes da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) abrem fogo sobre a população que se juntou na Rua António Maria Cardoso provocando 4 mortos e 45 feridos.

26 Abr 09H00 – Rende-se ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

Legião Portuguesa

25 Abr 11H45 – Os militares do Regimento de Infantaria nº 1 (RI 1, Lisboa), do Regimento de Cavalaria nº 7 (RC 7, Lisboa) e do Regimento de Lanceiros nº 2 (RL 2, Lisboa), que se tinham rendido no Terreiro do Paço, fazem parte da força que se dirige para o Quartel da Legião Portuguesa na Penha de França.

25 Abr 13H30 – O Comandante do Quartel da Legião Portuguesa na Penha de França General Pereira de Castro rende-se.

Para concluir, julgo oportuno inserir a História do Movimento das Forças Armadas (MFA) no Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC) por ser a minha Unidade como já atrás referi. Esclareço que nunca foi publicada, pelo menos com a declaração/esclarecimento que se segue, pois esta só foi feita em 2023.

Chamo a atenção para o facto de serem cópias da época que não tinham a qualidade atual. O Original foi entregue para memória futura aos arquivos que nos foram superiormente indicados.

Declaração

O documento em anexo titulado “História do Movimento das Forças Armadas no Campo de Tiro da Serra da Carregueira” foi escrito por mim Coronel Luís Manuel de Oliveira Pimentel com a colaboração do Coronel Frederico Carlos dos Reis Morais, em 1974 quando ambos éramos capitães.

Os capitães referidos no documento são os acima referidos e os oficiais milicianos são os seguintes:

Tenente miliciano José Augusto da Silva Pinheiro

Aspirante miliciano Artur Lopes Simões

Aspirante miliciano António Alves Moreira

Aspirante miliciano Mariano da Cruz Serrinha

Aspirante miliciano Fernando Trindade

Aspirante miliciano José Garcia Moncacha

Aspirante miliciano Mata

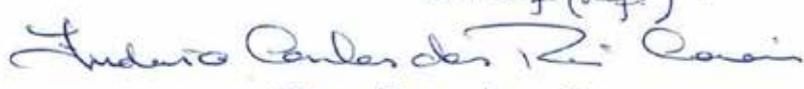
Apenas os 5 primeiros fizeram parte da força que tomou a Emissora Nacional.

Os últimos dois por razões familiares, o primeiro, e o segundo, por outras razões não nos acompanharam, mas apoiaram nos preparativos da força antes desta sair da Unidade.

O oficial de dia mencionado era o aspirante miliciano Coropos.

Portela, 18 de Abril de 2023.


Cor. Inf. (Ref.)


Cor. Inf. (Ref.)

HISTÓRIA
DO
MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
NO
CAMPO DE TIRO DA SERRA DA CARREGUEIRA

ÉVORA vê presentes à primeira reunião de Capitães 2 Oficiais desse posto do OTSC. B, posteriormente, em todas as subsequentes reuniões esteve sempre presente um seu delegado (um dos referidos Capitães).

Desde a primeira hora pois que o movimento contou ~~com~~ com o OTSC.

Entretanto alguns Oficiais Milicianos têm conhecimento da motivação do encontro de Capitães mas, dadas as diferentes posições dos Capitães e dos Oficiais Milicianos dentro do Exército não se verificava por parte destes últimos simpatia pela causa.

Quando o Movimento dos Capitães faz sair o primeiro comunicado os Milicianos passam a partir daí a verificar que para os Capitães já não está em causa o prestígio de uma classe mas o prestígio do próprio Exército e a inserção deste no contexto da Nação. Verificam que os Cap. Chegaram à conclusão de que o povo não aceitava o Exército porque ele FAZIA uma guerra com o qual o povo não se identificava e aparecia como defensor do Regime vigente, cujo jugo despótico a todos feria.

É a partir deste momento que alguns Oficiais Milicianos começam a interessar-se pelo Movimento.

Na madrugada de 16 de Março chegaram à Unidade os 2 Capitães que embora pretendendo aparentar normalidade não evitam que os Oficiais presentes sejam levados a concluir que algo se iria passar. Os Capitães apresentaram-se no Campo de Tiro da Serra da Carregueira porque estavam ligados ao Movimento que se preparava (embora essa preparação estivesse a ser feita de um modo expedito e descoordenado) e tinham por missão apoiar o possível êxito da actuação das tropas através dum telefonema que fariam para o Q.G. da Região Militar de Lisboa desligando-se desse canal de comando e subordinando-se à autoridade dos revoltosos.

Pouco depois, cerca das 2 horas, um telefonema do Q.G. ordena a entrada no estado de Prevenção Rigorosa.

Toma-se conhecimento da sublevação das Galdas e é a partir deste momento que vai ser feita a seleção dos Oficiais de 25 de Abril.

A ordem para o telefonema atrás referido não vem.

Um grupo de Oficiais, embora reduzido, estava com os "rebeldezes" e empenhava-se em se inteirar dos acontecimentos, concretamente ouvindo as emissões da BBC e por contacto telefónico.

Este grupo, composto só por Milicianos - visto estes não se encontrarem ainda unidos com os dois Cap. - ia analisando a situação, procurando para o efeito um certo isolamento visto não ser possível mostrar a todos as suas ideias, e preocupavam-se essencialmente com 2 pontos:

- O que fazer se alguém viesse prender os dois Cap. que sabiam integrados no Movimento.

- O que fazer se fosse dada ordem ao CTGC para atacar uma coluna de Mafra que viesse para Lisboa, caso esta passasse pela Carregueira.

Porém, "a ordem reina em todo o país".

O Movimento das Caldas falhara mas o MOVIMENTO DOS CAPITÃES não está derrotado. E começam a ser feitos os contactos entre os Oficiais Milicianos e os Oficiais do Movimento. São encontros, quase sempre a dois, três, no meio da parada ou ao longo da estrada que liga o quartelamento à Carreira de Tiro.

Um dia encontram-se pela primeira vez em conjunto, sete Oficiais Milicianos com os dois Capitães no gabinete de um deles - depois do toque de ordem é dado a conhecer sumariamente o que o Movimento pretendia fazer, e discutiu-se o porquê e a necessidade da revolta.

Para os Cap. era necessário saber com quantos Oficiais o Movimento podia contar para assim nos ser destinada uma tarefa a desempenhar.

Para os Oficiais Milicianos era necessário saber o que pretendia o Movimento. Era um golpe militar convencional? ; Pretendia-se tirar um ou mais homens do poder e colocar lá outros?

Pelo Oficial de ligação com o Mov. foram os Milicianos informados, dentro das limitações que o Segredo impunha, dos objectivos e programa do Movimento das Forças Armadas: a instauração da democracia no País.

Acertando não ser possível setar dentro de todos os segredos e considerando que este era o único meio que se deparava para conseguir o País porque cada um, a seu modo, tinha lutado e continuava a lutar, quase todos deram o seu sim ao Movimento.

Mas felizmente, nenhum dos não aderentes se opôs ou traiu.

No dia 23 de Abril, como alertados que o dia estava próximo, visto a DGS estar, até ao dia 1 de Maio, preocupada com a possível actuação dos grupos revolucionários e só a partir desta data dirigir a sua actividade para o Movimento das Forças Armadas.

Cerca das 22h do dia 23 um dos Capitães recebe em sua casa a Ordem de Operações. A partir das 05h de 24 todos começam a ter conhecimento que o Movimento iria actuar ^{na} noite seguinte embora o Cap. delegado mantivesse em segredo o objectivo, que só foi revelado no momento em que a Revolução era já irreversível.

Um dos Oficiais tomou providências para que fossem feitas 500 sandes. Outro tomou as necessárias medidas para que à noite estivessem operacionais as necessárias viaturas. Foram preparados os meios rádio. Quanto ao armamento foi verificado se tudo estava em ordem. Um Cap. com o pretexto de lacrar o envelope que continha a chave do paiol, e era pertença do Oficial de Dia,

Conseguiu apoderar-se dessa chave.

Neste dia 24 havia um jogo de futebol internacional a transmitir pela RTP.

Jogo de futebol que serviu de pretexto para que alguns dos oficiais que habitualmente iam para casa ficassem no quartel sem que esse facto levantasse suspeitas.

Resolvem jantar fora e pelas 20h30, junto aos Arcos em Queluz, reúne-se o grupo. Faltava um aspirante. Dado que ainda era cedo, e enquanto se dirigiam para o restaurante onde se combinara jantar, fizeram-se várias chamadas telefónicas até que se conseguiu contactar com o Asp. em falta informando-o que de via está junto ao palácio de Queluz pelas 22horas.

Cerca das 20h45 chegamos ao restaurante "O POÇO" em Queluz.

Durante o jantar descontraindo conversou-se (sem enunciar nomes que podessem denunciar a conspiração) sobre o modo de actuação no quartel e no objetivo.

Entretanto como se aproximavam as 22h55 um Cap. e um Asp. foram buscar os carros que tinham estacionados junto aos Arcos e quando chegam são a conhecer aos restantes que a primeira senha tinha sido dada pelos Enissores Associados de Lieboia. Agora era necessário aguardar a segunda senha, ~~22h55~~, no Rádio Clube Português.

Entretanto o Asp. em falta chega e o grupo desloca-se para a TRUBENA onde se tomou café no restaurante do Pico do Arceiro e se aguarda a "Grandola".

Aqui o nervosismo era evidente mas todos recordam que na altura reparavam nos grupos de pessoas que chegavam e partiam e que estavam completamente ignorantes ao momento que se começava a viver, enquanto um pequeno grupo de sete oficiais ali aguarda o momento da arrancada para a liberdade desse povo.

Combinamos que depois de ser dada a senha final partiríamos para o quartel com um intervalo de 5 minutos.

E chegaram as 22h20. Ouvimos a quadra de J. Afonso e com um misto de alegria e nervosismo arrancamos quase juntos para o quartel.

Chegados ao quartel, utilizamos uma toalha e um alicate de corte já preparado para o efeito são cortados os fios telefónicos de ligação com o exterior. Para confirmação um 1ºm. Miliciano vai à Central Telefónica pedir uma chamada. Diante a resposta do telefonista: "As meninas devem estar a dormir, não atenda" tem-se a confirmação de que por este meio o quartel se encontrava isolado.

Entretanto todos se fardam com o Uniforme determinado. Da arrecadação levantam-se armas, cinturões, suspensórios, casacos, capacetes, cartucheiras e carregadores.

Entretanto o Ten. para ir ao paiol levantar munições pergunta a senha e contra senha ao Oficial de Dia. Este fica admirado e confuso mas é informado que se tinha recebido - ora se para sair da Unidade facto de que o Comandante tinha conhecimento. De seguida, com alguns soldados, trás para a companhia da formação as munições.

Depois é feita a distribuição do equipamento e das armas e é ordenado que todos encham os carregadores.

São formados dois grupos de 15 e um de 10 soldados, mais os três condutores para as viaturas.

Embarca-se, e, sem contratempos, rumo-se a Lisboa.

Objectivo: a EMISSORA NACIONAL, Rua de Quelhas.

A hora H está marcada para as 13:45. São 13:45 quando as camionetas param quase em frente do Instituto Superior de Economia. Dois polícias, de pistola-metralhadora, estão aí postados de sentinela. Tem-se que sejam sentinelas avançadas da Polícia de Choque já instaladas no nosso objectivo. Mas felizmente, estão apenas de guarda no Instituto.

E, curiosamente, ao Capitão Comandante da força rebelde que os informa que "tem ordens da Região Militar de Lisboa para ocupar a E.N."... responde, calmamente, que "...já aí abaixo!...". O Capitão não pode evitar um sorriso de agradecimento... aliviado.

A entrada no edifício da Emissora é feita de duas formas complementares:

- por escalamto para as varandas e os terraços que o circundam;
- e...pela porta que o funcionário de serviço à portaria, cãndidamente, nos abre.

O polícia que ali se encontra de serviço é rapidamente desarmado não sem que valentemente, tenha tentado opôr-se à nossa intenção.

O edifício é rapidamente revistado de alto a baixo e as tropas ocupam as posições previstas.

Às 13:45 o objectivo está nas mãos do Movimento das Forças Armadas. Como pelo rádio não se consegue ligação com o Posto de Comando usa-se o telefone civil e uma vez confirmada a presença de "ORGAN" (o agora Brigadeiro Sarai-va de Carvalho) ao aparelho, orgulhosa mas calmamente comunica-se: "Estamos em "TOXIC"!".

E a resposta vem, simples: "OK. Parabéns e Obrigado!".

Desligamos, que a hora não era de namoros.

Para completo cumprimento da missão restava-nos aguardar pelos acontecimentos mas dispostos a conservar a Emissora sob o nosso controle.

Os acontecimentos desenrolaram-se de feição e o apoio extraordinário do povo e de alguns técnicos e locutores da E.N. que desde os primeiras horas do 25 de Abril se puseram inteiramente à nossa disposição (na altura ainda pouco em risco as suas vidas e as suas carreiras) tiveram finalmente o seu sujo no abraço com que ao fim da tarde, juntos, celebramos a VITÓRIA:

O professor Marcelo Caetano renuncia-se!

E o povo, esse povo magnífico, agradeceu-nos maravilhosamente com os crvos que nos passaram nos peitos.

VALERA A PERA!...

1.../....

Como complemento, talvez seja de referir que os nossos soldados demonstraram um extraordinário espírito de sacrifício suportando o frio intenso da noite, o sono de quase 63 horas sem dormir (apenas os mais descontraídos conseguiram "passar pelas brasas") e a tensão nervosa com verdadeira dignidade e espírito de disciplina.

Os 3 grupos em que se dividiu o destacamento do CTSC que ocupou a E.H. eram uma força heterogênea formada pelos homens que cerca da meia noite se encontravam nas suas camas e foram chamados para a operação: atiradores, cozinheiros, escriturários, radiotelefonistas, condutores, etc mas portaram-se como é apanágio do soldado português: magnificamente.

Cumprir, humilde, mas concretamente, a MISSÃO eis o segredo do "25 de ABRIL".

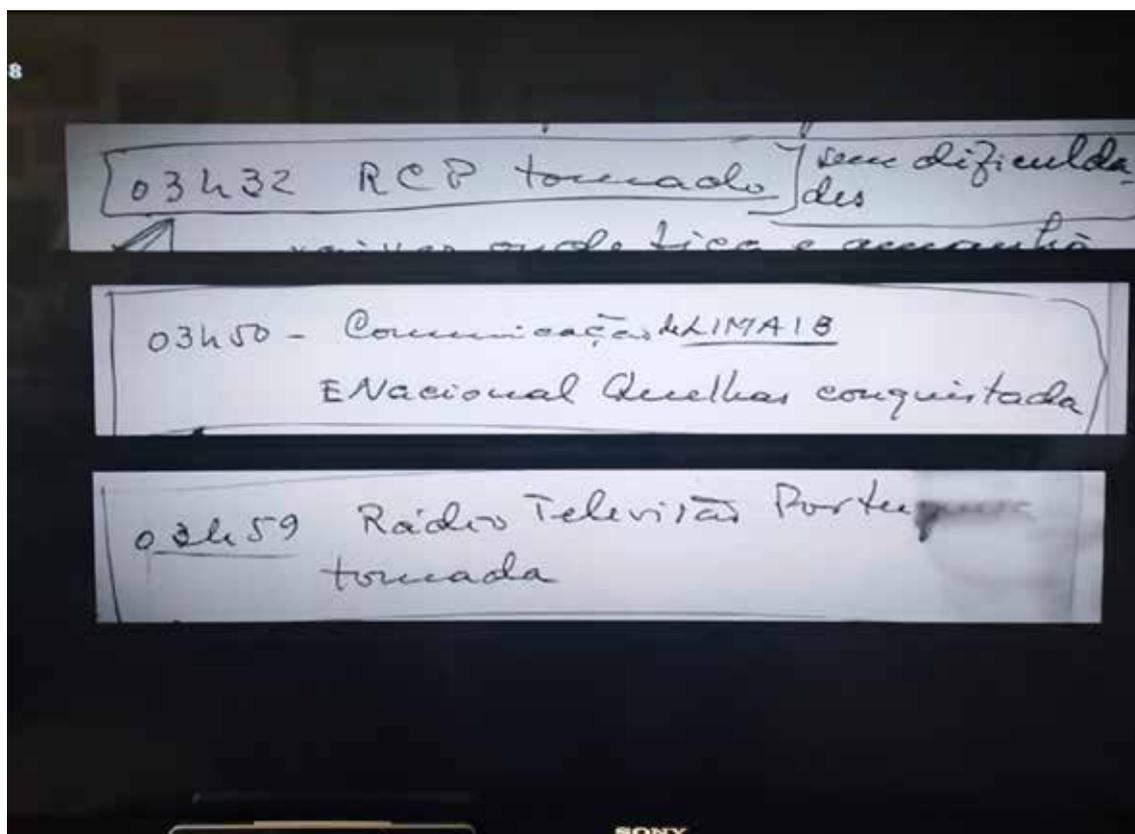
E a terminar um voto dos homens do MPA do Campo de Tiro da Serra da Carregueira:

QUE NUNCA MAIS SEJA JUSTO AS FORÇAS ARMADAS TOMAREM UMA OPÇÃO
 COMO A DE 25 DE ABRIL DE 1974: QUE NUNCA MAIS OS GOVERNANTES
 ROUBEM AO POVO A SUA SOBERANIA, A SUA LIBERDADE.

Duas histórias:

A primeira, estava eu a ver televisão, não sei em que canal, no dia 25 de Abril de 2022 quando me apareceu no ecrã da TV uma fita do tempo manuscrita pelo Major Sanches Osório, de imediato parei a imagem e tirei a foto que insiro abaixo.

Tem apenas interesse pessoal porque mostra a hora em que a minha Unidade, o Campo de Tiro da Serra da Carregueira (Lima 18) tomou a Emissora Nacional.



A segunda história: estava a ser entrevistado, na TV, o escritor e jornalista Mário Zambujal e a certa altura conta que em 25 de Abril de 1974 após o fecho do seu jornal, bastante tarde, um colega no caminho para casa viu soldados a escalar os muros da Emissora Nacional, desconfiou e telefonou para o seu chefe que, por isso, mandou reabrir o jornal de imediato. Será devido a esse jornalista que apareceram as fotos seguintes? (os jornais são meus e estão em mau estado).

ANO VII 12ª SÉRIE — Nº 2213 — 1971 — QUINTA-FEIRA, 28 DE ABRIL — PREÇO 2850

A CAPITAL

Director: HENRIQUE MARTINS DE CARVALHO
Subdirector: JOSÉ JÚLIO GONÇALVES

EDIÇÃO ÀS 12 HORAS

GOLPE MILITAR

"MOVIMENTO DAS FORÇAS"

Também as zonas dos Ministérios, designadamente a Praça do Comércio, se encontrava guardada por forças militares. Muitos estabelecimentos públicos, designadamente bancos, não abriram as suas portas. Tornava-se praticamente impossível comunicar por telefone.

Em muitos pontos à volta da cidade registava-se movimento de tropas e fortes dispositivos de elementos das forças armadas guardam quartéis e instalações militares, nomeadamente o Estado-Maior do Exército e o Quartel-General da Região Militar de Lisboa, onde esta manhã se encontravam dois carros blindados. Numa área de um quilómetro a circulação está fechada com viaturas particulares.

Forças armadas tomaram posições nos últimos pisos dos prédios das rondozas.

As embaixadas estavam protegidas por destacamentos do Exército.

Em Monsanto a situação era controlada por soldados da Polícia Aérea.

Na Praça da Figueira, forças da P. S. P. que orientavam a circulação feriram uma mulher.

Também o Ministério do Exército, no Terreiro do Paço foi, esta madrugada, ocupado por elementos do Movimento das Forças Armadas. Cerca das 8 horas, porém, na Avenida Ribeira das Naus e em frente do estação Sul e Sueste tomaram posição destacamentos de militares apeados e carros

ligam para aquela área. Doze «jeeps» da G. N. R. travados na Rua da Madalena ficaram estacionados na Praça das Cebolas.

No sentido de evitar a passagem de um peão renitente foi disparado um tiro para o ar. Todos os autocarros que estavam para-

ram, nomeadamente na Escola Prática de Administração Militar, Academia Militar e Infantaria 1, as sentinelas foram reforçadas.

Grande parte da população não se apresentou nos empregos. No Cais do Sodré e

(Continua na página 21)



Soldados ocupam o telhado das instalações da Emissora Nacional, na Rua do Quelhas

República

Fundado por
ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA Director
RAUL RÉGO

PROPRIEDADE DE EDIÇÃO: REPÚBLICA
REDAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO E GERAL: Rua da República, 140 - 1000-0
TELEFONES: 31 30 30 - 30 30 - 30 30

ANO 62 O.º 30982
N.º 15 425

QUINTA-FEIRA
25 DE ABRIL
1974

Preço 720\$

As Forças Armadas tomaram o poder

... que não se
observou ainda
a uma reação no
Exército, presen-
ta pelo líder do posto, ge-
ral André a Silva, e a
comandante, além de ser
secretária, também a al-
ternativa de Estrela, que
representa o general do Exército
comandante de todas as
Forças Armadas de Camarões.

ENTRE

Ilustração de p...

PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Cerca das 11 horas, o Movimento das Forças Armadas tomou pública a seguinte proclamação:

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concretamente e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e crelos;

considerando o crescente clima de total afastamento dos Portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, um crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a vezes com paralela denegação de direitos;

considerando a necessidade de serem assumidas as responsabilidades, eliminando do nosso sistema de vida todas as legitimidades que o abuso do poder tem vindo a legitimar;

considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa da Pátria, como tal se entendendo também a liberdade crítica dos seus cidadãos;

O Movimento das Forças Armadas, que acaba de



Elementos da C. T. C. da Regia Militar de Lisboa em posição no edifício da Emissora Nacional na Rua da Quilina, ocupado durante a tomada de posse.

A NAÇÃO É O VERDADEIRO SUPORTE MORAL DAS FORÇAS ARMADAS

— afirmou o general Spínola na posse do cargo
de vice-chefe do Estado-Maior General

O BARREIRO NAS RUAS

Milhares de pessoas circulavam esta manhã pelas ruas centrais do Barreiro, devido a não terem podido embarcar nos barcos da C.P., que paralisaram a seu tráfego no Tejo, depois de por várias vezes não terem sido

A eficiência e o prestigio, muito importantes para a im-

É com grande orgulho que insiro parte da página 337 do livro *Alvorada em Abril* do Major Otelo Saraiva de Carvalho. A minha Unidade, o Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC), ou seja, uma carreira de tiro, a ombrear com as Escolas Práticas e o Batalhão de Caçadores nº 5 (BCaç 5, Lisboa).

Em 25 de Abril, nem tudo correria conforme estava previsto e nem tudo se encontrava, de facto, rigorosamente planeado. Haveria necessidade, em muitos casos, de recorrer ao espírito de iniciativa dos camaradas, quando urgiu tomar decisões de última hora; haveria casos (felizmente raros) de fugas ao cumprimento da missão atribuída no momento decisivo; haveria exemplos vários de camaradas que, mesmo em pleno golpe de Estado, não aceitavam a fuga à *cadeia hierárquica de comando*, afirmando que cumpririam as ordens do comandante legalizado pela posse do selo branco ou outra patacoada do mesmo género, que servia de «excelente» argumento para evitar o empenhamento na acção.

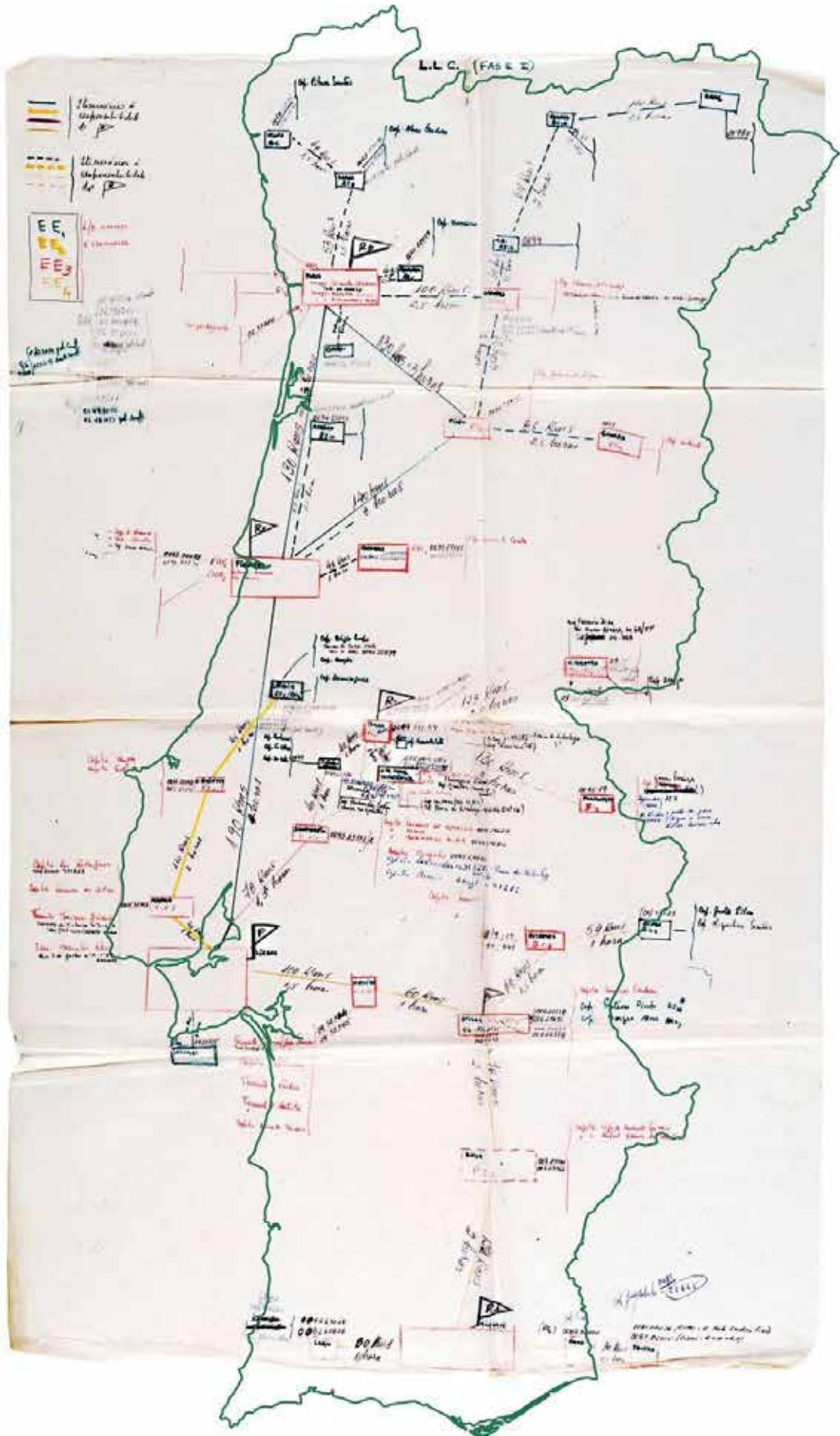
A judiciosa distribuição dos objectivos mais remuneradores por unidades de total confiança do Movimento (EPI, EPA, EPC, EPAM, BC 5, CTSC), a existência de uma excelente rede de meios de transmissão (estafetas, rádios, telefones), o inestimável apoio técnico da Escola Prática de Transmissões (EPTm) e depois, já em pleno desenvolvimento da acção, a espantosa adesão das massas populares foram afinal as chaves que possibilitaram a garantiram a abertura das portas do êxito ao golpe de Estado desencadeado pelo MFA em 25 de Abril de 1974, que derrubou rápida e espectacularmente a anacrónica ditadura marçalazarista, velha de quarenta e oito anos.

Antes de apresentar os anexos, entendo que é curial mostrar um mapa que é uma curiosidade descoberta há uns tempos e penso que tem interesse para ilustrar o que foi atrás exposto.

Numa folha de papel vegetal estão detalhados os percursos, nomes e contactos de quem alinhava na revolução. O mapa foi usado para preparar o Dia D, seguindo à risca o Plano de Operações do Major Otelo Saraiva de Carvalho. Mas o Major Otelo Saraiva de Carvalho nunca o viu. E ninguém sabe quem o fez. Vai agora ser entregue à Torre do Tombo. Durante décadas, esteve perdido numa estante de livros na casa de António Marques Júnior, em Lisboa. Há três anos, a viúva do mais jovem dos membros do conselho da revolução, que faleceu em 2012, encontrou-o por mero acaso. Com a dimensão de 85x65cm, foi feito e anotado à mão numa folha de papel vegetal, destinada a ser justaposta num mapa das estradas de Portugal. Nela estão assinaladas, de Norte

a Sul, todas as Unidades — mais de 30 — que poderiam participar na revolução, com indicação do nome e contacto telefónico de oficiais que, em cada uma, alinhariam com o Movimento das Forças Armadas (MFA) dos Capitães. Mesmo nos Regimentos considerados inimigos, fiéis ao regime, estão identificados os militares favoráveis à causa e que seriam ativados em caso de necessidade.

A autoria do mapa não está assinalada, mas há pelo menos três caligrafias diferentes, o que sugere que foi sendo completado por um grupo restrito de pessoas, à medida que iam surgindo novas informações. Os itinerários a seguir pelas Unidades foram desenhados a régua e hierarquizados em quatro níveis de importância (verde, amarelo, vermelho e laranja) e dois escalões de responsabilidade do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA), situado na Pontinha, ou dos próprios Regimentos. Junto a cada rota estão marcadas as distâncias em quilómetros e em horas, exatamente como foram calculadas pelo Major Otelo Saraiva de Carvalho para delinear o Plano de Operações, que ficou concluído dez dias antes da revolução. Por isso, a folha de papel vegetal será posterior a 15 de abril.



Anexos

No anexo 1 insiro 3 artigos do Código de Justiça Militar em vigor em 1974. Foi naqueles artigos que me baseei para classificar os oficiais em operacionais e de apoio.

No anexo 2 insiro uma atualização dos oficiais por mim mencionados nos artigos anteriormente publicados na revista da Associação Terras Quentes e que foram agraciados com a Ordem da Liberdade. Esta lista, segundo fontes fidedignas, está fechada e não haverá mais condecorações a intervenientes do 25 de Abril. Os oficiais referenciados com (a) foram acrescentados após nova investigação feita para este artigo.

Anexo 1

Art. 76.º Será condenado à morte ou, se for militar, à morte com expulsão, aquele que no teatro da guerra com país estrangeiro:

4.º — Desviar dolosamente qualquer força armada a que servir de guia, ou navio nacional ou aliado a que servir de piloto, ou ocultar a existência de qualquer perigo de que

Art. 77.º Os crimes a que se referem os n.ºs 4.º e 5.º do artigo 74.º e os n.ºs 1.º, 3.º, 4.º, 6.º e 7.º do artigo antecedente, praticados fora do teatro da guerra, serão punidos com a pena de prisão maior celular por oito anos, seguida de degredo por vinte anos, com prisão no lugar de degredo até dois anos ou sem prisão.

Art. 93.º O militar que, em tempo de paz, ofender corporalmente algum superior, não resultando a morte ou a incapacidade para o serviço militar, será punido:

1.º — Com a pena de presídio militar de seis anos e um dia a oito anos, se a ofensa for cometida em serviço, ou em razão de serviço, ou em presença de tropa reunida;

2.º — Com a pena de presídio militar de quatro anos e um dia a seis anos, em todos os mais casos.

Anexo 2

Oficiais operacionais (OP) agraciados com a Ordem da Liberdade

Nome	Posto	O. Lib	Data	OP/AP
José Manuel Costa Neves	Major	Sim	24/09/1983	OP
Fernando J. Salgueiro Maia	Capitão	Sim	24/09/1983	OP
Alberto António Ferreira	Capitão	Sim	24/09/1983	OP
Gertrudes da Silva	Capitão	Sim	01/10/1985	OP
Rui Martins Rodrigues	Capitão	Sim	01/10/1985	OP
Delgado da Fonseca	Capitão	Sim	01/10/1985	OP
Nuno dos Santos Silva	Capitão	Sim	04/02/1986	OP
Germano Miquelina C. Simões	Capitão	Sim	04/02/1986	OP
Manuel António Geraldes	Alferes	Sim	04/02/1986	OP
Manuel E. Azevedo Simões	TCoronel	Sim	04/02/1986	OP
J. Manuel G. Piteira Santos	Capitão	Sim	04/02/1986	OP
Costa Martins	Capitão	Sim	18/03/1986	OP
Mário Tavares de Almeida	Capitão	Sim	30/01/2006	OP
Rui Borges Santos Silva	Tenente	Sim	30/01/2006	OP
Alfredo Correia M. Assunção	Tenente	Sim	30/01/2006	OP
Luís Pessoa	Capitão	Sim	30/01/2006	OP
Teófilo Bento	Capitão	Sim	30/01/2006	OP
José Cardoso Fontão	Major	Sim	30/01/2006	OP
João Manuel Bicho Beatriz	Capitão	Sim	30/01/2006	OP
José Santos Coelho	Capitão	Sim	25/05/2019	OP
Mendonça de Carvalho	Capitão	Sim	26/02/2021	OP
Arnaldo C. da Silveira Costeira	Capitão	Sim	26/02/2021	OP
Joaquim L. Rocha Santos	Capitão	Sim	26/02/2021	OP
Christian Bastos Anderssen	Tenente	Sim	26/02/2021	OP
Carlos M. Azeredo P. M. Leme	TCoronel	Sim	26/02/2021	OP
António L. N. de Albuquerque	Major	Sim	26/02/2021	OP
Boaventura J. M. Ferreira	Capitão	Sim	26/02/2021	OP
João J. Sacramento Gomes	TCoronel	Sim	19/08/2021	OP
Rodrigo Nobre Pizarro	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Eduardo A. Carneiro Teixeira	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Francisco Santos Silva	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Valdemar J. O. Patrício	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
João António Andrade da Silva	Tenente	Sim	19/08/2021	OP
Luís Fernando Andrade Moura	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
José Castelo Glória Alves	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Luís M. O. Pimentel	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Frederico C. R. Morais	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
José A. M. e Castro Carneiro	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
F. C. Medeiros Almeida	Major	Sim	19/08/2021	OP

Francisco X. dos Santos Silva	Tenente	Sim	19/08/2021	OP
Delfim de Sousa Campos Moura	Major	Sim	23/03/2022	OP
José Augusto Correia Pombinho	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Nuno dos Santos Ferreira	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Albino L. Ferreira da Cal	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Fernando Gois Moço	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Aníbal B. Carvalho Soares	Tenente	Sim	23/03/2022	OP
Amílcar Carlos Rodrigues	Tenente	Sim	23/03/2022	OP
Aníbal Carriço de Albuquerque	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Fernando P. Santos Aguda	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
José H. Duarte Mendes	Capitão	Sim	23/12/2022	OP
José F. de Jesus Duarte	Tenente	Sim	23/12/2022	OP
João António Heitor Alves	Capitão	Sim	23/12/2022	OP
Jorge M. P. Mira Monteiro	Capitão	Sim	23/12/2022	OP
João Maria de V. Piroto	Capitão	Sim	26/01/2023	OP
Aníbal Jorge M. M. Silveira	Capitão	Sim	26/01/2023	OP
Isaías de Figueiredo Ribeiro	Tenente	Sim	26/01/2023	OP
José D. Canatário Serafim	Capitão	Sim	26/01/2023	OP
Filipe Ferreira Lopes	Capitão	Sim	26/01/2023	OP
José Emílio Gomes Almeida	Capitão	Sim	26/01/2023	OP
Rui F. Lucena Coutinho	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Eduardo Diniz L. S. Almeida	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Luís de Sousa Ferreira	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Ramiro Cardeira Martins	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
Vicente Carlos Sousa Brandão	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
José Manuel P. M. Nave	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
Henrique António Pedro	Tenente	sim	08/03/2023	OP
Mário Ribeiro Batista	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
António Gaspar Borges	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Manuel Martins Rodrigues	TCoronel	Sim	08/03/2023	OP
Nuno G. Catarino Anselmo	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Humberto T Bordalo Xavier	Major	sim	08/03/2023	OP
Rui R. X. C. Guimarães	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Manuel J. Ferreira de Sousa	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
Pedro Manuel L. Sales Grade	Tenente	Sim	16/05/2023	OP
Manuel Carlos A. G. Cerdeira	Alferes	Sim	16/05/2023	OP
António M. I. Matos Borges	Alferes	Sim	16/05/2023	OP
Eurico de Deus Corvacho	Major	Sim	16/05/2023	OP
José Luís da Rocha Dores	Tenente	Sim	05/07/2023	OP
João A. C. Almas Imperial	Tenente	Sim	05/07/2023	OP
Carlos N. Carronda Rodrigues	Tenente	Sim	05/07/2023	OP

Oficiais operacionais (OP) não agraciados com a Ordem da Liberdade

Nome	Posto	O. Lib	Data	OP/AP
José António Balula Cid	Tenente	Não		OP
Ávilo Ramos Cadete	Tenente	Não		OP
Armando M. Silva Aparício	Tenente	Não		OP
Manuel Ribeiro Cardoso	Alferes	Não		OP
José Manuel Pinto Graça	Alferes	Não		OP
Victor Manuel Santos Costa	Capitão	Não		OP
Sérgio A. M. Lima Bacelar	Capitão	Não		OP
Carlos Manuel Horta Coelho	Capitão	Não		OP
Diogo Velho de Sá Cabral	Capitão	Não		OP
José Martins Cabaça Ruaz	Tenente	Não		OP
Emanuel P. Gaspar Madeira	Alferes	Não		OP
Joaquim Formeiro Monteiro	Alferes	Não		OP
Gastão M. S. Correia da Silva	Capitão	Não		OP
Nuno Caldas Franco Duarte	Coronel	Não		OP
José M. L. Machado Faria	Major	Não		OP
Lourenço C. Fernandes Tomaz	Major	Não		OP
José Maria Pires Martins	Alferes	Não		OP
José Eduardo S. Mascarenhas	Tenente	Não		OP
João G. Soares da Motta	Tenente	Não		OP
Eduardo da Conceição Santos	Capitão	Não		OP
Luís Gonzaga Freire Antunes	Capitão	Não		OP
José M. L. Lopes Oliveira	Tenente	Não		OP
Manuel António Apolinário	Tenente	Não		OP
Agostinho B. Saraiva da Rocha	Tenente	Não		OP

Resumo				
Oficiais Operacionais			104	
Oficiais Operacionais condecorados			80	
Oficiais Operacionais não condecorados			24	

Oficiais de apoio (AP) agraciados com a Ordem da liberdade

Nome	Posto	O. Lib	Data	OP/AP
Amadeu Garcia dos Santos	TCoronel	Sim	24/09/1983	AP
José E. Sanches Osório	Major	Sim	24/09/1983	AP
Victor M. Trigueiro Crespo	Cap Ten.	Sim	24/09/1983	AP
Victor Manuel Rodrigues Alves	Major	Sim	24/09/1983	AP
Otelo Saraiva de Carvalho	Major	Sim	25/11/1983	AP
Nuno M. Ficher Lopes Pires	TCoronel	Sim	01/10/1985	AP
Hugo Manuel R. dos Santos	Major	Sim	01/10/1985	AP
Rodrigo M. L. Sousa e Castro	Capitão	Sim	01/10/1985	AP
Aurélio Trindade	Major	Sim	01/10/1985	AP
Jorge Manuel Silvério	Capitão	Sim	01/10/1985	AP
David Matos Martelo	Capitão	Sim	04/02/1986	AP
Carlos M. C. Lopes Camilo	Capitão	Sim	04/02/1986	AP
Luís E. A. Ferreira de Macedo	Capitão	Sim	04/02/1986	AP
António Feijó de A. Gomes	Capitão	Sim	12/02/1996	AP
Aprígio Ramalho	Capitão	Sim	30/01/2006	AP
Rui Costa Ferreira	Major	Sim	30/01/2006	AP
Miguel Raimundo S, Amado	Capitão	Sim	26/02/2021	AP
António S. Fernandes	Tenente	Sim	26/02/2021	AP
António M. J. Rosado da Luz	Capitão	Sim	26/02/2021	AP
António Fernando M. O. Torres	Capitão (a)	Sim	26/02/2021	AP
António L. Ferreira do Amaral	Capitão	Sim	26/06/2021	AP
Fausto Almeida Pereira	Capitão	Sim	19/08/2021	AP
Américo A. G. F. Henriques	Tenente	Sim	23/03/2022	AP
José A. Candeias Valente	Capitão	Sim	23/12/2022	AP
Carlos Joaquim Gaspar	Capitão	Sim	26/01/2023	AP
Leonel M. Martinho Rosário	Capitão	Sim	08/03/2023	AP
Rui Faria de Oliveira	Capitão	Sim	08/03/2023	AP
José L. M. Bacelar Ferreira	Capitão	Sim	08/03/2023	AP
José Santa Clara Gomes	Capitão	Sim	16/05/2023	AP
Rui Edgar Babo de Castro	Capitão	Sim	16/05/2023	AP
Luís Lopes Francisco	Capitão (a)	Sim	16/05/2023	AP
Luís Carlos Santos Veiga Vaz	Capitão	Sim	05/07/2023	AP
António Alves Martins	Capitão	Sim	05/07/2023	AP
José António Ribeiro da Silva	Capitão	Sim	05/07/2023	AP
Moisés Carlos C. Pedrosa Afonso	Capitão (a)	Sim	05/07/2023	AP

Oficiais de apoio (AP) não agraciados com a Ordem da liberdade

Nome	Posto	O. Lib	Data	OP/AP
Carlos Orlando de Jesus	Tenente	Não		AP
António Silvestre Porto	Capitão	Não		AP
Amândio de Almeida Augusto	Capitão	Não		AP
António R. Esteves Pinto	Capitão	Não		AP
Jasmim de Freitas	Coronel	Não		AP
Octávio Cerqueira Rocha	Major	Não		AP
Vítor M. Vicente Fernandes	Capitão	Não		AP
Fernando Filipe Henriques	Capitão	Não		AP
João Francisco Félix Pereira	Tenente	Não		AP
Carlos Manuel Macedo Ávila	Tenente	Não		AP
Jaime Alberto Gonçalves Neves	Major	Não		AP
António Carlos Morais Silva	Capitão	Não		AP
João L. Arriscado Nunes	TCoronel	Não		AP
Francisco R.G. Freire	Capitão	Não		AP
Victor Manuel Oliveira Santos	Major	Não		AP
Luís Francisco Domingos Arruda	Major (a)	Não		AP

Resumo

Oficiais de Apoio			51	
Oficiais de Apoio condecorados			35	
Oficiais de Apoio não condecorados			16	

Oficiais desistentes (DE) agraciados com a Ordem da liberdade

Nome	Posto	O. Lib	Data	OP/AP
António Ramos da Rocha	Capitão	Sim	12/02/1996	DE
Almor Alves Serra	Major	Sim	23/03/2022	DE
Fernando Augusto Gomes	Major	Sim	08/03/2023	DE

Oficiais desistentes (DE) não agraciados com a Ordem da liberdade

Nome	Posto	O. Lib	Data	OP/AP
José Rosado Castela Rio	Major	Não		DE
Manuel Passos Esmeriz	Coronel	Não		DE
Fernando M. Garcia Freixo	Capitão	Não		DE

Resumo

Oficiais desistentes			3	
Oficiais desistentes condecorados			3	
Oficiais desistentes não condecorados			0	

Bibliografia

25RV – 25 de Abril Roteiro da Revolução – José Mateus, Raquel Varela, Susana Gaudêncio.

CACN – Capitão de Abril Capitão de Novembro – Coronel Sousa e Castro.

CRC – Cronologia da Revolução dos Cravos – Wikipédia.

CRONOLOGIA DO 25 DE ABRIL – Jofre Alves Post no blogue ABRIL DE NOVO.

ECAC – Eu Capitão de Abril me Confesso – Arnaldo Costeira.

Impresa – Expresso 50 45 anos da revolução – António Pedro Ferreira.

MUV – Memórias de uma vida (Edição do autor) – António Gaspar Borges.

OAA – Os anos de Abril – Verso da História – Coordenação Pedro Lauret.

OEMC – Origens e Evolução do Movimento dos Capitães – Dinis de Almeida.

OVH – Operação Viragem Histórica – Carlos Almada Contreiras, Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço.

Notas

Notas



ἵππος

1974-2024 = 50 anos



OBJECTIVO TÓQUIO

CONFIRMAÇÃO DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES

1-A confirmação do início das operações é determinada por qualquer dos seguintes sinais indicados nos parágrafos 2 e 3.

2-Às vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos (22H55) do dia 24 ABR 74 será transmitida pelos "Emissores Associados de Lisboa" uma frase indicando que faltam cinco minutos para as vinte e três horas (23H00) e anunciado o disco de PAULO DE CARVALEO, "E depois do Adeus".

3-Entre as zero horas (00H00) e a uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, através do programa da Rádio Renascença, será transmitida a seguinte sequência:

a) Leitura da estrofe do poema: "Grândola Vila Morena"

Grândola Vila Morena
Terra de fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti ó cidade.

b) Transmissão ^{da música} do mesmo nome interpretada por José Afonso.

4) Qualquer um dos sinais referidos nos parágrafos 2 e 3, aquele que for ouvido primeiro, confirma totalmente, por si só, o início das operações, que a partir de então se tornam irreversíveis para todas as unidades.

5-TODAS AS UNIDADES devem munir-se de rádios que permitam manter uma escuta perfeita das emissões de Lisboa do Rádio Clube Português a partir de uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, embora não se prevejam comunicações antes da hora H.

6-Se porventura houver alguma unidade que não tenha conseguido receber qualquer dos sinais referidos nos parágrafos 2 e 3; deverá escutar a emissão de Lisboa do Rádio Clube Português, a partir de uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, até às quatro horas e trinta minutos (04H30) do mesmo dia, no mínimo.

GRUPO DATA HORA 25 03H00 ABR 74

SENHA CONTRASENHA CORAGEM - PELA VITÓRIA

SECRETO

Folha 1 de uma folha

ORIGINAL